

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 21 DE AGOSTO DE 2015

NÚMERO 6.876

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Jean Carlo Leutprecht

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Jean Carlo Leutprecht
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Jean Carlo Leutprecht
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Patrício Destro - Presidente
Jean Carlo Leutprecht
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Jean Carlo Leutprecht
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Romildo Titon
Neodi Saretta
Jean Carlo Leutprecht

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 56 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Publicações Diversas</p> <p>Aviso de Licitação 2</p> <p>Extrato..... 2</p> <p>Projetos de Lei 2</p> <p>Projetos de Lei Complementar 46</p>
--	--	---

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

CONCORRÊNCIA Nº 001/2015

OBJETO: Concessão onerosa de uso de espaço público destinados à exploração dos restaurantes e lanchonetes da ALESC, mobiliados e equipados, com área de 675,13m².

DATA: 23/09/2015 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues no Protocolo Geral da ALESC até as 08:30 h do dia 23 de setembro de 2015. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 127/2015

REFERENTE: Convênio nº 003/2015 celebrado em 13/08/2015.

1ª CONVENIENTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2ª CONVENIENTE: Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Instrumentaliza o acordo de vontades do MPSC e da ALESC para o desenvolvimento, implantação e manutenção do Núcleo de Informações Estratégicas de Caráter Público e de Interesse Institucional Comum, com finalidade de ampliar e aprimorar o exercício das suas funções institucionais.

VIGÊNCIA: 60 meses a contar da data da assinatura

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; Ato da Mesa 128, de 27/02/2015; Autorização Administrativa.

Florianópolis/SC, 21 de agosto de 2015

Gelson Luiz Merisio- Presidente da ALESC

Sandro José Neis- Procurador- Geral da Justiça

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0335.0/2015

Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo consolidar as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. Esta Lei consolidadora não gera qualquer novo direito, mas mantém integralmente todos os direitos plenamente adquiridos nos termos das Leis consolidadas referidas no art. 2º.

Art. 2º Ficam consolidadas, nos termos dos Anexos I, II, III e IV desta Lei, a Lei nº 145, de 12 de outubro de 1948; Lei nº 1.704, de 19 de agosto de 1957; Lei nº 2.581, de 16 de dezembro de 1960; Lei nº 3.302, de 31 de agosto de 1963; Lei nº 3.382, de 18 de dezembro de 1963; Lei nº 3.497, de 18 de agosto de 1964; Lei nº 3.661, de 18 de junho de 1965; Lei nº 3.664, de 23 de junho de 1965; Lei nº 3.709, de 4 de agosto de 1965; Lei nº 4.018, de 18 de agosto de 1967; Lei nº 4.147, de 2 de maio de 1968; Lei nº 4.287, de 7 de abril de 1969; Lei nº 4.775, de 21 de agosto de 1972; Lei nº 5.427, de 30 de maio de 1978; Lei nº 6.675, de 31 de outubro de 1985; Lei nº 7.500, de 9 de novembro de 1988; Lei nº 8.617, de 22 de maio de 1992; Lei nº 8.620, de 22 de maio de 1992; Lei nº 9.592, de 17 de maio de 1994; Lei nº 9.866, de 17 de julho de 1995; Lei nº 10.059, de 29 de dezembro de 1995; Lei nº 10.194, de 24 de julho de 1996; Lei nº 10.233, de 24 de setembro de 1996; Lei nº 10.306, de 26 de dezembro de 1996; Lei nº 11.232, de 30 de novembro de 1999; Lei nº 11.460, de 28 de junho de 2000; Lei Promulgada nº 11.514, de 28 de agosto de 2000; Lei nº 11.696, de 8 de janeiro de 2001; Lei nº 11.837, de 10 de julho de 2001; Lei Promulgada nº 11.910, de 25 de setembro de 2001; Lei nº 11.960, de 1º de novembro de 2001; Lei nº 12.014, de 14 de dezembro de 2001; Lei nº 12.062, de 18 de dezembro de 2001; Lei nº 12.072, de 27 de dezembro de 2001; Lei nº 12.143, de 5 de abril de 2002; Lei nº 12.146, de 5 de abril de 2002; Lei nº 12.174, de 15 de abril de 2002; Lei nº 12.244, de 5 de junho de 2002; Lei nº 12.292, de 22 de junho de 2002; Lei nº 12.347, de 9 de julho de 2002; Lei nº 12.378, de 19 de julho de 2002; Lei nº 12.550, de 26 de dezembro de 2002; Lei nº 12.641, de 21 de julho de 2003;

Lei nº 12.691, de 27 de outubro de 2003; Lei nº 12.735, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 12.844, de 22 de dezembro de 2003; Lei nº 12.845, de 22 de dezembro de 2003; Lei nº 12.865, de 12 de janeiro de 2004; Lei nº 12.882, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 12.906, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 12.943, de 23 de abril de 2004; Lei nº 12.946, de 28 de abril de 2004; Lei nº 13.022, de 25 de junho de 2004; Lei nº 13.076, de 29 de julho de 2004; Lei nº 13.174, de 29 de novembro de 2004; Lei nº 13.175, de 29 de novembro de 2004; Lei nº 13.176, de 29 de novembro de 2004; Lei nº 13.206, de 20 de dezembro de 2004; Lei nº 13.207, de 20 de dezembro de 2004; Lei nº 13.208, de 20 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 27 de dezembro de 2004; Lei nº 13.244, de 27 de dezembro de 2004; Lei nº 13.268, de 10 de janeiro de 2005; Lei nº 13.269, de 10 de janeiro de 2005; Lei nº 13.270, de 10 de janeiro de 2005; Lei nº 13.271, de 10 de janeiro de 2005; Lei nº 13.272, de 10 de janeiro de 2005; Lei nº 13.326, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.408, de 15 de julho de 2005; Lei nº 13.451, de 25 de julho de 2005; Lei nº 13.461, de 6 de setembro de 2005; Lei nº 13.462, de 6 de setembro de 2005; Lei nº 13.463, de 6 de setembro de 2005; Lei nº 13.487, de 21 de setembro de 2005; Lei nº 13.505, de 26 de setembro de 2005; Lei nº 13.522, de 10 de outubro de 2005; Lei nº 13.583, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.623, de 19 de dezembro de 2005; Lei nº 13.628, de 19 de dezembro de 2005; Lei nº 13.651, de 27 de dezembro de 2005; Lei nº 13.652, de 27 de dezembro de 2005; Lei nº 13.653, de 27 de dezembro de 2005; Lei nº 13.681, de 10 de janeiro de 2006; Lei nº 13.735, de 18 de abril de 2006; Lei nº 13.738, de 25 de abril de 2006; Lei nº 13.748, de 8 de maio de 2006; Lei nº 13.784, de 4 de julho de 2006; Lei nº 13.785, de 4 de julho de 2006; Lei nº 13.786, de 4 de julho de 2006; Lei nº 13.789, de 5 de julho de 2006; Lei nº 13.834, de 21 de agosto de 2006; Lei nº 13.835, de 21 de agosto de 2006; Lei nº 13.850, de 17 de novembro de 2006; Lei nº 13.887, de 11 de dezembro de 2006; Lei nº 13.890, de 11 de dezembro de 2006; Lei nº 13.930, de 12 de janeiro de 2007; Lei nº 13.931, de 12 de janeiro de 2007; Lei nº 13.932, de 12 de janeiro de 2007; Lei nº 13.936, de 12 de janeiro de 2007; Lei nº 13.980, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.981, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 14.030, de 20 de junho de 2007; Lei nº 14.034, de 4 de julho de 2007; Lei nº 14.058, de 18 de julho de 2007; Lei nº 14.074, de 31 de julho de 2007; Lei nº 14.077, de 6 de agosto de 2007; Lei nº 14.082, de 14 de agosto de 2007; Lei nº 14.118, de 25 de setembro de 2007; Lei nº 14.163, de 26 de outubro de 2007; Lei nº 14.164, de 26 de outubro de 2007; Lei nº 14.165, de 26 de outubro de 2007; Lei nº 14.180, de 1º de novembro de 2007; Lei nº 14.181, de 1º de novembro de 2007; Lei nº 14.214, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 14.215, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 14.252, de 19 de dezembro de 2007; Lei nº 14.253, de 19 de dezembro de 2007; Lei nº 14.301, de 11 de janeiro de 2008; Lei nº 14.302, de 11 de janeiro de 2008; Lei nº 14.303, de 11 de janeiro de 2008; Lei nº 14.304, de 11 de janeiro de 2008; Lei nº 14.305, de 11 de janeiro de 2008; Lei nº 14.326, de 15 de janeiro de 2008; Lei nº 14.412, de 17 de abril de 2008; Lei nº 14.414, de 28 de abril de 2008; Lei nº 14.415, de 28 de abril de 2008; Lei nº 14.431, de 14 de maio de 2008; Lei nº 14.450, de 5 de junho de 2008; Lei nº 14.479, de 30 de julho de 2008; Lei nº 14.510, de 10 de setembro de 2008; Lei nº 14.515, de 21 de outubro de 2008; Lei nº 14.516, de 21 de outubro de 2008; Lei nº 14.558, de 1º de dezembro de 2008; Lei nº 14.622, de 7 de janeiro de 2009; Lei nº 14.662, de 7 de abril de 2009; Lei nº 14.706, de 21 de maio de 2009; Lei nº 14.711, de 3 de junho de 2009; Lei nº 14.786, de 21 de julho de 2009; Lei nº 14.787, de 21 de julho de 2009; Lei nº 14.792, de 27 de julho de 2009; Lei nº 14.869, de 13 de outubro de 2009; Lei nº 14.873, de 13 de outubro de 2009; Lei nº 14.878, de 16 de outubro de 2009; Lei nº 14.883, de 22 de outubro de 2009; Lei nº 14.884, de 22 de outubro de 2009; Lei nº 14.930, de 27 de outubro de 2009; Lei nº 14.931, de 27 de outubro de 2009; Lei nº 14.932, de 27 de outubro de 2009; Lei nº 14.934, de 4 de novembro de 2009; Lei nº 14.935, de 4 de novembro de 2009; Lei nº 14.999, de 21 de dezembro de 2009; Lei nº 15.027, de 22 de dezembro de 2009; Lei nº 15.029, de 22 de dezembro de 2009; Lei nº 15.081, de 4 de janeiro de 2010; Lei nº 15.082, de 4 de janeiro de 2010; Lei nº 15.083, de 4 de janeiro de 2010; Lei nº 15.084, de 4 de janeiro de 2010; Lei Promulgada nº 15.109, de 18 de janeiro de 2010; Lei nº 15.142, de 20 de abril de 2010; Lei nº 15.153, de 3 de maio de 2010; Lei nº 15.177, de 18 de maio de 2010; Lei nº 15.178, de 18 de maio de 2010; Lei nº 15.260, de 18 de agosto de 2010; Lei nº 15.261, de 18 de agosto de 2010; Lei nº 15.262, de 18 de agosto de 2010; Lei nº 15.324, de 22 de novembro de 2010; Lei nº 15.352, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.353, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.354, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.367, de 16 de dezembro de 2010; Lei nº 15.368, de 16 de dezembro de 2010; Lei nº 15.395, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.396, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.397, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.398, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.399, de 21 de

dezembro de 2010; Lei nº 15.400, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.401, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.445, de 17 de janeiro de 2011; Lei nº 15.449, de 17 de janeiro de 2011; Lei nº 15.466, de 17 de maio de 2011; Lei nº 15.469, de 17 de maio de 2011; Lei nº 15.486, de 6 de junho de 2011; Lei nº 15.487, de 6 de junho de 2011; Lei nº 15.529, de 27 de julho de 2011; Lei nº 15.571, de 27 de setembro de 2011; Lei nº 15.572, de 27 de setembro de 2011; Lei nº 15.615, de 08 de novembro de 2011; Lei nº 15.618, de 21 de novembro de 2011; Lei nº 15.724, de 4 de janeiro de 2012; Lei nº 15.725, de 4 de janeiro de 2012; Lei nº 15.726, de 4 de janeiro de 2012; Lei nº 15.727, de 4 de janeiro de 2012; Lei nº 15.728, de 4 de janeiro de 2012; Lei nº 15.729, de 4 de janeiro de 2012; Lei nº 15.730, de 4 de janeiro de 2012; Lei nº 15.735, de 4 de janeiro de 2012; Lei nº 15.745, de 11 de janeiro de 2012; Lei nº 15.778, de 19 de março de 2012; Lei nº 15.785, de 19 de março de 2012; Lei nº 15.786, de 19 de março de 2012; Lei nº 15.792, de 9 de abril de 2012; Lei nº 15.805, de 13 de abril de 2012; Lei nº 15.809, de 25 de abril de 2012; Lei nº 15.833, de 5 de junho de 2012; Lei nº 15.837, de 19 de junho de 2012; Lei nº 15.838, de 19 de junho de 2012; Lei nº 15.847, de 4 de julho de 2012; Lei nº 15.860, de 6 de agosto de 2012; Lei nº 15.880, de 6 de agosto de 2012; Lei nº 15.918, de 6 de dezembro de 2012; Lei nº 15.921, de 6 de dezembro de 2012; Lei nº 15.923, de 6 de dezembro de 2012; Lei nº 15.924, de 6 de dezembro de 2012; Lei nº 15.946, de 07 de janeiro de 2013; Lei nº 15.947, de 07 de janeiro de 2013; Lei nº 15.948, de 07 de janeiro de 2013; Lei nº 15.949, de 07 de janeiro de 2013; Lei nº 15.950, de 07 de janeiro de 2013; Lei nº 15.951, de 07 de janeiro de 2013; Lei nº 15.952, de 07 de janeiro de 2013; Lei nº 15.983, de 9 de abril de 2013; Lei nº 15.985, de 9 de abril de 2013; Lei nº 15.987, de 9 de abril de 2013; Lei nº 15.989, de 24 de abril de 2013; Lei nº 16.004, de 30 de abril de 2013; Lei nº 16.011, de 21 de maio de 2013; Lei nº 16.021, de 6 de junho de 2013; Lei nº 16.022, de 6 de junho de 2013; Lei nº 16.026, de 21 de junho de 2013; Lei nº 16.028, de 21 de junho de 2013; Lei nº 16.058, de 17 de julho de 2013; Lei nº 16.064, de 24 de julho de 2013; Lei nº 16.065, de 31 de julho de 2013; Lei nº 16.071, de 31 de julho de 2013; Lei nº 16.072, de 31 de julho de 2013; Lei nº 16.073, de 31 de julho de 2013; Lei nº 16.084, de 6 de agosto de 2013; Lei nº 16.113, de 11 de setembro de 2013; Lei nº 16.114, de 11 de setembro de 2013; Lei nº 16.121, de 13 de setembro de 2013; Lei nº 16.122, de 16 de setembro de 2013; Lei nº 16.136, de 26 de setembro de 2013; Lei nº 16.152, de 29 de outubro de 2013; Lei nº 16.153, de 29 de outubro de 2013; Lei nº 16.161, de 7 de novembro de 2013; Lei nº 16.166, de 12 de novembro de 2013; Lei nº 16.167, de 12 de novembro de 2013; Lei nº 16.199, de 12 de dezembro de 2013; Lei nº 16.200, de 12 de dezembro de 2013; Lei nº 16.322, de 20 de janeiro de 2014; Lei nº 16.323, de 20 de janeiro de 2014; Lei nº 16.324, de 20 de janeiro de 2014; Lei nº 16.325, de 20 de janeiro de 2014; Lei nº 16.326, de 20 de janeiro de 2014; Lei nº 16.327, de 20 de janeiro de 2014; Lei nº 16.339, de 21 de janeiro de 2014; Lei nº 16.343, de 21 de janeiro de 2014; Lei nº 16.359, de 16 de abril de 2014; Lei nº 16.362, de 23 de abril de 2014; Lei nº 16.363, de 23 de abril de 2014; Lei nº 16.364, de 23 de abril de 2014; Lei nº 16.384, de 16 de maio de 2014; Lei nº 16.385, de 16 de maio de 2014; Lei nº 16.403, de 11 de junho de 2014; Lei nº 16.404, de 11 de junho de 2014; Lei nº 16.416, de 18 de junho de 2014; Lei nº 16.420, de 27 de junho de 2014; Lei nº 16.421, de 27 de junho de 2014; Lei nº 16.423, de 27 de junho de 2014; Lei nº 16.434, de 29 de julho de 2014; Lei nº 16.435, de 29 de julho de 2014; Lei nº 16.442, de 29 de julho de 2014; Lei nº 16.450, de 08 de agosto de 2014; Lei nº 16.462, de 19 de agosto de 2014; Lei nº 16.463, de 19 de agosto de 2014; Lei nº 16.482, de 03 de novembro de 2014; Lei nº 16.488, de 25 de novembro de 2014; Lei nº 16.494, de 05 de dezembro de 2014; Lei nº 16.496, de 05 de dezembro de 2014; Lei nº 16.497, de 05 de dezembro de 2014; Lei nº 16.498, de 05 de dezembro de 2014; Lei nº 16.521, de 22 de dezembro de 2014; Lei nº 16.526, de 22 de dezembro de 2014; Lei nº 16.543, de 23 de dezembro de 2014; Lei nº 16.544, de 23 de dezembro de 2014; Lei nº 16.545, de 23 de dezembro de 2014; Lei nº 16.546, de 23 de dezembro de 2014; Lei nº 16.547, de 23 de dezembro de 2014; Lei nº 16.548, de 23 de dezembro de 2014; Lei nº 16.549, de 23 de dezembro de 2014; Lei nº 16.550, de 23 de dezembro de 2014; e Lei nº 16.551, de 23 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as seguintes Leis:

- I - Lei nº 145, de 12 de outubro de 1948;
- II - Lei nº 1.704, de 19 de agosto de 1957;
- III - Lei nº 2.581, de 16 de dezembro de 1960;
- IV - Lei nº 3.302, de 31 de agosto de 1963;
- V - Lei nº 3.382, de 18 de dezembro de 1963;
- VI - Lei nº 3.497, de 18 de agosto de 1964;
- VII - Lei nº 3.661, de 18 de junho de 1965;

- VIII - Lei nº 3.664, de 23 de junho de 1965;
IX - Lei nº 3.709, de 4 de agosto de 1965;
X - Lei nº 4.018, de 18 de agosto de 1967;
XI - Lei nº 4.147, de 2 de maio de 1968;
XII - Lei nº 4.287, de 7 de abril de 1969;
XIII - Lei nº 4.775, de 21 de agosto de 1972;
XIV - Lei nº 5.427, de 30 de maio de 1978;
XV - Lei nº 6.675, de 31 de outubro de 1985;
XVI - Lei nº 7.500, de 9 de novembro de 1988;
XVII - Lei nº 8.617, de 22 de maio de 1992;
XVIII - Lei nº 8.620, de 22 de maio de 1992;
XIX - Lei nº 9.592, de 17 de maio de 1994;
XX - Lei nº 9.866, de 17 de julho de 1995;
XXI - Lei nº 10.059, de 29 de dezembro de 1995;
XXII - Lei nº 10.194, de 24 de julho de 1996;
XXIII - Lei nº 10.233, de 24 de setembro de 1996;
XXIV - Lei nº 10.306, de 26 de dezembro de 1996;
XXV - Lei nº 11.213, de 11 de novembro de 1999;
XXVI - Lei nº 11.232, de 30 de novembro de 1999;
XXVII - Lei nº 11.460, de 28 de junho de 2000;
XXVIII - Lei Promulgada nº 11.514, de 28 de agosto de 2000;
XXIX - Lei nº 11.696, de 8 de janeiro de 2001;
XXX - Lei nº 11.837, de 10 de julho de 2001;
XXXI - Lei Promulgada nº 11.910, de 25 de setembro de 2001;
XXXII - Lei nº 11.960, de 1º de novembro de 2001;
XXXIII - Lei nº 12.014, de 14 de dezembro de 2001;
XXXIV - Lei nº 12.062, de 18 de dezembro de 2001;
XXXV - Lei nº 12.072, de 27 de dezembro de 2001;
XXXVI - Lei nº 12.143, de 5 de abril de 2002;
XXXVII - Lei nº 12.146, de 5 de abril de 2002;
XXXVIII - Lei nº 12.174, de 15 de abril de 2002;
XXXIX - Lei nº 12.244, de 5 de junho de 2002;
XL - Lei nº 12.292, de 22 de junho de 2002;
XLI - Lei nº 12.347, de 9 de julho de 2002;
XLII - Lei nº 12.378, de 19 de julho de 2002;
XLIII - Lei nº 12.469, de 11 de dezembro de 2002;
XLIV - Lei nº 12.550, de 26 de dezembro de 2002;
XLV - Lei nº 12.641, de 21 de julho de 2003;
XLVI - Lei nº 12.691, de 27 de outubro de 2003;
XLVII - Lei nº 12.735, de 19 de dezembro de 2003;
XLVIII - Lei nº 12.844, de 22 de dezembro de 2003;
XLIX - Lei nº 12.845, de 22 de dezembro de 2003;
L - Lei nº 12.865, de 12 de janeiro de 2004;
LI - Lei nº 12.882, de 22 de janeiro de 2004;
LII - Lei nº 12.906, de 22 de janeiro de 2004;
LIII - Lei nº 12.943, de 23 de abril de 2004;
LIV - Lei nº 12.946, de 28 de abril de 2004;
LV - Lei nº 13.022, de 25 de junho de 2004;
LVI - Lei nº 13.076, de 29 de julho de 2004;
LVII - Lei nº 13.174, de 29 de novembro de 2004;
LVIII - Lei nº 13.175, de 29 de novembro de 2004;
LIX - Lei nº 13.176, de 29 de novembro de 2004;
LX - Lei nº 13.206, de 20 de dezembro de 2004;
LXI - Lei nº 13.207, de 20 de dezembro de 2004;
LXII - Lei nº 13.208, de 20 de dezembro de 2004;
LXIII - Lei nº 13.243, de 27 de dezembro de 2004;
LXIV - Lei nº 13.244, de 27 de dezembro de 2004;
LXV - Lei nº 13.268, de 10 de janeiro de 2005;
LXVI - Lei nº 13.269, de 10 de janeiro de 2005;
LXVII - Lei nº 13.270, de 10 de janeiro de 2005;
LXVIII - Lei nº 13.271, de 10 de janeiro de 2005;
LXIX - Lei nº 13.272, de 10 de janeiro de 2005;
LXX - Lei nº 13.326, de 20 de janeiro de 2005;
LXXI - Lei nº 13.408, de 15 de julho de 2005;
LXXII - Lei nº 13.451, de 25 de julho de 2005;
LXXIII - Lei nº 13.461, de 6 de setembro de 2005;
LXXIV - Lei nº 13.462, de 6 de setembro de 2005;
LXXV - Lei nº 13.463, de 6 de setembro de 2005;
LXXVI - Lei nº 13.487, de 21 de setembro de 2005;
LXXVII - Lei nº 13.505, de 26 de setembro de 2005;
LXXVIII - Lei nº 13.522, de 10 de outubro de 2005;
LXXIX - Lei nº 13.583, de 29 de novembro de 2005;
LXXX - Lei nº 13.623, de 19 de dezembro de 2005;
LXXXI - Lei nº 13.628, de 19 de dezembro de 2005;
LXXXII - Lei nº 13.651, de 27 de dezembro de 2005;
LXXXIII - Lei nº 13.652, de 27 de dezembro de 2005;
LXXXIV - Lei nº 13.653, de 27 de dezembro de 2005;
LXXXV - Lei nº 13.681, de 10 de janeiro de 2006;
LXXXVI - Lei nº 13.688, de 10 de janeiro de 2006;
LXXXVII - Lei nº 13.735, de 18 de abril de 2006;
LXXXVIII - Lei nº 13.738, de 25 de abril de 2006;
LXXXIX - Lei nº 13.748, de 8 de maio de 2006;
XC - Lei nº 13.784, de 4 de julho de 2006;
XCI - Lei nº 13.785, de 4 de julho de 2006;
XCII - Lei nº 13.786, de 4 de julho de 2006;
XCIII - Lei nº 13.789, de 5 de julho de 2006;
XCIV - Lei nº 13.834, de 21 de agosto de 2006;
XCV - Lei nº 13.835, de 21 de agosto de 2006;
XCVI - Lei nº 13.850, de 17 de novembro de 2006;
XCVII - Lei nº 13.887, de 11 de dezembro de 2006;
XCVIII - Lei nº 13.890, de 11 de dezembro de 2006;
XCIX - Lei nº 13.930, de 12 de janeiro de 2007;
C - Lei nº 13.931, de 12 de janeiro de 2007;
CI - Lei nº 13.932, de 12 de janeiro de 2007;
CII - Lei nº 13.936, de 12 de janeiro de 2007;
CIII - Lei nº 13.980, de 26 de janeiro de 2007;
CIV - Lei nº 13.981, de 26 de janeiro de 2007;
CV - Lei nº 14.030, de 20 de junho de 2007;
CVI - Lei nº 14.034, de 4 de julho de 2007;
CVII - Lei nº 14.058, de 18 de julho de 2007;
CVIII - Lei nº 14.074, de 31 de julho de 2007;
CIX - Lei nº 14.077, de 6 de agosto de 2007;
CX - Lei nº 14.082, de 14 de agosto de 2007;
CXI - Lei nº 14.118, de 25 de setembro de 2007;
CXII - Lei nº 14.163, de 26 de outubro de 2007;
CXIII - Lei nº 14.164, de 26 de outubro de 2007;
CXIV - Lei nº 14.165, de 26 de outubro de 2007;
CXV - Lei nº 14.180, de 1º de novembro de 2007;
CXVI - Lei nº 14.181, de 1º de novembro de 2007;
CXVII - Lei nº 14.214, de 26 de novembro de 2007;
CXVIII - Lei nº 14.215, de 26 de novembro de 2007;
CXIX - Lei nº 14.252, de 19 de dezembro de 2007;
CXX - Lei nº 14.253, de 19 de dezembro de 2007;
CXXI - Lei nº 14.301, de 11 de janeiro de 2008;
CXXII - Lei nº 14.302, de 11 de janeiro de 2008;
CXXIII - Lei nº 14.303, de 11 de janeiro de 2008;
CXXIV - Lei nº 14.304, de 11 de janeiro de 2008;
CXXV - Lei nº 14.305, de 11 de janeiro de 2008;
CXXVI - Lei nº 14.326, de 15 de janeiro de 2008;
CXXVII - Lei nº 14.412, de 17 de abril de 2008;
CXXVIII - Lei nº 14.414, de 28 de abril de 2008;
CXXIX - Lei nº 14.415, de 28 de abril de 2008;
CXXX - Lei nº 14.431, de 14 de maio de 2008;
CXXXI - Lei nº 14.450, de 5 de junho de 2008;
CXXXII - Lei nº 14.479, de 30 de julho de 2008;
CXXXIII - Lei nº 14.510, de 10 de setembro de 2008;
CXXXIV - Lei nº 14.515, de 21 de outubro de 2008;
CXXXV - Lei nº 14.516, de 21 de outubro de 2008;
CXXXVI - Lei nº 14.558, de 1º de dezembro de 2008;
CXXXVII - Lei nº 14.622, de 7 de dezembro de 2009;
CXXXVIII - Lei nº 14.662, de 7 de abril de 2009;
CXXXIX - Lei nº 14.706, de 21 de maio de 2009;
CXL - Lei nº 14.711, de 3 de junho de 2009;
CXLI - Lei nº 14.786, de 21 de julho de 2009;
CXLII - Lei nº 14.787, de 21 de julho de 2009;
CXLIII - Lei nº 14.792, de 27 de julho de 2009;
CXLIV - Lei nº 14.869, de 13 de outubro de 2009;
CXLV - Lei nº 14.873, de 13 de outubro de 2009;
CXLVI - Lei nº 14.878, de 16 de outubro de 2009;
CXLVII - Lei nº 14.883, de 22 de outubro de 2009;
CXLVIII - Lei nº 14.884, de 22 de outubro de 2009;
CXLIX - Lei nº 14.930, de 27 de outubro de 2009;
CL - Lei nº 14.931, de 27 de outubro de 2009;
CLI - Lei nº 14.932, de 27 de outubro de 2009;
CLII - Lei nº 14.934, de 4 de novembro de 2009;
CLIII - Lei nº 14.935, de 4 de novembro de 2009;
CLIV - Lei nº 14.999, de 21 de dezembro de 2009;
CLV - Lei nº 15.027, de 22 de dezembro de 2009;
CLVI - Lei nº 15.029, de 22 de dezembro de 2009;
CLVII - Lei nº 15.081, de 4 de janeiro de 2010;
CLVIII - Lei nº 15.082, de 4 de janeiro de 2010;
CLIX - Lei nº 15.083, de 4 de janeiro de 2010;
CLX - Lei nº 15.084, de 4 de janeiro de 2010;
CLXI - Lei Promulgada nº 15.109, de 18 de janeiro de 2010;
CLXII - Lei nº 15.142, de 20 de abril de 2010;
CLXIII - Lei nº 15.153, de 3 de maio de 2010;
CLXIV - Lei nº 15.175, de 18 de maio de 2010;
CLXV - Lei nº 15.177, de 18 de maio de 2010;
CLXVI - Lei nº 15.178, de 18 de maio de 2010;
CLXVII - Lei nº 15.190, de 11 de junho de 2010;
CLXVIII - Lei nº 15.260, de 18 de agosto de 2010;

CLXIX - Lei nº 15.261, de 18 de agosto de 2010;
 CLXX - Lei nº 15.262, de 18 de agosto de 2010;
 CLXXI - Lei nº 15.324, de 22 de novembro de 2010;
 CLXXII - Lei nº 15.352, de 10 de dezembro de 2010;
 CLXXIII - Lei nº 15.353, de 10 de dezembro de 2010;
 CLXXIV - Lei nº 15.354, de 10 de dezembro de 2010;
 CLXXV - Lei nº 15.367, de 16 de dezembro de 2010;
 CLXXVI - Lei nº 15.368, de 16 de dezembro de 2010;
 CLXXVII - Lei nº 15.395, de 21 de dezembro de 2010;
 CLXXVIII - Lei nº 15.396, de 21 de dezembro de 2010;
 CLXXIX - Lei nº 15.397, de 21 de dezembro de 2010;
 CLXXX - Lei nº 15.398, de 21 de dezembro de 2010;
 CLXXXI - Lei nº 15.399, de 21 de dezembro de 2010;
 CLXXXII - Lei nº 15.400, de 21 de dezembro de 2010;
 CLXXXIII - Lei nº 15.401, de 21 de dezembro de 2010;
 CLXXXIV - Lei nº 15.445, de 17 de janeiro de 2011;
 CLXXXV - Lei nº 15.449, de 17 de janeiro de 2011;
 CLXXXVI - Lei nº 15.466, de 17 de maio de 2011;
 CLXXXVII - Lei nº 15.469, de 17 de maio de 2011;
 CLXXXVIII - Lei nº 15.486, de 6 de junho de 2011;
 CLXXXIX - Lei nº 15.487, de 6 de junho de 2011;
 CXC - Lei nº 15.529, de 27 de julho de 2011;
 CXCI - Lei nº 15.540, de 31 de agosto de 2011;
 CXCL - Lei nº 15.571, de 27 de setembro de 2011;
 CXCLII - Lei nº 15.572, de 27 de setembro de 2011;
 CXCLIII - Lei nº 15.615, de 08 de novembro de 2011;
 CXCLIV - Lei nº 15.618, de 21 de novembro de 2011;
 CXCLV - Lei nº 15.724, de 4 de janeiro de 2012;
 CXCLVI - Lei nº 15.725, de 4 de janeiro de 2012;
 CXCLVII - Lei nº 15.726, de 4 de janeiro de 2012;
 CXCLVIII - Lei nº 15.727, de 4 de janeiro de 2012;
 CC - Lei nº 15.728, de 4 de janeiro de 2012;
 CCI - Lei nº 15.729, de 4 de janeiro de 2012;
 CCII - Lei nº 15.730, de 4 de janeiro de 2012;
 CCIII - Lei nº 15.735, de 4 de janeiro de 2012;
 CCIV - Lei nº 15.745, de 11 de janeiro de 2012;
 CCV - Lei nº 15.778, de 19 de março de 2012;
 CCVI - Lei nº 15.785, de 19 de março de 2012;
 CCVII - Lei nº 15.786, de 19 de março de 2012;
 CCVIII - Lei nº 15.792, de 9 de abril de 2012;
 CCIX - Lei nº 15.805, de 13 de abril de 2012;
 CCX - Lei nº 15.809, de 25 de abril de 2012;
 CCXI - Lei nº 15.833, de 5 de junho de 2012;
 CCXII - Lei nº 15.837, de 19 de junho de 2012;
 CCXIII - Lei nº 15.838, de 19 de junho de 2012;
 CCXIV - Lei nº 15.847, de 4 de julho de 2012;
 CCXV - Lei nº 15.860, de 6 de agosto de 2012;
 CCXVI - Lei nº 15.880, de 6 de agosto de 2012;
 CCXVII - Lei nº 15.918, de 6 de dezembro de 2012;
 CCXVIII - Lei nº 15.921, de 6 de dezembro de 2012;
 CCXIX - Lei nº 15.923, de 6 de dezembro de 2012;
 CCXX - Lei nº 15.924, de 6 de dezembro de 2012;
 CCXXI - Lei nº 15.946, de 07 de janeiro de 2013;
 CCXXII - Lei nº 15.947, de 07 de janeiro de 2013;
 CCXXIII - Lei nº 15.948, de 07 de janeiro de 2013;
 CCXXIV - Lei nº 15.949, de 07 de janeiro de 2013;
 CCXXV - Lei nº 15.950, de 07 de janeiro de 2013;
 CCXXVI - Lei nº 15.951, de 07 de janeiro de 2013;
 CCXXVII - Lei nº 15.952, de 07 de janeiro de 2013;
 CCXXVIII - Lei nº 15.954, de 07 de janeiro de 2013;
 CCXXIX - Lei nº 15.957, de 07 de janeiro de 2013;
 CCXXX - Lei nº 15.983, de 9 de abril de 2013;
 CCXXXI - Lei nº 15.985, de 9 de abril de 2013;
 CCXXXII - Lei nº 15.987, de 9 de abril de 2013;
 CCXXXIII - Lei nº 15.989, de 24 de abril de 2013;
 CCXXXIV - Lei nº 16.004, de 30 de abril de 2013;
 CCXXXV - Lei nº 16.011, de 21 de maio de 2013;
 CCXXXVI - Lei nº 16.021, de 6 de junho de 2013;
 CCXXXVII - Lei nº 16.022, de 6 de junho de 2013;
 CCXXXVIII - Lei nº 16.026, de 21 de junho de 2013;

CCXXXIX - Lei nº 16.028, de 21 de junho de 2013;
 CCXL - Lei nº 16.058, de 17 de julho de 2013;
 CCXLI - Lei nº 16.064, de 24 de julho de 2013;
 CCXLII - Lei nº 16.065, de 31 de julho de 2013;
 CCXLIII - Lei nº 16.071, de 31 de julho de 2013;
 CCXLIV - Lei nº 16.072, de 31 de julho de 2013;
 CCXLV - Lei nº 16.073, de 31 de julho de 2013;
 CCXLVI - Lei nº 16.084, de 6 de agosto de 2013;
 CCXLVII - Lei nº 16.113, de 11 de setembro de 2013;
 CCXLVIII - Lei nº 16.114, de 11 de setembro de 2013;
 CCXLIX - Lei nº 16.121, de 13 de setembro de 2013;
 CCL - Lei nº 16.122, de 16 de setembro de 2013;
 CCLI - Lei nº 16.136, de 26 de setembro de 2013;
 CCLII - Lei nº 16.152, de 29 de outubro de 2013;
 CCLIII - Lei nº 16.153, de 29 de outubro de 2013;
 CCLIV - Lei nº 16.161, de 7 de novembro de 2013;
 CCLV - Lei nº 16.165, de 12 de novembro de 2013;
 CCLVI - Lei nº 16.166, de 12 de novembro de 2013;
 CCLVII - Lei nº 16.167, de 12 de novembro de 2013;
 CCLVIII - Lei nº 16.199, de 12 de dezembro de 2013;
 CCLIX - Lei nº 16.200, de 12 de dezembro de 2013;
 CCLX - Lei nº 16.322, de 20 de janeiro de 2014;
 CCLXI - Lei nº 16.323, de 20 de janeiro de 2014;
 CCLXII - Lei nº 16.324, de 20 de janeiro de 2014;
 CCLXIII - Lei nº 16.325, de 20 de janeiro de 2014;
 CCLXIV - Lei nº 16.326, de 20 de janeiro de 2014;
 CCLXV - Lei nº 16.327, de 20 de janeiro de 2014;
 CCLXVI - Lei nº 16.339, de 21 de janeiro de 2014;
 CCLXVII - Lei nº 16.343, de 21 de janeiro de 2014;
 CCLXVIII - Lei nº 16.359, de 16 de abril de 2014;
 CCLXIX - Lei nº 16.362, de 23 de abril de 2014;
 CCLXX - Lei nº 16.363, de 23 de abril de 2014;
 CCLXXI - Lei nº 16.364, de 23 de abril de 2014;
 CCLXXII - Lei nº 16.376, de 7 de maio de 2014;
 CCLXXIII - Lei nº 16.384, de 16 de maio de 2014;
 CCLXXIV - Lei nº 16.385, de 16 de maio de 2014;
 CCLXXV - Lei nº 16.403, de 11 de junho de 2014;
 CCLXXVI - Lei nº 16.404, de 11 de junho de 2014;
 CCLXXVII - Lei nº 16.416, de 18 de junho de 2014;
 CCLXXVIII - Lei nº 16.420, de 27 de junho de 2014;
 CCLXXIX - Lei nº 16.421, de 27 de junho de 2014;
 CCLXXX - Lei nº 16.423, de 27 de junho de 2014;
 CCLXXXI - Lei nº 16.434, de 29 de julho de 2014;
 CCLXXXII - Lei nº 16.435, de 29 de julho de 2014;
 CCLXXXIII - Lei nº 16.442, de 29 de julho de 2014;
 CCLXXXIV - Lei nº 16.450, de 08 de agosto de 2014;
 CCLXXXV - Lei nº 16.462, de 19 de agosto de 2014;
 CCLXXXVI - Lei nº 16.463, de 19 de agosto de 2014;
 CCLXXXVII - Lei nº 16.482, de 03 de novembro de 2014;
 CCLXXXVIII - Lei nº 16.488, de 25 de novembro de 2014;
 CCLXXXIX - Lei nº 16.494, de 05 de dezembro de 2014;
 CCXC - Lei nº 16.496, de 05 de dezembro de 2014;
 CCXCI - Lei nº 16.497, de 05 de dezembro de 2014;
 CCXCII - Lei nº 16.498, de 05 de dezembro de 2014;
 CCXCIII - Lei nº 16.521, de 22 de dezembro de 2014;
 CCXCIV - Lei nº 16.526, de 22 de dezembro de 2014;
 CCXCV - Lei nº 16.543, de 23 de dezembro de 2014;
 CCXCVI - Lei nº 16.544, de 23 de dezembro de 2014;
 CCXCVII - Lei nº 16.545, de 23 de dezembro de 2014;
 CCXCVIII - Lei nº 16.546, de 23 de dezembro de 2014;
 CCXCIX - Lei nº 16.547, de 23 de dezembro de 2014;
 CCC - Lei nº 16.548, de 23 de dezembro de 2014;
 CCCI - Lei nº 16.549, de 23 de dezembro de 2014;
 CCCII - Lei nº 16.550, de 23 de dezembro de 2014;
 CCCIII - Lei nº 16.551, de 23 de dezembro de 2014;
 Sala das Sessões,
 Deputado Gelson Merisio - Presidente
 Deputado Aldo Schneider - Vice-Presidente
 Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário
 Deputada Dirce Heiderscheidt - 3ª Secretária

ANEXO I
DIAS ALUSIVOS

DIA	JANEIRO	LEI ORIGINAL Nº
6	Dia da Cultura Açoriana	12.292, de 2002
7	Dia Estadual do Manezinho	15.809, de 2012
12	Dia Estadual do Frentista	15.395, de 2010
17	Dia Estadual do Rio do Peixe	16.435, de 2014
DIA	FEVEREIRO	LEI ORIGINAL Nº
10	Dia Estadual da Mulher Policial Militar	16.546, de 2014
18	Dia Catarinense da Yôga	12.735, de 2003

18	Dia Estadual do Surfe e dos Surfistas	15.572, de 2011
21	Dia Estadual do Imigrante Italiano	14.515, de 2008
24	Dia Estadual da Conquista do Voto Feminino no Brasil	15.950, de 2013
29	Dia Estadual da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras	15.949, de 2013
DIA	MARÇO	LEI ORIGINAL Nº
1	Dia Catarinense da Etnia Alemã	13.206, de 2004
8	Dia Estadual de Debates sobre os Direitos da Mulher	16.362, de 2014
8	Dia Estadual de Conscientização sobre a Igualdade de Gênero	16.544, de 2014
9	Dia Estadual da Ordem Internacional das Filhas de Jó	15.837, de 2012
10	Dia Estadual do Assistente de Educação	15.729, de 2012
11	Dia Estadual do Gestor Público	13.487, de 2005
16	Dia Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD	14.999, de 2009
18	Dia do Artista Plástico Catarinense	13.887, de 2006
18	Dia Estadual da Prevenção ao Desaparecimento de Crianças	13.931, de 2007
18	Dia do DeMolay	14.450, de 2008
21	Dia Estadual do Portador da Síndrome de Down	15.529, de 2011 Alterada pela Lei nº 15.957, de 2013
21	Dia Estadual do Servidor Fazendário do Estado de Santa Catarina	15.792, de 2012
22	Dia Estadual dos Clubes de Caça e Tiro	14.163, de 2007
22	Dia da Água - Dia Estadual de Conscientização e Preservação do Aquífero Guarani no Estado de Santa Catarina	16.421, de 2014
23	Dia Estadual do Naturólogo	16.152, de 2013
25	Dia Estadual do Rio Itajaí-Açu	16.026, de 2013
29	Dia Estadual das Micro e Pequenas Empresas	13.243, de 2004
31	Dia do Oficial da Infância e Juventude	16.497, de 2014
DIA	ABRIL	LEI ORIGINAL Nº
1	Dia Estadual do Direito à Verdade e à Memória	16.549, de 2014
11	Dia Estadual do Kung Fu	16.521, de 2014
24	Dia Estadual do Samurai	15.725, de 2012
24	Dia Estadual da Conscientização sobre a Síndrome da Alienação Parental	15.745, de 2012
24	Dia Estadual de Conscientização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	16.385, de 2014
26	Dia do Tropeiro	13.890, de 2006
28	Dia Estadual de Proteção aos Animais	13.735, de 2006
30	Dia Estadual do Profissional de Eventos	16.442, de 2014
último domingo	Dia Estadual da Consciência Jovem	16.498, de 2014
DIA	MAIO	LEI ORIGINAL Nº
3	Dia Estadual da Imigração Polonesa	14.164, de 2007
11	Dia Estadual da Construção Civil	15.082, de 2010
12	Dia Estadual de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência	13.930, de 2007
12	Dia Catarinense de Combate ao Aquecimento Global	15.354, de 2010
13	Dia do Antigomobilista	15.778, de 2012
13	Dia Estadual do Zootecnista	16.136, de 2013
14	Dia Estadual de Prevenção de Acidentes Tóxicos	13.175, de 2004
15	Dia do Leonismo Catarinense	12.691, de 2003
16	Dia dos Empregados na Área de Asseio e Conservação	13.652, de 2005 Alterada pela Lei nº 15.175, de 2010
17	Dia Estadual de Combate à Homofobia e à Discriminação e Violência em Razão da Orientação Sexual	15.081, de 2010
18	Dia Estadual de Ações de Defesa Civil	14.706, de 2009
19	Dia Estadual de Combate às Hepatites	15.029, de 2009
20	Dia do Técnico e Auxiliar de Enfermagem	13.651, de 2005
22	Dia do Mel e do Apicultor	4.018, de 1967
25	Dia Estadual de Mobilização pela Adoção	11.960, de 2001
25	Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência no Campo	13.462, de 2005
25	Dia do Massoterapeuta	14.074, de 2007
25	Dia Estadual dos Desaparecidos	16.359, de 2014
26	Dia Estadual de Nossa Senhora de Caravaggio	16.324, de 2014
28	Dia Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna	14.303, de 2008
28	Dia Estadual do Brincar	16.058, de 2013
31	Dia Estadual do Ferramenteiro	15.262, de 2010
última quarta-feira	Dia Estadual do Desafio	13.785, de 2006
DIA	MAIO/JUNHO	LEI ORIGINAL Nº
quarta-feira anterior ao domingo de Pentecostes	Dia Estadual de Abertura Oficial da Festa do Divino Espírito Santo	16.482, de 2014
DIA	JUNHO	LEI ORIGINAL Nº
1	Dia do Colunista Social	11.837, de 2001

1	Dia Estadual da Liberdade de Imprensa	15.785, de 2012
1	Dia Estadual do Terapeuta da Alegria	15.918, de 2012
2	Dia da Comunidade Italiana	13.269, de 2005
3	Dia Estadual da Conscientização Social	16.363, de 2014
5	Dia Estadual de Limpeza das Nascentes dos Rios, Córregos e Lagos	11.910, de 2001
5	Dia Catarinense da Educação Ambiental	15.724, de 2012
5	Dia Estadual de Conscientização para Prevenção em Casos de Catástrofes	16.526, de 2014
9	Dia de Anchieta	3.661, de 1965
18	Dia Estadual da Imigração Japonesa	14.181, de 2007
18	Dia Estadual da Pessoa com Deficiência Visual	16.450, de 2014
20	Dia do Oficial de Justiça	13.623, de 2005
20	Dia do Vigilante	14.792, de 2009
20	Dia Estadual do Agente Penitenciário	15.618, de 2011
22	Dia do Orquídeófilo	15.177, de 2010
24	Dia Estadual das Organizações não Governamentais	15.469, de 2011
29	Dia do Pescador	2.581, de 1960
29	Dia Estadual da Pesca	15.027, de 2009
29	Dia Estadual do Engenheiro de Petróleo	16.404, de 2014
primeiro domingo	Dia Estadual do Vinho	14.711, de 2009
último sábado	Dia Estadual da Marcha para Jesus	13.174, de 2004
DIA	JULHO	LEI ORIGINAL Nº
5	Dia Estadual do Administrador Público	14.180, de 2007
12	Dia Estadual do Agente Comunitário de Saúde	13.326, de 2005
12	Dia da Fitoterapia	16.072, de 2013
20	Dia Estadual do Bandoneon	14.934, de 2009
24	Dia Estadual do Suinocultor	14.479, de 2008
24	Dia Estadual da Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina	14.787, de 2009
25	Dia Estadual da Mulher Negra	14.869, de 2009
26	Dia Estadual do Tradutor/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	16.364, de 2014
28	Dia da Imprensa Catarinense	12.946, de 2004
29	Dia do Avicultor	5.427, de 1978
29	Dia Estadual do Parapsicólogo	15.084, de 2010 Alterada pela Lei nº 15.190, de 2010
DIA	AGOSTO	LEI ORIGINAL Nº
7	Dia Estadual em Comemoração à Lei Maria da Penha	15.083, de 2010
9	Dia Estadual de Mobilização pela Vida	12.347, de 2002
10	Dia Estadual da Eubiose	15.985, de 2013
11	Dia do Estado de Santa Catarina	12.906, de 2004 Alterada pela Lei nº 13.408, de 2005
11	Dia Estadual dos Pioneiros	14.935, de 2009
11	Transfere, simbolicamente, a Capital do Estado de Santa Catarina para o Município de São Francisco do Sul	15.109, de 2010
11	Dia Estadual do Garçom	15.805, de 2012
11	Dia Estadual do Vereador Mirim	15.946, de 2013
17	Dia Estadual da Mulher Empresária	13.583, de 2005
17	Dia da Paternidade Responsável	15.153, de 2010
18	Dia do Estivador (consagrado a essa classe e à dos Portuários)	1.704, de 1957
19	Dia Estadual do Fotógrafo e da Fotografia	12.146, de 2002
20	Dia do Maçom	13.461, de 2005
22	Dia do Folclore	4.287, de 1969
24	Dia Estadual da Imigração Ucraniana	14.302, de 2008
25	Dia Estadual da Pastoral da Criança	15.466, de 2011
25	Dia Estadual do Servente Escolar	16.200, de 2013
28	Dia Estadual do Tae Kwon Do Olímpico	15.352, de 2010
29	Dia de Combate à Intolerância Religiosa	15.987, de 2013
30	Dia Estadual de Anita Garibaldi	15.486, de 2011
30	Dia Estadual de Prevenção e Informação sobre Esclerose Múltipla	16.494, de 2014
31	Dia do Farmacêutico	15.401, de 2010
31	Dia Estadual do Nutricionista	16.550, de 2014
DIA	SETEMBRO	LEI ORIGINAL Nº
1	Dia do Profissional de Educação Física	13.244, de 2004
4	Dia Estadual em Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos	15.786, de 2012
5	Dia Estadual de Divulgação, Prevenção e Combate à Fibrose Cística	14.252, de 2007
5	Dia Estadual da Ave	15.261, de 2010
6	Dia do Alfaiate	3.709, de 1965
6	Dia Estadual do Atleta Profissional de Futebol	14.214, de 2007
8	Dia do Trabalhador Artesanal	12.943, de 2004
9	Dia da Indústria da Construção	13.268, de 2005
9	Dia Estadual do Sindicalista	16.199, de 2013
10	Dia Estadual do Gaiteiro	13.628, de 2005

15	Dia do Cliente	13.980, de 2007
15	Dia Estadual da Democracia	15.400, de 2010
15	Dia Estadual em Defesa da Pessoa Idosa	15.923, de 2012
18	Dia do Bacharel em Agronegócios	13.463, de 2005
18	Dia Estadual de Limpeza das Praias	14.558, de 2008
21	Dia do Radialista	12.845, de 2003
21	Dia do Auditor Fiscal Tributário	14.662, de 2009
22	Dia Catarinense sem Carros	12.641, de 2003
22	Dia do Lojista Catarinense	13.208, de 2004
22	Dia dos Catadores de Materiais Recicláveis	13.505, de 2005
22	Dia de Valorização da Ética na Política	13.681, de 2006
22	Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil	14.786, de 2009
22	Dia Estadual do Paradesporto	16.322, de 2014
23	Dia da Proteção à Vida e ao Meio Ambiente	8.617, de 1992
23	Dia do Técnico Industrial	10.059, de 1995
23	Dia do Profissional de Beleza	14.215, de 2007
23	Dia Estadual dos Agentes da Autoridade de Trânsito	16.326, de 2014
24	Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infante-Juvenil	11.460, de 2000
26	Dia Estadual dos Surdos	12.882, de 2004
26	Dia Estadual de Prevenção a Acidentes	16.384, de 2014
27	Dia Estadual dos Celíacos	12.244, de 2002
27	Dia Estadual dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade	13.270, de 2005
27	Dia Estadual do Cuidador de Idosos	16.073, de 2013
29	Dia Estadual do Escritor	12.844, de 2003
segundo domingo	Dia Estadual do Mecânico	10.233, de 1996
DIA	OUTUBRO	LEI ORIGINAL Nº
1	Dia Estadual do Vereador	14.165, de 2007
1	Dia de Combate ao Crack	14.873, de 2009
3	Dia Estadual da Agroecologia	16.166, de 2013
4	Dia Estadual de Conscientização sobre os Cuidados com os Animais Domésticos	16.420, de 2014
8	Dia da Preservação dos Direitos da Gestante e do Nascituro	15.730, de 2012
9	Dia Estadual do Cidadão da Paz	14.326, de 2008
9	Dia Estadual do Socorrista Emergencista	15.398, de 2010
10	Dia do Motorista de Ambulância	13.522, de 2005
10	Dia do Produtor de Leite	15.924, de 2012
11	Dia Estadual de Combate ao Trabalho Infantil	13.271, de 2005
12	Dia Estadual do Desarmamento Infantil	12.014, de 2001
12	Dia do Passeio Ciclístico	15.989, de 2013
12	Dia Estadual de Luta pela Educação Infantil	16.011, de 2013
14	Dia Catarinense do Aposentado	12.378, de 2002
15	Dia do Professor	145, de 1948
16	Dia Estadual do Jovem Agricultor	11.696, de 2001
16	Dia Estadual da Juventude Rural	16.167, de 2013
19	Dia do Coralista	6.675, de 1985
19	Dia Estadual da Associação Brasil Soka Gakkai Internacional (SGI)	14.878, de 2009
21	Dia do Ecumenismo	16.113, de 2013
22	Data do centenário da Guerra do Contestado	15.726, de 2012
25	Dia Estadual de Oração pela Paz	12.174, de 2002
26	Dia do Rotariano Catarinense	13.272, de 2005
27	Dia do Conselheiro Tutelar	14.034, de 2007
28	Dia Estadual do Produtor de Tabaco	16.114, de 2013
29	Dia Estadual do Cerimonialista	14.622, de 2009
31	Dia da Reforma Luterana	14.932, de 2009
DIA	NOVEMBRO	LEI ORIGINAL Nº
3	Dia Estadual do Cuidador Terapêutico	16.325, de 2014
5	Dia do Técnico Agrícola	7.500, de 1988
5	Dia Estadual do Empreendedor	12.072, de 2001
10	Dia do Cardiopata Catarinense	13.653, de 2005
10	Dia da Engenharia Rodoviária	13.932, de 2007
14	Dia Estadual do Combate ao Diabetes	14.301, de 2008
18	Dia Estadual do Microcrédito Orientado	14.931, de 2009
19	Dia Estadual do Taxista	13.738, de 2006
20	Dia Estadual e a Semana Comemorativa da Capoeira	15.260, de 2010
20	Dia da Raça Negra	15.847, de 2012
21	Dia Estadual do Livro	13.835, de 2006
22	Dia da Seicho-No-Ie	13.176, de 2004
22	Dia Estadual da Ginástica Laboral	16.153, de 2013
23	Dia Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer Infante-juvenil	15.367, de 2010
23	Dia Estadual de Combate ao Câncer Infantil	16.161, de 2013
24	Dia do Rio	13.748, de 2006
24	Dia Estadual da Cultura Evangélica	14.883, de 2009
24	Dia Estadual do Tecnólogo	15.727, de 2012

25	Dia de Santa Catarina de Alexandria	10.306, de 1996 Alterada pela Lei nº 11.213, de 1999 e pela Lei nº 12.906, de 2004
27	Dia Estadual da Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC)	14.415, de 2008
28	Dia em Defesa da Vida, da Democracia e da Justiça	15.860, de 2012
29	Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino	13.850, de 2006
30	Dia Estadual do Evangélico	15.399, de 2010
DIA	DEZEMBRO	LEI ORIGINAL Nº
2	Dia do Artista Circense	13.784, de 2006
3	Dia Estadual do Plantio de Árvores Nativas	14.510, de 2008
3	Dia Estadual de Combate à Pirataria e à Biopirataria	15.880, de 2012
5	Dia Estadual do Voluntário	16.551, de 2014
6	Dia Estadual do Extensionista Rural	15.838, de 2012
6	Dia de Mobilização Estadual dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres	16.488, de 2014
8	Dia Estadual pela Paz no Futebol	16.462, de 2014
11	Dia Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) e da Federação Catarinense das APAES	16.065, de 2013
14	Dia Estadual do Empreendedor Individual	15.397, de 2010
16	Dia Estadual da Solidariedade	13.022, de 2004
20	Dia do Desportista Catarinense	13.207, de 2004
20	Dia Estadual dos Profissionais e Voluntários das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), Associações de Pais e Amigos do Autista (Amas), Associação dos Pais e Amigos dos Surdos (APAS) e das demais instituições especializadas no atendimento à pessoa com deficiência	16.084, de 2013
segundo domingo	Dia da Bíblia	9.592, de 1994

**ANEXO II
SEMANAS ALUSIVAS**

SEMANA	JANEIRO	LEI ORIGINAL Nº
última semana	Semana Estadual de Educação Preventiva contra a Hanseníase	15.368, de 2010
SEMANA	ABRIL	LEI ORIGINAL Nº
período entre os dias 18 e 22	Semana de Incentivo à Leitura	13.076, de 2004
segunda semana	Semana da Boa Postura da Coluna Vertebral	14.304, de 2008
primeira semana	Semana Estadual de Estudo e Conscientização sobre o Autismo	15.728, de 2012
período entre os dias 24 e 30	Semana Estadual da Conscientização sobre a Síndrome da Alienação Parental	15.745, de 2012
período entre os dias 14 e 21	Semana Estadual da Cidadania	16.121, de 2013
última semana	Semana Estadual do Mate	16.323, de 2014
SEMANA	MAIO	LEI ORIGINAL Nº
período entre os dias 08 e 15	Semana Estadual da Família	9.866, de 1995
segunda semana	Semana do Aleitamento Materno	14.030, de 2007
primeira semana	Semana de Conscientização de Acidentes no Trabalho	14.077, de 2007
tendo como referência o dia 28	Semana de Saúde da Mulher	14.082, de 2007
tendo como referência o dia 25	Semana Estadual da Adoção	14.305, de 2008
primeira semana	Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho	14.412, de 2008
período entre os dias 18 e 24	Semana Estadual de Ações de Defesa Civil	14.706, de 2009
segunda semana	Semana Estadual de Valorização da Vida	14.884, de 2009
terceira semana	Semana Estadual de Combate às Hepatites	15.615, de 2011
tendo como referência o dia 18	Semana Estadual de Valorização dos Profissionais da Educação	15.735, de 2012
terceira semana	Semana Catarinense de Conscientização da Saúde da População Negra	15.948, de 2013
tendo como referência dia 19	Semana Estadual de Doação de Leite Humano	15.952, de 2013
tendo como referência o dia 27	Semana Catarinense de Conscientização do Bioma Mata Atlântica	16.021, de 2013
segunda quinzena	Semana Estadual dos Jogos Educativos	16.339, de 2014
SEMANA	JUNHO	LEI ORIGINAL Nº
última semana	Semana Estadual de Incentivo e de Valorização dos Doadores de Sangue e de Medula Óssea	15.449, de 2011 Alterada pela Lei nº 15.540, de 2011
segunda semana	Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor	15.833, de 2012
tendo como referência o dia 5	Semana Catarinense do Meio Ambiente	15.921, de 2012
primeira semana	Semana Catarinense de Reciclagem nas Escolas Públicas Estaduais	16.004, de 2013
tendo como referência o dia 5	Semana de Conscientização do Uso de Fontes de Energia Limpa	16.022, de 2013

última semana	Semana Catarinense do Esporte Educacional	16.064, de 2013 Alterada pela Lei nº 16.376, de 2014
SEMANA	JULHO	LEI ORIGINAL Nº
última semana	Semana Juliana no Estado de Santa Catarina	8.620, de 1992 Alterada pela Lei nº 13.688, de 2006
tendo como referência o dia 2	Semana Estadual dos Direitos Humanos	10.194, de 1996
última semana	Semana da Segurança do Motociclista	14.118, de 2007
período entre os dias 13 e 19	Semana Estadual de Conscientização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	14.431, de 2008
segunda semana	Semana Estadual de Valorização e Promoção dos Autodefensores das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs)	16.327, de 2014
última semana	Semana Estadual da Cavalgada	16.543, de 2014
primeira semana	Semana da Conscientização contra a Obesidade Infantil	16.547, de 2014
SEMANA	AGOSTO	LEI ORIGINAL Nº
período entre os dias 21 a 28	Semana Estadual da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla	14.516, de 2008 Alterada pela Lei nº 15.954, de 2013
primeira semana	Semana Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer de Próstata	15.396, de 2010
segunda semana	Semana da Segurança do Ciclista	15.947, de 2013
primeira semana	Semana Estadual de Conscientização do Planejamento Familiar	16.403, de 2014
primeira semana	Semana Estadual de Combate à Má Postura Corporal	16545, de 2014
SEMANA	SETEMBRO	LEI ORIGINAL Nº
primeira semana	Semana de Tradição Gaúcha	13.786, de 2006
segunda semana	Semana da Tipagem Sanguínea	13.981, de 2007
período entre os dias 21 e 27	Semana de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos	14.930, de 2009
primeira semana	Semana Estadual da Juventude Catarinense	15487, de 2011
última semana	Semana Estadual de Educação Preventiva e do Enfrentamento da Obesidade Mórbida	15.571, de 2011
última semana	Semana da Atividade Física	15.951, de 2013
tendo como referência o dia 22	Semana Estadual de Mobilidade Urbana	16.122, de 2013
última semana	Semana Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs)	16.434, de 2014
SEMANA	OUTUBRO	LEI ORIGINAL Nº
período entre os dias 1º e 7	Semana da Ciência e Tecnologia	4.147, de 1968
tendo como referência o dia 25	Semana Estadual de Promoção da Saúde Bucal	12.062, de 2001
período entre os dias 20 e 27	Semana do Contestado	12.143, de 2002
período entre os dias 5 e 12	Semana Estadual da Cultura da Paz	12.865, de 2004 Alterada pela Lei nº 13.834, de 2006
tendo como referência o dia 15	Semana de Defesa e Valorização da Língua Portuguesa	13.451, de 2005
tendo como referência o dia 23	Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal	14.058, de 2007
primeira semana	Semana Estadual da Pastoral da Criança Zilda Arns	15.178, de 2010
primeira semana	Semana de Prevenção e Combate às Enchentes	16.071, de 2013
coincidente com a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	Semana Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.	16.343, de 2014
período entre o dia 12	Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com Crianças	16.423, de 2014
SEMANA	NOVEMBRO	LEI ORIGINAL Nº
período entre os dias 24 e 30	Semana de Celebração da Cultura e dos Movimentos Evangélicos	14.253, de 2007
última semana	Semana Estadual de Mobilização e Combate à Violência Contra a Mulher	15.142, de 2010 Alterada pela Lei nº 16.165, de 2013
período entre os dias 13 e 20	Semana Estadual do Hip Hop	15.353, de 2010
coincidirá com a data estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça	Semana Estadual da Conciliação	15.445, de 2011
período entre os dias 18 e 24	Semana Estadual da Consciência Negra	15.983, de 2013
SEMANA	DEZEMBRO	LEI ORIGINAL Nº
segunda semana	Semana de Prevenção ao Câncer de Mama	11.514, de 2000 Alterada pela Lei nº 14.414, de 2008
período entre os dias 16 e 23	Semana Estadual da Amizade Brasil-Japão	15.324, de 2010
primeira semana	Semana Estadual de Conscientização a Doações ao Fundo para a Infância e Adolescência Estadual (FIA).	16.496, de 2014

**ANEXO III
MESES ALUSIVOS**

MAIO	LEI ORIGINAL Nº
Maio Amarelo - realização de ações preventivas de redução de acidentes de trânsito	16.548, de 2014
JUNHO	LEI ORIGINAL Nº
Mês antidrogas	11.232, de 1999
OUTUBRO	LEI ORIGINAL Nº
Outubro Rosa - realização de ações preventivas à integridade da saúde da mulher	16.028, de 2013
NOVEMBRO	LEI ORIGINAL Nº
Mês de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra	13.936, de 2007
Novembro Azul - desenvolvimento de ações de prevenção e conscientização à saúde do homem	16.416, de 2014

**ANEXO IV
FESTIVIDADES ALUSIVAS**

JANEIRO	LEI ORIGINAL Nº
Festa da Maçã	3.302, de 1963
Festa da Uva	3.382, de 1963
MAIO	LEI ORIGINAL Nº
KerbFest	16.463, de 2014
SETEMBRO	LEI ORIGINAL Nº
Festa do Mate	3.664, de 1965
OUTUBRO	LEI ORIGINAL Nº
Comemorações oficiais alusivas ao Dia do Médico	4.775, de 1972
NOVEMBRO	LEI ORIGINAL Nº
Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados	3.497, de 1964
ANUALMENTE	LEI ORIGINAL Nº
Festa Nacional do Feijão em Variedade	12.550, de 2002
Festival Estadual de Teatro Estudantil	13.789, de 2006

Lido no Expediente
Sessão de 20/08/15

Justificativa

O presente Projeto de Lei visa consolidar as Leis que dispõem sobre a instituição de datas comemorativas e festividades no âmbito do Estado de Santa Catarina.

O Projeto de Lei foi elaborado pela Comissão Parlamentar constituída por meio do Ato da Presidência nº 007-DL, de 26 de fevereiro de 2015, com o apoio técnico dos servidores da Assembleia Legislativa designados pelos Atos da Presidência nº 003, de 16 de março de 2015, e nº 006, de 14 de maio de 2015.

Durante a execução dos trabalhos as leis catarinenses foram classificadas por temas conexos e afins, sendo que para a consolidação deste conjunto de leis foram selecionadas aquelas que instituem datas comemorativas e festividades no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A aprovação deste Projeto de Lei ensejará na revogação de 303 (trezentos e três) leis, a contar do ano de 1948 até o ano de 2014.

Finalizada esta etapa dos trabalhos da Comissão Parlamentar, a Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições constitucionais, tem a satisfação de encaminhar a presente matéria para análise dos senhores Deputados.

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Aldo Schneider - Vice-Presidente

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - 3ª Secretária

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0336.0/2015

Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo consolidar as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. Esta Lei consolidadora não gera qualquer novo direito, mas mantém integralmente todos os direitos plenamente adquiridos nos termos das Leis consolidadas referidas no art. 2º.

Art. 2º Ficam consolidadas, nos termos desta Lei e seus Anexos I e II, a Lei nº 308, de 24 de setembro de 1949; Lei Promulgada nº 34, de 12 de janeiro de 1952; Lei Promulgada nº 37, de 12 de janeiro de 1952; Lei Promulgada nº 43, de 16 de maio de 1952; Lei Promulgada nº 44, de 16 de maio de 1952; Lei Promulgada nº 71, de 10 de novembro de 1952; Lei Promulgada nº 150, de 10 de maio de 1954; Lei Promulgada nº 179, de 29 de novembro de 1954; Lei nº 1.337, de 12 de agosto de 1955; Lei nº 1.601, de 14 de dezembro de 1956; Lei Promulgada nº 324, de 12 de novembro de 1957; Lei Promulgada nº 325, de 12 de novembro de 1957; Lei nº 1.992, de 20 de abril de 1959; Lei nº 2.029, de 9 de junho de 1959; Lei Promulgada nº 437, de 27 de agosto de 1959; Lei Promulgada nº 580,

de 21 de julho de 1960; Lei nº 2.855, de 30 de setembro de 1961; Lei nº 2.952, de 23 de dezembro de 1961; Lei Promulgada nº 812, de 3 de janeiro de 1962; Lei nº 3.016, de 06 de abril de 1962; Lei nº 3.213, de 7 de junho de 1963; Lei nº 3.253, de 5 de julho de 1963; Lei nº 3.299, de 31 de agosto de 1963; Lei nº 3.380, de 18 de dezembro de 1963; Lei nº 3.347, de 22 de dezembro de 1963; Lei nº 3.473, de 10 de julho de 1964; Lei nº 3.477, de 24 de julho de 1964; Lei nº 3.541, de 26 de outubro de 1964; Lei Promulgada nº 1.014, de 30 de dezembro de 1964; Lei Promulgada nº 1.015, de 25 de fevereiro de 1965; Lei nº 3.643, de 8 de junho de 1965; Lei nº 3.644, de 8 de junho de 1965; Lei nº 3.667, de 24 de junho de 1965; Lei nº 3.683, de 8 de julho de 1965; Lei nº 3.706, de 4 de agosto de 1965; Lei nº 3.724, de 18 de novembro de 1965; Lei nº 3.735, de 19 de novembro de 1965; Lei nº 3.756, de 17 de dezembro de 1965; Lei nº 3.761, de 17 de dezembro de 1965; Lei nº 3.794, de 2 de fevereiro de 1966; Lei nº 3.801, de 17 de fevereiro de 1966; Lei nº 3.823, de 4 de maio de 1966; Lei nº 3.873, de 1 de julho de 1966; Lei Promulgada nº 1.050, de 26 de agosto de 1966; Lei nº 3.880, de 30 de agosto de 1966; Lei nº 3.906, de 26 de setembro de 1966; Lei nº 3.915, de 29 de setembro de 1966; Lei nº 4.021, de 18 de agosto de 1967; Lei nº 4.066, de 24 de outubro de 1967; Lei Promulgada nº 1.075, de 08 de janeiro de 1968; Lei Promulgada nº 1.077, de 16 de janeiro de 1968; Lei Promulgada nº 1.078, de 23 de julho de 1968; Lei nº 4.218, de 18 de setembro de 1968; Lei nº 4.293, de 7 de abril de 1969; Lei nº 4.304, de 29 de abril de 1969; Lei nº 4.328, de 18 de junho de 1969; Lei Promulgada nº 1.080, de 15 de julho de 1969; Lei nº 4.389, de 7 de novembro de 1969; Lei nº 4.433, de 20 de maio de 1970; Lei nº 4.446, de 02 de junho de 1970; Lei Promulgada nº 1.083, de 5 de agosto de 1970; Lei Promulgada nº 1.085, de 2 de outubro de 1970; Lei nº 4.539, de 30 de novembro de 1970; Lei nº 4.573, de 22 de junho de 1971; Lei nº 4.595, de 5 de agosto de 1971; Lei nº 4.639, de 15 de outubro de 1971; Lei nº 4.642, de 21 de outubro de 1971; Lei nº 4.729, de 14 de junho de 1972; Lei nº 4.730, de 14 de junho de 1972; Lei nº 4.758, de 30 de junho de 1972; Lei Promulgada nº 1.089, de 7 de agosto de 1972; Lei nº 4.804, de 4 de dezembro de 1972; Lei nº 4.805, de 4 de dezembro de 1972; Lei nº 4.875, de 28 de junho de 1973; Lei nº 4.883, de 29 de junho de 1973; Lei nº 4.884, de 29 de junho de 1973; Lei nº 4.931, de 16 de outubro de 1973; Lei nº 4.934, de 22 de outubro de 1973; Lei Promulgada nº 1.093, de 7 de novembro de 1973; Lei nº 4.965, de 26 de novembro de 1973; Lei nº 5.011, de 10 de junho de 1974; Lei nº 5.044, de 28 de junho de 1974; Lei nº 5.046, de 2 de julho de 1974; Lei Promulgada nº 1.094, de 22 de julho de 1974; Lei Promulgada nº 1.095, de 22 de julho de 1974; Lei nº 5.158, de 4 de novembro de 1975; Lei nº 5.189, de 23 de novembro de 1975; Lei nº 5.273, de 22 de outubro de 1976; Lei nº 5.300, de 25 de maio de 1977; Lei nº 5.302, de 26 de maio de 1977; Lei nº 5.324, de 22 de junho de 1977; Lei nº 5.327, de 30 de junho de 1977; Lei nº 5.336, de 26 de agosto de 1977; Lei nº 5.340, de 30 de agosto de 1977; Lei nº 5.346, de 2 de setembro de 1977; Lei nº 5.398, de 30 de novembro de 1977; Lei nº 5.399, de 30 de novembro de 1977; Lei nº 5.370, de 21 de novembro de 1977; Lei nº 5.414, de 27 de abril de 1978;

Lei nº 5.420, de 29 de maio de 1978; Lei nº 5.421, de 29 de maio de 1978; Lei nº 5.424, de 29 de maio de 1978; Lei nº 5.435, de 13 de junho de 1978; Lei nº 5.436, de 13 de junho de 1978; Lei nº 5.437, de 13 de junho de 1978; Lei nº 5.447, de 19 de junho de 1978; Lei nº 5.448, de 19 de junho de 1978; Lei nº 5.452, de 28 de junho de 1978; Lei nº 5.453, de 28 de junho de 1978; Lei nº 5.454, de 28 de junho de 1978; Lei nº 5.470, de 24 de agosto de 1978; Lei nº 5.491, de 12 de outubro de 1978; Lei nº 5.493, de 12 de outubro de 1978; Lei nº 5.500, de 12 de outubro de 1978; Lei nº 5.501, de 12 de outubro de 1978; Lei nº 5.512, de 20 de fevereiro de 1979; Lei nº 5.515, de 28 de fevereiro de 1979; Lei nº 5.523, de 28 de fevereiro de 1979; Lei nº 5.535, de 31 de maio de 1979; Lei nº 5.537, de 31 de maio de 1979; Lei nº 5.538, de 31 de maio de 1979; Lei nº 5.547, de 21 de junho de 1979; Lei nº 5.548, de 28 de junho de 1979; Lei nº 5.550, de 28 de junho de 1979; Lei nº 5.568, de 3 de setembro de 1979; Lei nº 5.569, de 11 de setembro de 1979; Lei nº 5.589, de 30 de setembro de 1979; Lei nº 5.590, de 30 de setembro de 1979; Lei nº 5.599, de 18 de outubro de 1979; Lei nº 5.600, de 18 de outubro de 1979; Lei nº 5.601, de 25 de outubro de 1979; Lei nº 5.602, de 25 de outubro de 1979; Lei nº 5.603, de 25 de outubro de 1979; Lei nº 5.634, de 30 de novembro de 1979; Lei nº 5.648, de 30 de novembro de 1979; Lei nº 5.651, de 30 de novembro de 1979; Lei nº 5.657, de 30 de novembro de 1979; Lei nº 5.680, de 8 de maio de 1980; Lei nº 5.686, de 14 de maio de 1980; Lei nº 5.691, de 14 de maio de 1980; Lei nº 5.693, de 21 de maio de 1980; Lei nº 5.694, de 27 de maio de 1980; Lei nº 5.706, de 3 de junho de 1980; Lei nº 5.707, de 3 de junho de 1980; Lei nº 5.721, de 25 de junho de 1980; Lei nº 5.722, de 25 de junho de 1980; Lei nº 5.723, de 25 de junho de 1980; Lei nº 5.724, de 25 de junho de 1980; Lei nº 5.729, de 25 de junho de 1980; Lei nº 5.733, de 30 de junho de 1980; Lei nº 5.736, de 30 de junho de 1980; Lei nº 5.738, de 30 de junho de 1980; Lei nº 5.740, de 30 de junho de 1980; Lei nº 5.748, de 20 de agosto de 1980; Lei nº 5.749, de 20 de agosto de 1980; Lei nº 5.752, de 1º de setembro de 1980; Lei nº 5.753, de 1º de setembro de 1980; Lei nº 5.754, de 1º de setembro de 1980; Lei nº 5.757, de 1º de setembro de 1980; Lei nº 5.758, de 1º de setembro de 1980; Lei nº 5.759, de 1º de setembro de 1980; Lei nº 5.765, de 23 de setembro de 1980; Lei nº 5.768, de 23 de setembro de 1980; Lei nº 5.785, de 8 de outubro de 1980; Lei nº 5.794, de 22 de outubro de 1980; Lei nº 5.824, de 27 de novembro de 1980; Lei nº 5.837, de 18 de dezembro de 1980; Lei nº 5.838, de 18 de dezembro de 1980; Lei nº 5.843, de 22 de dezembro de 1980; Lei nº 5.868, de 7 de maio de 1981; Lei nº 5.869, de 7 de maio de 1981; Lei nº 5.870, de 7 de maio de 1981; Lei nº 5.873, de 7 de maio de 1981; Lei nº 5.879, de 22 de maio de 1981; Lei nº 5.883, de 8 de junho de 1981; Lei nº 5.884, de 8 de junho de 1981; Lei nº 5.885, de 8 de junho de 1981; Lei nº 5.904, de 17 de junho de 1981; Lei nº 5.905, de 17 de junho de 1981; Lei nº 5.906, de 17 de junho de 1981; Lei nº 5.916, de 13 de julho de 1981; Lei nº 5.918, de 25 de agosto de 1981; Lei nº 5.919, de 25 de agosto de 1981; Lei nº 5.920, de 25 de agosto de 1981; Lei nº 5.934, de 14 de setembro de 1981; Lei nº 5.935, de 14 de setembro de 1981; Lei nº 5.936, de 14 de setembro de 1981; Lei nº 5.937, de 14 de setembro de 1981; Lei nº 5.950, de 30 de setembro de 1981; Lei nº 5.951, de 14 de outubro de 1981; Lei nº 5.953, de 23 de outubro de 1981; Lei nº 5.955, de 30 de outubro de 1981; Lei nº 5.956, de 30 de outubro de 1981; Lei nº 5.957, de 30 de outubro de 1981; Lei nº 5.958, de 30 de outubro de 1981; Lei nº 5.959, de 30 de outubro de 1981; Lei nº 5.962, de 5 de novembro de 1981; Lei nº 5.966, de 11 de novembro de 1981; Lei nº 5.967, de 11 de novembro de 1981; Lei nº 5.968, de 11 de novembro de 1981; Lei nº 5.969, de 11 de novembro de 1981; Lei nº 5.970, de 11 de novembro de 1981; Lei nº 5.971, de 11 de novembro de 1981; Lei nº 5.993, de 15 de dezembro de 1981; Lei nº 5.998, de 15 de dezembro de 1981; Lei nº 6.021, de 15 de dezembro de 1981; Lei nº 6.022, de 15 de dezembro de 1981; Lei nº 6.026, de 17 de fevereiro de 1982; Lei nº 6.028, de 17 de fevereiro de 1982; Lei nº 6.045, de 17 de fevereiro de 1982; Lei nº 6.051, de 5 de maio de 1982; Lei nº 6.076, de 31 de maio de 1982; Lei nº 6.083, de 30 de junho de 1982; Lei nº 6.086, de 8 de julho de 1982; Lei nº 6.096, de 8 de julho de 1982; Lei nº 6.097, de 15 de julho de 1982; Lei nº 6.098, de 15 de julho de 1982; Lei nº 6.099, de 15 de julho de 1982; Lei nº 6.113, de 25 de agosto de 1982; Lei nº 6.120, de 1º de setembro de 1982; Lei nº 6.257, de 7 de setembro de 1983; Lei nº 6.267, de 28 de setembro de 1983; Lei nº 6.291, de 14 de novembro de 1983; Lei nº 6.321, de 21 de dezembro de 1983; Lei nº 6.338, de 21 de maio de 1984; Lei nº 6.351, de 18 de junho de 1984; Lei nº 6.352, de 18 de junho de 1984; Lei nº 6.361, de 28 de junho de 1984; Lei nº 6.376, de 8 de julho de 1984; Lei nº 6.393, de 12 de julho de 1984; Lei nº 6.402, de 17 de agosto de 1984; Lei nº 6.420, de 9 de outubro de 1984; Lei nº 6.454, de 20 de novembro de 1984; Lei nº 6.460, de 20 de novembro de 1984; Lei nº 6.495, de 11 de dezembro de 1984; Lei nº 6.496, de 11 de dezembro de 1984; Lei nº 6.506, de 11 de dezembro de 1984; Lei nº 6.549, de 21 de junho de 1985; Lei nº 6.560, de 21 de junho de 1985; Lei nº 6.561, de 21 de junho de 1985; Lei nº 6.562, de 21 de junho de 1985; Lei nº 6.624, de 9 de setembro de 1985; Lei nº 6.631, de 17 de setembro de 1985; Lei nº 6.650, de 3 de outubro de 1985; Lei nº 6.676, de 31 de outubro de 1985; Lei nº 6.678, de 5 de novembro de 1985; Lei nº 6.690, de 19 de novembro de

1985; Lei nº 6.691, de 19 de novembro de 1985; Lei nº 6.692, de 19 de novembro de 1985; Lei nº 6.693, de 19 de novembro de 1985; Lei nº 6.758, de 14 de maio de 1986; Lei nº 6.761, de 20 de maio de 1986; Lei nº 6.797, de 17 de junho de 1986; Lei nº 6.853, de 5 de setembro de 1986; Lei nº 6.854, de 5 de setembro de 1986; Lei nº 6.870, de 25 de setembro de 1986; Lei nº 6.912, de 29 de dezembro de 1986; Lei nº 6.999, de 14 de julho de 1987; Lei nº 7.003, de 26 de agosto de 1987; Lei nº 7.073, de 10 de outubro de 1987; Lei nº 7.180, de 30 de março de 1988; Lei nº 7.182, de 30 de março de 1988; Lei nº 7.191, de 30 de março de 1988; Lei nº 7.311, de 6 de junho de 1988; Lei nº 7.312, de 06 de junho de 1988; Lei nº 7.406, de 5 de setembro de 1988; Lei nº 7.576, de 12 de abril de 1989; Lei nº 7.593, de 14 de junho de 1989; Lei nº 7.594, de 14 de junho de 1989; Lei nº 7.700, de 25 de julho de 1989; Lei nº 7.955, de 28 de maio de 1990; Lei nº 7.957, de 28 de maio de 1990; Lei nº 8.033, de 18 de julho de 1990; Lei nº 8.068, de 17 de setembro de 1990; Lei nº 8.069, de 17 de setembro de 1990; Lei nº 8.071, de 20 de setembro de 1990; Lei nº 8.077, de 27 de setembro de 1990; Lei nº 8.143, de 19 de novembro de 1990; Lei nº 8.214, de 03 de janeiro de 1991; Lei nº 8.215, de 3 de janeiro de 1991; Lei nº 8.217, de 3 de janeiro de 1991; Lei nº 8.219, de 03 de janeiro de 1991; Lei nº 8.229, de 14 de janeiro de 1991; Lei nº 8.270, de 18 de junho de 1991; Lei nº 8.292, de 8 de julho de 1991; Lei nº 8.293, de 8 de julho de 1991; Lei nº 8.294, de 8 de julho de 1991; Lei nº 8.419, de 4 de dezembro de 1991; Lei nº 8.420, de 4 de dezembro de 1991; Lei nº 8.421, de 4 de dezembro de 1991; Lei nº 8.422, de 4 de dezembro de 1991; Lei nº 8.490, de 18 de dezembro de 1991; Lei nº 8.491, de 18 de dezembro de 1991; Lei nº 8.492, de 18 de dezembro de 1991; Lei nº 8.615, de 21 de maio de 1992; Lei nº 8.619, de 22 de maio de 1992; Lei nº 8.690, de 30 de junho de 1992; Lei nº 8.763, de 30 de julho de 1992; Lei nº 8.764, de 14 de agosto de 1992; Lei nº 8.796, de 29 de setembro de 1992; Lei nº 8.900, de 16 de dezembro de 1992; Lei nº 8.908, de 22 de dezembro de 1992; Lei nº 8.955, de 7 de janeiro de 1993; Lei nº 8.956, de 7 de janeiro de 1993; Lei nº 8.957, de 7 de janeiro de 1993; Lei nº 9.005, de 13 de abril de 1993; Lei nº 9.006, de 13 de abril de 1993; Lei nº 9.114, de 7 de junho de 1993; Lei nº 9.115, de 7 de junho de 1993; Lei nº 9.175, de 23 de julho de 1993; Lei nº 9.235, de 21 de setembro de 1993; Lei nº 9.236, de 21 de setembro de 1993; Lei nº 9.347, de 14 de dezembro de 1993; Lei nº 9.348, de 14 de dezembro de 1993; Lei nº 9.386, de 17 de dezembro de 1993; Lei nº 9.387, de 17 de dezembro de 1993; Lei nº 9.421, de 7 de janeiro de 1994; Lei nº 9.422, de 7 de janeiro de 1994; Lei nº 9.639, de 4 de julho de 1994; Lei nº 9.591, de 17 de maio de 1994; Lei nº 9.610, de 10 de junho de 1994; Lei nº 9.611, de 10 de junho de 1994; Lei nº 9.635, de 4 de julho de 1994; Lei nº 9.636, de 4 de julho de 1994; Lei nº 9.637, de 4 de julho de 1994; Lei nº 9.638, de 4 de julho de 1994; Lei nº 9.663, de 26 de julho de 1994; Lei nº 9.664, de 26 de julho de 1994; Lei nº 9.665, de 26 de julho de 1994; Lei nº 9.666, de 26 de julho de 1994; Lei nº 9.667, de 26 de julho de 1994; Lei nº 9.702, de 30 de setembro de 1994; Lei nº 9.703, de 30 de setembro de 1994; Lei nº 9.745, de 24 de novembro de 1994; Lei nº 9.765, de 12 de dezembro de 1994; Lei nº 9.792, de 22 de dezembro de 1994; Lei nº 9.800, de 22 de dezembro de 1994; Lei nº 9.812, de 26 de dezembro de 1994; Lei nº 9.813, de 26 de dezembro de 1994; Lei nº 9.814, de 26 de dezembro de 1994; Lei nº 9.870, de 17 de julho de 1995; Lei nº 9.911, de 18 de setembro de 1995; Lei nº 9.912, de 18 de setembro de 1995; Lei nº 9.939, de 9 de outubro de 1995; Lei nº 9.957, de 20 de novembro de 1995; Lei nº 10.021, de 26 de dezembro de 1995; Lei nº 10.061, de 8 de janeiro de 1996; Lei Promulgada nº 10.075, de 2 de abril de 1996; Lei nº 10.099, de 15 de maio de 1996; Lei nº 10.108, de 30 de maio de 1996; Lei nº 10.109, de 30 de maio de 1996; Lei nº 10.110, de 30 de maio de 1996; Lei nº 10.139, de 2 de julho de 1996; Lei Promulgada nº 10.167, de 9 de julho de 1996; Lei nº 10.261, de 20 de novembro de 1996; Lei nº 10.359, de 10 de janeiro de 1997; Lei nº 10.360, de 10 de janeiro de 1997; Lei nº 10.435, de 10 de janeiro de 1997; Lei nº 10.386, de 17 de abril de 1997; Lei nº 10.460, de 15 de julho de 1997; Lei nº 10.461, de 15 de julho de 1997; Lei nº 10.529, de 30 de setembro de 1997; Lei nº 10.566, de 7 de novembro de 1997; Lei nº 10.588, de 11 de novembro de 1997; Lei nº 10.608, de 27 de novembro de 1997; Lei nº 10.620, de 16 de dezembro de 1997; Lei nº 10.670, de 7 de janeiro de 1998; Lei nº 10.671, de 7 de janeiro de 1998; Lei nº 10.672, de 7 de janeiro de 1998; Lei nº 10.673, de 7 de janeiro de 1998; Lei nº 10.674, de 7 de janeiro de 1998; Lei nº 10.675, de 7 de janeiro de 1998; Lei nº 10.714, de 13 de janeiro de 1998; Lei nº 10.715, de 13 de janeiro de 1998; Lei nº 10.716, de 13 de janeiro de 1998; Lei nº 10.717, de 13 de janeiro de 1998; Lei nº 10.718, de 13 de janeiro de 1998; Lei nº 10.742, de 15 de maio de 1998; Lei nº 10.743, de 15 de maio de 1998; Lei nº 10.837, de 27 de julho de 1998; Lei nº 10.838, de 28 de julho de 1998; Lei nº 10.839, de 28 de julho de 1998; Lei nº 10.906, de 24 de agosto de 1998; Lei nº 10.948, de 9 de novembro de 1998; Lei nº 10.970, de 7 de dezembro de 1998; Lei nº 10.983, de 15 de dezembro de 1998; Lei nº 11.001, de 17 de dezembro de 1998; Lei nº 11.064, de 28 de dezembro de 1998; Lei nº 11.065, de 28 de dezembro de 1998; Lei nº 11.066, de 28 de dezembro de 1998; Lei nº 11.095, de 17 de maio de 1999; Lei nº 11.151, de 16 de julho de 1999; Lei nº 11.152, de 16 de julho de 1999; Lei nº

11.153, de 16 de julho de 1999; Lei nº 11.224, de 20 de novembro de 1999; Lei nº 11.323, de 28 de dezembro de 1999; Lei nº 11.334, de 4 de janeiro de 2000; Lei nº 11.335, de 4 de janeiro de 2000; Lei nº 11.338, de 8 de janeiro de 2000; Lei nº 11.341, de 12 de janeiro de 2000; Lei nº 11.352, de 17 de janeiro de 2000; Lei nº 11.353, de 17 de janeiro de 2000; Lei nº 11.354, de 17 de janeiro de 2000; Lei nº 11.448, de 12 de junho de 2000; Lei nº 11.449, de 12 de junho de 2000; Lei nº 11.521, de 12 de setembro de 2000; Lei nº 11.563, de 28 de setembro de 2000; Lei nº 11.590, de 18 de novembro de 2000; Lei nº 11.591, de 18 de novembro de 2000; Lei nº 11.604, de 30 de novembro de 2000; Lei nº 11.694, de 8 de janeiro de 2001; Lei nº 11.695, de 8 de janeiro de 2001; Lei nº 11.704, de 8 de janeiro de 2001; Lei nº 11.755, de 21 de junho de 2001; Lei nº 11.756, de 21 de junho de 2001; Lei nº 11.757, de 21 de junho de 2001; Lei nº 11.763, de 28 de junho de 2001; Lei nº 11.748, de 11 de junho de 2001; Lei nº 11.843, de 20 de julho de 2001; Lei nº 11.844, de 20 de julho de 2001; Lei nº 11.854, de 25 de julho de 2001; Lei nº 11.901, de 12 de setembro de 2001; Lei nº 11.918, de 26 de setembro de 2001; Lei nº 11.934, de 11 de outubro de 2001; Lei nº 11.935, de 11 de outubro de 2001; Lei nº 11.950, de 17 de outubro de 2001; Lei nº 12.006, de 28 de novembro de 2001; Lei nº 12.015, de 14 de dezembro de 2001; Lei nº 12.039, de 18 de dezembro de 2001; Lei nº 12.121, de 10 de janeiro de 2002; Lei nº 12.275, de 10 de junho de 2002; Lei nº 12.293, de 22 de junho de 2002; Lei nº 12.326, de 3 de julho de 2002; Lei nº 12.353, de 11 de julho de 2002; Lei nº 12.379, de 19 de julho de 2002; Lei nº 12.399, de 31 de outubro de 2002; Lei nº 12.440, de 4 de dezembro de 2002; Lei nº 12.539, de 19 de dezembro de 2002; Lei nº 12.540, de 19 de dezembro de 2002; Lei nº 12.543, de 20 de dezembro de 2002; Lei nº 12.544, de 20 de dezembro de 2002; Lei nº 12.545, de 20 de dezembro de 2002; Lei nº 12.546, de 20 de dezembro de 2002; Lei nº 12.547, de 20 de dezembro de 2002; Lei nº 12.557, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 12.558, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 12.559, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 12.575, de 20 de março de 2003; Lei nº 12.584, de 9 de junho de 2003; Lei nº 12.585, de 9 de junho de 2003; Lei nº 12.586, de 9 de junho de 2003; Lei nº 12.596, de 4 de julho de 2003; Lei nº 12.597, de 4 de julho de 2003; Lei nº 12.598, de 4 de julho de 2003; Lei nº 12.642, de 21 de julho de 2003; Lei nº 12.643, de 21 de julho de 2003; Lei nº 12.772, de 1º de dezembro de 2003; Lei nº 12.843, de 22 de dezembro de 2003; Lei nº 12.858, de 12 de janeiro de 2004; Lei nº 12.859, de 12 de janeiro de 2004; Lei nº 12.860, de 12 de janeiro de 2004; Lei nº 12.861, de 12 de janeiro de 2004; Lei nº 12.880, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 12.881, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 12.993, de 9 de junho de 2004; Lei nº 13.018, de 25 de junho de 2004; Lei nº 13.019, de 25 de junho de 2004; Lei nº 13.020, de 25 de junho de 2004; Lei nº 13.065, de 8 de julho de 2004; Lei nº 13.069, de 20 de julho de 2004; Lei nº 13.071, de 29 de julho de 2004; Lei nº 13.072, de 29 de julho de 2004; Lei nº 13.093, de 4 de agosto de 2004; Lei nº 13.107, de 18 de outubro de 2004; Lei nº 13.190, de 10 de dezembro de 2004; Lei nº 13.193, de 10 de dezembro de 2004; Lei nº 13.245, de 27 de dezembro de 2004; Lei nº 13.246, de 27 de dezembro de 2004; Lei nº 13.247, de 27 de dezembro de 2004; Lei nº 13.304, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.305, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.306, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.307, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.308, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.309, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.310, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.311, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.312, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.313, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.399, de 4 de julho de 2005; Lei nº 13.406, de 15 de julho de 2005; Lei nº 13.444, de 19 de julho de 2005; Lei nº 13.445, de 19 de julho de 2005; Lei nº 13.446, de 19 de julho de 2005; Lei nº 13.452, de 25 de julho de 2005; Lei nº 13.504, de 26 de setembro de 2005; Lei nº 13.511, de 28 de setembro de 2005; Lei nº 13.512, de 28 de setembro de 2005; Lei nº 13.513, de 28 de setembro de 2005; Lei nº 13.514, de 28 de setembro de 2005; Lei nº 13.519, de 4 de outubro de 2005; Lei nº 13.520, de 4 de outubro de 2005; Lei nº 13.521, de 4 de outubro de 2005; Lei nº 13.531, de 19 de outubro de 2005; Lei nº 13.551, de 11 de novembro de 2005; Lei nº 13.576, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.577, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.578, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.579, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.580, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.581, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.637, de 22 de dezembro de 2005; Lei nº 13.638, de 22 de dezembro de 2005; Lei nº 13.647, de 27 de dezembro de 2005; Lei nº 13.648, de 27 de dezembro de 2005; Lei nº 13.670, de 28 de dezembro de 2005; Lei nº 13.685, de 10 de janeiro de 2006; Lei nº 13.686, de 10 de janeiro de 2006; Lei nº 13.687, de 10 de janeiro de 2006; Lei nº 13.736, de 19 de abril de 2006; Lei nº 13.747, de 4 de maio de 2006; Lei nº 13.754, de 18 de maio de 2006; Lei nº 13.755, de 18 de maio de 2006; Lei nº 13.766, de 29 de maio de 2006; Lei nº 13.767, de 29 de maio de 2006; Lei nº 13.768, de 29 de maio de 2006; Lei nº 13.775, de 28 de junho de 2006; Lei nº 13.776, de 28 de junho de 2006; Lei nº 13.803, de 25 de julho de 2006; Lei nº 13.804, de 25 de julho de 2006; Lei nº 13.805, de 25 de julho de 2006; Lei nº 13.836, de 21 de agosto de 2006; Lei nº 13.837, de 21 de agosto de 2006; Lei nº 13.838, de 21 de agosto de 2006; Lei nº 13.847, de 3 de outubro de 2006; Lei nº 13.879, de 1º de

dezembro de 2006; Lei nº 13.891, de 11 de dezembro de 2006; Lei nº 13.909, de 20 de dezembro de 2006; Lei nº 13.910, de 20 de dezembro de 2006; Lei nº 13.982, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.983, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.984, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.985, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.986, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.987, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.988, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.989, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.990, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.991, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.998, de 16 de abril de 2007; Lei nº 14.004, de 10 de maio de 2007; Lei nº 14.015, de 17 de maio de 2007; Lei nº 14.033, de 4 de julho de 2007; Lei nº 14.059, de 23 de julho de 2007; Lei nº 14.079, de 6 de agosto de 2007; Lei nº 14.084, de 28 de agosto de 2007; Lei nº 14.097, de 17 de setembro de 2007; Lei nº 14.122, de 1º de outubro de 2007; Lei nº 14.123, de 1º de outubro de 2007; Lei nº 14.166, de 26 de outubro de 2007; Lei nº 14.167, de 26 de outubro de 2007; Lei nº 14.235, de 3 de dezembro de 2007; Lei nº 14.236, de 3 de dezembro de 2007; Lei nº 14.237, de 3 de dezembro de 2007; Lei nº 14.251, de 19 de dezembro de 2007; Lei nº 14.256, de 19 de dezembro de 2007; Lei nº 14.324, de 15 de janeiro de 2008; Lei nº 14.333, de 18 de janeiro de 2008; Lei nº 14.334, de 18 de janeiro de 2008; Lei nº 14.335, de 18 de janeiro de 2008; Lei nº 14.389, de 18 de março de 2008; Lei nº 14.407, de 10 de abril de 2008; Lei nº 14.429, de 14 de maio de 2008; Lei nº 14.430, de 14 de maio de 2008; Lei nº 14.462, de 17 de junho de 2008; Lei nº 14.495, de 7 de agosto de 2008; Lei nº 14.513, de 24 de setembro de 2008; Lei nº 14.567, de 8 de dezembro de 2008; Lei nº 14.626, de 7 de janeiro de 2009; Lei nº 14.627, de 7 de janeiro de 2009; Lei nº 14.659, de 16 de janeiro de 2009; Lei nº 14.676, de 17 de abril de 2009; Lei nº 14.707, de 22 de maio de 2009; Lei nº 14.732, de 17 de junho de 2009; Lei nº 14.733, de 17 de junho de 2009; Lei nº 14.758, de 13 de julho de 2009; Lei nº 14.783, de 14 de julho de 2009; Lei nº 14.826, de 11 de agosto de 2009; Lei nº 14.827, de 11 de agosto de 2009; Lei nº 14.838, de 8 de setembro de 2009; Lei nº 14.891, de 22 de outubro de 2009; Lei nº 14.928, de 27 de outubro de 2009; Lei nº 14.929, de 27 de outubro de 2009; Lei nº 14.955, de 25 de novembro de 2009; Lei nº 14.956, de 25 de novembro de 2009; Lei nº 14.966, de 7 de dezembro de 2009; Lei nº 14.974, de 9 de dezembro de 2009; Lei nº 15.028, de 22 de dezembro de 2009; Lei nº 15.030, de 22 de dezembro de 2009; Lei nº 15.121, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº 15.130, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº 15.131, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº 15.141, de 15 de abril de 2010; Lei nº 15.180, de 18 de maio de 2010; Lei nº 15.181, de 18 de maio de 2010; Lei nº 15.187, de 1º de junho de 2010; Lei nº 15.188, de 1º de junho de 2010; Lei nº 15.191, de 11 de junho de 2010; Lei nº 15.213, de 15 de junho de 2010; Lei nº 15.225, de 2 de julho de 2010; Lei nº 15.226, de 2 de julho de 2010; Lei nº 15.259, de 18 de agosto de 2010; Lei nº 15.290, de 23 de agosto de 2010; Lei nº 15.291, de 23 de agosto de 2010; Lei nº 15.345, de 7 de dezembro de 2010; Lei nº 15.357, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.359, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.360, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.361, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.362, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.366, de 16 de dezembro de 2010; Lei nº 15.370, de 16 de dezembro de 2010; Lei nº 15.374, de 16 de dezembro de 2010; Lei nº 15.383, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.384, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.385, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.386, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.387, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.388, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.443, de 17 de janeiro de 2011; Lei nº 15.450, de 17 de janeiro de 2011; Lei nº 15.485, de 6 de junho de 2011; Lei nº 15.492, de 20 de junho de 2011; Lei nº 15.639, de 23 de novembro de 2011; Lei nº 15.640, de 28 de novembro de 2011; Lei nº 15.669, de 15 de dezembro de 2011; Lei nº 15.732, de 4 de janeiro de 2012; Lei nº 15.733, de 4 de janeiro de 2012; Lei nº 15.744, de 11 de janeiro de 2012; Lei nº 15.747, de 27 de fevereiro de 2012; Lei nº 15.782, de 19 de março de 2012; Lei nº 15.783, de 19 de março de 2012; Lei nº 15.784, de 19 de março de 2012; Lei nº 15.821, de 16 de maio de 2012; Lei nº 15.824, de 24 de maio de 2012; Lei nº 15.831, de 5 de junho de 2012; Lei nº 15.832, de 5 de junho de 2012; Lei nº 15.848, de 5 de julho de 2012; Lei nº 15.854, de 18 de julho de 2012; Lei nº 15.859, de 2 de agosto de 2012; Lei nº 15.898, de 5 de outubro de 2012; Lei nº 15.904, de 20 de novembro de 2012; Lei nº 15.905, de 20 de novembro de 2012; Lei nº 15.358, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.961, de 07 de janeiro de 2013; Lei nº 15.962, de 07 de janeiro de 2013; Lei nº 15.990, de 24 de abril de 2013; Lei nº 16.042, de 3 de julho de 2013; Lei nº 16.105, de 5 de setembro de 2013; Lei nº 16.115, de 11 de setembro de 2013; Lei nº 16.116, de 11 de setembro de 2013; Lei nº 16.117, de 11 de setembro de 2013; Lei nº 16.118, de 11 de setembro de 2013; Lei nº 16.212, de 12 de dezembro de 2013; Lei nº 16.216, de 19 de dezembro de 2013; Lei nº 16.330, de 20 de janeiro de 2014; Lei nº 16.335, de 20 de janeiro de 2014; Lei nº 16.336, de 21 de janeiro de 2014; Lei nº 16.338, de 21 de janeiro de 2014; Lei nº 16.341, de 21 de janeiro de 2014; Lei nº 16.374, de 7 de maio de 2014; Lei nº 16.375, de 7 de maio de 2014; Lei nº 16.377, de 7 de maio de 2014; Lei nº 16.392, de 20 de maio de 2014; Lei nº 16.393, de 20 de maio de 2014; Lei nº 16.397, de 4 de junho de 2014; Lei nº 16.399, de 11 de junho de 2014; Lei nº 16.417, de 24 de

junho de 2014; Lei nº 16.427, de 9 de julho de 2014; Lei nº 16.429, de 22 de julho de 2014; Lei nº 16.430, de 22 de julho de 2014; Lei nº 16.432, de 28 de julho de 2014; Lei nº 16.441, de 29 de julho de 2014; Lei nº 16.443, de 5 de agosto de 2014; Lei nº 16.444, de 5 de agosto de 2014; Lei nº 16.466, de 27 de agosto de 2014; Lei nº 16.471, de 23 de setembro de 2014; Lei nº 16.472, de 23 de setembro de 2014; Lei nº 16.479, de 28 de outubro de 2014; Lei nº 16.495, de 5 de dezembro de 2014; Lei nº 16.522, de 22 de dezembro de 2014; Lei nº 16.523, de 22 de dezembro de 2014; Lei nº 16.524, de 22 de dezembro de 2014; Lei nº 16.525, de 22 de dezembro de 2014; Lei nº 16.555, de 23 de dezembro de 2014; incluídas as Leis nºs 12.118, de 07 de janeiro de 2002, que “dispõe sobre a denominação de bens públicos e adota outras providências” e 15.973, de 14 de janeiro de 2013, que “altera o caput do art. 1º da Lei nº 12.118, de 2002, que dispõe sobre a denominação de bens públicos”.

Art. 3º As iniciativas de propostas de leis visando à denominação de bens públicos, quando tenham como finalidade homenagear pessoas de reconhecida idoneidade, serão instruídas com:

I – justificativa que consigne os relevantes serviços que, em vida, o homenageado tenha prestado ao Estado ou à comunidade com a qual conviveu;

II – Certidão de Óbito;

III – *Curriculum-vitae*; e

IV – declaração, negativa ou positiva, de denominação anterior, exarada pelo órgão ou entidade responsável pelo bem a que se referir o projeto de lei.

Art. 4º Fica proibido atribuir nome de pessoa viva e de pessoa falecida que tenha praticado ato de lesa-humanidade, tortura ou violação de direitos humanos, a bem público, de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou a pessoas jurídicas da Administração Indireta.

Parágrafo único. As proibições constantes desta Lei são aplicáveis às entidades que, a qualquer título, recebam subvenção ou auxílio dos cofres públicos estaduais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as seguintes Leis:

I – Lei nº 308, de 24 de setembro de 1949;

II – Lei Promulgada nº 34, de 12 de janeiro de 1952;

III – Lei Promulgada nº 37, de 12 de janeiro de 1952;

IV – Lei Promulgada nº 43, de 16 de maio de 1952;

V – Lei Promulgada nº 44, de 16 de maio de 1952;

VI – Lei Promulgada nº 71, de 10 de novembro de 1952;

VII – Lei Promulgada nº 150, de 10 de maio de 1954;

VIII – Lei Promulgada nº 179, de 29 de novembro de 1954;

IX – Lei nº 1.337, de 12 de agosto de 1955;

X – Lei nº 1.601, de 14 de dezembro de 1956;

XI – Lei Promulgada nº 324, de 12 de novembro de 1957;

XII – Lei Promulgada nº 325, de 12 de novembro de 1957;

XIII – Lei nº 1.992, de 20 de abril de 1959;

XIV – Lei nº 2.029, de 9 de junho de 1959;

XV – Lei Promulgada nº 437, de 27 de agosto de 1959;

XVI – Lei Promulgada nº 580, de 21 de julho de 1960;

XVII – Lei nº 2.855, de 30 de setembro de 1961;

XVIII – Lei nº 2.952, de 23 de dezembro de 1961;

XIX – Lei Promulgada nº 812, de 3 de janeiro de 1962;

XX – Lei nº 3.016, de 06 de abril de 1962;

XXI – Lei nº 3.213, de 7 de junho de 1963;

XXII – Lei nº 3.253, de 5 de julho de 1963;

XXIII – Lei nº 3.299, de 31 de agosto de 1963;

XXIV – Lei nº 3.380, de 18 de dezembro de 1963;

XXV – Lei nº 3.347, de 22 de dezembro de 1963;

XXVI – Lei nº 3.473, de 10 de julho de 1964;

XXVII – Lei nº 3.477, de 24 de julho de 1964;

XXVIII – Lei nº 3.541, de 26 de outubro de 1964;

XXIX – Lei Promulgada nº 1.014, de 30 de dezembro de 1964;

XXX – Lei Promulgada nº 1.015, de 25 de fevereiro de 1965;

XXXI – Lei nº 3.643, de 8 de junho de 1965;

XXXII – Lei nº 3.644, de 8 de junho de 1965;

XXXIII – Lei nº 3.667, de 24 de junho de 1965;

XXXIV – Lei nº 3.683, de 8 de julho de 1965;

XXXV – Lei nº 3.706, de 4 de agosto de 1965;

XXXVI – Lei nº 3.724, de 18 de novembro de 1965;

XXXVII – Lei nº 3.735, de 19 de novembro de 1965;

XXXVIII – Lei nº 3.756, de 17 de dezembro de 1965;

XXXIX – Lei nº 3.761, de 17 de dezembro de 1965;

XL – Lei nº 3.794, de 2 de fevereiro de 1966;

XLI – Lei nº 3.801, de 17 de fevereiro de 1966;

XLII – Lei nº 3.823, de 4 de maio de 1966;

XLIII – Lei nº 3.873, de 1 de julho de 1966;

XLIV – Lei Promulgada nº 1.050, de 26 de agosto de 1966;

XLV – Lei nº 3.880, de 30 de agosto de 1966;

XLVI – Lei nº 3.906, de 26 de setembro de 1966;

XLVII – Lei nº 3.915, de 29 de setembro de 1966;

XLVIII – Lei nº 3.993, de 13 de junho de 1967;

XLIX – Lei nº 4.021, de 18 de agosto de 1967;

L – Lei nº 4.066, de 24 de outubro de 1967;

LI – Lei Promulgada nº 1.075, de 08 de janeiro de 1968;

LII – Lei Promulgada nº 1.077, de 16 de janeiro de 1968;

LIII – Lei Promulgada nº 1.078, de 23 de julho de 1968;

LIV – Lei nº 4.218, de 18 de setembro de 1968;

LV – Lei nº 4.293, de 7 de abril de 1969;

LVI – Lei nº 4.304, de 29 de abril de 1969;

LVII – Lei nº 4.328, de 18 de junho de 1969;

LVIII – Lei Promulgada nº 1.080, de 15 de julho de 1969;

LIX – Lei nº 4.389, de 7 de novembro de 1969;

LX – Lei nº 4.433, de 20 de maio de 1970;

LXI – Lei nº 4.446, de 02 de junho de 1970;

LXII – Lei Promulgada nº 1.083, de 5 de agosto de 1970;

LXIII – Lei Promulgada nº 1.085, de 2 de outubro de 1970;

LXIV – Lei nº 4.539, de 30 de novembro de 1970;

LXV – Lei nº 4.573, de 22 de junho de 1971;

LXVI – Lei nº 4.595, de 5 de agosto de 1971;

LXVII – Lei nº 4.639, de 15 de outubro de 1971;

LXVIII – Lei nº 4.642, de 21 de outubro de 1971;

LXIX – Lei nº 4.729, de 14 de junho de 1972;

LXX – Lei nº 4.730, de 14 de junho de 1972;

LXXI – Lei nº 4.758, de 30 de junho de 1972;

LXXII – Lei Promulgada nº 1.089, de 7 de agosto de 1972;

LXXIII – Lei nº 4.804, de 4 de dezembro de 1972;

LXXIV – Lei nº 4.805, de 4 de dezembro de 1972;

LXXV – Lei nº 4.875, de 28 de junho de 1973;

LXXVI – Lei nº 4.883, de 29 de junho de 1973;

LXXVII – Lei nº 4.884, de 29 de junho de 1973;

LXXVIII – Lei nº 4.931, de 16 de outubro de 1973;

LXXIX – Lei nº 4.934, de 22 de outubro de 1973;

LXXX – Lei Promulgada nº 1.093, de 7 de novembro de 1973;

LXXXI – Lei nº 4.965, de 26 de novembro de 1973;

LXXXII – Lei nº 5.011, de 10 de junho de 1974;

LXXXIII – Lei nº 5.044, de 28 de junho de 1974;

LXXXIV – Lei nº 5.046, de 2 de julho de 1974;

LXXXV – Lei Promulgada nº 1.094, de 22 de julho de 1974;

LXXXVI – Lei Promulgada nº 1.095, de 22 de julho de 1974;

LXXXVII – Lei nº 5.158, de 4 de novembro de 1975;

LXXXVIII – Lei nº 5.189, de 28 de novembro de 1975;

LXXXIX – Lei nº 5.273, de 22 de outubro de 1976;

XC – Lei nº 5.300, de 25 de maio de 1977;

XCI – Lei nº 5.302, de 26 de maio de 1977;

XCII – Lei nº 5.324, de 22 de junho de 1977;

XCIII – Lei nº 5.327, de 30 de junho de 1977;

XCIV – Lei nº 5.336, de 26 de agosto de 1977;

XCV – Lei nº 5.340, de 30 de agosto de 1977;

XCVI – Lei nº 5.346, de 2 de setembro de 1977;

XCVII – Lei nº 5.370, de 21 de novembro de 1977;

XCVIII – Lei nº 5.398, de 30 de novembro de 1977;

XCIX – Lei nº 5.399, de 30 de novembro de 1977;

C – Lei nº 5.414, de 27 de abril de 1978;

CI – Lei nº 5.420, de 29 de maio de 1978;

CII – Lei nº 5.421, de 29 de maio de 1978;

CIII – Lei nº 5.424, de 29 de maio de 1978;

CIV – Lei nº 5.435, de 13 de junho de 1978;

CV – Lei nº 5.436, de 13 de junho de 1978;

CVI – Lei nº 5.437, de 13 de junho de 1978;

CVII – Lei nº 5.447, de 19 de junho de 1978;

CVIII – Lei nº 5.448, de 19 de junho de 1978;

CIX – Lei nº 5.452, de 28 de junho de 1978;

CX – Lei nº 5.453, de 28 de junho de 1978;

CXI – Lei nº 5.454, de 28 de junho de 1978;

CXII – Lei nº 5.470, de 24 de agosto de 1978;

CXIII – Lei nº 5.491, de 12 de outubro de 1978;

CXIV – Lei nº 5.493, de 12 de outubro de 1978;

CXV – Lei nº 5.500, de 12 de outubro de 1978;

CXVI – Lei nº 5.501, de 12 de outubro de 1978;

CXVII – Lei nº 5.512, de 20 de fevereiro de 1979;

CXVIII – Lei nº 5.515, de 28 de fevereiro de 1979;

CXIX – Lei nº 5.523, de 28 de fevereiro de 1979;

CXX – Lei nº 5.535, de 31 de maio de 1979;

CXXI – Lei nº 5.537, de 31 de maio de 1979;

CXXII – Lei nº 5.538, de 31 de maio de 1979;

CXXIII – Lei nº 5.547, de 21 de junho de 1979;

CXXIV – Lei nº 5.548, de 28 de junho de 1979;

CXXV – Lei nº 5.550, de 28 de junho de 1979;

CXXVI – Lei nº 5.568, de 3 de setembro de 1979;

CXXVII – Lei nº 5.569, de 11 de setembro de 1979;

CXXVIII – Lei nº 5.589, de 30 de setembro de 1979;
CXXIX – Lei nº 5.590, de 30 de setembro de 1979;
CXXX – Lei nº 5.599, de 18 de outubro de 1979;
CXXXI – Lei nº 5.600, de 18 de outubro de 1979;
CXXXII – Lei nº 5.601, de 25 de outubro de 1979;
CXXXIII – Lei nº 5.602, de 25 de outubro de 1979;
CXXXIV – Lei nº 5.603, de 25 de outubro de 1979;
CXXXV – Lei nº 5.634, de 30 de novembro de 1979;
CXXXVI – Lei nº 5.648, de 30 de novembro de 1979;
CXXXVII – Lei nº 5.651, de 30 de novembro de 1979;
CXXXVIII – Lei nº 5.657, de 30 de novembro de 1979;
CXXXIX – Lei nº 5.680, de 8 de maio de 1980;
CXL – Lei nº 5.686, de 14 de maio de 1980;
CXLI – Lei nº 5.691, de 14 de maio de 1980;
CXLII – Lei nº 5.692, de 21 de maio de 1980;
CXLIII – Lei nº 5.693, de 21 de maio de 1980;
CXLIV – Lei nº 5.694, de 27 de maio de 1980;
CXLV – Lei nº 5.706, de 3 de junho de 1980;
CXLVI – Lei nº 5.707, de 3 de junho de 1980;
CXLVII – Lei nº 5.721, de 25 de junho de 1980;
CXLVIII – Lei nº 5.722, de 25 de junho de 1980;
CXLIX – Lei nº 5.723, de 25 de junho de 1980;
CL – Lei nº 5.724, de 25 de junho de 1980;
CLI – Lei nº 5.729, de 25 de junho de 1980;
CLII – Lei nº 5.733, de 30 de junho de 1980;
CLIII – Lei nº 5.736, de 30 de junho de 1980;
CLIV – Lei nº 5.738, de 30 de junho de 1980;
CLV – Lei nº 5.740, de 30 de junho de 1980;
CLVI – Lei nº 5.748, de 20 de agosto de 1980;
CLVII – Lei nº 5.749, de 20 de agosto de 1980;
CLVIII – Lei nº 5.752, de 1º de setembro de 1980;
CLIX – Lei nº 5.753, de 1º de setembro de 1980;
CLX – Lei nº 5.754, de 1º de setembro de 1980;
CLXI – Lei nº 5.757, de 1º de setembro de 1980;
CLXII – Lei nº 5.758, de 1º de setembro de 1980;
CLXIII – Lei nº 5.759, de 1º de setembro de 1980;
CLXIV – Lei nº 5.765, de 23 de setembro de 1980;
CLXV – Lei nº 5.768, de 23 de setembro de 1980;
CLXVI – Lei nº 5.785, de 8 de outubro de 1980;
CLXVII – Lei nº 5.794, de 22 de outubro de 1980;
CLXVIII – Lei nº 5.824, de 27 de novembro de 1980;
CLXIX – Lei nº 5.837, de 18 de dezembro de 1980;
CLXX – Lei nº 5.838, de 18 de dezembro de 1980;
CLXXI – Lei nº 5.843, de 22 de dezembro de 1980;
CLXXII – Lei nº 5.868, de 7 de maio de 1981;
CLXXIII – Lei nº 5.869, de 7 de maio de 1981;
CLXXIV – Lei nº 5.870, de 7 de maio de 1981;
CLXXV – Lei nº 5.873, de 7 de maio de 1981;
CLXXVI – Lei nº 5.879, de 22 de maio de 1981;
CLXXVII – Lei nº 5.883, de 8 de junho de 1981;
CLXXVIII – Lei nº 5.884, de 8 de junho de 1981;
CLXXIX – Lei nº 5.885, de 8 de junho de 1981;
CLXXX – Lei nº 5.904, de 17 de junho de 1981;
CLXXXI – Lei nº 5.905, de 17 de junho de 1981;
CLXXXII – Lei nº 5.906, de 17 de junho de 1981;
CLXXXIII – Lei nº 5.916, de 13 de julho de 1981;
CLXXXIV – Lei nº 5.918, de 25 de agosto de 1981;
CLXXXV – Lei nº 5.919, de 25 de agosto de 1981;
CLXXXVI – Lei nº 5.920, de 25 de agosto de 1981;
CLXXXVII – Lei nº 5.934, de 14 de setembro de 1981;
CLXXXVIII – Lei nº 5.935, de 14 de setembro de 1981;
CLXXXIX – Lei nº 5.936, de 14 de setembro de 1981;
CXC – Lei nº 5.937, de 14 de setembro de 1981;
CXCI – Lei nº 5.950, de 30 de setembro de 1981;
CXCVI – Lei nº 5.951, de 14 de outubro de 1981;
CXCVII – Lei nº 5.953, de 23 de outubro de 1981;
CXCVIII – Lei nº 5.955, de 30 de outubro de 1981;
CXCV – Lei nº 5.956, de 30 de outubro de 1981;
CXCVI – Lei nº 5.957, de 30 de outubro de 1981;
CXCVII – Lei nº 5.958, de 30 de outubro de 1981;
CXCVIII – Lei nº 5.959, de 30 de outubro de 1981;
CXCIX – Lei nº 5.962, de 5 de novembro de 1981;
CC – Lei nº 5.966, de 11 de novembro de 1981;
CCI – Lei nº 5.967, de 11 de novembro de 1981;
CCII – Lei nº 5.968, de 11 de novembro de 1981;
CCIII – Lei nº 5.969, de 11 de novembro de 1981;
CCIV – Lei nº 5.970, de 11 de novembro de 1981;
CCV – Lei nº 5.971, de 11 de novembro de 1981;
CCVI – Lei nº 5.993, de 15 de dezembro de 1981;
CCVII – Lei nº 5.998, de 15 de dezembro de 1981;
CCVIII – Lei nº 6.021, de 15 de dezembro de 1981;

CCIX – Lei nº 6.022, de 15 de dezembro de 1981;
CCX – Lei nº 6.026, de 17 de fevereiro de 1982;
CCXI – Lei nº 6.028, de 17 de fevereiro de 1982;
CCXII – Lei nº 6.045, de 17 de fevereiro de 1982;
CCXIII – Lei nº 6.051, de 5 de maio de 1982;
CCXIV – Lei nº 6.076, de 31 de maio de 1982;
CCXV – Lei nº 6.083, de 30 de junho de 1982;
CCXVI – Lei nº 6.086, de 8 de julho de 1982;
CCXVII – Lei nº 6.096, de 8 de julho de 1982;
CCXVIII – Lei nº 6.097, de 15 de julho de 1982;
CCXIX – Lei nº 6.098, de 15 de julho de 1982;
CCXX – Lei nº 6.099, de 15 de julho de 1982;
CCXXI – Lei nº 6.113, de 25 de agosto de 1982;
CCXXII – Lei nº 6.120, de 1º de setembro de 1982;
CCXXIII – Lei nº 6.257, de 7 de setembro de 1983;
CCXXIV – Lei nº 6.267, de 28 de setembro de 1983;
CCXXV – Lei nº 6.291, de 14 de novembro de 1983;
CCXXVI – Lei nº 6.321, de 21 de dezembro de 1983;
CCXXVII – Lei nº 6.338, de 21 de maio de 1984;
CCXXVIII – Lei nº 6.351, de 18 de junho de 1984;
CCXXIX – Lei nº 6.352, de 18 de junho de 1984;
CCXXX – Lei nº 6.361, de 28 de junho de 1984;
CCXXXI – Lei nº 6.376, de 8 de julho de 1984;
CCXXXII – Lei nº 6.393, de 12 de julho de 1984;
CCXXXIII – Lei nº 6.402, de 17 de agosto de 1984;
CCXXXIV – Lei nº 6.420, de 9 de outubro de 1984;
CCXXXV – Lei nº 6.454, de 20 de novembro de 1984;
CCXXXVI – Lei nº 6.460, de 20 de novembro de 1984;
CCXXXVII – Lei nº 6.495, de 11 de dezembro de 1984;
CCXXXVIII – Lei nº 6.496, de 11 de dezembro de 1984;
CCXXXIX – Lei nº 6.506, de 11 de dezembro de 1984;
CCXL – Lei nº 6.549, de 21 de junho de 1985;
CCXLI – Lei nº 6.560, de 21 de junho de 1985;
CCXLII – Lei nº 6.561, de 21 de junho de 1985;
CCXLIII – Lei nº 6.562, de 21 de junho de 1985;
CCXLIV – Lei nº 6.624, de 9 de setembro de 1985;
CCXLV – Lei nº 6.631, de 17 de setembro de 1985;
CCXLVI – Lei nº 6.650, de 3 de outubro de 1985;
CCXLVII – Lei nº 6.676, de 31 de outubro de 1985;
CCXLVIII – Lei nº 6.678, de 5 de novembro de 1985;
CCXLIX – Lei nº 6.690, de 19 de novembro de 1985;
CCL – Lei nº 6.691, de 19 de novembro de 1985;
CCLI – Lei nº 6.692, de 19 de novembro de 1985;
CCLII – Lei nº 6.693, de 19 de novembro de 1985;
CCLIII – Lei nº 6.758, de 14 de maio de 1986;
CCLIV – Lei nº 6.761, de 20 de maio de 1986;
CCLV – Lei nº 6.797, de 17 de junho de 1986;
CCLVI – Lei nº 6.853, de 5 de setembro de 1986;
CCLVII – Lei nº 6.854, de 5 de setembro de 1986;
CCLVIII – Lei nº 6.870, de 25 de setembro de 1986;
CCLIX – Lei nº 6.912, de 29 de dezembro de 1986;
CCLX – Lei nº 6.999, de 14 de julho de 1987;
CCLXI – Lei nº 7.003, de 26 de agosto de 1987;
CCLXII – Lei nº 7.073, de 10 de outubro de 1987;
CCLXIII – Lei nº 7.180, de 30 de março de 1988;
CCLXIV – Lei nº 7.182, de 30 de março de 1988;
CCLXV – Lei nº 7.191, de 30 de março de 1988;
CCLXVI – Lei nº 7.311, de 6 de junho de 1988;
CCLXVII – Lei nº 7.312, de 6 de junho de 1988;
CCLXVIII – Lei nº 7.406, de 5 de setembro de 1988;
CCLXIX – Lei nº 7.576, de 12 de abril de 1989;
CCLXX – Lei nº 7.593, de 14 de junho de 1989;
CCLXXI – Lei nº 7.594, de 14 de junho de 1989;
CCLXXII – Lei nº 7.700, de 25 de julho de 1989;
CCLXXIII – Lei nº 7.860, de 20 de dezembro de 1989;
CCLXXIV – Lei nº 7.955, de 28 de maio de 1990;
CCLXXV – Lei nº 7.957, de 28 de maio de 1990;
CCLXXVI – Lei nº 8.033, de 18 de julho de 1990;
CCLXXVII – Lei nº 8.068, de 17 de setembro de 1990;
CCLXXVIII – Lei nº 8.069, de 17 de setembro de 1990;
CCLXXIX – Lei nº 8.071, de 20 de setembro de 1990;
CCLXXX – Lei nº 8.077, de 27 de setembro de 1990;
CCLXXXI – Lei nº 8.143, de 19 de novembro de 1990;
CCLXXXII – Lei nº 8.204, de 26 de dezembro de 1990;
CCLXXXIII – Lei nº 8.214, de 3 de janeiro de 1991;
CCLXXXIV – Lei nº 8.215, de 3 de janeiro de 1991;
CCLXXXV – Lei nº 8.217, de 3 de janeiro de 1991;
CCLXXXVI – Lei nº 8.219, de 3 de janeiro de 1991;
CCLXXXVII – Lei nº 8.229, de 14 de janeiro de 1991;
CCLXXXVIII – Lei nº 8.270, de 18 de junho de 1991;
CCLXXXIX – Lei nº 8.292, de 8 de julho de 1991;

CCXC – Lei nº 8.293, de 8 de julho de 1991;
CCXCI – Lei nº 8.294, de 8 de julho de 1991;
CCXCII – Lei nº 8.412, de 4 de dezembro de 1991;
CCXCIII – Lei nº 8.413, de 4 de dezembro de 1991;
CCXCIV – Lei nº 8.419, de 4 de dezembro de 1991;
CCXCV – Lei nº 8.420, de 4 de dezembro de 1991;
CCXCVI – Lei nº 8.421, de 4 de dezembro de 1991;
CCXCVII – Lei nº 8.422, de 4 de dezembro de 1991;
CCXCVIII – Lei nº 8.490, de 18 de dezembro de 1991;
CCXCIX – Lei nº 8.491, de 18 de dezembro de 1991;
CCC – Lei nº 8.492, de 18 de dezembro de 1991;
CCCI – Lei nº 8.615, de 21 de maio de 1992;
CCCII – Lei nº 8.619, de 22 de maio de 1992;
CCCIII – Lei nº 8.690, de 30 de junho de 1992;
CCCIV – Lei nº 8.763, de 30 de julho de 1992;
CCCV – Lei nº 8.764, de 14 de agosto de 1992;
CCCVI – Lei nº 8.796, de 29 de setembro de 1992;
CCCVII – Lei nº 8.900, de 16 de dezembro de 1992;
CCCVIII – Lei nº 8.908, de 22 de dezembro de 1992;
CCCI – Lei nº 8.955, de 7 de janeiro de 1993;
CCCX – Lei nº 8.956, de 7 de janeiro de 1993;
CCCXI – Lei nº 8.957, de 7 de janeiro de 1993;
CCCXII – Lei nº 9.005, de 13 de abril de 1993;
CCCXIII – Lei nº 9.006, de 13 de abril de 1993;
CCCXIV – Lei nº 9.114, de 7 de junho de 1993;
CCCXV – Lei nº 9.115, de 7 de junho de 1993;
CCCXVI – Lei nº 9.175, de 23 de julho de 1993;
CCCXVII – Lei nº 9.235, de 21 de setembro de 1993;
CCCXVIII – Lei nº 9.236, de 21 de setembro de 1993;
CCCXIX – Lei nº 9.347, de 14 de dezembro de 1993;
CCCXX – Lei nº 9.348, de 14 de dezembro de 1993;
CCCXXI – Lei nº 9.386, de 17 de dezembro de 1993;
CCCXXII – Lei nº 9.387, de 17 de dezembro de 1993;
CCCXXIII – Lei nº 9.421, de 7 de janeiro de 1994;
CCCXXIV – Lei nº 9.422, de 7 de janeiro de 1994;
CCCXXV – Lei nº 9.639, de 4 de julho de 1994;
CCCXXVI – Lei nº 9.591, de 17 de maio de 1994;
CCCXXVII – Lei nº 9.610, de 10 de junho de 1994;
CCCXXVIII – Lei nº 9.611, de 10 de junho de 1994;
CCCXXIX – Lei nº 9.635, de 4 de julho de 1994;
CCCXXX – Lei nº 9.636, de 4 de julho de 1994;
CCCXXXI – Lei nº 9.637, de 4 de julho de 1994;
CCCXXXII – Lei nº 9.638, de 4 de julho de 1994;
CCCXXXIII – Lei nº 9.663, de 26 de julho de 1994;
CCCXXXIV – Lei nº 9.664, de 26 de julho de 1994;
CCCXXXV – Lei nº 9.665, de 26 de julho de 1994;
CCCXXXVI – Lei nº 9.666, de 26 de julho de 1994;
CCCXXXVII – Lei nº 9.667, de 26 de julho de 1994;
CCCXXXVIII – Lei nº 9.702, de 30 de setembro de 1994;
CCCXXXIX – Lei nº 9.703, de 30 de setembro de 1994;
CCCXL – Lei nº 9.745, de 24 de novembro de 1994;
CCCXLI – Lei nº 9.765, de 12 de dezembro de 1994;
CCCXLII – Lei nº 9.792, de 22 de dezembro de 1994;
CCCXLIII – Lei nº 9.800, de 22 de dezembro de 1994;
CCCXLIV – Lei nº 9.812, de 26 de dezembro de 1994;
CCCXLV – Lei nº 9.813, de 26 de dezembro de 1994;
CCCXLVI – Lei nº 9.814, de 26 de dezembro de 1994;
CCCXLVII – Lei nº 9.870, de 17 de julho de 1995;
CCCXLVIII – Lei nº 9.911, de 18 de setembro de 1995;
CCCXLIX – Lei nº 9.912, de 18 de setembro de 1995;
CCCL – Lei nº 9.939, de 9 de outubro de 1995;
CCCLI – Lei nº 9.957, de 20 de novembro de 1995;
CCCLII – Lei nº 10.021, de 26 de dezembro de 1995;
CCCLIII – Lei nº 10.061, de 8 de janeiro de 1996;
CCCLIV – Lei Promulgada nº 10.075, de 2 de abril de 1996;
CCCLV – Lei nº 10.099, de 15 de maio de 1996;
CCCLVI – Lei nº 10.108, de 30 de maio de 1996;
CCCLVII – Lei nº 10.109, de 30 de maio de 1996;
CCCLVIII – Lei nº 10.110, de 30 de maio de 1996;
CCCLIX – Lei nº 10.139, de 2 de julho de 1996;
CCCLX – Lei Promulgada nº 10.167, de 9 de julho de 1996;
CCCLXI – Lei nº 10.261, de 20 de novembro de 1996;
CCCLXII – Lei nº 10.359, de 10 de janeiro de 1997;
CCCLXIII – Lei nº 10.360, de 10 de janeiro de 1997;
CCCLXIV – Lei nº 10.435, de 10 de janeiro de 1997;
CCCLXV – Lei nº 10.386, de 17 de abril de 1997;
CCCLXVI – Lei nº 10.460, de 15 de julho de 1997;
CCCLXVII – Lei nº 10.461, de 15 de julho de 1997;
CCCLXVIII – Lei nº 10.529, de 30 de setembro de 1997;
CCCLXIX – Lei nº 10.566, de 7 de novembro de 1997;
CCCLXX – Lei nº 10.588, de 11 de novembro de 1997;
CCCLXXI – Lei nº 10.608, de 27 de novembro de 1997;
CCCLXXII – Lei nº 10.620, de 16 de dezembro de 1997;
CCCLXXIII – Lei nº 10.670, de 7 de janeiro de 1998;
CCCLXXIV – Lei nº 10.671, de 7 de janeiro de 1998;
CCCLXXV – Lei nº 10.672, de 7 de janeiro de 1998;
CCCLXXVI – Lei nº 10.673, de 7 de janeiro de 1998;
CCCLXXVII – Lei nº 10.674, de 7 de janeiro de 1998;
CCCLXXVIII – Lei nº 10.675, de 7 de janeiro de 1998;
CCCLXXIX – Lei nº 10.714, de 13 de janeiro de 1998;
CCCLXXX – Lei nº 10.715, de 13 de janeiro de 1998;
CCCLXXXI – Lei nº 10.716, de 13 de janeiro de 1998;
CCCLXXXII – Lei nº 10.717, de 13 de janeiro de 1998;
CCCLXXXIII – Lei nº 10.718, de 13 de janeiro de 1998;
CCCLXXXIV – Lei nº 10.742, de 15 de maio de 1998;
CCCLXXXV – Lei nº 10.743, de 15 de maio de 1998;
CCCLXXXVI – Lei nº 10.837, de 27 de julho de 1998;
CCCLXXXVII – Lei nº 10.838, de 28 de julho de 1998;
CCCLXXXVIII – Lei nº 10.839, de 28 de julho de 1998;
CCCLXXXIX – Lei nº 10.906, de 24 de agosto de 1998;
CCXC – Lei nº 10.948, de 9 de novembro de 1998;
CCXCII – Lei nº 10.970, de 7 de dezembro de 1998;
CCXCIII – Lei nº 10.983, de 15 de dezembro de 1998;
CCXCIV – Lei nº 11.001, de 17 de dezembro de 1998;
CCXCIV – Lei nº 11.064, de 28 de dezembro de 1998;
CCXCVC – Lei nº 11.065, de 28 de dezembro de 1998;
CCXCVI – Lei nº 11.066, de 28 de dezembro de 1998;
CCXCVII – Lei nº 11.095, de 17 de maio de 1999;
CCXCVIII – Lei nº 11.113, de 3 de junho de 1999;
CCXCIX – Lei nº 11.121, de 28 de junho de 1999;
CD – Lei nº 11.151, de 16 de julho de 1999;
CDI – Lei nº 11.152, de 16 de julho de 1999;
CDII – Lei nº 11.153, de 16 de julho de 1999;
CDIII – Lei nº 11.224, de 20 de novembro de 1999;
CDIV – Lei nº 11.323, de 28 de dezembro de 1999;
CDV – Lei nº 11.334, de 4 de janeiro de 2000;
CDVI – Lei nº 11.335, de 4 de janeiro de 2000;
CDVII – Lei nº 11.338, de 8 de janeiro de 2000;
CDVIII – Lei nº 11.341, de 12 de janeiro de 2000;
CDIX – Lei nº 11.352, de 17 de janeiro de 2000;
CDX – Lei nº 11.353, de 17 de janeiro de 2000;
CDXI – Lei nº 11.354, de 17 de janeiro de 2000;
CDXII – Lei nº 11.448, de 12 de junho de 2000;
CDXIII – Lei nº 11.449, de 12 de junho de 2000;
CDXIV – Lei Promulgada nº 11.515, de 28 de agosto de 2000;
CDXV – Lei nº 11.521, de 12 de setembro de 2000;
CDXVI – Lei nº 11.563, de 28 de setembro de 2000;
CDXVII – Lei nº 11.590, de 18 de novembro de 2000;
CDXVIII – Lei nº 11.591, de 18 de novembro de 2000;
CDXIX – Lei nº 11.604, de 30 de novembro de 2000;
CDXX – Lei nº 11.694, de 8 de janeiro de 2001;
CDXXI – Lei nº 11.695, de 8 de janeiro de 2001;
CDXXII – Lei nº 11.704, de 8 de janeiro de 2001;
CDXXIII – Lei nº 11.755, de 21 de junho de 2001;
CDXXIV – Lei nº 11.756, de 21 de junho de 2001;
CDXXV – Lei nº 11.757, de 21 de junho de 2001;
CDXXVI – Lei nº 11.763, de 28 de junho de 2001;
CDXXVII – Lei nº 11.748, de 11 de junho de 2001;
CDXXVIII – Lei nº 11.843, de 20 de julho de 2001;
CDXXIX – Lei nº 11.844, de 20 de julho de 2001;
CDXXX – Lei nº 11.854, de 25 de julho de 2001;
CDXXXI – Lei nº 11.901, de 12 de setembro de 2001;
CDXXXII – Lei nº 11.918, de 26 de setembro de 2001;
CDXXXIII – Lei nº 11.934, de 11 de outubro de 2001;
CDXXXIV – Lei nº 11.935, de 11 de outubro de 2001;
CDXXXV – Lei nº 11.950, de 17 de outubro de 2001;
CDXXXVI – Lei nº 12.006, de 28 de novembro de 2001;
CDXXXVII – Lei nº 12.015, de 14 de dezembro de 2001;
CDXXXVIII – Lei nº 12.039, de 18 de dezembro de 2001;
CDXXXIX – Lei nº 12.118, de 07 de janeiro de 2002;
CDXL – Lei nº 12.121, de 10 de janeiro de 2002;
CDXLI – Lei nº 12.275, de 10 de junho de 2002;
CDXLII – Lei nº 12.293, de 22 de junho de 2002;
CDXLIII – Lei nº 12.326, de 3 de julho de 2002;
CDXLIV – Lei nº 12.353, de 11 de julho de 2002;
CDXLV – Lei nº 12.379, de 19 de julho de 2002;
CDXLVI – Lei nº 12.399, de 31 de outubro de 2002;
CDXLVII – Lei nº 12.440, de 4 de dezembro de 2002;
CDXLVIII – Lei nº 12.539, de 19 de dezembro de 2002;
CDXLIX – Lei nº 12.540, de 19 de dezembro de 2002;
CDL – Lei nº 12.543, de 20 de dezembro de 2002;

CDLI – Lei nº 12.544, de 20 de dezembro de 2002;
CDLII – Lei nº 12.545, de 20 de dezembro de 2002;
CDLIII – Lei nº 12.546, de 20 de dezembro de 2002;
CDLIV – Lei nº 12.547, de 20 de dezembro de 2002;
CDLV – Lei nº 12.557, de 30 de dezembro de 2002;
CDLVI – Lei nº 12.558, de 30 de dezembro de 2002;
CDLVII – Lei nº 12.559, de 30 de dezembro de 2002;
CDLVIII – Lei nº 12.575, de 21 de março de 2003;
CDLIX – Lei nº 12.584, de 9 de junho de 2003;
CDLX – Lei nº 12.585, de 9 de junho de 2003;
CDLXI – Lei nº 12.586, de 9 de junho de 2003;
CDLXII – Lei nº 12.595, de 04 de julho de 2003;
CDLXIII – Lei nº 12.596, de 4 de julho de 2003;
CDLXIV – Lei nº 12.597, de 4 de julho de 2003;
CDLXV – Lei nº 12.598, de 4 de julho de 2003;
CDLXVI – Lei nº 12.642, de 21 de julho de 2003;
CDLXVII – Lei nº 12.643, de 21 de julho de 2003;
CDLXVIII – Lei nº 12.772, de 1º de dezembro de 2003;
CDLXIX – Lei nº 12.843, de 22 de dezembro de 2003;
CDLXX – Lei nº 12.858, de 21 de janeiro de 2004;
CDLXXI – Lei nº 12.859, de 12 de janeiro de 2004;
CDLXXII – Lei nº 12.860, de 12 de janeiro de 2004;
CDLXXIII – Lei nº 12.861, de 12 de janeiro de 2004;
CDLXXIV – Lei nº 12.880, de 22 de janeiro de 2004;
CDLXXV – Lei nº 12.881, de 22 de janeiro de 2004;
CDLXXVI – Lei nº 12.993, de 9 de junho de 2004;
CDLXXVII – Lei nº 13.018, de 25 de junho de 2004;
CDLXXVIII – Lei nº 13.019, de 25 de junho de 2004;
CDLXXIX – Lei nº 13.020, de 25 de junho de 2004;
CDLXXX – Lei nº 13.021, de 25 de junho de 2004;
CDLXXXI – Lei nº 13.065, de 8 de julho de 2004;
CDLXXXII – Lei nº 13.069, de 20 de julho de 2004;
CDLXXXIII – Lei nº 13.071, de 29 de julho de 2004;
CDLXXXIV – Lei nº 13.072, de 29 de julho de 2004;
CDLXXXV – Lei nº 13.093, de 4 de agosto de 2004;
CDLXXXVI – Lei nº 13.107, de 18 de outubro de 2004;
CDLXXXVII – Lei nº 13.190, de 10 de dezembro de 2004;
CDLXXXVIII – Lei nº 13.193, de 10 de dezembro de 2004;
CDLXXXIX – Lei nº 13.245, de 27 de dezembro de 2004;
CDXC – Lei nº 13.246, de 27 de dezembro de 2004;
CDXCI – Lei nº 13.247, de 27 de dezembro de 2004;
CDXCII – Lei nº 13.304, de 20 de janeiro de 2005;
CDXCIII – Lei nº 13.305, de 20 de janeiro de 2005;
CDXCIV – Lei nº 13.306, de 20 de janeiro de 2005;
CDXCV – Lei nº 13.307, de 20 de janeiro de 2005;
CDXCVI – Lei nº 13.308, de 20 de janeiro de 2005;
CDXCVII – Lei nº 13.309, de 20 de janeiro de 2005;
CDXCVIII – Lei nº 13.310, de 20 de janeiro de 2005;
CDXCIX – Lei nº 13.311, de 20 de janeiro de 2005;
D – Lei nº 13.312, de 20 de janeiro de 2005;
DI – Lei nº 13.313, de 20 de janeiro de 2005;
DII – Lei nº 13.399, de 4 de julho de 2005;
DIII – Lei nº 13.406, de 15 de julho de 2005;
DIV – Lei nº 13.444, de 19 de julho de 2005;
DV – Lei nº 13.445, de 19 de julho de 2005;
DVI – Lei nº 13.446, de 19 de julho de 2005;
DVII – Lei nº 13.452, de 25 de julho de 2005;
DVIII – Lei nº 13.504, de 26 de setembro de 2005;
DIX – Lei nº 13.511, de 28 de setembro de 2005;
DX – Lei nº 13.512, de 28 de setembro de 2005;
DXI – Lei nº 13.513, de 28 de setembro de 2005;
DXII – Lei nº 13.514, de 28 de setembro de 2005;
DXIII – Lei nº 13.519, de 4 de outubro de 2005;
DXIV – Lei nº 13.520, de 4 de outubro de 2005;
DXV – Lei nº 13.521, de 4 de outubro de 2005;
DXVI – Lei nº 13.531, de 19 de outubro de 2005;
DXVII – Lei nº 13.551, de 11 de novembro de 2005;
DXVIII – Lei nº 13.576, de 29 de novembro de 2005;
DXIX – Lei nº 13.577, de 29 de novembro de 2005;
DXX – Lei nº 13.578, de 29 de novembro de 2005;
DXXI – Lei nº 13.579, de 29 de novembro de 2005;
DXXII – Lei nº 13.580, de 29 de novembro de 2005;
DXXIII – Lei nº 13.581, de 29 de novembro de 2005;
DXXIV – Lei nº 13.637, de 22 de dezembro de 2005;
DXXV – Lei nº 13.638, de 22 de dezembro de 2005;
DXXVI – Lei nº 13.647, de 27 de dezembro de 2005;
DXXVII – Lei nº 13.648, de 27 de dezembro de 2005;
DXXVIII – Lei nº 13.670, de 28 de dezembro de 2005;
DXXIX – Lei nº 13.685, de 10 de janeiro de 2006;
DXXX – Lei nº 13.686, de 10 de janeiro de 2006;
DXXXI – Lei nº 13.687, de 10 de janeiro de 2006;

DXXXII – Lei nº 13.726, de 6 de abril de 2006;
DXXXIII – Lei nº 13.727, de 6 de abril de 2006;
DXXXIV – Lei nº 13.736, de 19 de abril de 2006;
DXXXV – Lei nº 13.747, de 4 de maio de 2006;
DXXXVI – Lei nº 13.754, de 18 de maio de 2006;
DXXXVII – Lei nº 13.755, de 18 de maio de 2006;
DXXXVIII – Lei nº 13.766, de 29 de maio de 2006;
DXXXIX – Lei nº 13.767, de 29 de maio de 2006;
DXL – Lei nº 13.768, de 29 de maio de 2006;
DXLI – Lei nº 13.775, de 28 de junho de 2006;
DXLII – Lei nº 13.776, de 28 de junho de 2006;
DXLIII – Lei nº 13.803, de 25 de julho de 2006;
DXLIV – Lei nº 13.804, de 25 de julho de 2006;
DXLV – Lei nº 13.805, de 25 de julho de 2006;
DXLVI – Lei nº 13.836, de 21 de agosto de 2006;
DXLVII – Lei nº 13.837, de 21 de agosto de 2006;
DXLVIII – Lei nº 13.838, de 21 de agosto de 2006;
DXLIX – Lei nº 13.847, de 3 de outubro de 2006;
DL – Lei nº 13.879, de 1º de dezembro de 2006;
DLI – Lei nº 13.881, de 6 de dezembro de 2006;
DLII – Lei nº 13.891, de 11 de dezembro de 2006;
DLIII – Lei nº 13.909, de 20 de dezembro de 2006;
DLIV – Lei nº 13.910, de 20 de dezembro de 2006;
DLV – Lei nº 13.982, de 26 de janeiro de 2007;
DLVI – Lei nº 13.983, de 26 de janeiro de 2007;
DLVII – Lei nº 13.984, de 26 de janeiro de 2007;
DLVIII – Lei nº 13.985, de 26 de janeiro de 2007;
DLIX – Lei nº 13.986, de 26 de janeiro de 2007;
DLX – Lei nº 13.987, de 26 de janeiro de 2007;
DLXI – Lei nº 13.988, de 26 de janeiro de 2007;
DLXII – Lei nº 13.989, de 26 de janeiro de 2007;
DLXIII – Lei nº 13.990, de 26 de janeiro de 2007;
DLXIV – Lei nº 13.991, de 26 de janeiro de 2007;
DLXV – Lei nº 13.998, de 16 de abril de 2007;
DLXVI – Lei nº 14.004, de 10 de maio de 2007;
DLXVII – Lei nº 14.015, de 17 de maio de 2007;
DLXVIII – Lei nº 14.033, de 4 de julho de 2007;
DLXIX – Lei nº 14.059, de 23 de julho de 2007;
DLXX – Lei nº 14.079, de 6 de agosto de 2007;
DLXXI – Lei nº 14.084, de 28 de agosto de 2007;
DLXXII – Lei nº 14.097, de 17 de setembro de 2007;
DLXXIII – Lei nº 14.122, de 1º de outubro de 2007;
DLXXIV – Lei nº 14.123, de 1º de outubro de 2007;
DLXXV – Lei nº 14.166, de 26 de outubro de 2007;
DLXXVI – Lei nº 14.167, de 26 de outubro de 2007;
DLXXVII – Lei nº 14.235, de 3 de dezembro de 2007;
DLXXVIII – Lei nº 14.236, de 3 de dezembro de 2007;
DLXXIX – Lei nº 14.237, de 3 de dezembro de 2007;
DLXXX – Lei nº 14.251, de 19 de dezembro de 2007;
DLXXXI – Lei nº 14.256, de 19 de dezembro de 2007;
DLXXXII – Lei nº 14.324, de 15 de janeiro de 2008;
DLXXXIII – Lei nº 14.333, de 18 de janeiro de 2008;
DLXXXIV – Lei nº 14.334, de 18 de janeiro de 2008;
DLXXXV – Lei nº 14.335, de 18 de janeiro de 2008;
DLXXXVI – Lei nº 14.389, de 18 de março de 2008;
DLXXXVII – Lei nº 14.407, de 10 de abril de 2008;
DLXXXVIII – Lei nº 14.429, de 14 de maio de 2008;
DLXXXIX – Lei nº 14.430, de 14 de maio de 2008;
DXC – Lei nº 14.462, de 17 de junho de 2008;
DXCI – Lei nº 14.495, de 7 de agosto de 2008;
DXCII – Lei nº 14.508, de 20 de agosto de 2008;
DXCIII – Lei nº 14.513, de 24 de setembro de 2008;
DXCIV – Lei nº 14.567, de 8 de dezembro de 2008;
DXCV – Lei nº 14.626, de 7 de janeiro de 2009;
DXCVI – Lei nº 14.627, de 7 de janeiro de 2009;
DXCVII – Lei nº 14.659, de 16 de janeiro de 2009;
DXCVIII – Lei nº 14.676, de 17 de abril de 2009;
DXCIX – Lei nº 14.707, de 22 de maio de 2009;
DC – Lei nº 14.732, de 17 de junho de 2009;
DCI – Lei nº 14.733, de 17 de junho de 2009;
DCII – Lei nº 14.758, de 13 de julho de 2009;
DCIII – Lei nº 14.783, de 14 de julho de 2009;
DCIV – Lei nº 14.826, de 11 de agosto de 2009;
DCV – Lei nº 14.827, de 11 de agosto de 2009;
DCVI – Lei nº 14.838, de 8 de setembro de 2009;
DCVII – Lei nº 14.891, de 22 de outubro de 2009;
DCVIII – Lei nº 14.928, de 27 de outubro de 2009;
DCIX – Lei nº 14.929, de 27 de outubro de 2009;
DCX – Lei nº 14.955, de 25 de novembro de 2009;
DCXI – Lei nº 14.956, de 25 de novembro de 2009;
DCXII – Lei nº 14.966, de 7 de dezembro de 2009;

DCXIII – Lei nº 14.974, de 9 de dezembro de 2009;
 DCXIV – Lei nº 15.028, de 22 de dezembro de 2009;
 DCXV – Lei nº 15.030, de 22 de dezembro de 2009;
 DCXVI – Lei nº 15.121, de 19 de janeiro de 2010;
 DCXVII – Lei nº 15.130, de 19 de janeiro de 2010;
 DCXVIII – Lei nº 15.131, de 19 de janeiro de 2010;
 DCXIX – Lei nº 15.141, de 15 de abril de 2010;
 DCXX – Lei nº 15.180, de 18 de maio de 2010;
 DCXXI – Lei nº 15.181, de 18 de maio de 2010;
 DCXXII – Lei nº 15.187, de 1º de junho de 2010;
 DCXXIII – Lei nº 15.188, de 1º de junho de 2010;
 DCXXIV – Lei nº 15.191, de 11 de junho de 2010;
 DCXXV – Lei nº 15.213, de 15 de junho de 2010;
 DCXXVI – Lei nº 15.225, de 2 de julho de 2010;
 DCXXVII – Lei nº 15.226, de 2 de julho de 2010;
 DCXXVIII – Lei nº 15.259, de 18 de agosto de 2010;
 DCXXIX – Lei nº 15.290, de 23 de agosto de 2010;
 DCXXX – Lei nº 15.291, de 23 de agosto de 2010;
 DCXXXI – Lei nº 15.345, de 7 de dezembro de 2010;
 DCXXXII – Lei nº 15.357, de 10 de dezembro de 2010;
 DCXXXIII – Lei nº 15.358, de 10 de dezembro de 2010;
 DCXXXIV – Lei nº 15.359, de 10 de dezembro de 2010;
 DCXXXV – Lei nº 15.360, de 10 de dezembro de 2010;
 DCXXXVI – Lei nº 15.361, de 10 de dezembro de 2010;
 DCXXXVII – Lei nº 15.362, de 10 de dezembro de 2010;
 DCXXXVIII – Lei nº 15.366, de 16 de dezembro de 2010;
 DCXXXIX – Lei nº 15.370, de 16 de dezembro de 2010;
 DCXL – Lei nº 15.374, de 16 de dezembro de 2010;
 DCXLI – Lei nº 15.383, de 21 de dezembro de 2010;
 DCXLII – Lei nº 15.384, de 21 de dezembro de 2010;
 DCXLIII – Lei nº 15.385, de 21 de dezembro de 2010;
 DCXLIV – Lei nº 15.386, de 21 de dezembro de 2010;
 DCXLV – Lei nº 15.387, de 21 de dezembro de 2010;
 DCXLVI – Lei nº 15.388, de 21 de dezembro de 2010;
 DCXLVII – Lei nº 15.443, de 17 de janeiro de 2011;
 DCXLVIII – Lei nº 15.450, de 17 de janeiro de 2011;
 DCXLIX – Lei nº 15.485, de 6 de junho de 2011;
 DCL – Lei nº 15.492, de 20 de junho de 2011;
 DCLI – Lei nº 15.639, de 23 de novembro de 2011;
 DCLII – Lei nº 15.640, de 28 de novembro de 2011;
 DCLIII – Lei nº 15.669, de 15 de dezembro de 2011;
 DCLIV – Lei nº 15.732, de 4 de janeiro de 2012;
 DCLV – Lei nº 15.733, de 4 de janeiro de 2012;
 DCLVI – Lei nº 15.744, de 11 de janeiro de 2012;
 DCLVII – Lei nº 15.747, de 27 de fevereiro de 2012;
 DCLVIII – Lei nº 15.782, de 19 de março de 2012;
 DCLIX – Lei nº 15.783, de 19 de março de 2012;
 DCLX – Lei nº 15.784, de 19 de março de 2012;
 DCLXI – Lei nº 15.821, de 16 de maio de 2012;
 DCLXII – Lei nº 15.824, de 24 de maio de 2012;
 DCLXIII – Lei nº 15.831, de 5 de junho de 2012;
 DCLXIV – Lei nº 15.832, de 5 de junho de 2012;
 DCLXV – Lei nº 15.848, de 5 de julho de 2012;

DCLXVI – Lei nº 15.854, de 18 de julho de 2012;
 DCLXVII – Lei nº 15.859, de 2 de agosto de 2012;
 DCLXVIII – Lei nº 15.898, de 5 de outubro de 2012;
 DCLXIX – Lei nº 15.904, de 20 de novembro de 2012;
 DCLXX – Lei nº 15.905, de 20 de novembro de 2012;
 DCLXXI – Lei nº 15.961, de 07 de janeiro de 2013;
 DCLXXII – Lei nº 15.962, de 07 de janeiro de 2013;
 DCLXXIII – Lei nº 15.973, de 14 de janeiro de 2013;
 DCLXXIV – Lei nº 15.990, de 24 de abril de 2013;
 DCLXXV – Lei nº 16.042, de 3 de julho de 2013;
 DCLXXVI – Lei nº 16.105, de 5 de setembro de 2013;
 DCLXXVII – Lei nº 16.115, de 11 de setembro de 2013;
 DCLXXVIII – Lei nº 16.116, de 11 de setembro de 2013;
 DCLXXIX – Lei nº 16.117, de 11 de setembro de 2013;
 DCLXXX – Lei nº 16.118, de 11 de setembro de 2013;
 DCLXXXI – Lei nº 16.119, de 11 de setembro de 2013;
 DCLXXXII – Lei nº 16.212, de 12 de dezembro de 2013;
 DCLXXXIII – Lei nº 16.216, de 19 de dezembro de 2013;
 DCLXXXIV – Lei nº 16.330, de 20 de janeiro de 2014;
 DCLXXXV – Lei nº 16.335, de 20 de janeiro de 2014;
 DCLXXXVI – Lei nº 16.336, de 21 de janeiro de 2014;
 DCLXXXVII – Lei nº 16.338, de 21 de janeiro de 2014;
 DCLXXXVIII – Lei nº 16.341, de 21 de janeiro de 2014;
 DCLXXXIX – Lei nº 16.374, de 7 de maio de 2014;
 DCXC – Lei nº 16.375, de 7 de maio de 2014;
 DCXCI – Lei nº 16.377, de 7 de maio de 2014;
 DCXCII – Lei nº 16.392, de 20 de maio de 2014;
 DCXCIII – Lei nº 16.393, de 20 de maio de 2014;
 DCXCIV – Lei nº 16.397, de 4 de junho de 2014;
 DCXCV – Lei nº 16.399, de 11 de junho de 2014;
 DCXCVI – Lei nº 16.417, de 24 de junho de 2014;
 DCXCVII – Lei nº 16.427, de 9 de julho de 2014;
 DCXCVIII – Lei nº 16.429, de 22 de julho de 2014;
 DCXCIX – Lei nº 16.430, de 22 de julho de 2014;
 DCC – Lei nº 16.432, de 28 de julho de 2014;
 DCCI – Lei nº 16.441, de 29 de julho de 2014;
 DCCII – Lei nº 16.443, de 5 de agosto de 2014;
 DCCIII – Lei nº 16.444, de 5 de agosto de 2014;
 DCCIV – Lei nº 16.466, de 27 de agosto de 2014;
 DCCV – Lei nº 16.471, de 23 de setembro de 2014;
 DCCVI – Lei nº 16.472, de 23 de setembro de 2014;
 DCCVII – Lei nº 16.479, de 28 de outubro de 2014;
 DCCVIII – Lei nº 16.495, de 5 de dezembro de 2014;
 DCCIX – Lei nº 16.522, de 22 de dezembro de 2014;
 DCCX – Lei nº 16.523, de 22 de dezembro de 2014;
 DCCXI – Lei nº 16.524, de 22 de dezembro de 2014;
 DCCXII – Lei nº 16.525, de 22 de dezembro de 2014; e
 DCCXIII – Lei nº 16.555, de 23 de dezembro de 2014.
 Sala das Sessões,
 Deputado Gelson Merisio - Presidente
 Deputado Aldo Schneider - Vice-Presidente
 Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário
 Deputada Dirce Heiderscheidt - 3ª Secretário

ANEXO I

BENS PÚBLICOS – INTRAMUNICÍPIOS

AGROLÂNDIA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Raimundo Zwicker o Ginásio de Esportes localizado na sede desse município.	6.351, de 1984
2	Denomina Victor Will o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica São João.	14.826, de 2009
3	Denomina Alfredo Hadlich o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Pedro Américo.	14.827, de 2009
AGRÔNOMICA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Arnoldo Cani o miniginásio coberto da Escola de Educação Básica Maria Regina de Oliveira.	13.190, de 2004
ÁGUA DOCE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Professor Jaldyr Faustino da Silva o Colégio Técnico desse município.	4.446, de 1970
ÁGUAS DE CHAPECÓ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rosina Scheffer Hermes a Escola Isolada de Gramados.	5.950, de 1981
2	Denomina Escola de Ensino Fundamental Alberto Mohr a unidade de ensino situada na Linha Maidana.	15.121, de 2010
ÁGUAS FRIAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Sabino Maximino Zago o Complexo Esportivo-Educacional situado junto à Escola Básica Sete de Setembro.	10.099, de 1996
ÁGUAS MORNAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina José Adão Lehmkuhl o Ginásio Normal criado pelo Decreto nº 7.690, de 26.2.1969.	4.328, de 1969
2	Denomina Escola Básica Conselheiro Manoel Philippi a Escola Básica Professora Margarida Anunciação de Carvalho.	5.535, de 1979
ALFREDO WAGNER		LEI ORIGINAL Nº

1	Denomina João Sequinel Neto o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Silva Jardim.	13.775, de 2006
ALTO BELA VISTA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Professor Emílio Jacob Carlos Schönel a Escola Isolada sita na localidade de Entre Rios.	10.460, de 1997
ANCHIETA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Atílio Garlet a Escola Isolada Estadual de Linha São Roque.	6.631, de 1985
ANGELINA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Francisco Goedert a ponte sobre o Rio São João, no Distrito de Barra Clara.	3.906, de 1966
2	Denomina Hélio dos Anjos Ortiz a Unidade Sanitária do Departamento de Saúde Pública.	5.722, de 1980
ANITA GARIBALDI		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Augusto Gracietti o trecho da Rodovia Estadual SC-456 que liga o Município de Anita Garibaldi ao Estado do Rio Grande do Sul.	14.928, de 2009
ANTÔNIO CARLOS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina João Adão Reitz a Rodovia SC-408, que liga Antônio Carlos à BR-101.	6.690, de 1985
ARAQUARI		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Amparo Coelho a Escola Isolada sediada na localidade de Porto Grande.	5.870, de 1981
2	Denomina Prefeito Aci Ferreira de Oliveira o Pronto Atendimento da Saúde.	13.512, de 2005
ARARANGUÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Afonso Ghizzo a Rodovia que liga a Cidade de Araranguá às praias de Morro dos Conventos e Arroio do Silva.	5.843, de 1980
2	Denomina Escola Reunida Professora Julieta Aguiar Bertocini a atual Escola Reunida Dr. Eroni de Souza Gomes, no Bairro Mato Alto.	6.402, de 1984
3	Ficam convalidados os efeitos do Decreto nº 29.820, de 29 de julho de 1986, que Denomina de Afonso Ghizzo o Hospital Regional de Araranguá.	10.983, de 1998
4	Denomina Professora Célia Belizária de Souza o Centro Cultural da Escola de Educação Básica desse município.	13.513, de 2005
5	Denomina Agnaldo Fernandes Marcos o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dolvína Leite de Medeiros, no Bairro Urussanguinha.	13.766, de 2006
6	Denomina Fontoura da Rosa o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Eremeta Souza, no Distrito de Hercílio Luz.	13.776, de 2006
ARMAZÉM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Monsenhor Francisco Giesberts o Colégio Ministro Jarbas Passarinho.	5.523, de 1979
ARVOREDO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Elias Francisco Finatto a Rodovia SC-459 no trecho SCT 283.	13.577, de 2005
ATALANTA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Joaquim Chiquette o Ginásio de Esportes contíguo à Escola de Educação Básica Dr. Frederico Rolla.	16.375, de 2014
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Antônio Lourenço Borges o Ginásio de Esportes do Município.	11.756, de 2001
BALNEÁRIO BARRA DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Aci Ferreira de Oliveira a Rodovia SC-415, trecho entroncamento BR-280.	16.042, de 2013
BALNEÁRIO CAMBORIÚ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Parque Cyro Gevaerd o imóvel pertencente a Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR), localizado no Km 137 da BR-101.	10.109, de 1996
2	Denomina Tenente-Coronel Sid Freitas da Silva o Batalhão de Polícia Militar desse município.	12.861, de 2004
3	Denomina Hígino João Pio a Escola Estadual, no Bairro das Nações.	16.427, de 2014
4	Denomina Prefeito Gilberto Américo Meirinho, o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Presidente João Goulart.	16.443, de 2014
BARRA BONITA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina David Luiz Sarzi o trecho da Rodovia Estadual SC-492 que liga o Município de Barra Bonita à BR-163.	15.821, de 2012
BARRA VELHA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Conselheiro Astrogildo Odon de Aguiar o Grupo Escolar situado na sede do Município.	3.643, de 1965
2	Denomina Catulino Onofre Rosa a Escola Isolada sediada na localidade de Porto de Itaperiú.	5.906, de 1981
3	Denomina Vereador João Luzia Duarte Ribeiro o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Davi Pedro Espíndola.	13.767, de 2006
4	Denomina Sub-Tenente Jucemar Cesconetto o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar desse município.	15.213, de 2010
BIGUAÇU		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Escolas Reunidas Maria Amélia Cardoso as Escolas Reunidas Visconde de Santa Tereza, de Armação da Piedade, distrito de Ganchos.	2.855, de 1961
2	Denomina David Crispim Corrêa o Grupo Escolar do distrito de Sorocaba do Sul.	1.083, de 1970
BLUMENAU		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Engenheiro Udo Deeke a ponte sobre o Ribeirão Garcia, no prosseguimento da Rua 7 de Setembro.	3.683, de 1965
2	Denomina Desembargador Guilherme Abry o Fórum da comarca de Blumenau.	4.642, de 1971
3	Denomina Dr. Max Tavares D'Amaral a Escola Básica da localidade de Casa Populares, Itoupava Norte.	4.883, de 1973
4	Denomina Professor Lothar Kriech a Escola Básica na Rua Frei Estanislau Achaetz.	4.884, de 1973

5	Denomina Luiz Altenburg Sênior a Ala Administrativa do Conjunto Educacional Pedro II.	5.414, de 1978
6	Denomina Hercílio Deeke o Centro Social Urbano, no Bairro do Garcia.	5.436, de 1978
7	Denomina Governador Irineu Bornhausen o Ginásio de Esportes da Escola Básica Victor Herig.	5.437, de 1978
8	Denomina Hermann Hering o Centro Interescolar de 2º Grau.	5.515, de 1979
9	Denomina Theóphilo Bernardo Zadrozny o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
10	Denomina Arno Bernardes o Centro Social Urbano do Bairro de Fortaleza.	5.601, de 1979
11	Denomina Frieda Zadrosni a creche contígua ao Centro Social Urbano Hercílio Deeke, no Bairro Garcia.	5.904, de 1981
12	Denomina Doutor Abelardo Vianna o Centro de Saúde localizado na Rua Itajaí.	11.066, de 1998
13	Denomina Professor Mário Manzke o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Cel. Pedro Christiano Feddersen.	12.547, de 2002
14	Denomina Major Raul Stahnke o 10º Batalhão de Polícia Militar.	13.998, de 2007
15	Denomina Major PM Claudio de Oliveira Nolasco a 3ª Companhia do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária.	15.383, de 2010
BOM JESUS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Claudio Fernandes de Souza, o Ginásio de Esportes desse município.	12.379, de 2002
BOMBINHAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Vereador João Joaquim da Silva (João da Luz) o ginásio esportivo contígua ao Colégio Estadual Prefeito Leopoldo José Guerreiro, localizado no Bairro de Zimbros.	10.674, de 1998
2	Denomina Apolônio Adolfo da Silva o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica de Bombas.	13.837, de 2006
3	Denomina Maria Rita Flor a Escola Estadual de Educação Básica.	13.838, de 2006
BRAÇO DO NORTE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Desembargador Ferreira Bastos o Fórum da cidade.	5.515, de 1979
2	Denomina Natalia Becker Della Giustina o prédio da Guarnição Especial da Polícia Militar do Estado, no bairro Santa Augusta.	15.345, de 2010
BRAÇO DO TROMBUDO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Vereador Paulo Vermoehlen o Ginásio de Esportes anexo ao Colégio Estadual Adolfo Boering.	10.743, de 1998
BRUNÓPOLIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Nadir Becker o Colégio Estadual Engenheiro Annes Gualberto, nesse Município.	11.341, de 2000
BRUSQUE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Governador Ivo Silveira o Grupo Escolar de Águas Claras.	1.077, de 1968
2	Denomina Dr. Pedro Alexandrino Pereira de Mello o Fórum da Comarca.	5.044, de 1974
3	Denomina Arthur Schasser o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
4	Denomina Yvonne Olinger Appel a Escola de Ensino Médio do Bairro Cedrinho.	13.247, de 2004
5	Denomina Professora Marli Comandoli Tormena o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Dom João Becker.	13.991, de 2007
CAÇADOR		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Salgado Filho o Grupo Escolar desse município.	37, de 1952
2	Denomina Nelson Eugênio Busato o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Irmão Léo.	12.586, de 2003
3	Denomina Jornalista Raul Tomazoni o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti.	13.805, de 2006
4	Denomina Jorge Thomé o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Paulo Schiefler.	14.758, de 2009
5	Denomina Ney Douglas Bello o Ginásio Estadual de Esportes, no Bairro Bello.	15.357, de 2010
CAMBORIÚ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Escola Isolada Rodolfo Ramiro Matias a atual Escola Isolada Estadual Rio Canoas, de Morretes.	6.999, de 1987
2	Denomina Antônio Lopes Gonçalves Bastos o trecho da SC-102 compreendido entre o Rio Pequeno (Rua Rio Amazonas) e o Bairro de Nova Esperança (BR-101).	14.033, de 2007
CAMPO ALEGRE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Leopoldo Grosskopf a Rodovia SC-301-T que liga o Centro do Município de Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo.	14.256, de 2007
CAMPO BELO DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Engenheiro Sérgio Rogério Beims o trecho da Rodovia SC-458 compreendido entre a BR-116 e Campo Belo do Sul.	6.321, de 1983
CAMPO ERÊ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Escola Básica São Donato a Escola Básica da localidade de São Donato.	6.549, de 1985
2	Denomina Escola Isolada Estadual São Roque a Escola Isolada da localidade de Linha São Roque.	6.561, de 1985
CAMPOS NOVOS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Henrique Rupp Junior o Centro Interescolar de 1º Grau do Município.	5.515, de 1979
2	Denomina Grupo Escolar Coronel Gasparino Zorzi o atual Grupo Escolar Ribeiro Couto.	5.648, de 1979
3	Denomina Colégio Paulo Blasi o Colégio de Campos Novos.	6.506, de 1984
4	Denomina Escola Isolada Estadual Professor Roque Alves Carneiro do Distrito de Vargem a Escola Isolada Estadual Colônia Laranjeiras.	8.215, de 1991
5	Denomina José Carlos Pisani a Rodovia SC-455, no trecho que liga a BR-470 ao Distrito de Ibicuí.	14.084, de 2007

6	Denomina Domingos Rigo o Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Fundamental Rafael Dal Pai.	15.492, de 2011
CANELINHA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Deputado Valério Gomes a ponte sobre o Rio Tijucas, na localidade de Porto do Moura.	3.667, de 1965
CANOINHAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Adolfo Postol o Grupo Escolar na vila de Paula Pereira.	179, de 1954
2	Denomina Irmã Maria Felicitas o Grupo Escolar, no Bairro Alto das Palmeiras.	4.730, de 1972
3	Denomina Júlia B. Zaniollo o Grupo Escolar do bairro de Água Verde.	5.599, de 1979
4	Denomina Centro Comunitário Benedito Therézio de Carvalho Júnior o Centro Comunitário do Conjunto Habitacional Benedito Therézio de Carvalho Júnior.	5.651, de 1979
5	Denomina Jacob Bernardo Fuck Jr. o Conjunto Habitacional Popular.	5.765, de 1980
6	Denomina Haroldo Prust o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Rodolfo Zipperer.	14.059, de 2007
7	Denomina João Paulo o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Gertrudes Müller.	14.430, de 2008
8	Denomina Frido Armindo Bomm o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Domingos Magarinos, da localidade de Tamanduá.	14.659, de 2009
9	Denomina Professor Eloi Bona o Ginásio da Escola de Educação Básica Santa Cruz.	15.188, de 2010
10	Denomina Edison Luiz Hoffmann a sede da Associação Catarinense de Deficientes (ACD).	16.495, de 2014
CAPÃO ALTO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Atilio Luiz da Silva o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Emiliano Ramos.	11.449, de 2000
CAPIVARI DE BAIXO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Henrique Francisco de Aguiar o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capivari de Baixo - 2ª/1ª/4ª/1ª BBM.	13.910, de 2006
CATANDUVAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Deputado Oscar Rodrigues da Nova as Escolas Reunidas na localidade de Vera Cruz.	3.541, de 1964
2	Denomina Ginásio Alfredo Fedrizzi o Ginásio Normal de Campina da Alegria, criado pelo Decreto SE-8-9-65/3.150.	3.735, de 1965
CAXAMBU DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Adolfo Hunttmann o ginásio de esportes da Escola de Ensino Fundamental Adele Faccin Zanuzzo, código UE-53961, na localidade de Linha Dom José.	13.670, de 2005
CELSE RAMOS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Cid Caesar de Almeida Pedroso o Ginásio de Esportes próximo ao Colégio Estadual José Cesário Brasil.	10.670, de 1998
CERRO NEGRO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Aristeu Pucci o Ginásio de Esportes anexo à Escola Otília Oliceia Ungaretti.	13.519, de 2005
CHAPECÓ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Engenheiro Serafim Enoss Bertaso a Rodovia SC-480, Chapecó-Goio-Erê.	5.424, de 1978
2	Denomina Pedro Maciel o Centro Interescolar de 1º Grau de Chapecó.	5.515, de 1979
3	Denomina Dr. Selistre Campos a Escola Básica no Conjunto Habitacional Bela Vista.	5.523, de 1979
4	Denomina Francisco Norberto Bonhner o Centro Comunitário do Bairro Bela Vista.	5.634, de 1979
5	Denomina Jacó Ghisi a Escola Básica localizada no Bairro Efapi.	5.936, de 1981
6	Denomina Antônio Morandini a Escola Básica do Bairro Saic.	5.937, de 1981
7	Denomina Marcolina Rodrigues da Silva a atual Escola Básica Passo Bormann, da localidade de Passo Fundo.	6.045, de 1982
8	Denomina Lenoir Vargas Ferreira o Hospital Regional de Chapecó.	6.912, de 1986
9	Denomina Roberto Gustavo Hohn o Ginásio de Esportes anexo à Escola Básica Coronel Lara Ribas.	12.546, de 2002
10	Denomina Escola de Ensino Básico Bom Pastor a unidade de ensino, no Bairro Centro.	14.956, de 2009
11	Denomina Professora Carmem Antonia Balbinot Pelizza a Escola de Ensino Médio Integral.	15.898, de 2012
12	Denomina Centro Esportivo Vitorio Stormovski o espaço esportivo do Centro Social Ilma Rosa De Nês.	15.990, de 2013
CONCÓRDIA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Grupo Escolar Professora Antonieta de Barros, na vila de Ipumirim.	150, de 1954
2	Denomina Desembargador Eugênio Trompowsky Taulois Filho o Fórum da Comarca.	4.965, de 1973
3	Denomina Centro Comunitário Fiorelo Sunti, no Bairro Sunti.	7.073, de 1987
4	Denomina Engenheiro Agrônomo Anselmo Antônio Hess o Centro de Treinamento da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina (EPAGRI).	8.690, de 1992
5	Denomina Deputado Neudy Massolini o trecho da Rodovia SC-461 que liga a Rodovia BR-153 à cidade de Concórdia.	8.957, de 1993
6	Denomina Rodovia Caetano Chiucchetta o Contorno Viário Norte.	11.354, de 2000
7	Denomina Segundo Franciscan a ilha fluvial situada na comunidade de Linha Laudelino.	15.640, de 2011
CORREIA PINTO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Ricardo Sell Wagner o Aeroporto Regional de Correia Pinto.	16.393, de 2014
CORUPÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Willy Germano Gessner o Ginásio de Esportes do Município.	6.376, de 1984
CRICIÚMA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Presidente Jonh Kennedy o Palácio do Estado de Criciúma.	3.477, de 1964

2	Denomina Ministro Luiz Gallotti o Fórum de Criciúma.	3.993, de 1967
3	Denomina Conjunto Educacional Sebastião Toledo dos Santos a escola situada no Bairro Comerciário.	4.805, de 1972
4	Denomina Luiz Lazzarin a Escola Básica do distrito de Rio Maina.	5.011, de 1974
5	Denomina Abílio Paulo o Centro Interescolar de 2º Grau.	5.515, de 1979
6	Denomina Ministro Jarbas Passarinho a Escola Básica no bairro Jardim Aeroporto.	5.523, de 1979
7	Denomina Gabriel Arns o Grupo Escolar localizado no antigo aeroporto da cidade.	5.537, de 1979
8	Denomina Centro Social Adolfo Lineburger o Centro Social Urbano, no bairro Próspera.	5.733, de 1980
9	Denomina Escolas Reunidas Professora Rosa Manente Meller a escola localizada no distrito de Rio Maina.	5.785, de 1980
10	Denomina Antônio Minotto as Escolas Reunidas São Roque, da localidade de São Roque.	5.957, de 1981
11	Denomina Antônio Mangilli a Escola Isolada Primeira Linha-Sangão, da localidade de Sangão.	5.958, de 1981
12	Denomina João Benedet de Fioravante a Escola Isolada Encruzilhada 4ª Linha.	5.969, de 1981
13	Denomina Umberto Cesa a Escola Isolada Capão Bonito, da localidade de Capão Bonito.	5.970, de 1981 Alterada pela Lei nº. 12.595, de 2003
14	Denomina Francisco João Lock a Escola Isolada Sanga do Coqueiro Baixo, da localidade de Santa Terezinha.	5.971, de 1981
15	Denomina Damásio Reis a Rodovia SC-446, que liga o centro de Criciúma à localidade da Mãe Luzia.	6.083, de 1982
16	Denomina João Milak a Escola Isolada de Linha Anta.	6.097, de 1982
17	Denomina Antônio Colombo a Escola Reunida Laranjinha.	6.098, de 1982
18	Denomina Augusto Pavei a Escola Isolada do Sertão, da localidade de São Domingos.	6.099, de 1982
19	Denomina Paulo Rizzieri a Escola Isolada de Morro do Albino.	6.120, de 1982
20	Denomina Rodovia Otávio Dassoler a via pública localizada no Bairro São Simão, integrante do anel viário de contorno norte do Município.	11.095, de 1999
21	Denomina Vereador Paulo Cesar da Silva o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Pedro da Ré, no bairro Mina do Mato.	13.307, de 2005
22	Denomina Ginásio de Esportes Professor Jair Ribeiro o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Sebastião Toledo dos Santos.	13.310, de 2005
23	Denomina Jorge Zanatta o trecho da Rodovia Estadual integrante do Contorno Planejado de Criciúma, no entroncamento da SC-443 (km 0,0) com a SC-444 (km 1,5) - Criciúma (km 5,5).	14.707, de 2009
24	Denomina Eliseu de Souza Junior a Delegacia Regional de Polícia.	15.386, de 2010
25	Denomina Lírio Rosso a Rodovia SC-446, trecho entroncamento com acesso à Comunidade de Nossa Senhora do Caravaggio, entroncamento Rodovia SC-443 em Mãe Luzia.	15.848, de 2012
CURITIBANOS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Hélio Anjos Ortiz o Hospital Regional.	5.515, de 1979
2	Denomina Edmundo da Luz Pinto a Escola Básica do Conjunto Habitacional Cruzeiro do Sul.	5.523, de 1979
3	Denomina Hospital Regional Dr. Hélio Anjos Ortiz a unidade hospitalar do Estado, com sede nesse município.	5.838, de 1980
4	Denomina Centro Esportivo Vereador Guerino Agustini o Complexo Esportivo do Colégio Estadual Secundário Casimiro de Abreu.	9.005, de 1993
5	Denomina de Centro Esportivo Vereador Darci Moreira de Almeida o Complexo Esportivo da Escola Básica Antônio Francisco de Campos.	9.006, de 1993
6	Denomina Firmino Agostini Maciel a Quadra de Esportes da Escola de Educação Básica Marechal Eurico Gaspar Dutra.	14.333, de 2008
7	Denomina José Righes o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Solon Rosa.	15.733, de 2012
8	Denomina Professor Enori Pozzo o Centro de Educação Profissional do Município.	15.854, de 2012
DIONÍSIO CERQUEIRA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Dr. Antônio Pichetti a Escola Prática Rural.	3.915, de 1966
DONA EMMA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Prefeito Aléssio Gadotti a Rodovia SC-490, que dá acesso ao Município.	8.764, de 1992
ERMO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Manoel Honorato Leonardo o ginásio de esportes anexo ao Colégio Estadual Pedro Simão.	11.224, de 1999
ERVAL VELHO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Escola Básica Prefeito Agenor Piovezan a atual Escola Básica Erval Velho.	8.956, de 1993
FAXINAL DOS GUEDES		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Dinamar Baldissera o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Salustiano Antonio Cabreira.	16.117, de 2013
FLORIANÓPOLIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Colégio Estadual Hercílio Luz o Ginásio de ensino secundário criado no sub-distrito do Estreito.	324, de 1957
2	Denomina Governador Celso Ramos o Hospital dos Servidores Públicos do Estado.	3.794, de 1966
3	Denomina Governador Colombo Machado Salles o Ginásio de Esportes localizado em Capoeiras.	1.093, de 1973
4	Denomina Deyse Werner Salles a Escola Modelo sita na Avenida Ivo Silveira, no Sub-Distrito do Estreito.	1.094, de 1974

5	Denomina Engenheiro Colombo Machado Salles a ponte que liga a Ilha de Santa Catarina ao Continente.	1.095, de 1974
6	Denomina Ademar Gonzaga a Rodovia Estadual SC-93, com início na Avenida da Saudade, na localidade de Itacorubi e término da Lagoa da Conceição.	5.452, de 1978
7	Denomina Cruz e Sousa o Palácio dos Despachos do Governo do Estado de Santa Catarina, localizado na Praça XV de Novembro.	5.512, de 1979
8	Denomina Joana de Gusmão o Hospital Infantil de Florianópolis.	5.515, de 1979
9	Denomina Antônio Vicente Bulcão Vianna o Hospital de Apoio de Florianópolis.	5.515, de 1979
10	Denomina Embaixador Edmundo da Luz Pinto o prédio destinado à Casa da Cultura.	5.515, de 1979
11	Denomina Professor Anibal Nunes Pires o Colégio Estadual, no Subdistrito do Estreito.	5.691, de 1980
12	Denomina Monte Verde o Conjunto Habitacional localizado no bairro Saco Grande.	5.824, de 1980
13	Denomina Professor Henrique da Silva Fontes o Centro Integrado de Cultura, na Avenida Irineu Bornhausen, Bairro Agrônômica.	5.998, de 1981
14	Denomina Baldicero Filomeno a via pública Estadual que parte do encruso Santa Cruz do Erasmo, até a localidade de Caeira da Barra do Sul.	6.393, de 1984
15	Denomina Waldemar Joaquim da Silva Filho o trecho da Rodovia SC-401, compreendido entre o entroncamento com a SC-405, Ribeirão da Ilha e Tapera.	6.454, de 1984
16	Denomina Basílio Luiz da Cunha a Escola Isolada Estadual Tapera da Barra do Sul, no Distrito de Ribeirão da Ilha.	6.691, de 1985
17	Denomina Aparício Ramos Cordeiro o acesso Tapera SC-405, conhecido como contorno do aeroporto.	10.716, de 1998
18	Denomina Jornalista Maurício Sirotsky Sobrinho a Rodovia SC-402, que liga o trevo de Jurerê na Rodovia SC-401 à praia de mesmo nome.	7.312, de 1988
19	Denomina Deputado Diomício Freitas a Rodovia SC-401, no trecho compreendido entre o final da Avenida Jorge Lacerda e o Aeroporto Hercílio Luz.	7.406, de 1988
20	Denomina Ponte Governador Pedro Ivo Campos a terceira travessia Ilha-Continente.	8.229, de 1991
21	Denomina Rodovia João Gualberto Soares a SC-406, que parte da estrada antiga para Ingleses até atingir o entroncamento formado pela Rua Altamiro Barcelos Dutra, com estrada que demanda à Lagoa da Conceição, atravessando os Distritos de Ingleses do Rio Vermelho e Lagoa da Conceição.	8.293, de 1991
22	Denomina Henrique Berenhauser o Parque Estadual sito na Rodovia João Gualberto Soares, no Distrito de Rio Vermelho.	10.021, de 1995
23	Denomina Jornalista Manoel de Menezes a Rodovia Estadual SC-406, no trecho compreendido entre a Barra da Lagoa e o Retiro da Lagoa.	10.108, de 1996
24	Denomina Ademir Rosa o Teatro do Centro Integrado de Cultura – CIC.	10.566, de 1997
25	Denomina Marcelino Adolfo Aguiar o viaduto construído sobre a SC-401, que dá acesso ao bairro Saco Grande I, partindo da Vila Ivan Mattos.	10.715, de 1998
26	Denomina Parque Hélio do Amaral Lange o logradouro público conhecido como Saco da Lama, localizado no bairro de Coqueiros.	10.839, de 1998
27	Denomina João Pessoa Machado o Ginásio de Esportes da Academia da Polícia Civil, sito no distrito de Canasvieiras.	10.948, de 1998
28	Denomina Rodovia Governador Aderbal Ramos da Silva a Via Expressa Sul, no trecho compreendido entre o início do acesso da Prainha até o trevo da Seta que liga ao aeroporto e às praias do sul.	11.334, de 2000
29	Denomina Delegado Manoel Antônio Fogaça de Almeida a Academia da Polícia Civil localizada no Balneário de Canasvieiras.	11.448, de 2000
30	Denomina Deputada Antonieta de Barros o Túnel da Via Expressa Sul, que faz a ligação entre os bairros da Prainha e Saco dos Limões.	11.935, de 2001
31	Denomina Rodovia “Seu Chico” Francisco Thomaz dos Santos a Rodovia SC-406, situada na parte insular sul do Município.	11.950, de 2001
32	Denomina Perito Adilson Silveira Cathcart o Instituto de Criminalística do Estado de Santa Catarina, integrante da Diretoria de Polícia Técnico-Científica.	12.440, de 2002
33	Denomina Professora Marcia Regina Althoff Lapolli o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Padre Anchieta.	12.540, de 2002
34	Denomina José Carlos Daux a Rodovia SC-401 trecho trevo do Itacorubi interseção com a SC-404 – Canasvieiras.	13.304, de 2005 Alterada pela Lei nº. 13.726, de 2006
35	Denomina Professora Orlandina Olívia da Silva o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Pero Vaz de Caminha.	13.504, de 2005
36	Denomina José dos Passos Vieira a Central Estadual de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos da Secretaria de Estado da Saúde.	13.578, de 2005
37	Denomina Hilda Teodoro Vieira o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Hilda Teodoro Vieira.	13.637, de 2005
38	Denomina Armando Calil Bulos a Rodovia SC-403, acesso à Praia dos Ingleses, trecho da interseção com a SC-401, Canasvieiras.	13.638, de 2005 Alterada pela Lei 13.727, de 2006
39	Denomina Professor MSc. Osvaldo de Oliveira Maciel a Escola de Saúde Pública de Santa Catarina.	13.990, de 2007
40	Denomina Antonio Henrique Bulcão Vianna o hangar do Governo do Estado junto ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz.	14.015, de 2007
41	Denomina Rodovia Francisco Magno Vieira o trecho da SC-405 compreendido entre o entroncamento com a SC-401, acesso ao Bairro Carianos, e o entroncamento com a Rodovia SC-406, acesso ao Bairro Morro das Pedras.	14.236, de 2007
42	Denomina Escola de Ensino Médio Jacó Anderle o estabelecimento de ensino da rede pública estadual situado na Rua Francisco Fausto Martins, no Bairro Vargem Grande.	14.783, de 2009
43	Denomina Coronel PM Paulo Ekke Moukarzel o Batalhão de Polícia Militar Rodoviária.	15.388, de 2010

44	Denomina Irmão Celso Maria o elevado sobre a Rodovia estadual José Carlos Daux SC-401, que liga as Rodovias João Paulo e Virgílio Várzea, localizado no Bairro Monte Verde.	15.443, de 2011
45	Denomina Vereador Oscar Manoel da Conceição a Escola Jovem do Sul da Ilha, localizada no Bairro Rio Tavares.	15.732, de 2012
46	Denomina Cintia Constantino o elevado edificado na SC-401, km 3,95, entroncamento com a estrada Manoel Leôncio de Souza Brito, na Comunidade de Vargem Pequena.	15.831, de 2012
47	Denomina Francisco Arcanjo Grillo o trecho da Rodovia SC-400, compreendido entre o trecho de entroncamento da Rodovia SC-402 (para Jurerê) e o Balneário Daniela.	16.119, de 2013
48	Denomina Zeide Boell D'Aquino o Instituto de Identificação do Estado de Santa Catarina, que compõe o Instituto Geral de Perícias da Secretaria de Estado da Segurança Pública.	16.216, de 2013
49	Denomina Renato José Hendges a Diretoria Estadual de Investigações Criminais, que compõe a estrutura da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.	16.444, de 2014
FORQUILHINHA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Osvaldo Savi a Escola Isolada Sanga do Café, da localidade de Sanga do Café.	5.955, de 1981
2	Denomina Natálio Vassoler o Grupo Escolar da localidade de Vila Franca.	5.956, de 1981 Alterada pela Lei nº. 7.860 de 1989
3	Denomina Ernesto Pazini a Escola Isolada Pique do Rio do Cedro, da localidade de Pique do Rio Cedro.	5.959, de 1981
4	Denomina Miguel Minatto a Escola Isolada Estadual de Sanga do Coqueiro, da localidade de Santa Rosa.	5.966, de 1981
5	Denomina Colégio Estadual Luís Tramontin a escola da localidade de Vila Isabel.	8.068, de 1990
6	Denomina Luis Tramontin o Ginásio de Esportes junto ao Colégio Estadual de mesmo nome.	11.338, de 2000
FRAIBURGO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Carlos Pisani a Rodovia SC-456, trecho BR-470 a Fraiburgo.	5.884, de 1981
2	Denomina Airton Senna da Silva o trecho da Rodovia Estadual SC-453, acesso ao bairro São Miguel.	9.703, de 1994
3	Alterada a atual denominação da Escola de Educação Básica Sedes Sapientiae para Escola de Educação Básica Padre Biagio Simonetti.	12.772, de 2003
FREI ROGÉRIO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Sakura a ponte sobre o Rio Marombas, localizada na Rodovia SC-451.	14.627, de 2009
GASPAR		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Dr. Abelardo Viana o Prédio da Unidade Sanitária, localizado à Rua São José.	8.143, de 1990
2	Denomina Henrique Isensee o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Arnoldo Agenor Zimmermann.	14.495, de 2008
3	Denomina Centro Poliesportivo Adolfo Soares o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Ivo D'Aquino.	16.525, de 2014
GOVERNADOR CELSO RAMOS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Francisco Wollinger o trecho da Rodovia SC-410, que liga a BR-101 ao Município.	6.028, de 1982
2	Denomina Escola Isolada Professora Alaíde da Silva Mafra, situada na localidade de Areias do Meio.	7.955, de 1990 Alterada pela Lei 8.412, de 1991
3	Denomina Escola Isolada Professora Dalma da Luz Azevedo, situada na localidade de Calheiros.	7.957, de 1990 Alterada pela Lei 8.413, de 1991
4	Denomina Estrada Parque Brigadeiro Silva Paes o trecho da Rodovia Estadual Planejada SC-410, iniciando no Km 25,3, confluência com a Avenida Nézio João Miranda, passando pelas localidades de Costeira da Armação, acesso à Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, Praia do Antenor, Caieira e Área de Preservação Ambiental (APA) de Anhatomirim, contornando parte da orla do Município de Governador Celso Ramos e finalizando no Km 38,9.	15.259, de 2010
GRÃO PARÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina João Batista Alberton o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dr. Miguel de Patta.	12.399, de 2002
GRAVATAL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Nicolau Corrêa de Andrade o Curso Normal Regional anexo ao Grupo Escolar Geraldina Maria Tavares.	3.761, de 1965
GUARAMIRIM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Palácio de Esportes Prefeito Rodolfo Jahn o ginásio de esportes da cidade.	5.686, de 1980
2	Denomina Pedro Francisco Klein a quadra polivalente da Escola Básica São Pedro, na localidade de Guamiranga.	5.873, de 1981
3	Denomina Ponte do Agricultor, a ponte de concreto sobre o Rio Itapocu que interliga as localidades de Guamiranga e Bananal do Sul.	6.051, de 1982
HERVAL D'OESTE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Governador Ivo Silveira o Colégio Normal da cidade.	4.304, de 1969
2	Denomina Oscar dos Santos Mello o Centro de Eventos situado na Rua Rui Barbosa, bairro Vila Rica.	13.446, de 2005
IBIAM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina João Carlos Ceron o Ginásio de Esportes anexo à Escola Heriberto Hulse.	12.860, de 2004
IBICARÉ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Governador Celso Ramos a ponte que o Plano de Metas do Governo construiu sobre o Rio do Peixe.	1.015, de 1965

IBIRAMA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Governador Celso Ramos a ponte construída sobre o Rio Hercílio.	1.014, de 1964
2	Denomina Governador Ivo Silveira a ponte sobre o Rio Itajaí do Norte, que dá acesso ao distrito de Dalbérgia.	1.078, de 1968
3	Denomina Juiz Clóvis Ayres Gama o Fórum da Comarca.	4.639, de 1971
4	Denomina Cordula Eskelsen o Centro de Educação de Jovens e Adultos.	13.193, de 2004
5	Denomina Doutor Waldomiro Colautti o Hospital Miguel Couto.	15.485, de 2011
ILHOTA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Pedro Teixeira de Mello a Escola Rural situada no Alto Baú.	3.823, de 1966
2	Denomina Padre Cláudio Jeremias Cadorim a ponte na Rodovia SCT-410, no trecho BR-470 – Ilhota – SCT-486, com extensão de 325 metros.	9.814, de 1994
IMARUÍ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Pedro Bittencourt o Colégio Estadual da Cidade.	6.257, de 1983
2	Denomina Portinho Bittencourt a Rodovia SC-437, que compreende o trecho que liga o Município de Imaruí à BR-101.	7.700, de 1989
IMBITUBA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Manoel Felipe Cardoso o Grupo Escolar da Vila de Mirim.	1.085, de 1970
2	Denomina Dr. Hélio Anjos Ortiz o Posto de Saúde do Município.	5.493, de 1978
3	Denomina Padre Dr. Itamar Luiz da Costa o Centro Comunitário, do bairro Vila Nova Alvorada.	5.752, de 1980
4	Denomina Paulino Martins o Ginásio de Esportes sito no distrito de Vila Nova.	10.608, de 1997
IMBUÍ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Valdemiro Luiz Capristano o Auditório da Escola de Educação Básica Frei Manoel Philippi.	13.521, de 2005
2	Denomina Prefeito Raul Goedert o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Frei Manoel Philippi.	13.891, de 2006
3	Denomina Raul Goedert a rodovia que faz a ligação entre o Município de Imbuia ao entroncamento com a Rodovia SC-350.	16.115, de 2013
INDAIAL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Ministro Victor Konder a ponte sobre o Rio Itajaí Açú, na sede do Município.	5.399, de 1977
2	Denomina Sérgio Luiz Peters o Ginásio de Esportes do Município.	5.515, de 1979
3	Denomina Colégio Estadual Frederico Hardt o atual Colégio Normal.	5.568, de 1979
4	Denomina Escola Isolada Estadual Professora Ursula Kroeger, no Bairro João Paulo II.	7.311, de 1988
5	Denomina Escola Isolada Professor Estanislau Schmidt a Escola Isolada Bagaçu Central, do Distrito de Apiúna.	7.576, de 1989
6	Denomina Dr. Heinz Schütz o prédio do Posto de Saúde da Cidade.	8.071, de 1990
7	Denomina Escola Estadual Augusta Moser a Escola Estadual Rio Morto, localizada Bairro Rio Morto.	8.900, de 1992
8	Denomina Rudibert Knop o Ginásio de Esportes do Bairro Warnow contíguo à Escola de Ensino Fundamental Gustavo Barroso.	15.191, de 2010
9	Denomina Elisabet Marcimiano o Ginásio de Esportes contíguo à Escola Estadual Prefeito Germano Brandes Jr.	15.374, de 2010
IPUAÇU		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Adolpho Ambrósio Baccin o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Padre Antônio Vieira.	11.001, de 1998
IPUMIRIM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Vital Felipe Casarotto o Ginásio Normal criado pelo Decreto nº 3.035, de 13-8-1965.	4.021, de 1967
2	Denomina João Teixeira de Albuquerque a ponte construída sobre o Rio Engano.	5.370, de 1977
3	Denomina Governador Irineu Bornhausen a ponte sobre o Rio Jacutinga, localizada na Rodovia Ipumirim BR-283.	5.523, de 1979
4	Denomina Rodovia José Begoni o trecho da SC-485 que liga Ipumirim à BR-283.	5.523, de 1979
IRATI		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Pedro Provin o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Princesa Isabel, localizado na Linha Sete de Setembro.	14.097, de 2007
2	Denomina Oscar Eugênio Grossl a Rodovia SC-460, que liga o perímetro urbano do Município de Irineópolis à BR-280.	14.166, de 2007
ITÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Pedro Paludo a rodovia estadual que liga a cidade de Itá à SC-283.	11.604, de 2000
2	Denomina Walter Porn o Ginásio de Esportes da Escola Estadual de Educação Básica Neusa Marques de Linha União.	15.131, de 2010
ITAIÓPOLIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Francisco Linzmeyer o Ginásio de Esportes do Município.	5.918, de 1981
2	Denomina Prefeito Teófilo Tavares a Rodovia SC-419, trecho BR-116 Itaiópolis – Alto Paraguaçu até o encontro com a Rodovia SC-477.	6.560, de 1985
3	Denomina Nataniel Rezende Ribas a Rodovia SC-477, que liga Papanduva ao distrito de Iraputã.	14.167, de 2007
4	Denomina João Heyse o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Paulo Cristiano Heyse.	15.187, de 2010
ITAJAÍ		LEI ORIGINAL Nº
1	Cria e Denomina Lucy Corrêa Hulse a Escola Profissional Feminina.	437, de 1959
2	Denomina Ginásio Presidente Nerê de Oliveira Ramos o Ginásio Industrial.	2.952, de 1961
3	Denomina Desembargador Urbano Müller Salles o Fórum da Comarca.	4.595, de 1971
4	Denomina Dr. Ivo Stein Ferreira o Grupo Escolar, localizado no final da Rua Jorge Mattos (Casas Populares).	1.089, de 1972

5	Denomina Escola Estadual Martinho Gervásio a Escola Isolada Estadual, situada na localidade de Brilhante II.	4.934, de 1973
6	Denomina Escola Básica Aníbal Cesar o estabelecimento de da localidade de São Vicente.	5.327, de 1977
7	Denomina Gabriel João Collares o Ginásio de Esportes, situado no Bairro Vila Operário.	5.420, de 1978
8	Denomina Professora Maria Dutra Gomes a Escola Básica, na localidade de São Tarcísio.	5.523, de 1979
9	Denomina Alcino Marques Silveira Brandão o Centro Comunitário do Bairro Costa Cavalcanti.	5.680, de 1980
10	Denomina Dr. Rui Vieira Filho o Centro Comunitário do Núcleo Habitacional Vereador Nilson Lourenço dos Santos, localizado no bairro São Vicente.	6.853, de 1986
11	Denomina Atílio Máximo dos Santos a Escola Isolada I de Arraial dos Cunhas, situada na localidade de km-12, da antiga estrada Itajaí-Brusque.	6.854, de 1986
12	Denomina Profª Maria Nilza Ferreira Evaristo a Escola Básica de Espinheirinhos.	8.763, de 1992
13	Denomina Dr. Ademir Manoel Furtado o Complexo Regional Penitenciário da Foz do Itajaí.	14.955, de 2009
14	Denomina Escola de Ensino Médio Elfrida Cristino da Silva a escola localizada na Avenida Adolfo Konder.	16.524, de 2014
ITAPIRANGA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Centro Poliesportivo Professor Nelson Hobold o Ginásio da Escola de Ensino Fundamental Porto Novo.	15.028, de 2009
2	Denomina Centro Poliesportivo Milton Hahn o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica São Vicente.	16.377, de 2014
ITUPORANGA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Henrique Holetz o Ginásio de Esportes do Governo do Estado.	5.768, de 1980
2	Denomina Edifício Alexandre Haas a Delegacia Regional de Polícia.	10.075, de 1996
3	Denomina Governador Pedro Ivo Campos o Ginásio de Esportes localizado junto ao Colégio Estadual Roberto Moritz.	11.335, de 2000
4	Denomina Francisco Cardozo Bittencourt o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Fundamental Mont'Alverne.	13.020, de 2004
5	Denomina Alfredo Schuhmacher o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Fundamental João Carlos Thiesen, do bairro Vila Nova.	13.306, de 2005
6	Denomina Evaldo Rosa o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Vereador Paulo França, da localidade de Cerro Negro.	13.445, de 2005
JABORÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Francisco Benjamin Gallotti o trecho da SC-463, acesso pavimentado de Jaborá à BR-282.	5.501, de 1978
2	Denomina Moacir Coradi o trecho da Rodovia SC-355, compreendido entre o Município de Jaborá e a BR-153.	16.118, de 2013
JAGUARUNA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Humberto Ghizzo Bortoluzzi o aeroporto regional de Jaguaruna.	12.642, de 2003
2	Denomina Claudino Abel Botega a Rodovia SC-487, que liga o centro da cidade de Jaguaruna à Barra do Camacho.	14.891, de 2009
3	Denomina Lussa Librelato a Rodovia que liga a BR-101 ao Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi.	16.392, de 2014
4	Denomina Arno Arnaldo Nápoli a Rodovia Estadual SC-442, no trecho compreendido entre o trevo de acesso à BR-101 no Município de Jaguaruna até a ponte sobre o Rio Sangão.	11.152, de 1999
JARAGUÁ DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Escola Básica Professor Heleodoro Borges o estabelecimento de ensino localizado na Rua Joinville.	4.875, de 1973
2	Denomina Artur Müller o Ginásio de Esportes da Cidade.	5.302, de 1977
3	Denomina Mário Krustzsch o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
4	Denomina Dr. João Thomaz Marcondes de Mattos o Fórum da Comarca.	5.749, de 1980
5	Denomina Escola Isolada Ribeirão Grande do Norte, de Barra do Ribeiro Grande, a Escola Isolada Angelo Moretti.	5.935, de 1981
6	Denomina Professora Valdete Inês Piazeria Zindars a atual Escola Básica Cruz e Souza.	6.624, de 1985
7	Denomina de Walter Breithaupt a ponte construída sobre o rio Itapocu, no centro da cidade, partindo da rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira em demanda à localidade denominada Vila Baependí.	6.693, de 1985
8	Denomina Erich Gruetzmacher a atual Escola Básica Vila Rau.	10.461, de 1997
9	Denomina Darci Franke Welk o Colégio Estadual, no Bairro São Luiz.	11.065, de 1998
10	Denomina Mário Krutzsch o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS).	12.993, de 2004
11	Denomina Professor Lino Floriani a Escola Estadual de Ensino Médio.	13.847, de 2006
JOAÇABA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Gonçalves Dias o Grupo Escolar do segundo subdistrito.	34, de 1952
2	Denomina Governador Celso Ramos o Colégio Normal Estadual.	3.706, de 1965
3	Denomina Governador Ivo Silveira o Ginásio de Esportes da Cidade.	1.075, de 1968
4	Denomina Luiz Dalcanalle o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
5	Denomina Dr. Antônio Nunes Varela o Fórum da Cidade.	5.515, de 1979
6	Denomina Iolanda Bordin Bonato o Hemocentro da Secretaria de Estado da Saúde.	9.635, de 1994
JOINVILLE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Faculdade de Engenharia de Joinville (FEJ) criada pela Lei nº 1.520, de 9 de outubro de 1956.	1.601, de 1956

2	Denomina Ginásio Estadual Governador Celso Ramos o estabelecimento de ensino secundário criado pela Lei nº 88, de 8 de julho de 1953.	812, de 1962
3	Denomina Dom Pio de Freitas o Grupo Escolar, no bairro Floresta.	3.253, de 1963
4	Denomina Monsenhor Sebastião Scarzello o Grupo Escolar, no bairro Guanabara.	3.644, de 1965
5	Denomina Governador Ivo Silveira, o Edifício do Fórum da Comarca.	1.080, de 1969
6	Denomina Henrique Meyer Filho o Centro Social Urbano.	5.515, de 1979
7	Denomina Dario Salles o Centro Interescolar de 2º Grau.	5.515, de 1979
8	Denomina Professor Gustavo Augusto Gonzaga a Escola Básica do Conjunto Habitacional Jardim Cohajo.	5.523, de 1979
9	Denomina Dr. Tufi Dippe a Escola Básica do Conjunto Habitacional Tupy.	5.523, de 1979
10	Denomina Governador Jorge Lacerda a Escola Básica do conjunto Habitacional Jorge Lacerda.	5.523, de 1979
11	Denomina Dr. Elpídio Barbosa a Escola Básica da Vila Costa e Silva.	5.523, de 1979
12	Denomina Deputado Ivan Rodrigues o Ginásio de Esportes, situado na Rua Max Colin.	5.547, de 1979
13	Denomina Vereador Guilherme Zuege a Escola Básica Rio Bonito, no Distrito de Pirabeiraba.	5.548, de 1979
14	Denomina Professor João Meerholz a Escola Isolada sediada na Estrada do Sul Km 18, próximo à divisa Joinville-Guaramirim, confluência da Estrada do Sul com a Estrada Blumenau.	5.723, de 1980
15	Denomina Costa e Silva o Centro Comunitário do Conjunto Habitacional do Bairro Costa e Silva.	5.754, de 1980
16	Denomina Hans Dieter Schmidt o Hospital Regional da Cidade.	5.962, de 1981
17	Denomina Dr. Tufy Dippe o Centro de Saúde Modelo da Cidade.	6.096, de 1982
18	Denomina Conjunto Habitacional Ademir Garcia o Núcleo Habitacional da COHAB, localizado no Bairro Jarivatuba.	6.291, de 1983
19	Denomina Professora Valesca May Engelmann a Escola Isolada da Estrada do Pirai.	9.870, de 1995
20	Denomina Archimedes Carvalho o Instituto Médico Legal da Cidade.	10.718, de 1998
21	Denomina Doutor Osvaldo Altino Dória a 13ª Coordenadoria Regional de Saúde.	10.970, de 1998
22	Denomina Doutor Jeser Amarante Faria o Hospital Infantil, localizado na Rua Araranguá, no Bairro América.	12.275, de 2002
23	Denomina Deputado Nagib Zattar a Escola Jovem, localizada no bairro Jardim Paraíso.	12.643, de 2003
24	Denomina Altair Honorato o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dr. Jorge Lacerda.	12.881, de 2004
25	Denomina Vereador João Pessoa Machado o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica João Colin.	13.245, de 2004
26	Denomina Vereador Phelipp Baumer o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Osvaldo Aranha.	13.687, de 2006
27	Denomina Juscemar Cesconetto a Penitenciária Industrial, localizada no Município.	13.989, de 2007
28	Denomina Herculano Natali de Mello o Ginásio de Esportes, localizado no Bairro Aventureiro.	14.838, de 2009
29	Denomina Soldado Jackson dos Santos o Presídio Regional.	15.370, de 2010
30	Denomina CIDAP – Centro Integrado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca Luiz Carlos Perin.	16.374, de 2014
LACERDÓPOLIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Praça Luiz D'Agostini o logradouro público, situado em frente a Escola Básica Joaquim D'Agostini.	7.180, de 1988
LAGES		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Nereu Ramos o edifício do Fórum da Cidade.	1.992, de 1959
2	Denomina Coronel Aristiliano Laureano Ramos o trecho da Rodovia SC-425 que, partindo da BR-282 – Distrito de Índios – passa pelos Distritos de Palmeiras e Otacílio Costa, até alcançar a BR-470.	5.398, de 1977
3	Denomina Renato Ramos da Silva o Centro Interescolar de 2º Grau.	5.515, de 1979
4	Denomina João Pedro Arruda o Ginásio de Esportes do Distrito de Correia Pinto.	5.515, de 1979
5	Denomina Frei Nicodemus a Escola Básica no Conjunto Habitacional Ipiranga.	5.523, de 1979
6	Denomina Estádio de Integração o estádio localizado no Bairro Pizani.	5.753, de 1980
7	Denomina Escola Básica Francisco Manfroi o estabelecimento escolar da rede estadual de ensino do 1º Grau, localizado no Bairro Santa Mônica, às margens da BR-116.	5.916, de 1981
8	Denomina Célio Belizário Ramos o Hemocentro da Cidade.	9.387, de 1993
9	Denomina Armindo Ranzolin o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual São Judas Tadeu.	11.748, de 2001
10	Denomina Eneidino Batista Ribeiro o trecho da Rodovia SC-438 entre o Rio Lavatudo/Divisa com o município.	12.353, de 2002
11	Denomina Jacó Anderle o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA).	13.685, de 2006
12	Denomina Jorge Luís Plauda o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Frei Nicodemus.	14.733, de 2009
13	Denomina Iara Aparecida de Ataíde o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Frei Nicodemus.	16.399, de 2014
14	Denomina Professora Helena Terezinha Ribeiro Pinheiro a Arena Multiuso anexa à Escola de Educação Básica General José Pinto Sombra.	16.432, de 2014
LAGUNA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Armando Calil Bulos o Grupo Escolar, na localidade de Quilômetro 37.	4.539, de 1970
2	Denomina Antônio Bessa o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
3	Denomina Padre Itamar Luiz da Costa a Escola Básica da localidade de Laranjeiras.	6.678, de 1985
4	Denomina Francisco Fernandes Pinho a Rodovia SC-436, que liga a BR-101 à Cidade.	8.619, de 1992

5	Denomina Coronel João Zaleski Júnior o 5º Pelotão da 3ª Companhia do 1º Batalhão de Bombeiro Militar, com sede no Município.	13.107, de 2004
6	Denomina Major PM José Elias dos Santos, a 9ª Guarnição Especial de Polícia Militar no Município.	15.385, de 2010
7	Denomina Miguel José Boabaid o Acesso Estadual Laguna, compreendido entre o Entroncamento SC-100 (para Laguna) ao Farol de Santa Marta.	16.466, de 2014
8	Denomina Heryberto Barzan a Rodovia SC-100, compreendida entre o Km 0 (quilômetro zero) e o Km 15,9 (quilômetro quinze vírgula nove).	16.479, de 2014
LAURENTINO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Egídio Tambosi o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Tereza Cristina.	13.514, de 2005
LAURO MÜLLER		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Engenheiro Ernani Lotram o Grupo Escolar construído na localidade de Guatá.	3.473, de 1964
2	Denomina Pedro Tomaz o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Engenheiro Ernani Cotrin do Distrito de Guatá.	10.675, de 1998
3	Denomina Daniel Goulart o Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Fundamental Emília Mamede Soares.	12.585, de 2003
LEBON RÉGIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Elza Teles o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Frei Caneca.	15.744, de 2012
2	Denomina Professor Walmor Carlin do Prado o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Santa Terezinha.	15.783, de 2012
LEOBERTO LEAL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Paulino José de Souza o prédio da Delegacia de Polícia.	14.626, de 2009
LONTRAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Francisco Rauh o acesso asfáltico que liga a cidade à BR-470.	5.794, de 1980
2	Denomina Roland Kuhl o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Regente Feijó.	12.575, de 2003
LUIZ ALVES		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Frederico Guilherme Schwanke o Ginásio de Esportes da Cidade.	5.421, de 1978
2	Denomina Rodovia Leonardo Martendal a Rodovia SC-413, que liga o Município à BR-101.	8.069, de 1990
MAFRA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello o Fórum da Cidade.	5.491, de 1978
2	Denomina Escola Isolada Kimi Nagano a Escola São João da Barra.	7.182, de 1988
3	Denomina Vereador Evado Steidel o prédio do Grupo Escolar Saltinho do Canivete.	8.214, de 1991
4	Denomina Adelino Bona, o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Dr. Francisco Izabel.	10.742, de 1998
MAJOR GERCINO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Expedicionário Pedro Laurindo Filho na ponte localizada na Estrada Major Gercino Leoberto Leal, sob o Rio Tijucas, no perímetro urbano do Município.	5.757, de 1980
MAJOR VIEIRA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Escola Isolada Colônia Santo Antônio a escola da localidade de Cochos.	4.758, de 1972
2	Denomina São Roque a Escola Isolada Estadual da localidade de Agudos.	4.804, de 1972
MARACAJÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina de Escola Isolada Natale Accordi a Escola Estadual, situada na localidade de Espigão da Toca.	5.869, de 1981
MASSARANDUBA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Escolas Reunidas Professora Vidalina Xavier, a atual Escola Reunida Professor Antônio Paim Soares, com sede na localidade de Benjamim Constant.	6.113, de 1982
2	Denomina Rodovia Saul Silva o trecho da SC-474, que liga a cidade de Massaranduba à BR-101.	9.800, de 1994
3	Denomina Ticiano Miche Luzzi a Escola Isolada da localidade do Segundo Braço do Norte.	10.435, de 1997
4	Denomina Nair Scaburi Ranghetti o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Maria Konder Bornhausen.	16.417, de 2014
MATOS COSTA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Sebastião Carneiro o Ginásio de Esportes da Escola Estadual Dom Daniel Hostin.	12.597, de 2003
MELEIRO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Danilo Piazza o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica de Meleiro.	13.311, de 2005
MIRIM DOCE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Basílio Bonin a quadra coberta da Escola de Educação Básica Bruno Heidrich.	13.313, de 2005
2	Denomina Horst Gerhard Purnhagen a Rodovia que liga a BR-470 ao Município de Mirim Doce.	15.130, de 2010
MONTE CASTELO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Francisco Nicolau Fuck o Grupo Escolar de Residência Fuck.	3.756, de 1965
2	Denomina Dr. Hélio Anjos Ortiz o Posto de Saúde da Cidade.	5.454, de 1978
3	Denomina Vereador Marco Antonio Rauen Ribas o Centro Poliesportivo - Ginásio de Esportes.	10.620, de 1997
MORRO DA FUMAÇA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Eduardo Pedro Bergmann o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Vitória Búrigo, Distrito de Estação Cocal.	13.018, de 2004

2	Denomina Manoel Joaquim Medeiros o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Princesa Isabel.	13.581, de 2005
MORRO GRANDE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Hilário Crepaldi o Ginásio de Esportes do Município.	10.672, de 1998
NOVA TRENTO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Madre Paulina a Unidade Sanitária desse município.	7.594, de 1989
NOVA VENEZA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Complexo Esportivo Professor Iodá José Bozzano o conjunto esportivo anexo ao Colégio Estadual Abílio César Borges.	9.347, de 1993
2	Denomina Rodovia Monsenhor Quinto Davide Baldessar o trecho da SC-443 entre Mãe Luzia e Vila Maria.	15.181, de 2010
ORLEANS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Escola Isolada Maria Serafim Coan a Escola Isolada de Rio Belo, situada na localidade de Rio Belo.	5.724, de 1980
2	Denomina Dr. Emir Bortoluzzi Souza o Posto de Saúde do município.	6.650, de 1985
3	Denomina Escola Básica Martha Cláudio Machado o educandário público estadual, da localidade de Brusque do Sul.	8.796, de 1992
4	Denomina Gregório Brighenti o trecho da Rodovia SC-446, que abrange o perímetro urbano do Município.	10.714, de 1998 Alterada pela Lei nº. 11.113, de 1999
OTACÍLIO COSTA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Gilberto Manoel Frutuoso o Ginásio de Esportes localizado no Bairro Novo Mundo.	13.736, de 2006
2	Denomina Cacilda Moser o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Elza Deeke.	13.768, de 2006
3	Denomina Vereador Rogério de Jesus Teixeira o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Nossa Senhora de Fátima.	14.513, de 2008
4	Denomina Ederson Constante de Andrade o Ginásio de Esportes da Escola Estadual Fazenda Olinkraft, no Bairro Igaras.	16.523, de 2014
OURO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Irineu Bornhausen o Posto de Saúde situado na Rua Governador Jorge Lacerda.	5.603, de 1979
OURO VERDE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Jandir Antônio Catapan o entroncamento que liga o Município de Ouro Verde à SC-155.	13.879, de 2006
PALHOÇA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Centro Comunitário de Ponta de Maruim o Centro Comunitário do Bairro Maruim.	5.693, de 1980
2	Denomina José Carlos Domingues Carneiro o prédio do Posto de Fiscalização da Fazenda, situado no Km 220 da BR-101.	8.033, de 1990
3	Denomina José Amaro da Silva a Escola Reunida da Pedra Branca, caminho da Fazenda, Passa Vinte.	9.591, de 1994
4	Denomina Samuel Hamon dos Santos Rosa a Rodovia SC-433, que faz a ligação da BR-101 à Praia do Sonho.	11.934, de 2001
PALMA SOLA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Escola Básica Catharina Seger a Escola Básica Padre Antônio Vieira, de Novo Cerro Azul.	5.707, de 1980
2	Denomina Rodovia Luiz Caldato a SC-471, que inicia no entroncamento da SC-473, passando pela Fazenda Caldato até o Município de Palma Sola.	9.638, de 1994
3	Denomina Rodovia Catharina Seger a SC-471, no trecho compreendido entre o Município de Palma Sola até a divisa com o Estado do Paraná.	9.666, de 1994
4	Denomina Colégio Estadual Claudino Crestani o Colégio Estadual Professor Cândido Abdon Goulart.	9.745, de 1994
PAPANDUVA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Emílio Malikoski a Escola Isolada Estadual, localizada na comunidade de Lageado dos Greim.	6.761, de 1986
2	Denomina Mário de Mello Lopes Fórum de Justiça da Comarca.	11.515, de 2000
PASSO DE TORRES		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina José da Silva Batista o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Hildo Meneghetti.	10.906, de 1998
2	Denomina Prefeito João Luiz da Silva o trecho da Rodovia SC-450 compreendido entre a BR-101 e esse Município.	15.782, de 2012
PAULO LOPES		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Ernestina Pereira Martins a Escola Estadual do Distrito de Sorocaba.	9.702, de 1994
PENHA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Santa Adelaide o Centro de Treinamento de Pesca da Fundação Catarinense do Trabalho, na localidade de Armação de Itapocorói.	5.515, de 1979
2	Denomina Rodovia João Batista Sérgio Murad - Beto Carrero o acesso ao Município de Penha, do km 106 da BR-101, passando pelo Parque Beto Carrero World, até o entroncamento com a Rua Inácio Francisco de Souza.	15.387, de 2010
PETROLÂNDIA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Horácio Coelho o Ginásio Normal de Petrolândia, criado pelo Decreto nº 3.985.	3.880, de 1966
2	Denomina Artur Francisco Weber o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Fundamental Prefeito Frederico Probst, da Comunidade de Rio Antinhas.	13.580, de 2005
PIÇARRAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Dr. Norberto Bachmann a Unidade Sanitária do Município.	5.515, de 1979

2	Denomina Aurélio Solano de Macedo o Ginásio de Esportes situado à Rua Antônio Martinho Teles, centro.	10.167, de 1996
POMERODE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia João Karsten o trajeto da SC-418, compreendido entre Pomerode e a BR-470.	5.324, de 1977
2	Denomina Amália Gertrudes da Silva Anders o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica José Bonifácio.	16.335, de 2014
PONTE ALTA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Paulo José de Liz Santos – Paulinho o Ginásio de Esportes do Município.	6.496, de 1984
PONTE SERRADA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rosina Pavan o Centro Poliesportivo anexo à Escola de Educação Básica Belermino Victor Dalla Vecchia, no Bairro Baía Alta.	15.384, de 2010
PORTO UNIÃO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Coronel Cid Gonzaga o Ginásio Estadual do Município.	3.380, de 1963
2	Denomina Bernardo Stamm a Unidade Sanitária da Cidade.	5.447, de 1978
3	Denomina Ramiro Emerenciano o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
4	Denomina Cel. Joaquim Domit o Ginásio de Esportes de Porto União.	5.515, de 1979
5	Denomina Presidente Nilo Peçanha a Escola Básica na Rua Nilo Peçanha.	5.523, de 1979
6	Denomina Dr. Lauro Müller Soares o Ginásio de Esportes da cidade.	5.538, de 1979
7	Denomina João de Aquino o Centro Comunitário do Bairro de São Pedro.	5.657, de 1979
8	Denomina Professor Serafim Raul Caus o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Coronel Cid Gonzaga.	9.939, de 1995
9	Denomina Günter Adolf Siebeneicher o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Antônio Gonzaga.	12.558, de 2002
10	Denomina José Grobe o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Professor Clementino Britto, Distrito de Santa Cruz do Timbó.	12.880, de 2004
11	Denomina Alexandre Passos Puzyna a Rodovia SC-478, trecho Entroncamento SC-280 (Lança - km 0,0) - Santa Cruz do Timbó - Despraiado (km 35,2).	14.004, de 2007
12	Denomina Henrique Meyer o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Professor Germano Wagenfur.	14.732, de 2009
POUSO REDONDO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Arno Siewerdt a Escola de Educação Básica Arno Siewerdt.	15.824, de 2012
PRESIDENTE GETÚLIO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Papa João XXIII o Grupo Escolar situado no distrito de Mirador.	3.347, de 1963
2	Denomina Andreas Heck o Ginásio de Esportes construído junto à Escola Básica Papa João XXIII, no Distrito de Mirador.	11.353, de 2000
PRESIDENTE NEREU		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Ginásio de Esportes Estadual Geraldo Back o complexo esportivo anexo ao Colégio Estadual João Tolentino Júnior.	10.261, de 1996
RIO DAS ANTAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Avelino Antônio Sella a ponte sobre o Rio do Peixe.	5.046, de 1974
RIO DO CAMPO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Governador Ivo Silveira o Ginásio Normal situado na sede do Município.	1.050, de 1966
2	Denomina Ginásio de Esportes Vereador José Haverroth o complexo esportivo da Escola Básica Maestro Heitor Villa Lobos, sito na localidade de Taiozinho.	10.359, de 1997
3	Denomina José Moratelli o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dr. Fernando Ferreira de Mello.	13.520, de 2005
RIO DO OESTE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Deputado João Bértoli o Ginásio de Esportes do Município.	5.600, de 1979
2	Denomina Governador Irineu Bornhausen a ponte sobre o Rio Itajaí do Norte, no perímetro urbano da cidade.	5.602, de 1979
3	Denomina Padre Dante Possamai a Quadra de Esportes da Escola de Educação Básica Expedicionário Mário Nardelli.	12.858, de 2004
RIO DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Paula Cordeiro o atual Grupo Escolar 15 de Novembro.	3.213, de 1963
2	Denomina Deputado João Custódio da Luz o Grupo Escolar localizado no Bairro Boa Vista.	4.729, de 1972
3	Denomina Patrono Serafim Fronza a Escola anexa ao Pátio da Capela Nossa Senhora do Rosário, em Valada Taboão.	5.967, de 1981
4	Denomina Antonio Ledra a Unidade Básica de Saúde do Bairro Santana.	11.521, de 2000
5	Denomina Mario Ponticelli o Presídio Estadual de Rio do Sul.	13.988, de 2007
6	Denomina Coronel PM Antônio Moacir Pereira o 13º Batalhão de Polícia Militar, localizado no Município.	15.961, de 2013
7	Denomina Haroldo Neumann o Centro de Educação Profissional do Bairro Progresso.	16.555, de 2014
RIO FORTUNA		LEI ORIGINAL Nº
1	Fica alterado o nome das Escolas Reunidas Professor Pedro Antônio Cândido, para Escolas Reunidas Pio XII.	580, de 1960
2	Denomina José Buss o Centro de Educação Profissional (CEDUP).	16.105, de 2013
RIO NEGRINHO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Engenheiro Nery Waltrick a ponte sobre o Rio Negrinho.	3.724, de 1965
2	Denomina Palácio de Esportes José Brůsky Júnior o Ginásio de Esportes.	5.706, de 1980
3	Denomina Almir José Kalbusch a SC-422, entre Rio Negrinho e o distrito de Volta Grande.	14.123, de 2007
4	Denomina 1º Ten. Pedro Augusto Gimenes Coste o 2º Pelotão da 2ª Companhia do 9º Batalhão de Bombeiros Militar do Município.	15.962, de 2013
RIO RUFINO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina João de Bona Sartor o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Professor Djalma Bento.	10.671, de 1998

2	Denomina Rodovia do Vime José Luiz Figueiredo (SUZUKI) a SC-427, que liga o Município de Rio Rufino à BR-282.	11.755, de 2001 Alterada pela Lei 13.021, de 2004
3	Denomina Rodovia Artur Pagani o trecho da SC-439 entre os Municípios de Rio Rufino e Urupema.	14.567, de 2008
4	Denomina Escola do Vime Antonio Amauri de Souza o Centro de Treinamento da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), localizado no Parque de Exposições Caetano Costa Sobrinho.	15.359, de 2010
RODEIO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Joaquim Rigo o Posto de Saúde do Município.	12.584, de 2003
SALTINHO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Abílio Farias o Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Fundamental São Donato, na comunidade de Linha São Donato.	11.843, de 2001
2	Denomina Elio Magedanz o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Emilia Boos Laus Schmidt.	11.844, de 2001
SANTA CATARINA		LEI ORIGINAL Nº
1	Altera a denominação da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, Educação e Saúde para Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, Educação e Saúde.	308, de 1949
2	O Laboratório Geral do Estado, criado pela Lei nº 503, de 24 de julho de 1951, passa a denominar-se Laboratório de Química Agrícola e Industrial e se subordinará à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.	1.337, de 1955
SANTA CECÍLIA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Dr. Nilo Rio Bastos o Fórum da Comarca.	5.694, de 1980
2	Denomina Ginásio de Esportes Stefano Bonet a Quadra Esportiva da Escola Básica Alcides Carlos Bonet.	9.386, de 1993
SANTA ROSA DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Inácio Domingos Velho o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica João dos Santos Areão.	13.071, de 2004
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Maria Salum Elias o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Nereu Ramos.	10.838, de 1998
2	Denomina Companhia Tenente Coronel Wilmar Leopoldo Gerent a 4ª Companhia do 7º Batalhão de Polícia Militar, com sede nesse Município.	12.843, de 2003
SÃO BENTO DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Carlos Zipperer Sobrinho a Escola Básica da Vila Centenário.	5.523, de 1979
2	Denomina Professora Osmarina Batista Betkiwiski a Escola Básica no Conjunto Habitacional 1º de Maio.	5.523, de 1979
3	Denomina Alfredo Dinner a Escola Básica no Conjunto Habitacional Pedreira.	5.523, de 1979
4	Denomina Escola Guilherme Gaedke, a Escola Isolada Estadual Ano Bom.	6.352, de 1984
5	Denomina Rodovia dos Móveis o trecho da SC-301 entre Fragosos, divisa com o Estado do Paraná, até o encontro com a SC-280, no Bairro de Oxford.	6.758, de 1986
6	Denomina Rodolfo Grossl o Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Fundamental Engelberto Grossl, do Bairro Lençol.	13.399, de 2005
7	Denomina Rodovia Pedro Bayerl o trecho entre o entroncamento BR-280 e São Bento do Sul.	13.985, de 2007
8	Denomina Padre Affonso Robl o Centro de Educação Profissional (CEDUP).	16.522, de 2014
SÃO BONIFÁCIO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Vereador Ruy Ewaldo Schaffler o Colégio Estadual São Tarcísio.	5.968, de 1981
2	Denomina Padre Sebastião Antônio Van Liehout a Rodovia SC-431, trecho compreendido entre a BR-282 e esse Município.	13.069, de 2004
SÃO CRISTÓVÃO DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina José Righes a Quadra de Esportes da Escola de Educação Básica Professor Argeu Furtado.	14.334, de 2008
SÃO DOMINGOS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Alfredo Lammel o Ginásio de Esportes localizado nesse Município.	5.740, de 1980
2	Denomina Prefeito Arlindo Barbiero a Escola Básica São Domingos.	11.153, de 1999
3	Denomina Professora Neli Ottoni Lange a Escola de Ensino Fundamental Professora Maria Luiza Gama.	11.757, de 2001
SÃO FRANCISCO DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Grupo Escolar Dr. Luiz Gualbert o grupo escolar no bairro do Rocio Grande.	71, de 1952
2	Denomina Engenheiro Annes Gualberto o Grupo Escolar do bairro de Paulas.	4.293, de 1969
3	Denomina Desembargador Lucas Bhering o Fórum da Cidade.	5.448, de 1978
4	Denomina Professor Joaquim Antônio S. Thiago o Centro de Treinamento da Fundação Catarinense do Trabalho.	5.515, de 1979
5	Denomina Professor Francisco Anselmo Corrêa a escola isolada da localidade de Laranjeiras.	5.589, de 1979
6	Denomina Escola Estadual Vereadora Ruth Nóbrega Martinez a Escola Isolada do Miranda.	6.460, de 1984
7	Denomina Escola Isolada Silvério de Mira a Escola Isolada do Linguado.	6.562, de 1985
SÃO JOÃO BATISTA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Deputado Joaquim Ramos a ponte sobre o Rio Tijucas.	3.801, de 1966
2	Denomina Ministro Luiz Gallotti o Fórum da Comarca.	4.433, de 1970
SÃO JOÃO DO OESTE		LEI ORIGINAL Nº
1	Fica alterada a atual denominação da Escola de Educação Básica Pe. Teodoro Treis, do Bairro Cristo Rei, para Escola de Educação Básica Cristo Rei	13.444, de 2005
SÃO JOÃO DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Professora Maria Solange Lopes de Borba a Escola de Educação Básica Ângelo Scarpa.	15.362, de 2010

SÃO JOAQUIM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Escola Básica Estadual João Inácio de Melo Escola Reunida Pascoal Deretti.	10.588, de 1997
2	Denomina Prudente Cândido da Silva Filho a Rodovia SC-438, no trecho compreendido entre o Rio Lavatudo - Km 44,88 e o Rio Mantiqueira - Km 98,813, localizada nesse Município.	11.854, de 2001
3	Denomina Hélvio Castelo Branco o Laboratório de Pesquisa da Batata Semente, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).	12.539, de 2002
4	Denomina Jarbas Amarante Ferreira a Rodovia SC-430 com início no Município de São Joaquim até o entroncamento com a rodovia municipal que vai ao Distrito de Boava.	12.559, de 2002
5	Denomina Manoel Dilor de Freitas o curso técnico de vitivinicultura e enologia da Escola de Educação Básica Manoel Cruz.	13.803, de 2006
6	Denomina Rogério Anselmo o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica São José.	15.290, de 2010
7	Denomina Martinho de Haro a unidade de ensino da rede pública estadual localizada na Rua Aristorides Stadler, Centro.	15.291, de 2010
8	Denomina Manoel Dilor de Freitas o Centro Administrativo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim.	15.360, de 2010
9	Denomina Cesar Martorano o trecho da Rodovia SC-430, de São Joaquim à divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	15.747, de 2012
SÃO JOSÉ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Juiz Mário de Carvalho Rocha o Fórum da comarca.	4.931, de 1973
2	Denomina Presidente Juscelino Kubitschek a atual Escola Básica de Barreiros.	5.273, de 1976
3	Denomina Nadir Valdo Macedo o Ginásio de Esportes situado à Rua Fúlvio Vieira da Rosa, em Barreiros.	5.569, de 1979
4	Denomina Cristiano Rosa Luz o Ginásio de Esportes do Bairro Bela Vista.	6.338, de 1984
5	Denomina Dr. Homero de Miranda Gomes o Hospital Regional de São José.	6.797, de 1986
6	Denomina Valdete Luci Martins Pôrto a Escola de Educação Básica Alto Forquilhas.	13.579, de 2005
SÃO LOURENÇO DO OESTE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Eng ^o . Felix Malburg o trecho da SC-468, compreendido entre esse Município e a BR-282.	5.470, de 1978
SÃO LUDGERO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina São José o Centro de Treinamento Agropecuário da Fundação Catarinense do Trabalho.	5.515, de 1979
SÃO MARTINHO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodolfo Feuser o Ginásio de Vargem do Cedro, criado pelo Decreto SE-20-02-69/7.676.	4.389, de 1969
2	Denomina Rodolfo Feuser a Escola Básica Estadual situada no Distrito de Vargem do Cedro.	5.435, de 1978
SÃO MIGUEL D'OESTE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Terezinha Gaio Basso o Hospital Regional do Município.	14.429, de 2008
2	Denomina Idegar Dalmagro o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Alberico Azevedo.	16.116, de 2013
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Padre Huberto Waterkemper o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Gama Rosa.	14.079, de 2007
2	Denomina Complexo Penitenciário do Estado a Penitenciária Estadual localizada no Município.	14.676, de 2009
SIDERÓPOLIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Governador Irineu Bornhausen o Centro Social Urbano.	5.993, de 1981
2	Denomina Represa Egídio Amboni a Barragem do Rio São Bento, na localidade de São Pedro.	11.918, de 2001
3	Denomina Carolina Feltrin Vendrame o Ginásio de Esportes da Escola Básica José do Patrocínio.	13.246, de 2004
SOMBRIO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Prefeito José Tiscoski a ligação entre Sombrio e Praia das Gaivotas - SC-485.	9.114, de 1993
2	Denomina Escola Básica Antônio Stuart a Escola Estadual Professora Ibrantina Antunes Neves, localizada em Retiro da União.	10.360, de 1997 Alterada pela Lei 11.121, de 1999
3	Denomina Escola de Ensino Médio Macário Borba a Escola Jovem desse Município.	13.019, de 2004
4	Denomina João Macario Daniel o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Normélio Cunha, da comunidade de Guarita.	13.308, de 2005
TAIÓ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Dr. Lauro Locks o Ginásio Normal situado em Mirim Doce.	3.873, de 1966
2	Denomina Leopoldo Jacobsen a Escola Básica Maria Leal Sauer.	5.883, de 1981
3	Denomina Otto Hosanga Escola Básica José Joaquim de Lima Xavier.	5.951, de 1981
4	Denomina Professor José Borgonha o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Otto Hosang.	11.352, de 2000
5	Denomina Hercílio Anderle a Escola de Ensino Fundamental localizada no Distrito de Passo Manso.	12.859, de 2004
6	Denomina Evaristo Berlanda o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Fundamental Hercílio Anderle, do Distrito de Passo Manso.	13.406, de 2005
7	Denomina Jacó Anderle o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Luiz Bértoli.	13.747, de 2006
8	Denomina Horst Gerhard Purnhagen o 2º Pelotão da 3ª Companhia do 5º Batalhão de Bombeiro Militar no Município.	16.441, de 2014

TANGARÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Engenheiro Valdir Ruschel o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Professor João Jorge de Campos.	13.982, de 2007
TIJUCAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Leoberto Leal o edifício do Fórum da Cidade.	2.029, de 1959
2	Denomina João Bayer Filho o Ginásio de Esportes do município.	5.523, de 1979
3	Denomina Leda Regina de Souza o anfiteatro da Escola de Educação Básica Cruz e Sousa.	13.551, de 2005
TIMBÉ DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Liduino Dal Pont o Ginásio de Esportes situado nesse Município.	10.673, de 1998
2	Denomina Manoel José Rabelo a Delegacia de Polícia do Município.	13.648, de 2005
TIMBÓ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Desembargador Arno Pedro Hoeschl o edifício do Poder Judiciário na Comarca.	5.346, de 1977
2	Denomina Richard Paul Júnior o Centro Social Urbano do Bairro de Quintino Bocaiúva.	5.500, de 1978
TREZ BARRAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina João Pedro de Oliveira a Escola Isolada Estadual situada em Campininha, distrito desse Município.	5.550, de 1979
2	Denomina Rodovia Octávio Tabalipa a Rodovia SC-303 – Trecho BR-280.	5.920, de 1981
TREZE DE MAIO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Ismael Thomaz Preve a Rodovia Estadual SC-441, que liga a BR-101 ao Município.	8.421, de 1991
TROMBUDO CENTRAL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Walter Bell o Ginásio de Esportes da Cidade.	5.868, de 1981
TUBARÃO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Professora Teresa Martins Brito o grupo escolar do Baixo Capivari, 1º distrito do Município.	44, de 1952
2	Denomina Senador Francisco Benjamin Gallotti a Escola Normal do município de Tubarão.	3.016, de 1962
3	Denomina João XXIII o Grupo Escolar de Passagem.	3.299, de 1963
4	Denomina José Virgulino dos Santos o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
5	Denomina Orlando Francallacci a ponte sobre o rio que liga a Rua Chile ao acesso BR-101.	5.515, de 1979
6	Denomina Martinho Ghizzo a Escola Reunida localizada no Conjunto Habitacional Presidente Médici.	5.523, de 1979
7	Denomina Arno Hübbe a Escola Reunida localizada no Conjunto Habitacional Getúlio Vargas.	5.523, de 1979
8	Denomina Dite Freitas a Escola Jovem localizada no Município.	12.557, de 2002
9	Denomina Dite Freitas o Centro de Treinamento Agrícola de Tubarão (CETUBA).	12.596, de 2003
10	Denomina Ivane Fretta Moreira o contorno viário norte desse município.	16.330, de 2014
TURVO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Dr. Vinícius Colaço de Oliveira o Fórum da Comarca.	5.748, de 1980
2	Denomina João Colodel o Colégio Estadual sito na Rua Nereu Ramos, 908.	10.529, de 1997
3	DCCXIV – Denomina Ginásio de Esportes Professora Virgínia Cechinel e Auditório Professora Lídia Medeiros Steckert o ginásio e o auditório da EEB Jorge Schütz.	13.309, de 2005
4	Denomina Evaldo Macalossi o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Morro Chato.	13.312, de 2005
URUBICI		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Pedro Della Justina o prédio da Delegacia de Polícia da Comarca.	14.324, de 2008
URUSSANGA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina um Colégio Estadual de Cônego Luiz Gilli.	325, de 1957
2	Denomina Desembargador João de Luna Freire o Fórum da Comarca.	5.837, de 1980
3	Denomina Professor Giovanni Zanata o estabelecimento escolar da rede estadual de ensino de 1ª Grau, localizado em Rio Caeté, nesse Município.	5.879, de 1981
4	Denomina Antônio Nunes de Souza a unidade sanitária do distrito de Cocal.	5.885, de 1981
5	Denomina João Lavina a Escola Isolada Belvedere, da localidade de Belvedere.	6.267, de 1983
6	Denomina João Borges a Escola Isolada situada no Distrito de Rio Salto.	9.813, de 1994
7	Denomina Ademir de Brida o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Vicenzo de Villa.	14.929, de 2009
VARGEM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Benno Emílio Gotz o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Deputado Augusto Bresola.	10.837, de 1998
VIDAL RAMOS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Francisco Pinho o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Cacilda Guimarães.	13.804, de 2006
2	Denomina Felix Constante Montibeller a quadra de esportes coberta, contígua à Escola de Ensino Fundamental João Alberto Schmidt.	15.141, de 2010
VITOR MEIRELES		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Affonso Böing o trecho da Rodovia SC-421, compreendido entre esse Município e o entroncamento com a Rodovia SC-114.	15.639, de 2011
XANXERÉ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Dr. Hélio Anjos Ortiz o Centro de Saúde da Cidade.	5.453, de 1978
2	Denomina Professor Iracy Tonello a Escola Básica Santa Ana.	5.590, de 1979
3	Denomina Ardoino A. Antonioli o Centro de Polícia Civil do Município.	13.511, de 2005
4	Denomina Ivo Fachin o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Romildo Czepanick.	13.686, de 2006

XAXIM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Dr. Altamiro Pereira da Cruz o Fórum da Comarca.	6.026, de 1982
2	Denomina Delegado Angelo Teston a Delegacia de Polícia da Comarca.	16.338, de 2014

ANEXO II**BENS PÚBLICOS – INTERMUNICÍPIOS**

ABDON BATISTA E CAMPOS NOVOS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Dejandir Dalpasquale o trecho da Rodovia SC-455, que liga o Município de Abdon Batista ao Distrito de Ibicuí, localizado no Município de Campos Novos.	15.905, de 2012
ABELARDO LUZ E PASSOS MAIA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia dos Cavalheiros o trecho da SC-350, compreendido entre os Municípios de Abelardo Luz e Passos Maia.	15.358, de 2010
ÁGUAS FRIAS E NOVA ERECHIM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia da Integração Rui Rolim de Moura o trecho da SC-159, que liga o Município de Águas Frias a Nova Erechim.	15.904, de 2012
ANGELINA E RANCHO QUEIMADO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Miguel Rodrigues de Souza a SC-407, que liga o Município de Angelina à Rancho Queimado.	8.492, de 1991
ANITA GARIBALDI E CELSO RAMOS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Prefeito José Pereira Neves o trecho da SC-458, que liga os Municípios de Anita Garibaldi/Celso Ramos até a divisa do Rio Canoas.	10.717, de 1998
ARABUTÁ, IPUMIRIM E LINDÓIA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Adílio Hilário Mutzemberg a Rodovia SC-465 trecho da SC-283, que liga Arabutã, Ipumirim e a Lindóia.	6.361, de 1984
BANDEIRANTE E SÃO MIGUEL D'OESTE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Padre Aurelio Canzi o trecho da SC-492 que liga os Municípios de Bandeirante e São Miguel d'Oeste.	14.407, de 2008
BIGUAÇU E ANTÔNIO CARLOS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina João Adão Reitz a Rodovia SC-408, trecho entre os Municípios de Biguaçu e Antônio Carlos.	5.736, de 1980
BLUMENAU, GUARAMIRIM E MASSARANDUBA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Guilherme Jensen, o trecho Blumenau – Guaramirim, compreendendo a atual SC-474 – Blumenau – Massaranduba e SC-413 – Massaranduba – Guaramirim.	5.158, de 1975
BOM JARDIM DA SERRA E LAURO MÜLLER		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Governador Irineu Bornhausen a rodovia que liga os municípios de Bom Jardim da Serra e Lauro Müller.	4.066, de 1967
BOM JARDIM DA SERRA E SÃO JOAQUIM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Pedro de Alcântara Ribeiro o trecho Bom Jardim da Serra – Rio Mantiqueira da Rodovia SC-438, que liga os municípios de Bom Jardim da Serra e São Joaquim.	15.361, de 2010
BRAÇO DO NORTE E GRÃO PARÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Osvaldo Westphal a SC-439, que liga os Municípios de Braço do Norte e Grão Pará.	8.491, de 1991
BRAÇO DO NORTE, GRAVATAL, SÃO LUDGERO E ORLEANS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Daniel Bruning, a SC-438, que compreende o trecho da divisa dos Municípios Braço do Norte/Gravatal até a divisa dos Municípios São Ludgero/Orleans.	7.593, de 1989
BRAÇO DO NORTE, RIO FORTUNA, SANTA ROSA DE LIMA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Deputado Frederico Kuerten, a SC-486, que liga Braço do Norte, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima.	9.115, de 1993
BRUSQUE E BOTUVERÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Pedro Merisio a SC-486, que liga o Município de Brusque ao Município de Botuverá.	8.217, de 1991
BRUSQUE E ITAJAÍ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Deputado Antônio Heil a rodovia que está sendo construída entre as comunas de Brusque e Itajaí.	4.573, de 1971
BRUSQUE E SÃO JOÃO BATISTA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Deputado Gentil Batisti Archer a rodovia SC-411, que liga o Município de Brusque ao Município de São João Batista.	8.077, de 1990 Alterada pela Lei nº. 8.204, de 1990
CAÇADOR, CALMON, MATOS COSTA E PORTO UNIÃO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia da Amizade, o trecho da SC-302, que liga Caçador, Calmon, Matos Costa e Porto União.	12.545, de 2002
CAÇADOR E LEBON RÉGIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Estadual Dr. Lourenço Faoro a Rodovia Estadual 31 de Março, trecho da SC-302, que liga Caçador - Lebon Régis - BR-116.	10.061, de 1996
CAÇADOR, LEBON RÉGIS E CALMON		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Normando Tedesco a rodovia perimetral norte de Caçador, que liga os trechos da SC-302, que compreendem Caçador-Lebon Régis e Caçador- Calmon.	14.966, de 2009
CAIBI, RIQUEZA E MONDAÍ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Artur Deiss o trecho da Rodovia SCT-283, que liga os Municípios de Caibi, Riqueza e Mondai.	13.755, de 2006
CALMON E TIMBÓ GRANDE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Hamilcas Carneiro o trecho da Rodovia SC-303, no Município de Calmon, que inicia no Km 17 da Rodovia SC-302, Caçador/Porto União, e vai até a intersecção com a Rodovia SC-478, no Município de Timbó Grande.	15.030, de 2009

CAMPO ALEGRE E SÃO BENTO DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Deputado Genésio Tureck, o trecho da SC-301, entre o trevo de Campo Alegre até o encontro com a BR-280, no Bairro Lençol, Município de São Bento do Sul.	13.072, de 2004
CAMPO BELO DO SUL E ANITA GARIBALDI		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Izidoro Marin a SC-458, trecho que liga o Município de Campo Belo do Sul ao Município de Anita Garibaldi.	9.812, de 1994
CAMPO ERÊ E ANCHIETA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Claudino Crestani o trecho da Rodovia SC-473, compreendido entre os Municípios de Campo Erê e Anchieta.	15.180, de 2010
CAMPO ERÊ E SALTINHO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Capitulino Xavier de Oliveira o trecho da SC-469, ligando o Município de Campo Erê a Saltinho.	13.576, de 2005
CAMPOS NOVOS E IBIAM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Cid Caesar de Almeida Pedroso o trecho da SC-455, compreendido entre o Município de Campos Novos e Distrito de Ibiã, no Município de Tangará.	9.667, de 1994
CAMPOS NOVOS E ZORTÉA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Elizio Francisco da Silva a ponte localizada na divisa dos Municípios de Campos Novos e Zortéa, na SC-458.	15.226, de 2010
CANOINHAS E MAJOR VIEIRA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Aroldo Carneiro de Carvalho o trecho da Rodovia SC/BR-477, que liga as cidades de Canoinhas - Major Vieira, até a BR-116.	6.086, de 1982
CAPINZAL E VIDEIRA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Engenheiro Linneu Luiz Bonato o trecho da Rodovia SC-303 compreendido entre as cidades de Capinzal e Videira.	5.515, de 1979
CAPINZAL E ZORTÉA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Irineu José Maestri a Rodovia SC-458, que liga o trecho de Capinzal - Zortéa - BR-470.	13.093, de 2004
CELSO RAMOS E CAMPOS NOVOS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia dos Motoristas a rodovia planejada SC-284, no trecho Celso Ramos - Barragem Usina Hidrelétrica Campos Novos - entroncamento da BR-470.	14.122, de 2007
CHAPECÓ E PALMITOS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Plínio Arlindo De Nes a rodovia que liga as cidades de Chapecó e Palmitos.	10.110, de 1996
CONCÓRDIA E SEARA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Pedro Rogério Garcia, o trecho da BR-283 ligando a BR-153 a Concórdia e Seara.	5.523, de 1979 Alterada pela Lei nº. 13.881, de 2006
CRICIÚMA E FORQUILHINHA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Manoel da Silva o trecho da SC-448 entre Mãe Luzia, Município de Criciúma, e a sede do Município de Forquilha.	9.175, de 1993
CRICIÚMA E IÇARA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Deputado Aristides Bolan o trecho da SC-446 compreendido entre a Avenida Centenário, no Município de Criciúma, até o acesso da BR-101, no Município de Içara.	16.471, de 2014
CRICIÚMA E MORRO DA FUMAÇA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Coronel Marcos Rovaris a Rodovia SC-443, que faz ligação entre os Municípios de Criciúma e Morro da Fumaça.	5.934, de 1981
2	Denomina Rodovia Deputado Aristides Bolan a SC-443, que liga os Municípios de Criciúma e Morro da Fumaça.	8.294, de 1991
CRICIÚMA E NOVA VENEZA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia José Spilera a SC-448, que liga o distrito de Rio Maina, via Caravaggio, e o Município de Nova Veneza.	5.905, de 1981
CRICIÚMA E SIDERÓPOLIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Sebastião Toledo dos Santos a estrada estadual que liga os Municípios de Criciúma e Siderópolis.	5.738, de 1980
CRICIÚMA, URUSSANGA E ORLEANS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Engenheiro Annes Gualberto, o trecho da SC-55, que liga as cidades de Criciúma, Urussanga e Orleans.	4.218, de 1968
CURITIBANOS E FREI ROGÉRIO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia da Paz Cabo José Luiz de Andrade a SC-451, trecho Curitiba/Frei Rogério.	12.544, de 2002
CURITIBANOS E LEBON RÉGIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Luiz Dacol Neto a SC-457, que liga Curitiba a Lebon Régis.	9.422, de 1994
CURITIBANOS E SÃO JOSÉ DO CERRITO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Vereador José Ortiz de Souza a SC-457, que liga o Município de Curitiba ao Município de São José do Cerrito.	8.490, de 1991
DALBÉRGIA E JOSÉ BOITEUX		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Pedro Moser a Rodovia SC-491, trecho compreendido entre a localidade de Dalbérgia e o Município de José Boiteux.	13.065, de 2004
ERMO E JACINTO MACHADO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Mário Gomes Colares o trecho da Rodovia SC-483, que liga a cidade de Ermo à Jacinto Machado.	13.754, de 2006

ERMO E TURVO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Alfredo Gustavo Brillinger a SC-285, trecho entroncamento SC-448 (Ermo) com SC-108 (Turvo).	14.235, de 2007
FAXINAL DOS GUEDES E IPUMIRIM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia da Imigração o trecho da Rodovia SC-154, compreendido entre o entroncamento BR-282 (para Faxinal dos Guedes) - Ipumirim (entroncamento SC-743).	16.341, de 2014
FORQUILHINHA E MARACAJÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Jacob Westrup o trecho da SC-446, situado entre os Municípios de Forquilha e Maracajá.	9.348, de 1993
FREI ROGÉRIO E FRAIBURGO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Generino Fontana a Rodovia SC-451 - trecho Frei Rogério/Liberata.	13.984, de 2007
GARUVA E ITAPOÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Governador Pedro Ivo Campos o trecho da Rodovia SC-416, compreendido entre o Município de Garuva, a partir da Rodovia SC-417 até o centro urbano do Município de Itapoá.	15.859, de 2012
GASPAR E LUIZ ALVES		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Heldo Florentino Wan-Dall a Rodovia SC-414, trecho compreendido entre os Municípios de Gaspar e Luiz Alves.	12.543, de 2002
GOVERNADOR CELSO RAMOS E BIGUAÇU		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Antônio de Souza a Rodovia SC-410, no trecho compreendido entre o km 25,283, com início na localidade de Armação da Piedade, no Município de Governador Celso Ramos, ao km 34,983, no entroncamento desta com a BR-101, no km 179,7, na localidade de Cachoeiras, no Município de Biguaçu.	13.987, de 2007
GRÃO PARÁ E URUBICI		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Pedro Fridolin Kunhen o trecho da Rodovia SC-439, que faz a ligação dos Municípios de Grão Pará e Urubici.	12.121, de 2002
GRAVATAL E SÃO MARTINHO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Sílvia João de Oliveira a Rodovia SC-431, que liga os Municípios de Gravatal e São Martinho.	8.422, de 1991
GUARAMIRIM E JOINVILLE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodolfo Jahn a Rodovia SC-413, no trecho que liga a BR-280, em Guaramirim, até a BR-101, em Joinville.	9.664, de 1994
GUARAMIRIM E SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Maria Correia a interseção entre as Rodovias SC-108 (trecho Guaramirim - entroncamento SC-415) e a SC-415 (trecho São João do Itaperiú - entroncamento SC-108).	16.336, de 2014
GUATAMBU E CAXAMBU DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodesindo Pavan o trecho da Rodovia SC-469, compreendido entre os Municípios de Guatambu e Caxambu do Sul.	15.366, de 2010
GUATAMBU E CHAPECÓ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Balseiros do Rio Uruguai o trecho da Rodovia SC-283 que liga a cidade de Guatambu à Chapecó.	13.983, de 2007
IBICARÉ E TREZE TÍLIAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia dos Pioneiros o trecho asfaltado entre os Municípios de Ibicaré e Treze Tílias (SC-454).	6.676, de 1985
IBIRAMA E PRESIDENTE GETÚLIO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Manoel Marchetti a Rodovia SC-421, trecho que liga BR-470, no Município de Ibirama à sede do Município de Presidente Getúlio.	5.758, de 1980
ITUPORANGA E ALFREDO WAGNER		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Madre Paulina a SC-302, no trecho compreendido entre a cidade de Ituporanga e o entroncamento da BR-282 até Município de Alfredo Wagner.	8.615, de 1992
JABORÁ E OURO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Prefeito Ivo Luiz Bazzo a SC-467, trecho: entroncamento acesso a Jaborá - Ouro e acesso a Jaborá, trecho: entroncamento SC-467 - Jaborá.	16.429, de 2014
JARAGUÁ DO SUL E CORUPÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Engelbert Oechsler a Rodovia SC-301, no segmento que liga os Municípios de Jaraguá do Sul - Corupá.	5.953, de 1981
JARAGUÁ DO SUL E GUARAMIRIM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Waldemar Grubba o trecho da estrada asfaltada que, partindo da cidade de Jaraguá do Sul, passando por Guaramirim, alcança a BR-101.	5.300, de 1977
JARAGUÁ DO SUL E SCHROEDER		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia João Lúcio da Costa a rodovia que liga a BR-280, em Jaraguá do Sul, até o Município de Schroeder.	9.665, de 1994
JOAÇABA E HERVAL D'OESTE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Ponte Engenheiro Emílio Baumgart a hoje denominada 3ª ponte, sobre o Rio do Peixe, ligando a cidade de Joaçaba à Herval D'Oeste.	9.636, de 1994
2	Denomina Atilio Pagnoncelli a Passarela Pública sobre o Rio do Peixe, ligando a cidade de Joaçaba à Herval D'Oeste.	9.637, de 1994
JOINVILLE E SÃO FRANCISCO DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Vereador José de Borba a travessia marítima entre a Praia da Vigorelli e a Vila da Glória, localizada entre os Municípios de Joinville e São Francisco do Sul.	15.784, de 2012

LAGES, BOM JARDIM DA SERRA, PAINEL E SÃO JOAQUIM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina, para fins de identificação turística, cultural e esportiva, "Rota da Truta" o circuito regional integrado pelas Rodovias: SC-438, no trecho compreendido entre os Municípios de Lages e Bom Jardim da Serra, neste até o limite superior da Serra do Rio do Rastro, passando pelos Municípios de Painel e São Joaquim.	12.006, de 2001
LAURENTINO, RIO DO OESTE, TAIÓ E SANTA CECÍLIA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Luiz Bertoli e Sênior a SC-302, que liga os Municípios de Laurentino, Rio do Oeste, Taió e Santa Cecília.	5.759, de 1980
LAURO MÜLLER E TREVISÓ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Luiz Tadeu Librelato o trecho da Rodovia SC-447 que liga os Municípios de Lauro Müller e Trevisó.	13.909, de 2006
LEOBERTO LEAL E IMBUÍ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Norberto Henrique Alves o trecho da SC-428, situado entre os Municípios de Leoberto Leal e Imbuí.	9.611, de 1994
LUIZ ALVES E ILHOTA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina e são criados nas vilas de Luiz Alves e Ilhota, sedes dos distritos do mesmo nome, Município de Itajaí, os grupos escolares João Gaya e Marcos Konder, respectivamente.	43, de 1952
LUIZ ALVES E MASSARANDUBA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Dom João Batista Costa a Rodovia SC-413, no trecho compreendido entre as cidades de Luiz Alves e Massaranduba.	10.386, de 1997
LUZERNA, ÁGUA-DOCE E HERCILIÓPOLIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Coronel Manoel Inácio de Araújo Pimpão (Coronel Duca Pimpão) a Rodovia SC-452, trecho Luzerna, Água-Doce, Herciliópolis e BR-153.	12.039, de 2001
MACIEIRA E CAÇADOR		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Prefeito Rui Luiz Salomoni a SC-455, no trecho que liga o Município de Macieira à Rodovia SC-451, Caçador.	13.647, de 2005
MAFRA E CANOINHAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Estrada Miguel Procopiak o trecho da SC-280 de 54 Km, compreendido entre a localidade de Faxinal (Km 11 - BR 116), no Município de Mafra, até a Ponte do Rio Canoinhas, no Município de Canoinhas.	5.721, de 1980
MARAVILHA E SÃO MIGUEL DA BOA VISTA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Juarez Domingos Vicari o trecho da Rodovia SC-492 entre os Municípios de Maravilha e São Miguel da Boa Vista.	15.225, de 2010
MASSARANDUBA E BARRA VELHA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Henrique Wulf a ponte construída sobre o Rio Guarani Açú pelo DER/SC, na Rodovia SC-474, trecho que liga Massaranduba à Barra Velha.	8.908, de 1992
MASSARANDUBA E LUIZ ALVES		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Ponte Alfredo Keunecke a ponte existente na localidade de São José, situada na Rodovia SC-413, que liga o Município de Massaranduba a Luiz Alves.	8.419, de 1991
MELEIRO E ARARANGUÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Prefeito Edevar Pelegrini a SC-449, no trecho que liga os Municípios de Meleiro e Araranguá.	9.663, de 1994
MELEIRO E MORRO GRANDE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Angelo Dal Pont o trecho da Rodovia SC-483, compreendido entre os Municípios de Meleiro e Morro Grande.	11.151, de 1999
MELEIRO E NOVA VENEZA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Libero Ugioni o trecho da SC-443, que liga o Município de Meleiro à Comunidade de São Francisco, no Município de Nova Veneza.	15.832, de 2012
MELEIRO E TURVO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Oracídio Olivo o trecho da SC-448, situado entre os Municípios de Meleiro e Turvo.	9.639, de 1994
MORRO DA FUMAÇA E COCAL DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Estadual João de Rochi o trecho da SC-442, que liga os Municípios de Morro da Fumaça e Cocal do Sul.	14.335, de 2008
MORRO DA FUMAÇA E IÇARA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Olívio Cechinel a Rodovia SC-489, no trecho compreendido entre a cidade de Morro da Fumaça/BR-101/Via Esplanada do Município de Içara.	11.064, de 1998
MORRO DA FUMAÇA E URUSSANGA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Genésio Mazon a ligação entre os Municípios de Morro da Fumaça e Urussanga - SC-445.	9.610, de 1994
NOVA ERECHIM E ÁGUAS FRIAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia dos Imigrantes o trecho da SC-479, que liga a cidade de Nova Erechim à cidade de Águas Frias.	13.986, de 2007
ORLEANS E LAURO MÜLLER		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Flávio Righetto o segmento rodoviário da SC-438, que liga as Cidades de Orleans e Lauro Müller.	6.022, de 1981
ORLEANS, MARACAJÁ, URUSSANGA, FORQUILHINHA E CRICIÚMA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Maximiliano Gaidzinski a SC-446, que liga os Municípios de Orleans e Maracajá, passando pelos Distritos de Cocal, no Município de Urussanga, e Forquilha, no Município de Criciúma.	7.003, de 1987
ORLEANS, PEDRAS GRANDES E TUBARÃO		LEI ORIGINAL Nº

1	Denomina Hugo Sant'Anna o trecho da Rodovia SC-382, que liga o Município de Orleans à divisa Pedras Grandes-Tubarão; e Rodovia Norberto Brunato o trecho da Rodovia SC-382, que liga a divisa de Pedras Grandes-Tubarão à BR-101.	13.836, de 2006
PALMITOS E CAIBI		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Darci Lazaretti a Rodovia SC-283, trecho Palmitos ao trevo da BR-158 e do trevo da BR-158 a Caibi.	14.974, de 2009
PENHA E BALNEÁRIO PIÇARRAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Paulo Stuart Wright a rodovia que liga a BR-101 à Avenida Nereu Ramos, no Município de Penha, e que faz a divisa dos Municípios de Penha e Balneário Piçarras.	15.450, de 2011
POMERODE E JARAQUÁ DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Hermann Weege o trecho da Rodovia SC-416, compreendido entre o Município de Pomerode e a divisa com o Município de Jaraguá do Sul no Alto da Serra e de Wolfgang Weege o trecho da SC-416, compreendido entre esse ponto e a cidade de Jaraguá do Sul	8.270, de 1991
POMERODE E TIMBÓ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Ralf Knaesel a SC-416, que liga as cidades de Pomerode e Timbó.	9.792, de 1994
PRAIA GRANDE E JACINTO MACHADO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Prefeito Alcides Angelo Saretto o trecho da SC-108 compreendido entre os Municípios de Praia Grande e Jacinto Machado.	16.212, de 2013
PRESIDENTE GETÚLIO E WITMARSUM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Immo Zerna o trecho da Rodovia SC-421, que interliga os Municípios de Presidente Getúlio e Witmarsum.	9.421, de 1994
PRESIDENTE NEREU E LONTRAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Prefeito Érico Knappmann a SC-429, que liga os Municípios de Presidente Nereu e Lontras.	11.591, de 2000
RANCHO QUEIMADO E ANITÁPOLIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Prefeito Antonio David o trecho da SC-108 compreendido entre o Município de Rancho Queimado, a partir da BR-282, e o centro urbano de Anitápolis.	15.669, de 2011
RIO DO SUL E ITUPORANGA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Ministro Victor Konder o trecho entre Rio do Sul e Ituporanga, da a SC-302.	5.729, de 1980
RIO RUFINO E URUPEMA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Nasareno Domiciano da Rosa o trecho compreendido entre o Município de Rio Rufino e o Município de Urupema (entroncamento SC-370).	16.472, de 2014
RODEIO E TIMBÓ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Procurador de Justiça Euclides Prade o trecho da SC-416 compreendido entre os Municípios de Rodeio e Timbó.	6.495, de 1984
SANGÃO E MORRO DA FUMAÇA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Gregório Espíndola a Rodovia SC-443 no trecho que liga os Municípios de Sangão e Morro da Fumaça.	12.015, de 2001
SÃO BENTO DO SUL E CORUPÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Carlos Zipperer Sobrinho o trecho da BR-280, entre o Município de São Bento do Sul, no Bairro Serra Alta, e a cidade de Corupá.	9.235, de 1993
SÃO JOÃO BATISTA E MAJOR GERCINO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Walter Vicente Gomes o trecho da Rodovia SC-408, que liga os Municípios de São João Batista e Major Gercino.	13.452, de 2005
SÃO JOÃO DO SUL E PRAIA GRANDE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Ari Pedro Borges a Rodovia SC-450, trecho BR-101 - São João do Sul - Praia Grande - Divisa SC/RS.	11.901, de 2001
SÃO LOURENÇO DO OESTE E CAMPO ERÊ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Ulisses Viganó a SC-473, no trecho compreendido entre a cidade de São Lourenço do Oeste e a cidade de Campo Erê.	8.955, de 1993
SÃO MARTINHO E IMARUÍ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Beata Albertina Berkenbrock o trecho da SC-407 compreendido entre a sede do Município de São Martinho e a Localidade de São Luiz, no Município de ImaruÍ.	14.237, de 2007
SÃO MARTINHO, PESCARIA BRAVA E IMARUÍ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Pedro Bittencourt o trecho compreendido entre o entroncamento da SC-436 (para São Martinho) - Pescaria Brava ao entroncamento BR-101, no Município de ImaruÍ.	16.430, de 2014
SEARA E CHAPECÓ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Thomaz Morandini o trecho da Rodovia SC-283 compreendido entre os Municípios de Seara e Chapecó.	16.397, de 2014
SEARA E CONCÓRDIA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Deputado João Estivalet Pires a ponte sobre o Rio UvÁ, na BR-283, no trecho Seara-Concórdia.	5.523, de 1979
SEARA E ITÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Carlos Amando Paludo o trecho da SC-466 entre Seara e Itá.	5.523, de 1979
SEARA, XAVANTINA E XANXERÊ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Vereador João Carlin o trecho da Rodovia SC-466, do entroncamento com a BR-283, em Seara, passando por Xavantina, até Xanxerê.	9.957, de 1995

SIDERÓPOLIS E TREVISO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia João Sônego o trecho da SC-447, que faz ligação Siderópolis/Treviso.	9.912, de 1995
SOMBRIO E JACINTO MACHADO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Prefeito José Tiscoski a SC-485, trecho entre os Municípios de Sombrio e Jacinto Machado.	11.323, de 1999
SUL BRASIL E MODELO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Sul Brasil o trecho da SC-479 que liga o Município de Sul Brasil à SC-469, no Município de Modelo.	14.251, de 2007
TAIÓ E SALETE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Hartwig Ern a ponte sobre o Rio Itajaí do Oeste, localizada no perímetro urbano de Taió, na estrada que liga esse Município ao de Salete.	6.076, de 1982
2	Denomina Rodovia Prefeito Affonso Rohden o trecho da SC-422, que liga os Municípios de Taió e Salete.	11.763, de 2001
TAIÓ E SANTA TEREZINHA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Deputado João Bertoli a Rodovia SC-423, que liga os Municípios de Taió a Santa Terezinha.	11.704, de 2001
TIJUCAS E NOVA TRENTO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Deputado Walter Vicente Gomes a Rodovia SC-411, que está sendo construída entre as comunas de Tijucas e Nova Trento.	5.189, de 1975
TIMBÓ E RIO DOS CEDROS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Tercílio Marchetti o trecho asfaltado entre os Municípios de Timbó e Rio dos Cedros (SC-417).	6.692, de 1985
TIMBÓ GRANDE E SANTA CECÍLIA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Moisés Dias a SC-478, no trecho que liga o Município de Timbó Grande à divisa com o Município de Santa Cecília; e Rodovia Nelson Bonet, no trecho entre a divisa do Município de Santa Cecília e a BR-116.	9.765, de 1994 Alterada pela Lei nº. 14.508, de 2008
TRÊS BARRAS E CANOINHAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Doutor Osvaldo de Oliveira a SC-303 – Trecho Três Barras – Canoinhas.	5.919, de 1981
TREZE TÍLIAS E ÁGUA DOCE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Frei Belmiro Brondani a rodovia que liga os Municípios de Treze Tílias e Água Doce, passando por Linha Caçadorzinho e Zona Nova.	11.694, de 2001
TROMBUDO CENTRAL E BRAÇO DO TROMBUDO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Frank Geraldo Rinnert o trecho da SC-426, que faz a ligação das sedes urbanas dos Municípios de Trombudo Central e Braço do Trombudo.	12.326, de 2002
TUBARÃO E GRAVATAL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Hercílio Zappellini o trecho da SC-438, que liga os Municípios de Tubarão e Gravatal.	8.420, de 1991
TURVO E TIMBÉ DO SUL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Iduino Mondardo o trecho da SC-285, que faz a ligação entre as cidades de Turvo e Timbé do Sul, numa distância de 19 km.	13.305, de 2005
TURVO, MELEIRO E FORQUILHINHA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Antônio Walmor Canela a Rodovia SC-448, trecho que liga os Municípios de Turvo, Meleiro e o Distrito de Forquilha, Município de Criciúma.	6.021, de 1981
URUBICI E BOM RETIRO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Pedro Bernardo Warmling a SC-430, partindo do Município de Urubici e atingindo a localidade de Santa Clara, no Município de Bom Retiro.	7.191, de 1988
URUBICI E RIO RUFINO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Prefeito Noé da Costa Ribeiro a SC-439, trecho que liga os Municípios de Urubici/Rio Rufino.	12.598, de 2003
URUBICI E SÃO JOAQUIM		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Manuel Corrêa Neto a SC-430, que liga o Município de Urubici a São Joaquim.	9.236, de 1993
URUPEMA E PAINEL		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia das Araucárias a SC-439, que liga os Municípios de Urupema e Paniel.	11.695, de 2001
URUSSANGA E SIDERÓPOLIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Dionísio Pilotto a Rodovia SC-445, no trecho compreendido entre Urussanga e Siderópolis.	11.563, de 2000
URUSSANGA, PEDRAS GRANDES, MORRO DA FUMAÇA, IÇARA E NOVA VENEZA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Vales da Uva Goethe a região compreendida entre os Municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza.	14.389, de 2008
VIDEIRA E CAÇADOR		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Saul Brandalise a Rodovia SC-303, no trecho compreendido entre as Cidades de Videira e Caçador.	10.139, de 1996
VIDEIRA E TANGARÁ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Engº Aldair Bernardoni Ganz a ponte sobre o Rio das Pedras, na Rodovia SC-303, trecho Videira – Tangará.	5.336, de 1977
VIDEIRA, ARROIO TRINTA E SALTO VELOSO		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Waldemar Kleinubing a SC-453, que liga os Municípios de Videira, Arroio Trinta e Salto Veloso.	8.292, de 1991
VIDEIRA, FRAIBURGO E LEBON RÉGIS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Sete de Setembro o trajeto da SC-452 compreendido entre Videira, Fraiburgo e Lebon Régis.	5.340, de 1977

2	Denomina Rodovia da Maçã a SC-453, no trecho compreendido entre os Municípios de Videira, Fraiburgo e Lebon Régis.	6.870, de 1986
WITMARSUM E VITOR MEIRELES		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Pedro Fossa a Rodovia SC-421, trecho compreendido entre os Municípios de Witmarsum e Vitor Meireles.	12.293, de 2002
XANXERÊ E ABELARDO LUZ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rodovia Rovilho Bortoluzzi a ligação entre os Municípios de Xanxerê/Abelardo Luz até a divisa dos Estados de Santa Catarina e Paraná, registrada como SC-467.	9.911, de 1995
XANXERÊ, CHAPECÓ, JOAÇABA E ABELARDO LUZ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Vilson Pedro Kleinübing o contorno viário de Xanxerê, trecho que circunvolve o Município e dá acesso aos Municípios de Chapecó, Joaçaba e Abelardo Luz.	11.590, de 2000
XANXERÊ, SÃO DOMINGOS, GALVÃO E SÃO LOURENÇO DO OESTE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Leopoldo Scheffer a rodovia que parte da localidade de Bom Jesus, no Município de Xanxerê, passando por São Domingos, Galvão e São Lourenço do Oeste.	6.420, de 1984
XAXIM, LAJEADO GRANDE E MAREMA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Aury Luiz Bodanese a Rodovia SC-459, trecho compreendido entre os Municípios de Xaxim, Lajeado Grande e Marema.	13.531, de 2005

Lido no Expediente
Sessão de 20/08/15

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa consolidar as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

O Projeto de Lei foi elaborado pela Comissão Parlamentar constituída por meio do Ato da Presidência nº 007-DL, de 26 de fevereiro de 2015, com o apoio técnico dos servidores da Assembleia Legislativa designados pelos Atos da Presidência nº 003, de 16 de março de 2015, e nº 006, de 14 de maio de 2015.

Durante a execução dos trabalhos as leis catarinenses foram classificadas por temas conexos e afins, sendo que para a consolidação do primeiro conjunto de leis foram selecionadas aquelas que denominam os bens públicos pertencentes ao Estado de Santa Catarina.

A aprovação deste Projeto de Lei ensejará na revogação de 713 (setecentos e treze) leis, a contar do ano de 1949 até o ano de 2014.

O Projeto de Lei foi elaborado observando as diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.118, de 2002, que dispõe sobre a denominação de bens públicos e adota outras providências e na Lei nº 15.973, de 2013, que altera o caput do art. 1º da Lei 12.118/02, que dispõe sobre a denominação de bens públicos.

Cumpra ressaltar que foram encaminhados expedientes ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) e ao Poder Executivo.

Em relação às denominações de bens públicos "Fóruns" houve discrepância em duas leis, sendo: a Lei nº 3.993, de 1967, que "denomina Ministro Luiz Gallotti o Fórum de Criciúma" e a Lei Promulgada nº 11.515, de 2000, que "denomina Edifício Mário de Mello Lopes o Fórum de Justiça da Comarca de Papanduva". A resposta encaminhada pelo Tribunal de Justiça, com base na Resolução TJSC nº 10, de 2003, denomina o Fórum da Comarca de Criciúma como sendo "Euclides de Cerqueira Cintra" e o Fórum da Comarca de Papanduva como sendo "Athaulpa Garrozi Mascarenhas Passos". Apesar da discrepância manteve-se a denominação mencionada nas Leis, haja vista a hierarquia dos atos normativos.

Quanto ao encaminhamento promovido junto ao Poder Executivo, no que pese ainda não ter havido pronunciamento, acredita-se que não obsta a tramitação deste Projeto de Lei, uma vez que as leis consolidadas estão em vigência.

Finalizada a primeira etapa dos trabalhos da Comissão Parlamentar, a Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições constitucionais, tem a satisfação de encaminhar a presente matéria para análise dos senhores Deputados.

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Aldo Schneider - Vice-Presidente

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - 3ª Secretária

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0337.1/2015

Consolida as Leis que dispõem sobre a concessão de Título de Cidadão Catarinense no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo consolidar as Leis que dispõem sobre a concessão de Título de Cidadão Catarinense no âmbito do Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. Esta Lei consolidadora não gera qualquer novo direito, mas mantém integralmente todos os direitos plenamente adquiridos nos termos das Leis consolidadas referidas no art. 2º.

Art. 2º Ficam consolidadas, nos termos desta Lei e seu Anexo Único, a Lei Promulgada nº 961, de 6 de maio de 1964; Lei nº 4.917, de 12 de setembro de 1973; Lei nº 5.720, de 25 de junho de 1980; Lei nº 6.268, de 5 de outubro de 1983; Lei nº 6.334, de 29 de abril de 1984; Lei nº 7.650, de 28 de junho de 1989; Lei nº 7.922, de 8 de maio de 1990; Lei nº 7.956, de 28 de maio de 1990; Lei nº 7.968, de 22 de junho de 1990; Lei nº 8.094, de 1º de outubro de 1990; Lei nº 8.163, de 10 de dezembro de 1990; Lei nº 8.389, de 5 de novembro de 1991; Lei nº 8.591, de 17 de maio de 1992; Lei nº 8.618, de 22 de maio de 1992; Lei nº 8.795, de 29 de setembro de 1992; Lei nº 8.817, de 6 de outubro de 1992; Lei nº 8.833, de 6 de novembro de 1992; Lei nº 9.095, de 20 de maio de 1993; Lei nº 9.174, de 23 de julho de 1993; Lei nº 9.309, de 28 de outubro de 1993; Lei nº 9.324, de 11 de novembro de 1993; Lei nº 9.646, de 11 de julho de 1994; Lei nº 9.769, de 19 de dezembro de 1994; Lei nº 9.950, de 31 de outubro de 1995; Lei nº 9.951, de 31 de outubro de 1995; Lei nº 10.022, de 26 de dezembro de 1995; Lei nº 10.445, de 4 de julho de 1997; Lei nº 10.907, de 24 de agosto de 1998; Lei nº 10.969, de 7 de dezembro de 1998; Lei nº 11.324, de 28 de dezembro de 1999; Lei nº 11.325, de 28 de dezembro de 1999; Lei nº 11.326, de 28 de dezembro de 1999; Lei nº 11.446, de 7 de junho de 2000; Lei nº 11.482, de 19 de julho de 2000; Lei nº 11.483, de 19 de julho de 2000; Lei nº 11.484, de 19 de julho de 2000; Lei nº 11.832, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.951, de 18 de outubro de 2001; Lei nº 12.070, de 27 de dezembro de 2001; Lei nº 12.071, de 27 de dezembro de 2001; Lei nº 12.232, de 3 de maio de 2002; Lei nº 12.290, de 18 de junho de 2002; Lei nº 12.762, de 24 de novembro de 2003; Lei nº 12.846, de 22 de dezembro de 2003; Lei nº 12.847, de 22 de dezembro de 2003; Lei nº 12.878, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 12.879, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 13.404, de 15 de julho de 2005; Lei nº 13.405, de 15 de julho de 2005; Lei nº 13.485, de 21 de setembro de 2005; Lei nº 13.486, de 21 de setembro de 2005; Lei nº 13.503, de 26 de setembro de 2005; Lei nº 13.584, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.585, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.649, de 27 de dezembro de 2005; Lei nº 13.650, de 27 de dezembro de 2005; Lei nº 13.807, de 31 de julho de 2006; Lei nº 13.808, de 31 de julho de 2006; Lei nº 13.813, de 14 de agosto de 2006; Lei nº 13.861, de 27 de novembro de 2006; Lei nº 13.929, de 12 de janeiro de 2007; Lei nº 14.073, de 31 de julho de 2007; Lei nº 14.161, de 26 de outubro de 2007; Lei nº 14.162, de 26 de outubro de 2007; Lei nº 14.211, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 14.250, de 19 de dezembro de 2007; Lei nº 14.299, de 11 de janeiro de 2008; Lei nº 14.300, de 11 de janeiro de 2008; Lei nº 14.319, de 15 de janeiro de 2008; Lei nº 14.320, de 15 de janeiro de 2008; Lei nº 14.437, de 28 de maio de 2008; Lei nº 14.438, de 28 de maio de 2008; Lei nº 14.621, de 7 de janeiro de 2009; Lei nº 15.192, de 11 de junho de 2010; Lei nº 15.671, de 15 de dezembro de 2011; Lei nº 15.672, de 15 de dezembro de 2011; Lei nº 15.673, de 15 de dezembro de 2011; Lei nº 15.716, de 21 de dezembro de 2011; Lei nº 15.879, de 6 de agosto de 2012; Lei nº 15.963, de 07 de janeiro de 2013; Lei nº 16.365, de 23 de abril de 2014; Lei nº 16.405, de 11 de junho de 2014; Lei nº 16.552, de 23 de dezembro de 2014; incluída a Lei nº 15.128, de 19 de janeiro de 2010, que "normatiza a concessão de Título de Cidadão Catarinense".

Art. 3º O Título de Cidadão Catarinense será concedido pelo Estado para homenagear as pessoas físicas imbuídas de elevado espírito público e possuidoras de virtudes éticas e de idoneidade moral que tenham atuação destacada em benefício do Estado e da sociedade catarinense.

Art. 4º A indicação ao Título será feita mediante a iniciativa de projeto de lei subscrito por 10 (dez) deputados, e na justificativa deverá constar o *curriculum vitae* e informações que comprovem as realizações que evidenciem o mérito do agraciado, acompanhada dos seguintes documentos:

- I - certidão de registro civil;
- II - comprovante de residência ou de que exerça atividade profissional no Estado;
- III - reportagens publicadas nos meios de comunicação;
- IV - certidão negativa da pessoa física e jurídica da qual seja proprietário ou sócio expedida pela Receita Estadual;
- V - certidões negativas de antecedentes criminais expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e Eleitoral; e
- VI - informações dos serviços prestados ao Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Fica limitada a concessão de um Título por Bancada por Sessão Legislativa.

Art. 5º A outorga do Título será feita em Sessão Solene da Assembleia Legislativa em data a ser definida pela Mesa, ouvidas as lideranças partidárias.

Parágrafo único. Na impossibilidade do agraciado participar da Sessão Solene, a outorga ao homenageado ou a seu representante poderá ser no Gabinete da Presidência, ou conforme deliberação da Mesa.

Art. 6º No caso de a atuação do homenageado enquadrar-se nas honorarias instituídas pela Assembleia Legislativa, não será concedido o Título a que se refere o art. 1º desta Lei.

Art. 7º O Título será confeccionado na forma de diploma, com o nome e a data de nascimento do agraciado, assinaturas do Presidente, 1º e 2º Secretários da Mesa e do proponente, e a data da outorga.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas as seguintes Leis:

- I - Lei Promulgada nº 961, de 6 de maio de 1964;
- II - Lei nº 4.917, de 12 de setembro de 1973;
- III - Lei nº 5.720, de 25 de junho de 1980;
- IV - Lei nº 6.268, de 5 de outubro de 1983;
- V - Lei nº 6.334, de 29 de abril de 1984;
- VI - Lei nº 7.650, de 28 de junho de 1989;
- VII - Lei nº 7.922, de 8 de maio de 1990;
- VIII - Lei nº 7.956, de 28 de maio de 1990;
- IX - Lei nº 7.968, de 22 de junho de 1990;
- X - Lei nº 8.094, de 1º de outubro de 1990;
- XI - Lei nº 8.163, de 10 de dezembro de 1990;
- XII - Lei nº 8.389, de 5 de novembro de 1991;
- XIII - Lei nº 8.591, de 17 de maio de 1992;
- XIV - Lei nº 8.618, de 22 de maio de 1992;
- XV - Lei nº 8.795, de 29 de setembro de 1992;
- XVI - Lei nº 8.817, de 6 de outubro de 1992;
- XVII - Lei nº 8.833, de 6 de novembro de 1992;
- XVIII - Lei nº 9.095, de 20 de maio de 1993;
- XIX - Lei nº 9.174, de 23 de julho de 1993;
- XX - Lei nº 9.309, de 28 de outubro de 1993;
- XXI - Lei nº 9.324, de 11 de novembro de 1993;
- XXII - Lei nº 9.646, de 11 de julho de 1994;
- XXIII - Lei nº 9.769, de 19 de dezembro de 1994;
- XXIV - Lei nº 9.950, de 31 de outubro de 1995;
- XXV - Lei nº 9.951, de 31 de outubro de 1995;
- XXVI - Lei nº 10.022, de 26 de dezembro de 1995;
- XXVII - Lei nº 10.445, de 4 de julho de 1997;
- XXVIII - Lei nº 10.907, de 24 de agosto de 1998;
- XXIX - Lei nº 10.969, de 7 de dezembro de 1998;
- XXX - Lei nº 11.324, de 28 de dezembro de 1999;
- XXXI - Lei nº 11.325, de 28 de dezembro de 1999;
- XXXII - Lei nº 11.326, de 28 de dezembro de 1999;
- XXXIII - Lei nº 11.446, de 7 de junho de 2000;
- XXXIV - Lei nº 11.482, de 19 de julho de 2000;
- XXXV - Lei nº 11.483, de 19 de julho de 2000;
- XXXVI - Lei nº 11.484, de 19 de julho de 2000;
- XXXVII - Lei nº 11.832, de 10 de julho de 2001;
- XXXVIII - Lei nº 11.951, de 18 de outubro de 2001;
- XXXIX - Lei nº 12.070, de 27 de dezembro de 2001;
- XL - Lei nº 12.071, de 27 de dezembro de 2001;
- XLI - Lei nº 12.232, de 3 de maio de 2002;
- XLII - Lei nº 12.290, de 18 de junho de 2002;
- XLIII - Lei nº 12.762, de 24 de novembro de 2003;
- XLIV - Lei nº 12.846, de 22 de dezembro de 2003;
- XLV - Lei nº 12.847, de 22 de dezembro de 2003;
- XLVI - Lei nº 12.878, de 22 de janeiro de 2004;
- XLVII - Lei nº 12.879, de 22 de janeiro de 2004;
- XLVIII - Lei nº 13.404, de 15 de julho de 2005;
- XLIX - Lei nº 13.405, de 15 de julho de 2005;
- L - Lei nº 13.485, de 21 de setembro de 2005;

- LI - Lei nº 13.486, de 21 de setembro de 2005;
- LII - Lei nº 13.503, de 26 de setembro de 2005;
- LIII - Lei nº 13.584, de 29 de novembro de 2005;
- LIV - Lei nº 13.585, de 29 de novembro de 2005;
- LV - Lei nº 13.649, de 27 de dezembro de 2005;
- LVI - Lei nº 13.650, de 27 de dezembro de 2005;
- LVII - Lei nº 13.807, de 31 de julho de 2006;
- LVIII - Lei nº 13.808, de 31 de julho de 2006;
- LIX - Lei nº 13.813, de 14 de agosto de 2006;
- LX - Lei nº 13.861, de 27 de novembro de 2006;
- LXI - Lei nº 13.929, de 12 de janeiro de 2007;
- LXII - Lei nº 14.073, de 31 de julho de 2007;
- LXIII - Lei nº 14.161, de 26 de outubro de 2007;
- LXIV - Lei nº 14.162, de 26 de outubro de 2007;
- LXV - Lei nº 14.211, de 26 de novembro de 2007;
- LXVI - Lei nº 14.250, de 19 de dezembro de 2007;
- LXVII - Lei nº 14.299, de 11 de janeiro de 2008;
- LXVIII - Lei nº 14.300, de 11 de janeiro de 2008;
- LXIX - Lei nº 14.319, de 15 de janeiro de 2008;
- LXX - Lei nº 14.320, de 15 de janeiro de 2008;
- LXXI - Lei nº 14.437, de 28 de maio de 2008;
- LXXII - Lei nº 14.438, de 28 de maio de 2008;
- LXXIII - Lei nº 14.621, de 7 de janeiro de 2009;
- LXXIV - Lei nº 15.128, de 19 de janeiro de 2010;
- LXXV - Lei nº 15.192, de 11 de junho de 2010;
- LXXVI - Lei nº 15.671, de 15 de dezembro de 2011;
- LXXVII - Lei nº 15.672, de 15 de dezembro de 2011;
- LXXVIII - Lei nº 15.673, de 15 de dezembro de 2011;
- LXXIX - Lei nº 15.716, de 21 de dezembro de 2011;
- LXXX - Lei nº 15.879, de 6 de agosto de 2012;
- LXXXI - Lei nº 15.963, de 07 de janeiro de 2013;
- LXXXII - Lei nº 16.365, de 23 de abril de 2014;
- LXXXIII - Lei nº 16.405, de 11 de junho de 2014; e
- LXXXIV - Lei nº 16.552, de 23 de dezembro de 2014.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Aldo Schneider - Vice-Presidente

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - 3ª Secretária

ANEXO ÚNICO

TÍTULO DE CIDADÃO CATARINENSE	LEI ORIGINÁRIA Nº
Alaor Francisco Tissot	Lei nº 14.250, de 2007
Alessandro Rosa Vieira	Lei nº 14.162, de 2007
Almir Tirelli Dias	Lei nº 9.095, de 1993
Antônio de Lara Ribas	Lei nº 7.922, de 1990
Arthur Moreira Lima	Lei nº 13.503, de 2005
Aury Luiz Bodanese	Lei nº 7.650, de 1989
Bispo José Gomes	Lei nº 10.022, de 1995
Carlos Carmo Andrade Melles	Lei nº 12.070, de 2001
Casildo João Maldaner	Lei nº 14.300, de 2008
Derly Massaud de Anunciação	Lei nº 16.405, de 2014
Dom Irineu Roque Scherer	Lei nº 15.672, de 2011
Dom Joaquim Domingues de Oliveira	Lei Promulgada nº 961, de 1964
Dom Oneres Marchiori	Lei nº 11.324, de 1999
Doutor Albert Bruce Sabin, <i>Post Mortem</i>	Lei nº 9.324, de 1993
Doutor Albert Sabin	Lei nº 5.720, de 1980
Doutor Fausto Lobo da Silva Brasil	Lei nº 7.968, de 1990
Doutor Gerald Degen	Lei nº 16.552, de 2014
Eduardo Magnus Smith	Lei nº 15.963, de 2013
Eliseu Lemos Padilha	Lei nº 11.832, de 2001
Emílio Fiorentino Battistella	Lei nº 11.482, de 2000
Enrique V. Iglesias	Lei nº 11.446, de 2000
Ernst C. Lamster	Lei nº 10.445, de 1997
Eron J. Silva	Lei nº 12.232, de 2002
Euclides Reis Quaresma	Lei nº 15.879, de 2012
Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho	Lei nº 14.438, de 2008
Frei Junípero Beier (August Paul Beier)	Lei nº 12.878, de 2004
General Emílio Garrastazú Médici	Lei nº 4.917, de 1973
Gothard Oskar Pastor	Lei nº 8.163, de 1990
Henrique Packter	Lei nº 8.591, de 1992
Holdemar Oliveira de Menezes	Lei nº 8.833, de 1992
Iaponan Soares de Araújo	Lei nº 9.174, de 1993
Ideli Salvatti	Lei nº 12.846, de 2003
Ireno José Matte	Lei nº 13.808, de 2006
Irmã Heriburga Höfkens	Lei nº 6.268, de 1983
João Batista Sérgio Murad (Beto Carreiro)	Lei nº 9.769, de 1994
João Rodrigues	Lei nº 13.485, de 2005
Jorge Antonio Maurique	Lei nº 13.585, de 2005

Jorge Konder Bornhausen	Lei nº 12.879, de 2004
José Alencar Gomes da Silva	Lei nº 14.621, de 2009
José Carlos Pacheco	Lei nº 14.211, de 2007
José Pedro Pacheco Sirotsky	Lei nº 9.951, de 1995
Klaus Schumacher	Lei nº 7.956, de 1990
Larri Passos	Lei nº 11.951, de 2001
Leonel Arcângelo Pavan	Lei nº 12.847, de 2003
Luiz Hilton Temp	Lei nº 12.762, de 2003
Luiz Inácio Lula da Silva	Lei nº 14.437, de 2008
Major-Brigadeiro do Ar Juniti Saito	Lei nº 12.290, de 2002
Manoel Arlindo Zaroni Torres	Lei nº 13.929, de 2007
Marcelo Corrêa Petrelli	Lei nº 13.650, de 2005
Marco Antônio Tebaldi	Lei nº 14.073, de 2007
Marco Aurélio Raymundo	Lei nº 15.673, de 2011
Mário Kenji Irie	Lei nº 13.584, de 2005
Mário Motta	Lei nº 13.649, de 2005
Marta Böhn (Irmã Consumata)	Lei nº 9.309, de 1993
Masaya Kitamura	Lei nº 9.646, de 1994
Mauro Mariani	Lei nº 14.320, de 2008
Mebbe Salim Mussi Miguel	Lei nº 8.618, de 1992
Nelson Pacheco Sirotsky	Lei nº 9.950, de 1995
Neusa Mendes Guedes	Lei nº 10.907, de 1998
Neuto Fausto De Conto	Lei nº 14.319, de 2008
Paulo José	Lei nº 11.326, de 1999
Paulo Konder Bornhausen	Lei nº 14.161, de 2007
Pêricles de Freitas Druck	Lei nº 13.813, de 2006
Plínio Arlindo de Nes	Lei nº 8.094, de 1990
Professor Caspar Erich Stemmer, <i>in memoriam</i>	Lei nº 16.365, de 2014
Renato Hendges	Lei nº 15.716, de 2011
Rene Frey	Lei nº 6.334, de 1984
Reno Luiz Caramori	Lei nº 15.671, de 2011
Roberto Luiz d'Ávila	Lei nº 15.192, de 2010
Roberto Requião	Lei nº 13.404, de 2005
Roberto Rogério do Amaral	Lei nº 13.405, de 2005
Rute Ferreira Gebler	Lei nº 11.484, de 2000
Salim Miguel	Lei nº 8.389, de 1991
Silvino Santiago Fernandez Goulart	Lei nº 14.299, de 2008
Tony Ramos	Lei nº 11.325, de 1999
Ulisses Antônio Vicenzi	Lei nº 13.486, de 2005
Ulysses Gaboardi	Lei nº 11.483, de 2000
Vicente Telles	Lei nº 12.071, de 2001
Victor Fontana	Lei nº 13.807, de 2006
Victorino Biângio Zolet	Lei nº 13.861, de 2006
Vilson Pedro Kleinübing, <i>Post Mortem</i>	Lei nº 10.969, de 1998
Waldomiro Colautti	Lei nº 8.817, de 1992
Walter Tenório Cavalcanti	Lei nº 8.795, de 1992

Lido no Expediente
Sessão de 20/08/15

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa consolidar as Leis que dispõem sobre a concessão de Título de Cidadão Catarinense no âmbito do Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

O Projeto de Lei foi elaborado pela Comissão Parlamentar constituída por meio do Ato da Presidência nº 007-DL, de 26 de fevereiro de 2015, com o apoio técnico dos servidores da Assembleia Legislativa designados pelos Atos da Presidência nº 003, de 16 de março de 2015, e nº 006, de 14 de maio de 2015.

Durante a execução dos trabalhos as leis catarinenses foram classificadas por temas conexos e afins, sendo que para a consolidação deste foram selecionadas aquelas que concedem Título de Cidadão Catarinense.

A aprovação deste Projeto de Lei ensejará na revogação de 84 Leis, a contar do ano de 1964 a 2014.

O Projeto de Lei foi elaborado com base nas diretrizes estabelecidas na Lei nº 15.128, de 2010, que normatiza a concessão de Título de Cidadão Catarinense.

Finalizada a primeira etapa dos trabalhos da Comissão Parlamentar, a Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições constitucionais, tem a satisfação de encaminhar a presente matéria para análise dos senhores Deputados.

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Aldo Schneider - Vice-Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário
Deputada Dirce Heiderscheidt - 3ª Secretária

*** X X X ***

PROJETO DE LEI nº 0338.2/2015

Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos municípios catarinenses.

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo consolidar as Leis que conferem denominação adjetiva aos municípios catarinenses, nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. Esta Lei consolidadora não gera qualquer novo direito, mas mantém integralmente todos os direitos plenamente adquiridos nos termos das Leis consolidadas referidas no art. 2º.

Art. 2º Ficam consolidadas, nos termos desta Lei e seu Anexo Único, a Lei nº 1.855, de 20 de junho de 1958; Lei nº 3.773, de 18 de dezembro de 1965; Lei nº 10.568, de 7 de novembro de 1997; Lei nº 10.758, de 2 de junho de 1998; Lei nº 11.455, de 19 de junho de 2000; Lei nº 11.570, de 28 de setembro de 2000; Lei nº 11.571, de 28 de setembro de 2000; Lei nº 11.599, de 30 de novembro de 2000; Lei nº 11.702, de 8 de janeiro de 2001; Lei nº 11.703, de 8 de janeiro de 2001; Lei nº 11.749, de 11 de junho de 2001; Lei nº 11.833, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.834, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.835, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.836, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.856, de 25 de julho de 2001; Lei nº 11.857, de 25 de julho de 2001; Lei nº 11.858, de 25 de julho de 2001; Lei nº 11.919, de 26 de setembro de 2001; Lei nº 11.920, de 26 de setembro de 2001; Lei nº 11.921, de 28 de setembro de 2001; Lei nº 11.954, de 25 de outubro de 2001; Lei nº 11.955, de 25 de outubro de 2001; Lei nº 11.956, de 25 de outubro de 2001; Lei nº 12.013, de 11 de dezembro de 2001; Lei nº 12.073, de 27 de dezembro de 2001; Lei nº 12.074, de 27 de dezembro de 2001; Lei nº 12.075, de 27 de dezembro de 2001; Lei nº 12.076, de 27 de dezembro de 2001; Lei nº 12.124, de 10 de janeiro de 2002; Lei nº 12.144, de 5 de abril de 2002; Lei nº 12.145, de 5 de abril de 2002; Lei nº 12.231, de 2 de maio de 2002; Lei nº 12.233, de 3 de maio de 2002; Lei nº 12.252, de 6 de junho de 2002; Lei nº 12.253, de 6 de junho de 2002; Lei nº 12.283, de 18 de junho de 2002; Lei nº 12.311, de 2 de julho de 2002; Lei nº 12.322, de 3 de julho de 2002; Lei nº 12.323, de 3 de julho de 2002; Lei nº 12.324, de 3 de julho de 2002; Lei nº 12.325, de 3 de julho de 2002; Lei nº 12.348, de 9 de julho de 2002; Lei nº 12.349, de 9 de julho de 2002; Lei nº 12.350, de 9 de julho de 2002; Lei nº 12.351, de 9 de julho de 2002; Lei nº 12.352, de 11 de julho de 2002; Lei nº 12.380, de 19 de julho de 2002; Lei nº 12.397, de 22 de outubro de 2002; Lei nº 12.398, de 22 de outubro de 2002; Lei nº 12.448, de 10 de dezembro de 2002; Lei nº 12.471, de 11 de dezembro de 2002; Lei nº 12.472, de 11 de dezembro de 2002; Lei nº 12.473, de 11 de dezembro de 2002; Lei nº 12.474, de 11 de dezembro de 2002; Lei nº 12.475, de 11 de dezembro de 2002; Lei nº 12.476, de 11 de dezembro de 2002; Lei nº 12.593, de 3 de julho de 2003; Lei nº 12.594, de 4 de julho de 2003; Lei nº 12.654, de 18 de setembro de 2003; Lei nº 12.789, de 16 de dezembro de 2003; Lei nº 12.790, de 16 de dezembro de 2003; Lei nº 12.873, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 12.874, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 12.875, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 12.876, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 12.877, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 12.914, de 23 de janeiro de 2004; Lei nº 12.915, de 23 de janeiro de 2004; Lei nº 12.916, de 23 de janeiro de 2004; Lei nº 12.917, de 23 de janeiro de 2004; Lei nº 13.039, de 2 de julho de 2004; Lei nº 13.040, de 2 de julho de 2004; Lei nº 13.041, de 2 de julho de 2004; Lei nº 13.042, de 2 de julho de 2004; Lei nº 13.043, de 2 de julho de 2004; Lei nº 13.044, de 2 de julho de 2004; Lei nº 13.077, de 29 de julho de 2004; Lei nº 13.096, de 18 de agosto de 2004; Lei nº 13.097, de 20 de agosto de 2004; Lei nº 13.165, de 29 de novembro de 2004; Lei nº 13.166, de 29 de novembro de 2004; Lei nº 13.167, de 29 de novembro de 2004; Lei nº 13.168, de 29 de novembro de 2004; Lei nº 13.169, de 29 de novembro de 2004; Lei nº 13.170, de 29 de novembro de 2004; Lei nº 13.171, de 29 de novembro de 2004; Lei nº 13.172, de 29 de novembro de 2004; Lei nº 13.173, de 29 de novembro de 2004; Lei nº 13.209, de 20 de dezembro de 2004; Lei nº 13.210, de 20 de dezembro de 2004; Lei nº 13.211, de 20 de dezembro de 2004; Lei nº 13.273, de 10 de janeiro de 2005; Lei nº 13.407, de 15 de julho de 2005; Lei nº 13.537, de 4 de novembro de 2005; Lei nº 13.787, de 4 de julho de 2006; Lei nº 13.862, de 27 de novembro de 2006; Lei nº 13.888, de 11 de dezembro de 2006; Lei nº 13.889, de 11 de dezembro de 2006; Lei nº 13.933, de 12 de janeiro de 2007; Lei nº 13.934, de 12 de janeiro de 2007; Lei nº 13.935, de 12 de janeiro de 2007; Lei nº 14.057, de 18 de julho de 2007; Lei nº 14.060, de 23 de julho de 2007; Lei nº 14.071, de 31 de julho de 2007; Lei nº 14.072, de 31 de julho de 2007; Lei nº 14.198, de 20 de novembro de 2007; Lei nº 14.199, de 20 de novembro de 2007; Lei nº 14.216, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 14.377, de 6 de março de 2008; Lei nº 14.467, de 23 de julho de 2008; Lei nº 14.623, de 7 de janeiro de 2009; Lei nº 14.624, de 7 de janeiro de 2009; Lei nº 14.625, de 7 de janeiro de 2009; Lei nº 14.790, de 24 de julho de 2009; Lei nº 14.997, de 21 de dezembro de 2009; Lei nº 14.998, de 21 de dezembro de 2009; Lei nº 15.026, de 22 de dezembro de 2009; Lei nº 15.152, de 3 de maio de 2010; Lei nº 15.184, de 1 de junho de 2010; Lei nº 15.222, de 2 de julho de 2010; Lei nº 15.402, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.670, de 15 de dezembro de 2011; Lei nº 15.748, de 14 de março de

2012; Lei nº 15.836, de 19 de junho de 2012; Lei nº 15.853, de 18 de julho de 2012; Lei nº 15.900, de 5 de outubro de 2012; Lei nº 16.023, de 6 de junho de 2013; Lei nº 16.328, de 20 de janeiro de 2014; Lei nº 16.329, de 20 de janeiro de 2014; Lei nº 16.428, de 9 de julho de 2014; Lei nº 16.553, de 23 de dezembro de 2014; Lei nº 16.554, de 23 de dezembro de 2014, e incluída a Lei nº 14.369, de 30 de janeiro de 2008, que “estabelece normas para o deferimento de denominação adjetiva aos municípios catarinenses”.

Art. 3º Os municípios catarinenses poderão receber denominação adjetiva quando apresentarem características, peculiaridades ou atividades que os destaquem no cenário catarinense, nacional ou internacional.

Parágrafo único. A referida denominação adjetiva não se integrará ao nome oficial do município.

Art. 4º Fará jus ao título a unidade municipal que comprovadamente contar com a característica, peculiaridade ou atividade apontada, quando da solicitação da denominação adjetiva.

§ 1º A comprovação far-se-á por meio de documentação que demonstre, de forma clara e ampla, a condição para a obtenção do título.

§ 2º A comprovação dos números de produção de atividade econômica será feita através dos dados oficiais disponíveis, especialmente os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 5º Não será concedido o título ao município que não apresente a devida característica, peculiaridade ou atividade, ou quando a denominação adjetiva já tiver sido concedida a outro município por lei estadual.

Parágrafo único. A certidão negativa referente à denominação adjetiva de que trata o *caput*, será emitida pela Coordenadoria de Documentação da Assembleia Legislativa.

Art. 6º Cada município poderá receber apenas uma denominação adjetiva.

Parágrafo único. Os municípios que já receberam mais de uma denominação até a vigência desta Lei, poderão mantê-las.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as seguintes Leis:

- I - Lei nº 1.855, de 20 de junho de 1958;
- II - Lei nº 3.773, de 18 de dezembro de 1965;
- III - Lei nº 10.568, de 7 de novembro de 1997;
- IV - Lei nº 10.758, de 2 de junho de 1998;
- V - Lei nº 11.455, de 19 de junho de 2000;
- VI - Lei nº 11.570, de 28 de setembro de 2000;
- VII - Lei nº 11.571, de 28 de setembro de 2000;
- VIII - Lei nº 11.599, de 30 de novembro de 2000;
- IX - Lei nº 11.702, de 8 de janeiro de 2001;
- X - Lei nº 11.703, de 8 de janeiro de 2001;
- XI - Lei nº 11.749, de 11 de junho de 2001;
- XII - Lei nº 11.833, de 10 de julho de 2001;
- XIII - Lei nº 11.834, de 10 de julho de 2001;
- XIV - Lei nº 11.835, de 10 de julho de 2001;
- XV - Lei nº 11.836, de 10 de julho de 2001;
- XVI - Lei nº 11.856, de 25 de julho de 2001;
- XVII - Lei nº 11.857, de 25 de julho de 2001;
- XVIII - Lei nº 11.858, de 25 de julho de 2001;
- XIX - Lei nº 11.919, de 26 de setembro de 2001;
- XX - Lei nº 11.920, de 26 de setembro de 2001;
- XXI - Lei nº 11.921, de 28 de setembro de 2001;
- XXII - Lei nº 11.954, de 25 de outubro de 2001;
- XXIII - Lei nº 11.955, de 25 de outubro de 2001;
- XXIV - Lei nº 11.956, de 25 de outubro de 2001;
- XXV - Lei nº 12.013, de 11 de dezembro de 2001;
- XXVI - Lei nº 12.073, de 27 de dezembro de 2001;
- XXVII - Lei nº 12.074, de 27 de dezembro de 2001;
- XXVIII - Lei nº 12.075, de 27 de dezembro de 2001;
- XXIX - Lei nº 12.076, de 27 de dezembro de 2001;
- XXX - Lei nº 12.124, de 10 de janeiro de 2002;
- XXXI - Lei nº 12.144, de 5 de abril de 2002;
- XXXII - Lei nº 12.145, de 5 de abril de 2002;
- XXXIII - Lei nº 12.231, de 2 de maio de 2002;
- XXXIV - Lei nº 12.233, de 3 de maio de 2002;
- XXXV - Lei nº 12.252, de 6 de junho de 2002;
- XXXVI - Lei nº 12.253, de 6 de junho de 2002;
- XXXVII - Lei nº 12.283, de 18 de junho de 2002;
- XXXVIII - Lei nº 12.311, de 2 de julho de 2002;
- XXXIX - Lei nº 12.322, de 3 de julho de 2002;
- XL - Lei nº 12.323, de 3 de julho de 2002;
- XLI - Lei nº 12.324, de 3 de julho de 2002;
- XLII - Lei nº 12.325, de 3 de julho de 2002;
- XLIII - Lei nº 12.348, de 9 de julho de 2002;
- XLIV - Lei nº 12.349, de 9 de julho de 2002;
- XLV - Lei nº 12.350, de 9 de julho de 2002;
- XLVI - Lei nº 12.351, de 9 de julho de 2002;

- XLVII - Lei nº 12.352, de 11 de julho de 2002;
- XLVIII - Lei nº 12.380, de 19 de julho de 2002;
- XLIX - Lei nº 12.397, de 22 de outubro de 2002;
- L - Lei nº 12.398, de 22 de outubro de 2002;
- LI - Lei nº 12.448, de 10 de dezembro de 2002;
- LII - Lei nº 12.471, de 11 de dezembro de 2002;
- LIII - Lei nº 12.472, de 11 de dezembro de 2002;
- LIV - Lei nº 12.473, de 11 de dezembro de 2002;
- LV - Lei nº 12.474, de 11 de dezembro de 2002;
- LVI - Lei nº 12.475, de 11 de dezembro de 2002;
- LVII - Lei nº 12.476, de 11 de dezembro de 2002;
- LVIII - Lei nº 12.593, de 3 de julho de 2003;
- LIX - Lei nº 12.594, de 4 de julho de 2003;
- LX - Lei nº 12.654, de 18 de setembro de 2003;
- LXI - Lei nº 12.789, de 16 de dezembro de 2003;
- LXII - Lei nº 12.790, de 16 de dezembro de 2003;
- LXIII - Lei nº 12.873, de 22 de janeiro de 2004;
- LXIV - Lei nº 12.874, de 22 de janeiro de 2004;
- LXV - Lei nº 12.875, de 22 de janeiro de 2004;
- LXVI - Lei nº 12.876, de 22 de janeiro de 2004;
- LXVII - Lei nº 12.877, de 22 de janeiro de 2004;
- LXVIII - Lei nº 12.914, de 23 de janeiro de 2004;
- LXIX - Lei nº 12.915, de 23 de janeiro de 2004;
- LXX - Lei nº 12.916, de 23 de janeiro de 2004;
- LXXI - Lei nº 12.917, de 23 de janeiro de 2004;
- LXXII - Lei nº 13.039, de 2 de julho de 2004;
- LXXIII - Lei nº 13.040, de 2 de julho de 2004;
- LXXIV - Lei nº 13.041, de 2 de julho de 2004;
- LXXV - Lei nº 13.042, de 2 de julho de 2004;
- LXXVI - Lei nº 13.043, de 2 de julho de 2004;
- LXXVII - Lei nº 13.044, de 2 de julho de 2004;
- LXXVIII - Lei nº 13.077, de 29 de julho de 2004;
- LXXIX - Lei nº 13.096, de 18 de agosto de 2004;
- LXXX - Lei nº 13.097, de 20 de agosto de 2004;
- LXXXI - Lei nº 13.165, de 29 de novembro de 2004;
- LXXXII - Lei nº 13.166, de 29 de novembro de 2004;
- LXXXIII - Lei nº 13.167, de 29 de novembro de 2004;
- LXXXIV - Lei nº 13.168, de 29 de novembro de 2004;
- LXXXV - Lei nº 13.169, de 29 de novembro de 2004;
- LXXXVI - Lei nº 13.170, de 29 de novembro de 2004;
- LXXXVII - Lei nº 13.171, de 29 de novembro de 2004;
- LXXXVIII - Lei nº 13.172, de 29 de novembro de 2004;
- LXXXIX - Lei nº 13.173, de 29 de novembro de 2004;
- XC - Lei nº 13.209, de 20 de dezembro de 2004;
- XCI - Lei nº 13.210, de 20 de dezembro de 2004;
- XCII - Lei nº 13.211, de 20 de dezembro de 2004;
- XCIII - Lei nº 13.273, de 10 de janeiro de 2005;
- XCIV - Lei nº 13.407, de 15 de julho de 2005;
- XCV - Lei nº 13.537, de 4 de novembro de 2005;
- XCVI - Lei nº 13.787, de 4 de julho de 2006;
- XCVII - Lei nº 13.862, de 27 de novembro de 2006;
- XCVIII - Lei nº 13.888, de 11 de dezembro de 2006;
- XCIX - Lei nº 13.889, de 11 de dezembro de 2006;
- C - Lei nº 13.933, de 12 de janeiro de 2007;
- CI - Lei nº 13.934, de 12 de janeiro de 2007;
- CII - Lei nº 13.935, de 12 de janeiro de 2007;
- CIII - Lei nº 14.057, de 18 de julho de 2007;
- CIV - Lei nº 14.060, de 23 de julho de 2007;
- CV - Lei nº 14.071, de 31 de julho de 2007;
- CVI - Lei nº 14.072, de 31 de julho de 2007;
- CVII - Lei nº 14.198, de 20 de novembro de 2007;
- CVIII - Lei nº 14.199, de 20 de novembro de 2007;
- CIX - Lei nº 14.216, de 26 de novembro de 2007;
- CX - Lei nº 14.369, de 30 de janeiro de 2008;
- CXI - Lei nº 14.377, de 6 de março de 2008;
- CXII - Lei nº 14.467, de 23 de julho de 2008;
- CXIII - Lei nº 14.623, de 7 de janeiro de 2009;
- CXIV - Lei nº 14.624, de 7 de janeiro de 2009;
- CXV - Lei nº 14.625, de 7 de janeiro de 2009;
- CXVI - Lei nº 14.790, de 24 de julho de 2009;
- CXVII - Lei nº 14.997, de 21 de dezembro de 2009;
- CXVIII - Lei nº 14.998, de 21 de dezembro de 2009;
- CXIX - Lei nº 15.026, de 22 de dezembro de 2009;
- CXX - Lei nº 15.152, de 3 de maio de 2010;
- CXXI - Lei nº 15.184, de 1 de junho de 2010;
- CXXII - Lei nº 15.222, de 2 de julho de 2010;
- CXXIII - Lei nº 15.402, de 21 de dezembro de 2010;
- CXXIV - Lei nº 15.670, de 15 de dezembro de 2011;
- CXXV - Lei nº 15.748, de 14 de março de 2012;
- CXXVI - Lei nº 15.836, de 19 de junho de 2012;
- CXXVII - Lei nº 15.853, de 18 de julho de 2012;

CXXVIII - Lei nº 15.900, de 5 de outubro de 2012;
 CXXIX - Lei nº 16.023, de 6 de junho de 2013;
 CXXX - Lei nº 16.328, de 20 de janeiro de 2014;
 CXXXI - Lei nº 16.329, de 20 de janeiro de 2014;
 CXXXII - Lei nº 16.428, de 9 de julho de 2014;
 CXXXIII - Lei nº 16.553, de 23 de dezembro de 2014; e
 CXXXIV - Lei nº 16.554, de 23 de dezembro de 2014.

Sala das Sessões,
 Deputado Gelson Merisio - Presidente
 Deputado Aldo Schneider - Vice-Presidente
 Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

Lido no Expediente
 Sessão de 20/08/15

ANEXO ÚNICO
ATRIBUI ADJETIVAÇÃO

MUNICÍPIO	TÍTULO	LEI ORIGINAL Nº
Abelardo Luz	Capital Catarinense da Semente de Soja	12.073, de 2001
Água Doce	Capital Catarinense da Energia Eólica	12.877, de 2004
Águas de Chapecó	Estância Hidro Mineral Natural	3.773, de 1965
Alfredo Wagner	Capital Catarinense das Nascentes	13.165, de 2004
Alto Bela Vista	Capital Catarinense do Coalho	12.124, de 2002
Anchieta	Capital Catarinense do Milho Crioulo	11.455, de 2000
Angelina	Estância turístico-religiosa	10.758, de 1998
	Capital Catarinense das Graças	13.211, de 2004
Anita Garibaldi	Capital Catarinense da Jabuticaba	12.252, de 2002
	Cidade dos Lagos	12.471, de 2002
Arabutã	Capital Catarinense da Cuca	15.836, de 2012
Araquari	Capital Catarinense do Maracujá	12.322, de 2002
Arroio Tinta	Capital Catarinense do Pêssego	12.074, de 2001
	Capital Catarinense da Cultura Italiana	13.889, de 2006
Atalanta	Capital Ecológica de Santa Catarina	13.097, de 2004
Balneário Camboriú	Capital Catarinense do Turismo	13.039, de 2004
Barra do Sul	Capital Catarinense da Construção Naval Artesanal	12.348, de 2002
Bom Jardim da Serra	Capital Catarinense das Águas	11.835, de 2001
Bom Retiro	Capital Catarinense do Churrasco	11.920, de 2001
Bombinhas	Capital Catarinense dos Esportes Subaquáticos	12.323, de 2002
Braço do Norte	Capital Catarinense da Moldura	11.956, de 2001
Brusque	Capital Catarinense dos Tecidos e da Pronta Entrega	13.407, de 2005
	Cidade Berço dos Jogos Abertos de Santa Catarina	15.853, de 2012
Calmon	Capital Catarinense da Hospitalidade	13.166, de 2004
Camboriú	Capital Catarinense de Missões	15.152, de 2010
Campo Alegre	Capital Catarinense da Ovelha	14.377, de 2008
Campo Eré	Capital Catarinense do Novilho Precoce	12.380, de 2002
Campos Novos	Celeiro Catarinense	11.857, de 2001
Canoinhas	Capital Catarinense dos Doadores de Sangue	11.833, de 2001
	Capital Catarinense dos Produtores de Erva Mate	11.919, de 2001
Capão Alto	Capital Catarinense da Paçoca de Pinhão	12.448, de 2002
Capinzal	Capital Catarinense do Chester	11.858, de 2001
Capivari de Baixo	Capital Termoeletrica de Santa Catarina	12.231, de 2002
Catanduvas	Capital Catarinense do Chimarrão	11.836, de 2001
Caxambu do Sul	Capital Estadual da Melancia	11.749, de 2001
Celso Ramos	Capital Catarinense da Cana-de-açúcar	13.167, de 2004
Chapecó	Capital Catarinense dos Eventos de Negócios	14.071, de 2007
	Cidade Berço dos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJASC)	15.900, de 2012
Correia Pinto	Capital Catarinense do Papel	13.077, de 2004
Corupá	Capital Catarinense da Banana	12.472, de 2002
Criciúma	Capital Catarinense do Carvão e das Cerâmicas	12.349, de 2002
Curitibanos	Capital Catarinense do Alho	13.040, de 2004
Erval Velho	Capital Catarinense da Reciclagem	13.168, de 2004
Florianópolis	Capital Catarinense do Sandboard	13.169, de 2004
Fraiburgo	Capital Catarinense da Maçã	11.856, de 2001
Frei Rogério	Capital Catarinense da Pera	13.170, de 2004
	Capital Catarinense da Cultura Japonesa	16.553, de 2014
Garopaba	Capital Catarinense do Surfe	12.875, de 2004
Gravatal	Capital Catarinense das Águas Hidrominerais	13.537, de 2005
Guaramirim	Capital Catarinense da Palmeira Real	12.914, de 2004
Guatambu	Capital Catarinense das Matrizes de Peru	13.787, de 2006
Herval d'Oeste	Capital Catarinense da Alfafa	12.594, de 2003
Ibicare	Capital Catarinense do Rodeio	12.075, de 2001
Ibirama	Capital Catarinense do Turismo de Aventura	14.623, de 2009
Ilhota	Capital Catarinense da Confecção de Moda Íntima e Moda Praia	12.473, de 2002
Imbituba	Capital Catarinense da Baleia Franca	12.790, de 2003
	Capital Catarinense do Windsurf e Kitesurf	13.888, de 2006
Imbuia	Capital Catarinense do Milho Verde	11.703, de 2001
Iomerê	Capital Catarinense da Suinocultura	13.862, de 2006
Itaiópolis	Capital Catarinense da Cultura Polonesa	12.654, de 2003
Itajaí	Capital Catarinense da Construção Naval	12.324, de 2002
Itapema	Capital Catarinense de Ultraleves	14.216, de 2007
Ituporanga	Capital Catarinense da Cebola	11.599, de 2000
Jaraguá do Sul	Capital Catarinense do Strudel	13.933, de 2007
	Capital Catarinense da Inovação Tecnológica	14.072, de 2007

Joinville	Capital Catarinense do Bombeiro Voluntário	12.474, de 2002
	Capital Catarinense do Voluntariado	13.210, de 2004
	Capital Catarinense da Dança	14.057, de 2007
Lages	Capital Catarinense do Turismo Rural	12.593, de 2003
Laguna	Capital Catarinense do Camarão	12.233, de 2002
Laurentino	Capital Catarinense do Queijo	13.041, de 2004
Massaranduba	Capital Catarinense do Arroz	12.253, de 2002
Monte Carlo	Capital Catarinense do Cabrito	12.873, de 2004
Morro da Fumaca	Capital Catarinense da Cerâmica Vermelha	12.874, de 2004
Nova Trento	Estância turística-religiosa	10.568, de 1997
	Capital Catarinense do Turismo Religioso	15.184, de 2010
Nova Veneza	Capital Catarinense da Gastronomia Italiana	12.789, de 2003
	Capital Catarinense da Gastronomia Típica Italiana	15.670, de 2011
Otaçílio Costa	Capital Catarinense da Madeira	13.934, de 2007
Ouro	Capital Catarinense do Associativismo	13.209, de 2004
Palhoça	Capital Catarinense do Mexilhão	14.624, de 2009
Palmitos	Capital Catarinense do Vinho Colonial	14.997, de 2009
Penha	Capital Catarinense do Turismo Temático	12.350, de 2002
	Capital Catarinense do Turismo Temático e do Marisco	12.917, de 2004
Peritiba	Capital Catarinense do Frango Verde	12.397, de 2002
Pinhalzinho	Capital Catarinense da Amizade	14.998, de 2009
Pinheiro Preto	Capital Catarinense do Vinho	12.145, de 2002
Ponte Alta	Capital Catarinense da Moranga	12.311, de 2002
Ponte Serrada	Capital Catarinense da Erva Mate	11.834, de 2001
Porto Belo	Capital Catarinense dos Transatlânticos	14.790, de 2009
Porto União	Capital Catarinense do Steinhaeger	12.915, de 2004
Pouso Redondo	Capital Catarinense do Tropeiro	13.935, de 2007
Praia Grande	Capital Catarinense dos Canyons	12.876, de 2004
Presidente Getúlio	Capital Catarinense do Leite e promotora das edições da Expofeira Estadual do Leite	15.026, de 2009
Rancho Queimado	Capital Catarinense do Morango	11.954, de 2001
Rio do Campo	Capital Catarinense das Comemorações sobre as Origens e o Colono	11.702, de 2001
Rio do Oeste	Capital Catarinense da Polenta	11.571, de 2000
Rio do Sul	Capital Catarinense do Jeans	14.199, de 2007
Rio Rufino	Promotor da Festa Nacional do Vime	12.352, de 2002
	Capital Catarinense do Vime	13.171, de 2004
Salto Veloso	Capital Catarinense do Hambúrguer	12.283, de 2002
Santa Rosa de Lima	Capital Catarinense da Agroecologia	14.198, de 2007
Santa Rosa do Sul	Capital Catarinense do Polvilho	16.554, de 2014
Santa Terezinha	Capital da Rainha do Mel	16.329, de 2014
Santo Amaro da Imperatriz	Capital Catarinense das Águas Termais	13.042, de 2004
São Bento do Sul	Capital Catarinense dos Móveis	12.351, de 2002
São Bonifácio	Capital Catarinense das Cachoeiras	13.096, de 2004
São Domingos	Capital Catarinense das Araucárias	13.172, de 2004
São Francisco do Sul	Capital Catarinense da História do Mar	12.325, de 2002
São João Batista	Capital Catarinense do Calçado	12.076, de 2001
São João do Itaperiú	Capital Catarinense da Carne Bovina e Ovina	16.328, de 2014
São João do Oeste	Capital Catarinense da Língua Alemã	14.467, de 2008
São José	Capital Catarinense da Tradição Açoriana	12.916, de 2004
São Pedro de Alcântara	Capital Catarinense da Colonização Alemã	13.173, de 2004
Seara	Capital Catarinense da Borboleta	13.043, de 2004
Sul Brasil	Capital Catarinense do Frango Caipira	14.625, de 2009
Tangará	Capital Catarinense do Voo Livre	15.402, de 2010
Timbé do Sul	Capital Catarinense das Montanhas e das Águas Cristalinas	13.273, de 2005
Treze de Maio	Santuário de Nossa Senhora Aparecida como ponto turístico religioso	16.428, de 2014
Treze Tilias	Capital Catarinense dos Escultores e das Esculturas em Madeira	12.144, de 2002
Tubarão	Estância Termo Mineral a localidade denominada "Guarda"	1.855, de 1958
Turvo	Capital Catarinense da Mecanização Agrícola	13.044, de 2004
União do Oeste	Capital Catarinense do Boi no Rolete	14.060, de 2007
Urubici	Capital Catarinense dos Tesouros Naturais	12.475, de 2002
Urupema	Capital Catarinense da Truta	11.921, de 2001
Urussanga	Capital Catarinense do Bom Vinho	12.398, de 2002
Vidal Ramos	Capital Catarinense do Doce	11.570, de 2000
	Capital Catarinense do Cimento	15.222, de 2010
Videira	Capital Catarinense da Uva	12.476, de 2002
Xanxerê	Capital Catarinense do Milho	11.955, de 2001
MUNICÍPIOS	TÍTULO	LEI ORIGINAL Nº
Anitápolis, Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho	Vale Catarinense da Produção do Gado Jersey	16.023, de 2013
Arabutã, Ipumirim e Lindóia do Sul	Vale da Produção	15.748, de 2012
MICRORREGIÃO	TÍTULO	LEI ORIGINAL Nº
Rio do Sul	Polo Catarinense de Esportes Radicais	12.013, de 2001

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa consolidar as Leis que atribuem adjetivação a Municípios de Santa Catarina, nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

O Projeto de Lei foi elaborado pela Comissão Parlamentar constituída por meio do Ato da Presidência nº 007-DL, de 26 de fevereiro de 2015, com o apoio técnico dos servidores da Assembleia Legislativa designados pelos Atos da Presidência nº 003, de 16 de março de 2015, e nº 006, de 14 de maio de 2015.

Durante a execução dos trabalhos, as Leis catarinenses foram classificadas por temas conexos e afins, sendo que, para a consolidação do conjunto das leis constantes do presente Projeto de Lei, foram selecionadas aquelas que conferem adjetivação a Municípios catarinenses.

A aprovação deste Projeto de Lei ensejará à revogação de 134 (cento e trinta e quatro) Leis, a contar do ano de 1958 até 2014.

Finaliza esta etapa dos trabalhos da Comissão Parlamentar, a Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições constitucionais, tem a satisfação de encaminhar a presente matéria para análise dos senhores Deputados.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Aldo Schneider - Vice-Presidente

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 0027.7/2015

Dispõe sobre a revogação das leis e dispositivos das leis estaduais declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC).

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes Leis estaduais, em face de terem sua inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF):

I - Lei Promulgada nº 879, de 5 de abril de 1963;

II - Lei nº 7.542, de 30 de dezembro de 1988;

III - Lei Promulgada nº 1.117, de 30 de março de 1990;

IV - Lei nº 8.040, de 26 de julho de 1990;

V - Lei nº 8.958, de 7 de janeiro de 1993;

VI - Lei Complementar Promulgada nº 155, de 15 de abril de 1997;

VII - Lei nº 10.865, de 29 de julho de 1998;

VIII - Lei nº 11.348, de 17 de janeiro de 2000;

IX - Lei Promulgada nº 11.366, de 4 de abril de 2000;

X - Lei Promulgada nº 11.377, de 18 de abril de 2000;

XI - Lei Promulgada nº 11.387, de 3 de maio de 2000;

XII - Lei Promulgada nº 11.559, de 19 de setembro de 2000;

XIII - Lei Promulgada nº 11.561, de 19 de setembro de 2000;

XIV - Lei Promulgada nº 11.562, de 19 de setembro de 2000;

XV - Lei nº 11.629, de 7 de dezembro de 2000;

XVI - Lei Complementar nº 212, de 25 de julho de 2001;

XVII - Lei Promulgada nº 11.908, de 25 de setembro de 2001; e,

XVIII - Lei nº 13.249, de 29 de dezembro de 2004.

Art. 2º Ficam revogadas as seguintes Leis estaduais, em face de terem sua inconstitucionalidade declarada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC):

I - Lei nº 8.520, de 9 de janeiro de 1992;

II - Lei Promulgada nº 1.161, de 30 de novembro de 1993;

III - Lei Complementar Promulgada nº 1.167, de 12 de abril de 1994;

IV - Lei Promulgada nº 1.168, de 12 de abril de 1994;

V - Lei Promulgada nº 1.169, de 12 de abril de 1994;

VI - Lei Promulgada nº 10.825, de 17 de julho de 1998;

VII - Lei Complementar nº 174, de 23 de dezembro de 1998;

VIII - Lei Complementar nº 177, de 11 de janeiro de 1999;

IX - Lei Complementar Promulgada nº 182, de 21 de setembro de 1999;

X - Lei Complementar Promulgada nº 185, de 3 de novembro de 1999;

XI - Lei Promulgada nº 11.284, de 21 de dezembro de 1999;

XII - Lei Promulgada nº 11.285, de 21 de dezembro de 1999;

XIII - Lei Promulgada nº 11.365, de 4 de abril de 2000;

XIV - Lei nº 11.374, de 18 de abril de 2000;

XV - Lei nº 11.378, de 18 de abril de 2000;

XVI - Lei nº 11.385, de 25 de abril de 2000;

XVII - Lei Promulgada nº 11.388, de 3 de maio de 2000;

XVIII - Lei Promulgada nº 11.389, de 3 de maio de 2000;

XIX - Lei Promulgada nº 11.400, de 10 de maio de 2000;

XX - Lei Promulgada nº 11.401, de 10 de maio de 2000;

XXI - Lei Promulgada nº 11.404, de 10 de maio de 2000;

XXII - Lei Promulgada nº 11.620, de 5 de dezembro de 2000;

XXIII - Lei Promulgada nº 11.634, de 12 de dezembro de 2000;

XXIV - Lei Promulgada nº 11.645, de 28 de dezembro de 2000;

XXV - Lei Promulgada nº 11.708, de 10 de abril de 2001;

XXVI - Lei Promulgada nº 11.902, de 17 de setembro de 2001;

XXVII - Lei Promulgada nº 11.905, de 25 de setembro de 2001;

XXVIII - Lei Promulgada nº 11.907, de 25 de setembro de 2001;

XXIX - Lei Promulgada nº 11.911, de 25 de setembro de 2001;

XXX - Lei Promulgada nº 12.131, de 12 de março de 2002;

XXXI - Lei Promulgada nº 12.132, de 12 de março de 2002;

XXXII - Lei Promulgada nº 12.135, de 20 de março de 2002;

XXXIII - Lei Promulgada nº 12.572, de 4 de abril de 2003;

XXXIV - Lei Promulgada nº 12.574, de 4 de abril de 2003;

XXXV - Lei Promulgada nº 12.990, de 7 de junho de 2004;

XXXVI - Lei Promulgada nº 13.345, de 18 de abril de 2005;

XXXVII - Lei Complementar nº 299, de 10 de outubro de 2005;

XXXVIII - Lei Complementar nº 307, de 25 de novembro de 2005;

XXXIX - Lei Complementar nº 326, de 2 de março de 2006;

XL - Lei Complementar Promulgada nº 377, de 17 de abril de 2007;

XLI - Lei Promulgada nº 14.217, de 28 de novembro de 2007; e

XLII - Lei Promulgada nº 14.460, de 10 de junho de 2008.

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos de Leis estaduais, em face de terem sua inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF):

I - § 5º do art. 1º, § 2º do art. 3º e art. 9º da Lei Promulgada nº 1.115, de 9 de dezembro de 1988, nos termos da ADI nº 13-6;

II - incisos VI, VII, VIII e IX do art. 16 da Lei Complementar nº 1.137, de 14 de setembro de 1992, nos termos da ADI nº 816;

III - expressões "Escrivão de Exatoria" e "Fiscal de Mercadorias em Trânsito", respectivos níveis e referências, constantes do Grupo Operacional "Ocupações de Fiscalização e Arrecadação IV - OFA", do Anexo I; dos itens 001, 002, 003, 004, 005, 006 e 007 do Anexo II - 055; 005 e 006 do Anexo II - 056 da Lei Complementar nº 81 de março de 1993, nos termos da ADI 1030-1;

IV - art. 1º e seu parágrafo único da Lei nº 9.186, de 10 de agosto de 1993, nos termos da ADI nº 2.987;

V - § 4º do art. 2º, e as expressões: "e pelo exercício de função especializada de magistério", "e 12" e "20% (vinte por cento)", contidas nos arts. 7º, 8º, 15 e § 3º do art. 10 da Lei nº 9.847, de 15 de maio de 1995, nos termos da ADI nº 1304;

VI - art. 12 da Lei nº 10.789, de 3 de julho de 1998, nos termos da ADI nº 2079;

VII - arts. 2º, 3º, 7º, 8º e 9º, da Lei nº 12.385, de 16 de agosto de 2002, nos termos da ADI 2730/SC, do STF, DJE nº 97; e

VIII - §1º do art. 10 e os arts. 11 e 12 da Lei Complementar nº 254, de 15 de dezembro de 2003, nos termos das ADIs ns. 4009 e 4001;

Art. 4º Ficam revogados os seguintes dispositivos de Leis estaduais, em face de terem sua inconstitucionalidade declarada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC):

I - a expressão "devidos pelos beneficiários da assistência judiciária, quando o ato a ser lavrado ou registrado decorrer de efeito judicial", constante do art. 36, da Lei Complementar nº 156, de 15 de maio de 1997, nos termos da ADI nº 2003.012311-3;

II - §§1º e 2º do art. 1º e arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 10.790, de 3 de julho de 1998, nos termos da ADI nº 1999.007875-2;

III - parágrafo único do art. 2º e arts. 10 e 11 da Lei nº 11.159, de 20 de julho de 1999, nos termos da ADI nº 2000.021144-3;

IV - alínea "e" do inciso II do artigo 3º da Lei nº 11.346, de 17 de janeiro de 2000, nos termos da ADI nº 2008.031808-0;

V - alínea "i" do inciso I do art. 3º da Lei nº 11.718, de 16 de maio de 2001, nos termos da ADI nº 2001.016117-6;

VI - art. 2º da Lei Promulgada nº 11.856, de 25 de julho de 2001, nos termos da ADI 2002.003904-7;

VII - art. 2º da Lei Promulgada nº 11.857, de 25 de julho de 2001, nos termos da ADI 2002.003907-1;

VIII - art. 2º da Lei Promulgada nº 11.858, de 25 de julho de 2001, nos termos da ADI 2002.003906-3, do TJSC;

IX - a expressão "e no art. 195 da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000" do art. 1º da Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005, nos termos ADI nº 2006.008573-8;

X - art. 8º da Lei Complementar nº 322, de 2 de março de 2006, nos termos da ADI nº 2007.040686-3;

XI - art. 6º da Lei nº 13.721, de 16 de março de 2006, declarado nos termos da ADI nº 2008.026815-6, do TJSC;

XII - art. 5º da Lei Complementar nº 351, de 25 de abril de 2006, nos termos da ADI nº 2006.039973-0; e

XIII - §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, nos termos da ADI nº 2010.027007-9.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Aldo Schneider

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

Justificativa

O presente Projeto de Lei Complementar visa consolidar as Leis que dispõem sobre a revogação das leis e dispositivos das leis estaduais declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC), nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

O Projeto de Lei Complementar foi elaborado pela Comissão Parlamentar constituída por meio do Ato da Presidência nº 007-DL, de 26 de fevereiro de 2015, com o apoio técnico dos servidores da Assembleia Legislativa designados pelos Atos da Presidência nº 003, de 16 de março de 2015, e nº 006, de 14 de maio de 2015.

Durante a execução dos trabalhos as leis catarinenses foram classificadas por temas conexos e afins, sendo que para a consolidação do conjunto de leis foram selecionadas aquelas declaradas inconstitucionais pelo STF e TJSC.

A aprovação deste Projeto de Lei Complementar ensejará na revogação de 60 (sessenta) leis na íntegra e 21 (vinte e uma) leis parcialmente, sendo revogados alguns dispositivos, a contar do ano de 1963 até o ano de 2011.

Finalizada a esta etapa dos trabalhos da Comissão Parlamentar, a Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições constitucionais, tem a satisfação de encaminhar a presente matéria para análise dos senhores Deputados.

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Aldo Schneider - Vice-Presidente

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 0028.8/2015

Dispõe sobre a revogação das Leis estaduais em face da inexistência de texto normativo respectivo.

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo revogar as Leis estaduais em face da inexistência de texto normativo respectivo, nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

Art. 2º Ficam revogadas as seguintes Leis:

I - Lei nº 256, de 9 de junho de 1949;

II - Lei nº 342, de 29 de novembro de 1949;

III - Lei nº 418, de 8 de agosto de 1950;

IV - Lei nº 489, de 1951;

V - Lei nº 497, de 1951;

VI - Lei nº 525, de 1951;

VII - Lei nº 526, de 1951;

VIII - Lei nº 529, de 1951;

IX - Lei nº 543, de 1951;

X - Lei nº 544, de 1951;

XI - Lei nº 547, de 1951;

XII - Lei nº 549, de 1951;

XIII - Lei nº 576, de 1951;

XIV - Lei nº 636, de 1951;

XV - Lei nº 637, de 1951;

XVI - Lei nº 638, de 1951;

XVII - Lei nº 639, de 1951;

XVIII - Lei nº 640, de 1951;

XIX - Lei nº 642, de 1951;

XX - Lei nº 658, de 14 de janeiro de 1952;

XXI - Lei nº 659, de 14 de janeiro de 1952;

XXII - Lei nº 664, de 24 de janeiro de 1952;

XXIII - Lei nº 665, de 24 de janeiro de 1952;

XXIV - Lei nº 666, de 24 de janeiro de 1952;

XXV - Lei nº 667, de 24 de janeiro de 1952;

XXVI - Lei nº 668, de 24 de janeiro de 1952;

XXVII - Lei nº 678, de 30 de maio de 1952;

XXVIII - Lei nº 691, de 14 de julho de 1952;

XXIX - Lei nº 692, de 14 de julho de 1952;

XXX - Lei nº 696, de 14 de julho de 1952;

XXXI - Lei nº 697, de 14 de julho de 1952;

XXXII - Lei nº 703, de 24 de julho de 1952;

XXXIII - Lei nº 730, de 18 de agosto de 1952;

XXXIV - Lei nº 739, de 5 de setembro de 1952;

XXXV - Lei nº 740, de 5 de setembro de 1952;

XXXVI - Lei nº 750, de 17 de setembro de 1952;

XXXVII - Lei nº 753, de 22 de setembro de 1952;

XXXVIII - Lei nº 755, de 24 de setembro de 1952;

XXXIX - Lei nº 756, de 22 de setembro de 1952;

XL - Lei nº 760, de 7 de outubro de 1952;

XLI - Lei nº 762, de 7 de outubro de 1952;

XLII - Lei nº 763, de 7 de outubro de 1952;

XLIII - Lei nº 764, de 7 de outubro de 1952;

XLIV - Lei nº 767, de 20 de outubro de 1952;

XLV - Lei nº 769, de 20 de outubro de 1952;

XLVI - Lei nº 770, de 8 de outubro de 1952;

XLVII - Lei nº 771, de 8 de outubro de 1952;

XLVIII - Lei nº 772, de 8 de outubro de 1952;

XLIX - Lei nº 773, de 8 de outubro de 1952;

L - Lei nº 779, de 14 de outubro de 1952;

LI - Lei nº 822, de 22 de maio de 1953;

LII - Lei nº 823, de 22 de maio de 1953;

LIII - Lei nº 856, de 8 de julho de 1953;

LIV - Lei nº 860, de 13 de julho de 1953;

LV - Lei nº 868, de 13 de julho de 1953;

LVI - Lei nº 869, de 13 de julho de 1953;

LVII - Lei nº 870, de 13 de julho de 1953;

LVIII - Lei nº 881, de 28 de julho de 1953;

LIX - Lei nº 883, de 28 de julho de 1953;

LX - Lei nº 887, de 30 de julho de 1953;

LXI - Lei nº 889, de 10 de agosto de 1953;

LXII - Lei nº 897, de 10 de agosto de 1953;

LXIII - Lei nº 899, de 10 de agosto de 1953;

LXIV - Lei nº 905, de 31 de agosto de 1953;

LXV - Lei nº 907, de 19 de agosto de 1953;

LXVI - Lei nº 923, de 14 de janeiro de 1953;

LXVII - Lei nº 927, de 15 de setembro de 1953;

LXVIII - Lei nº 951, de 9 de outubro de 1953;

LXIX - Lei nº 952, de 9 de outubro de 1953;

LXX - Lei nº 953, de 9 de outubro de 1953;

LXXI - Lei nº 954, de 9 de outubro de 1953;

LXXII - Lei nº 955, de 9 de outubro de 1953;

LXXIII - Lei nº 956, de 9 de outubro de 1953;

LXXIV - Lei nº 976, de 29 de outubro de 1953;

LXXV - Lei nº 979, de 6 de novembro de 1953;

LXXVI - Lei nº 980, de 6 de novembro de 1953;

LXXVII - Lei nº 986, de 16 de novembro de 1953;

LXXVIII - Lei nº 1.004, de 3 de dezembro de 1953;

LXXIX - Lei nº 1.008, de 11 de dezembro de 1953;

LXXX - Lei nº 1.013, de 11 de dezembro de 1953;

LXXXI - Lei nº 1.016, de 11 de dezembro de 1953;

LXXXII - Lei nº 1.017, de 11 de dezembro de 1953;

LXXXIII - Lei Promulgada nº 206, de 23 de dezembro de 1954;

LXXXIV - Lei nº 1.021, de 8 de janeiro de 1954;

LXXXV - Lei nº 1.025, de 22 de janeiro de 1954;

LXXXVI - Lei nº 1.029, de 22 de janeiro de 1954;

LXXXVII - Lei nº 1.037, de 1954;

LXXXVIII - Lei nº 1.039, de 22 de janeiro de 1954;

LXXXIX - Lei nº 1.049, de 22 de janeiro de 1954;

XC - Lei nº 1.050, de 22 de janeiro de 1954;

XCI - Lei nº 1.051, de 22 de janeiro de 1954;

XCII - Lei nº 1.052, de 22 de janeiro de 1954;

XCIII - Lei nº 1.055, de 28 de janeiro de 1954;

XCIV – Lei nº 1.058, de 7 de maio de 1954;
XCV – Lei nº 1.059, de 25 de maio de 1954;
XCVI – Lei nº 1.066, de 2 de junho de 1954;
XCVII – Lei nº 1.067, de 8 de junho de 1954;
XCVIII – Lei nº 1.073, de 2 de junho de 1954;
XCIX – Lei nº 1.076, de 7 de junho de 1954;
C – Lei nº 1.078, de 9 de junho de 1954;
CI – Lei nº 1.079, de 9 de junho de 1954;
CII – Lei nº 1.080, de 9 de junho de 1954;
CIII – Lei nº 1.083, de 8 de junho de 1954;
CIV – Lei nº 1.084, de 8 de junho de 1954;
CV – Lei nº 1.085, de 8 de junho de 1954;
CVI – Lei nº 1.087, de 11 de junho de 1954;
CVII – Lei nº 1.101, de 1º de julho de 1954;
CVIII – Lei nº 1.105, de 29 de outubro de 1954;
CIX – Lei nº 1.106, de 29 de outubro de 1954;
CX – Lei nº 1.107, de 29 de outubro de 1954;
CXI – Lei nº 1.108, de 29 de outubro de 1954;
CXII – Lei nº 1.109, de 29 de outubro de 1954;
CXIII – Lei nº 1.113, de 14 de outubro de 1954;
CXIV – Lei nº 1.115, de 20 de outubro de 1954;
CXV – Lei nº 1.117, de 20 de outubro de 1954;
CXVI – Lei nº 1.118, de 20 de outubro de 1954;
CXVII – Lei nº 1.136, de 6 de novembro de 1954;
CXVIII – Lei nº 1.140, de 6 de novembro de 1954;
CXIX – Lei nº 1.141, de 6 de novembro de 1954;
CXX – Lei nº 1.142, de 6 de novembro de 1954;
CXXI – Lei nº 1.145, de 6 de novembro de 1954;
CXXII – Lei nº 1.146, de 6 de novembro de 1954;
CXXIII – Lei nº 1.147, de 6 de novembro de 1954;
CXXIV – Lei nº 1.148, de 6 de novembro de 1954;
CXXV – Lei nº 1.149, de 6 de novembro de 1954;
CXXVI – Lei nº 1.150, de 6 de novembro de 1954;
CXXVII – Lei nº 1.151, de 6 de novembro de 1954;
CXXVIII – Lei nº 1.159, de 12 de novembro de 1954;
CXXIX – Lei nº 1.160, de 12 de novembro de 1954;
CXXX – Lei nº 1.169, de 12 de novembro de 1954;
CXXXI – Lei nº 1.172, de 24 de novembro de 1954;
CXXXII – Lei nº 1.173, de 24 de novembro de 1954;
CXXXIII – Lei nº 1.174, de 24 de novembro de 1954;
CXXXIV – Lei nº 1.175, de 24 de novembro de 1954;
CXXXV – Lei nº 1.176, de 24 de novembro de 1954;
CXXXVI – Lei nº 1.177, de 24 de novembro de 1954;
CXXXVII – Lei nº 1.182, de 2 de dezembro de 1954;
CXXXVIII – Lei nº 1.198, de 9 de dezembro de 1954;
CXXXIX – Lei nº 1.201, de 9 de dezembro de 1954;
CXL – Lei nº 1.202, de 9 de dezembro de 1954;
CXLI – Lei nº 1.203, de 9 de dezembro de 1954;
CXLII – Lei nº 1.204, de 9 de dezembro de 1954;
CXLIII – Lei nº 1.205, de 9 de dezembro de 1954;
CXLIV – Lei nº 1.206, de 9 de dezembro de 1954;
CXLV – Lei nº 1.209, de 10 de dezembro de 1954;
CXLVI – Lei nº 1.210, de 10 de dezembro de 1954;
CXLVII – Lei nº 1.211, de 10 de dezembro de 1954;
CXLVIII – Lei nº 1.212, de 10 de dezembro de 1954;
CXLIX – Lei nº 1.213, de 10 de dezembro de 1954;
CL – Lei nº 1.214, de 10 de dezembro de 1954;
CLI – Lei nº 1.215, de 10 de dezembro de 1954;
CLII – Lei nº 1.216, de 10 de dezembro de 1954;
CLIII – Lei nº 1.217, de 10 de dezembro de 1954;
CLIV – Lei nº 1.218, de 10 de dezembro de 1954;
CLV – Lei nº 1.219, de 10 de dezembro de 1954;
CLVI – Lei nº 1.222, de 13 de dezembro de 1954;
CLVII – Lei nº 1.223, de 13 de dezembro de 1954;
CLVIII – Lei nº 1.224, de 13 de dezembro de 1954;
CLIX – Lei nº 1.225, de 13 de dezembro de 1954;
CLX – Lei nº 1.227, de 13 de dezembro de 1954;
CLXI – Lei nº 1.229, de 10 de dezembro de 1954;
CLXII – Lei nº 1.230, de 10 de dezembro de 1954;
CLXIII – Lei nº 1.231, de 10 de dezembro de 1954;
CLXIV – Lei nº 1.232, de 10 de dezembro de 1954;
CLXV – Lei nº 1.233, de 10 de dezembro de 1954;
CLXVI – Lei nº 1.234, de 10 de dezembro de 1954;
CLXVII – Lei nº 1.235, de 10 de dezembro de 1954;
CLXVIII – Lei nº 1.241, de 22 de dezembro de 1954;
CLXIX – Lei nº 1.243, de 10 de dezembro de 1954;
CLXX – Lei nº 1.244, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXI – Lei nº 1.245, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXII – Lei nº 1.246, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXIII – Lei nº 1.247, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXIV – Lei nº 1.248, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXV – Lei nº 1.249, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXVI – Lei nº 1.250, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXVII – Lei nº 1.251, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXVIII – Lei nº 1.252, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXIX – Lei nº 1.253, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXX – Lei nº 1.254, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXXI – Lei nº 1.255, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXXII – Lei nº 1.256, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXXIII – Lei nº 1.257, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXXIV – Lei nº 1.258, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXXV – Lei nº 1.259, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXXVI – Lei nº 1.260, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXXVII – Lei nº 1.261, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXXVIII – Lei nº 1.262, de 10 de dezembro de 1954;
CLXXXIX – Lei nº 1.263, de 10 de dezembro de 1954;
CXC – Lei nº 1.264, de 10 de dezembro de 1954;
CXCI – Lei nº 1.265, de 10 de dezembro de 1954;
CXCII – Lei nº 1.266, de 10 de dezembro de 1954;
CXCIII – Lei nº 1.285, de 1955;
CXCIV – Lei nº 1.287, de 1955;
CXCV – Lei nº 1.293, de 1955;
CXCVI – Lei nº 1.294, de 1955;
CXCVII – Lei nº 1.295, de 1955;
CXCVIII – Lei nº 1.319, de 1955;
CXCIX – Lei nº 1.334, de 1955;
CC – Lei nº 1.335, de 1955;
CCI – Lei nº 1.336, de 1955;
CCII – Lei nº 1.338, de 1955;
CCIII – Lei nº 1.339, de 1955;
CCIV – Lei nº 1.343, de 1955;
CCV – Lei nº 1.344, de 1955;
CCVI – Lei nº 1.346, de 1955;
CCVII – Lei nº 1.347, de 1955;
CCVIII – Lei nº 1.356, de 1955;
CCIX – Lei nº 1.395, de 1955;
CCX – Lei nº 1.518, de 1956;
CCXI – Lei nº 1.558, de 29 de outubro de 1956;
CCXII – Lei nº 1.576, de 13 de novembro de 1956;
CCXIII – Lei nº 1.588, de 3 de dezembro de 1956;
CCXIV – Lei nº 1.612, de 29 de dezembro de 1956;
CCXV – Lei nº 1.614, de 29 de dezembro de 1956;
CCXVI – Lei nº 1.615, de 20 de dezembro de 1956;
CCXVII – Lei nº 1.616, de 20 de dezembro de 1956;
CCXVIII – Lei nº 1.617, de 20 de dezembro de 1956;
CCXIX – Lei nº 1.637, de 28 de maio de 1957;
CCXX – Lei nº 1.660, de 24 de junho de 1957;
CCXXI – Lei nº 1.670, de 15 de julho de 1957;
CCXXII – Lei nº 1.671, de 15 de julho de 1957;
CCXXIII – Lei nº 1.675, de 22 de julho de 1957;
CCXXIV – Lei nº 1.683, de 29 de julho de 1957;
CCXXV – Lei nº 1.688, de 7 de agosto de 1957;
CCXXVI – Lei nº 1.701, de 14 de agosto de 1957;
CCXXVII – Lei nº 1.710, de 20 de agosto de 1957;
CCXXVIII – Lei nº 1.719, de 11 de setembro de 1957;
CCXXIX – Lei nº 1.725, de 20 de setembro de 1957;
CCXXX – Lei nº 1.726, de 20 de setembro de 1957;
CCXXXI – Lei nº 1.727, de 20 de setembro de 1957;
CCXXXII – Lei nº 1.729, de 20 de setembro de 1957;
CCXXXIII – Lei nº 1.730, de 20 de setembro de 1957;
CCXXXIV – Lei nº 1.737, de 7 de outubro de 1957;
CCXXXV – Lei nº 1.738, de 7 de outubro de 1957;
CCXXXVI – Lei nº 1.740, de 7 de outubro de 1957;
CCXXXVII – Lei nº 1.741, de 14 de outubro de 1957;
CCXXXVIII – Lei nº 1.743, de 14 de outubro de 1957;
CCXXXIX – Lei nº 1.745, de 14 de outubro de 1957;
CCXL – Lei nº 1.748, de 17 de outubro de 1957;
CCXLI – Lei nº 1.749, de 17 de outubro de 1957;
CCXLII – Lei nº 1.755, de 23 de outubro de 1957;
CCXLIII – Lei nº 1.756, de 23 de outubro de 1957;
CCXLIV – Lei nº 1.757, de 23 de outubro de 1957;
CCXLV – Lei nº 1.758, de 23 de outubro de 1957;
CCXLVI – Lei nº 1.759, de 23 de outubro de 1957;
CCXLVII – Lei nº 1.763, de 4 de novembro de 1957;
CCXLVIII – Lei nº 1.764, de 4 de novembro de 1957;
CCXLIX – Lei nº 1.765, de 4 de novembro de 1957;
CCL – Lei nº 1.766, de 18 de novembro de 1957;
CCLI – Lei nº 1.774, de 13 de novembro de 1957;
CCLII – Lei nº 1.779, de 13 de novembro de 1957;
CCLIII – Lei nº 1.783, de 13 de novembro de 1957;
CCLIV – Lei nº 1.784, de 13 de novembro de 1957;
CCLV – Lei nº 1.786, de 13 de novembro de 1957;

CCLVI – Lei nº 1.787, de 14 de novembro de 1957;
CCLVII – Lei nº 1.789, de 14 de novembro de 1957;
CCLVIII – Lei nº 1.790, de 14 de novembro de 1957;
CCLIX – Lei nº 1.791, de 14 de novembro de 1957;
CCLX – Lei nº 1.792, de 14 de novembro de 1957;
CCLXI – Lei nº 1.793, de 14 de novembro de 1957;
CCLXII – Lei nº 1.801, de 4 de dezembro de 1957;
CCLXIII – Lei nº 1.803, de 4 de dezembro de 1957;
CCLXIV – Lei nº 1.805, de 11 de dezembro de 1957;
CCLXV – Lei nº 1.808, de 4 de dezembro de 1957;
CCLXVI – Lei nº 1.809, de 4 de dezembro de 1957;
CCLXVII – Lei nº 1.810, de 4 de dezembro de 1957;
CCLXVIII – Lei nº 1.812, de 11 de dezembro de 1957;
CCLXIX – Lei nº 1.813, de 8 de janeiro de 1958;
CCLXX – Lei nº 1.814, de 8 de janeiro de 1958;
CCLXXI – Lei nº 1.815, de 8 de janeiro de 1958;
CCLXXII – Lei nº 1.821, de 8 de janeiro de 1958;
CCLXXIII – Lei nº 1.822, de 8 de janeiro de 1958;
CCLXXIV – Lei nº 1.823, de 20 de janeiro de 1958;
CCLXXV – Lei nº 1.830, de 1958;
CCLXXVI – Lei nº 1.831, de 1958;
CCLXXVII – Lei nº 1.832, de 1958;
CCLXXVIII – Lei nº 1.833, de 1958;
CCLXXIX – Lei nº 1.834, de 1958;
CCLXXX – Lei nº 1.836, de 20 de maio de 1958;
CCLXXXI – Lei nº 1.837, de 20 de maio de 1958;
CCLXXXII – Lei nº 1.841, de 19 de maio de 1958;
CCLXXXIII – Lei nº 1.842, de 21 de maio de 1958;
CCLXXXIV – Lei nº 1.845, de 7 de julho de 1958;
CCLXXXV – Lei nº 1.846, de 1958;
CCLXXXVI – Lei nº 1.847, de 1958;
CCLXXXVII – Lei nº 1.851, de 1958;
CCLXXXVIII – Lei nº 1.856, de 25 de junho de 1958;
CCLXXXIX – Lei nº 1.857, de 25 de junho de 1958;
CCXC – Lei nº 1.866, de 25 de junho de 1958;
CCXCI – Lei nº 1.869, de 3 de julho de 1958;
CCXCII – Lei nº 1.870, de 3 de julho de 1958;
CCXCIII – Lei nº 1.871, de 3 de julho de 1958;
CCXCIV – Lei nº 1.872, de 3 de julho de 1958;
CCXCV – Lei nº 1.873, de 3 de julho de 1958;
CCXCVI – Lei nº 1.874, de 3 de julho de 1958;
CCXCVII – Lei nº 1.876, de 3 de julho de 1958;
CCXCVIII – Lei nº 1.877, de 3 de julho de 1958;
CCXCIX – Lei nº 1.878, de 4 de julho de 1958;
CCC – Lei nº 1.880, de 14 de julho de 1958;
CCCI – Lei nº 1.886, de 29 de outubro de 1958;
CCCII – Lei nº 1.892, de 31 de outubro de 1958;
CCCIII – Lei nº 1.893, de 31 de outubro de 1958;
CCCIV – Lei nº 1.894, de 5 de novembro de 1958;
CCCV – Lei nº 1.896, de 5 de novembro de 1958;
CCCVI – Lei nº 1.898, de 5 de novembro de 1958;
CCCVII – Lei nº 1.909, de 24 de novembro de 1958;
CCCVIII – Lei nº 1.910, de 24 de novembro de 1958;
CCXCIX – Lei nº 1.916, de 24 de novembro de 1958;
CCCX – Lei nº 1.927, de 14 de novembro de 1958;
CCCXI – Lei nº 1.940, de 12 de dezembro de 1958;
CCCXII – Lei nº 1.942, de 12 de dezembro de 1958;
CCCXIII – Lei nº 1.944, de 12 de dezembro de 1958;
CCCXIV – Lei nº 1.946, de 12 de dezembro de 1958;
CCCXV – Lei nº 1.954, de 19 de dezembro de 1958;
CCCXVI – Lei nº 1.965, de 12 de janeiro de 1959;
CCCXVII – Lei nº 1.973, de 15 de janeiro de 1959;
CCCXVIII – Lei nº 1.977, de 20 de janeiro de 1959;
CCCXIX – Lei nº 1.978, de 20 de janeiro de 1959;
CCCXX – Lei nº 1.979, de 20 de janeiro de 1959;
CCCXXI – Lei nº 1.985, de 10 de abril de 1959;
CCCXXII – Lei nº 2.003, de 27 de abril de 1959;
CCCXXIII – Lei nº 2.004, de 30 de abril de 1959;
CCCXXIV – Lei nº 2.006, de 6 de maio de 1959;
CCCXXV – Lei nº 2.007, de 6 de maio de 1959;
CCCXXVI – Lei nº 2.030, de 5 de junho de 1959;
CCCXXVII – Lei nº 2.035, de 18 de junho de 1959;
CCCXXVIII – Lei nº 2.036, de 18 de junho de 1959;
CCCXXIX – Lei nº 2.048, de 5 de agosto de 1959;
CCCXXX – Lei nº 2.052, de 28 de julho de 1959;
CCCXXXI – Lei nº 2.057, de 31 de julho de 1959;
CCCXXXII – Lei nº 2.069, de 11 de agosto de 1959;
CCCXXXIII – Lei nº 2.075, de 12 de agosto de 1959;
CCCXXXIV – Lei nº 2.077, de 14 de agosto de 1959;
CCCXXXV – Lei nº 2.078, de 14 de agosto de 1959;
CCCXXXVI – Lei nº 2.084, de 17 de agosto de 1959;

CCCXXXVII – Lei nº 2.089, de 3 de setembro de 1959;
CCCXXXVIII – Lei nº 2.090, de 3 de setembro de 1959;
CCCXXXIX – Lei nº 2.094, de 4 de setembro de 1959;
CCXXL – Lei nº 2.098, de 8 de setembro de 1959;
CCXXLI – Lei nº 2.101, de 24 de setembro de 1959;
CCXXLII – Lei nº 2.102, de 29 de setembro de 1959;
CCXXLIII – Lei nº 2.103, de 29 de setembro de 1959;
CCXXLIV – Lei nº 2.106, de 6 de outubro de 1959;
CCXXLV – Lei nº 2.107, de 6 de outubro de 1959;
CCXXLVI – Lei nº 2.110, de 14 de outubro de 1959;
CCXXLVII – Lei nº 2.113, de 14 de outubro de 1959;
CCXXLVIII – Lei nº 2.117, de 14 de outubro de 1959;
CCXXLIX – Lei nº 2.120, de 14 de outubro de 1959;
CCCL – Lei nº 2.122, de 14 de outubro de 1959;
CCCLI – Lei nº 2.128, de 21 de outubro de 1959;
CCCLII – Lei nº 2.130, de 21 de outubro de 1959;
CCCLIII – Lei nº 2.133, de 22 de outubro de 1959;
CCCLIV – Lei nº 2.134, de 22 de outubro de 1959;
CCCLV – Lei nº 2.146, de 29 de outubro de 1959;
CCCLVI – Lei nº 2.150, de 29 de outubro de 1959;
CCCLVII – Lei nº 2.151, de 29 de outubro de 1959;
CCCLVIII – Lei nº 2.152, de 29 de outubro de 1959;
CCCLIX – Lei nº 2.158, de 9 de novembro de 1959;
CCCLX – Lei nº 2.159, de 9 de novembro de 1959;
CCCLXI – Lei nº 2.161, de 9 de novembro de 1959;
CCCLXII – Lei nº 2.168, de 16 de novembro de 1959;
CCCLXIII – Lei nº 2.169, de 16 de novembro de 1959;
CCCLXIV – Lei nº 2.170, de 16 de novembro de 1959;
CCCLXV – Lei nº 2.171, de 16 de novembro de 1959;
CCCLXVI – Lei nº 2.173, de 16 de novembro de 1959;
CCCLXVII – Lei nº 2.174, de 16 de novembro de 1959;
CCCLXVIII – Lei nº 2.175, de 16 de novembro de 1959;
CCCLXIX – Lei nº 2.178, de 16 de novembro de 1959;
CCCLXX – Lei nº 2.179, de 16 de novembro de 1959;
CCCLXXI – Lei nº 2.182, de 18 de novembro de 1959;
CCCLXXII – Lei nº 2.183, de 21 de novembro de 1959;
CCCLXXIII – Lei nº 2.195, de 30 de novembro de 1959;
CCCLXXIV – Lei nº 2.196, de 30 de novembro de 1959;
CCCLXXV – Lei nº 2.201, de 7 de dezembro de 1959;
CCCLXXVI – Lei nº 2.202, de 7 de dezembro de 1959;
CCCLXXVII – Lei nº 2.203, de 7 de dezembro de 1959;
CCCLXXVIII – Lei nº 2.205, de 7 de dezembro de 1959;
CCCLXXIX – Lei nº 2.206, de 7 de dezembro de 1959;
CCCLXXX – Lei nº 2.219, de 14 de dezembro de 1959;
CCCLXXXI – Lei nº 2.220, de 14 de dezembro de 1959;
CCCLXXXII – Lei nº 2.221, de 14 de dezembro de 1959;
CCCLXXXIII – Lei nº 2.223, de 14 de dezembro de 1959;
CCCLXXXIV – Lei nº 2.224, de 14 de dezembro de 1959;
CCCLXXXV – Lei nº 2.233, de 10 de dezembro de 1959;
CCCLXXXVI – Lei nº 2.236, de 10 de dezembro de 1959;
CCCLXXXVII – Lei nº 2.237, de 10 de dezembro de 1959;
CCCLXXXVIII – Lei nº 2.238, de 10 de dezembro de 1959;
CCCLXXXIX – Lei nº 2.246, de 10 de dezembro de 1959;
CCXCX – Lei nº 2.247, de 17 de dezembro de 1959;
CCXCXI – Lei nº 2.248, de 18 de dezembro de 1959;
CCXCXII – Lei nº 2.249, de 18 de dezembro de 1959;
CCXCXIII – Lei nº 2.250, de 18 de dezembro de 1959;
CCXCXIV – Lei nº 2.251, de 18 de dezembro de 1959;
CCXCXV – Lei nº 2.252, de 18 de dezembro de 1959;
CCXCXVI – Lei nº 2.253, de 18 de dezembro de 1959;
CCXCXVII – Lei nº 2.254, de 18 de dezembro de 1959;
CCXCXVIII – Lei nº 2.255, de 18 de dezembro de 1959;
CCXCXIX – Lei nº 2.256, de 18 de dezembro de 1959;
CD – Lei nº 2.257, de 18 de dezembro de 1959;
CDI – Lei nº 2.258, de 17 de dezembro de 1959;
CDII – Lei nº 2.259, de 18 de dezembro de 1959;
CDIII – Lei nº 2.260, de 18 de dezembro de 1959;
CDIV – Lei nº 2.261, de 18 de dezembro de 1959;
CDV – Lei nº 2.262, de 18 de dezembro de 1959;
CDVI – Lei nº 2.263, de 18 de dezembro de 1959;
CDVII – Lei nº 2.264, de 18 de dezembro de 1959;
CDVIII – Lei nº 2.265, de 18 de dezembro de 1959;
CDIX – Lei nº 2.266, de 18 de dezembro de 1959;
CDX – Lei nº 2.267, de 18 de dezembro de 1959;
CDXI – Lei nº 2.268, de 18 de dezembro de 1959;
CDXII – Lei nº 2.270, de 18 de dezembro de 1959;
CDXIII – Lei nº 2.271, de 18 de dezembro de 1959;
CDXIV – Lei nº 2.272, de 18 de dezembro de 1959;
CDXV – Lei nº 2.273, de 18 de dezembro de 1959;
CDXVI – Lei nº 2.275, de 18 de dezembro de 1959;
CDXVII – Lei nº 2.278, de 18 de dezembro de 1959;

CDXVIII – Lei nº 2.459, de 27 de outubro de 1960;
CDXIX – Lei nº 2.282, de 3 de dezembro de 1960;
CDXX – Lei nº 2.284, de 3 de dezembro de 1960;
CDXXI – Lei nº 2.286, de 3 de fevereiro de 1960;
CDXXII – Lei nº 2.288, de 3 de fevereiro de 1960;
CDXXIII – Lei nº 2.289, de 4 de fevereiro de 1960;
CDXXIV – Lei nº 2.290, de 8 de fevereiro de 1960;
CDXXV – Lei nº 2.292, de 8 de fevereiro de 1960;
CDXXVI – Lei nº 2.294, de 8 de fevereiro de 1960;
CDXXVII – Lei nº 2.295, de 8 de fevereiro de 1960;
CDXXVIII – Lei nº 2.296, de 8 de fevereiro de 1960;
CDXXIX – Lei nº 2.297, de 8 de fevereiro de 1960;
CDXXX – Lei nº 2.298, de 8 de fevereiro de 1960;
CDXXXI – Lei nº 2.299, de 9 de fevereiro de 1960;
CDXXXII – Lei nº 2.300, de 9 de fevereiro de 1960;
CDXXXIII – Lei nº 2.301, de 9 de fevereiro de 1960;
CDXXXIV – Lei nº 2.310, de 3 de maio de 1960;
CDXXXV – Lei nº 2.312, de 3 de maio de 1960;
CDXXXVI – Lei nº 2.313, de 3 de maio de 1960;
CDXXXVII – Lei nº 2.322, de 3 de maio de 1960;
CDXXXVIII – Lei nº 2.324, de 3 de maio de 1960;
CDXXXIX – Lei nº 2.369, de 9 de junho de 1960;
CDXL – Lei nº 2.371, de 9 de junho de 1960;
CDXLI – Lei nº 2.372, de 9 de junho de 1960;
CDXLII – Lei nº 2.377, de 23 de junho de 1960;
CDXLIII – Lei nº 2.379, de 27 de junho de 1960;
CDXLIV – Lei nº 2.380, de 27 de junho de 1960;
CDXLV – Lei nº 2.386, de 27 de junho de 1960;
CDXLVI – Lei nº 2.387, de 27 de junho de 1960;
CDXLVII – Lei nº 2.388, de 27 de junho de 1960;
CDXLVIII – Lei nº 2.389, de 27 de junho de 1960;
CDXLIX – Lei nº 2.399, de 6 de julho de 1960;
CDL – Lei nº 2.400, de 6 de julho de 1960;
CDLI – Lei nº 2.402, de 6 de julho de 1960;
CDLII – Lei nº 2.404, de 6 de julho de 1960;
CDLIII – Lei nº 2.407, de 6 de julho de 1960;
CDLIV – Lei nº 2.409, de 6 de julho de 1960;
CDLV – Lei nº 2.427, de 29 de agosto de 1960;
CDLVI – Lei nº 2.430, de 18 de outubro de 1960;
CDLVII – Lei nº 2.431, de 18 de outubro de 1960;
CDLVIII – Lei nº 2.432, de 18 de outubro de 1960;
CDLIX – Lei nº 2.433, de 18 de outubro de 1960;
CDLX – Lei nº 2.434, de 18 de outubro de 1960;
CDLXI – Lei nº 2.438, de 26 de outubro de 1960;
CDLXII – Lei nº 2.450, de 26 de outubro de 1960;
CDLXIII – Lei nº 2.453, de 27 de outubro de 1960;
CDLXIV – Lei nº 2.454, de 27 de outubro de 1960;
CDLXV – Lei nº 2.455, de 27 de outubro de 1960;
CDLXVI – Lei nº 2.456, de 27 de outubro de 1960;
CDLXVII – Lei nº 2.458, de 27 de outubro de 1960;
CDLXVIII – Lei nº 2.475, de 27 de outubro de 1960;
CDLXIX – Lei nº 2.476, de 27 de outubro de 1960;
CDLXX – Lei nº 2.487, de 27 de outubro de 1960;
CDLXXI – Lei nº 2.490, de 27 de outubro de 1960;
CDLXXII – Lei nº 2.511, de 10 de novembro de 1960;
CDLXXIII – Lei nº 2.513, de 10 de novembro de 1960;
CDLXXIV – Lei nº 2.516, de 10 de novembro de 1960;
CDLXXV – Lei nº 2.517, de 10 de novembro de 1960;
CDLXXVI – Lei nº 2.520, de 11 de novembro de 1960;
CDLXXVII – Lei nº 2.528, de 11 de novembro de 1960;
CDLXXVIII – Lei nº 2.535, de 14 de novembro de 1960;
CDLXXIX – Lei nº 2.536, de 14 de novembro de 1960;
CDLXXX – Lei nº 2.537, de 14 de novembro de 1960;
CDLXXXI – Lei nº 2.538, de 14 de novembro de 1960;
CDLXXXII – Lei nº 2.539, de 14 de novembro de 1960;
CDLXXXIII – Lei nº 2.542, de 14 de novembro de 1960;
CDLXXXIV – Lei nº 2.545, de 14 de novembro de 1960;
CDLXXXV – Lei nº 2.548, de 14 de novembro de 1960;
CDLXXXVI – Lei nº 2.554, de 28 de novembro de 1960;
CDLXXXVII – Lei nº 2.555, de 28 de novembro de 1960;
CDLXXXVIII – Lei nº 2.556, de 28 de novembro de 1960;
CDLXXXIX – Lei nº 2.559, de 2 de dezembro de 1960;
CDXC – Lei nº 2.560, de 2 de dezembro de 1960;
CDXCI – Lei nº 2.561, de 2 de dezembro de 1960;
CDXCII – Lei nº 2.562, de 2 de dezembro de 1960;
CDXCIII – Lei nº 2.563, de 2 de dezembro de 1960;
CDXCIV – Lei nº 2.564, de 2 de dezembro de 1960;
CDXCV – Lei nº 2.565, de 13 de dezembro de 1960;
CDXCVI – Lei nº 2.566, de 13 de dezembro de 1960;
CDXCVII – Lei nº 2.567, de 13 de dezembro de 1960;
CDXCVIII – Lei nº 2.568, de 14 de dezembro de 1960;

CDXCIX – Lei nº 2.569, de 15 de dezembro de 1960;
D – Lei nº 2.570, de 15 de dezembro de 1960;
DI – Lei nº 2.571, de 15 de dezembro de 1960;
DII – Lei nº 2.572, de 15 de dezembro de 1960;
DIII – Lei nº 2.583, de 16 de dezembro de 1960;
DIV – Lei nº 2.585, de 16 de dezembro de 1960;
DV – Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 1960;
DVI – Lei nº 2.621, de 19 de dezembro de 1960;
DVII – Lei nº 2.622, de 19 de dezembro de 1960;
DVIII – Lei nº 2.624, de 19 de dezembro de 1960;
DIX – Lei nº 2.628, de 19 de dezembro de 1960;
DX – Lei nº 2.630, de 19 de dezembro de 1960;
DXI – Lei nº 2.631, de 19 de dezembro de 1960;
DXII – Lei nº 2.635, de 19 de dezembro de 1960;
DXIII – Lei nº 2.636, de 19 de dezembro de 1960;
DXIV – Lei nº 2.637, de 19 de dezembro de 1960;
DXV – Lei nº 2.638, de 19 de dezembro de 1960;
DXVI – Lei nº 2.639, de 19 de dezembro de 1960;
DXVII – Lei nº 2.640, de 19 de dezembro de 1960;
DXVIII – Lei nº 2.641, de 19 de dezembro de 1960;
DXIX – Lei nº 2.642, de 19 de dezembro de 1960;
DXX – Lei nº 2.645, de 19 de dezembro de 1960;
DXXI – Lei nº 2.646, de 19 de dezembro de 1960;
DXXII – Lei nº 2.647, de 19 de dezembro de 1960;
DXXIII – Lei nº 2.648, de 19 de dezembro de 1960;
DXXIV – Lei nº 2.649, de 19 de dezembro de 1960;
DXXV – Lei nº 2.650, de 19 de dezembro de 1960;
DXXVI – Lei nº 2.653, de 23 de dezembro de 1960;
DXXVII – Lei nº 2.654, de 23 de dezembro de 1960;
DXXVIII – Lei nº 2.655, de 23 de dezembro de 1960;
DXXIX – Lei nº 2.656, de 23 de dezembro de 1960;
DXXX – Lei nº 2.657, de 23 de dezembro de 1960;
DXXXI – Lei nº 2.658, de 23 de dezembro de 1960;
DXXXII – Lei nº 2.659, de 23 de dezembro de 1960;
DXXXIII – Lei nº 2.660, de 23 de dezembro de 1960;
DXXXIV – Lei nº 2.661, de 23 de dezembro de 1960;
DXXXV – Lei nº 2.662, de 23 de dezembro de 1960;
DXXXVI – Lei nº 2.663, de 23 de dezembro de 1960;
DXXXVII – Lei nº 2.665, de 1961;
DXXXVIII – Lei nº 2.669, de 15 de março de 1961;
DXXXIX – Lei nº 2.672, de 1961;
DXL – Lei nº 2.673, de 1961;
DXLI – Lei nº 2.675, de 1961;
DXLII – Lei nº 2.676, de 1961;
DXLIII – Lei nº 2.677, de 1961;
DXLIV – Lei nº 2.678, de 1961;
DXLV – Lei nº 2.679, de 1961;
DXLVI – Lei nº 2.683, de 1961;
DXLVII – Lei nº 2.684, de 1961;
DXLVIII – Lei nº 2.685, de 1961;
DXLIX – Lei nº 2.688, de 1961;
DL – Lei nº 2.689, de 1961;
DLI – Lei nº 2.693, de 1961;
DLII – Lei nº 2.696, de 1961;
DLIII – Lei nº 2.698, de 1961;
DLIV – Lei nº 2.699, de 1961;
DLV – Lei nº 2.700, de 1961;
DLVI – Lei nº 2.702, de 1961;
DLVII – Lei nº 2.704, de 1961;
DLVIII – Lei nº 2.705, de 1961;
DLIX – Lei nº 2.706, de 1961;
DLX – Lei nº 2.709, de 1961;
DLXI – Lei nº 2.711, de 1961;
DLXII – Lei nº 2.712, de 28 de maio de 1961;
DLXIII – Lei nº 2.715, de 1961;
DLXIV – Lei nº 2.716, de 1961;
DLXV – Lei nº 2.717, de 1961;
DLXVI – Lei nº 2.720, de 1961;
DLXVII – Lei nº 2.724, de 1961;
DLXVIII – Lei nº 2.742, de 21 de janeiro de 1961;
DLXIX – Lei nº 2.749, de 1961;
DLXX – Lei nº 2.755, de 1961;
DLXXI – Lei nº 2.756, de 1961;
DLXXII – Lei nº 2.757, de 1961;
DLXXIII – Lei nº 2.759, de 1961;
DLXXIV – Lei nº 2.760, de 1961;
DLXXV – Lei nº 2.761, de 1961;
DLXXVI – Lei nº 2.762, de 1961;
DLXXVII – Lei nº 2.764, de 1961;
DLXXVIII – Lei nº 2.765, de 1961;
DLXXIX – Lei nº 2.766, de 1961;

DLXXX – Lei nº 2.781, de 1961;
 DLXXXI – Lei nº 2.782, de 1961;
 DLXXXII – Lei nº 2.789, de 1961;
 DLXXXIII – Lei nº 2.799, de 1961;
 DLXXXIV – Lei nº 2.804, de 1961;
 DLXXXV – Lei nº 2.805, de 1961;
 DLXXXVI – Lei nº 2.806, de 1961;
 DLXXXVII – Lei nº 2.809, de 1961;
 DLXXXVIII – Lei nº 2.811, de 1961;
 DLXXXIX – Lei nº 2.812, de 1961;
 DXC – Lei nº 2.815, de 1961;
 DXCI – Lei nº 2.816, de 1961;
 DXCII – Lei nº 2.821, de 1961;
 DXCIII – Lei nº 2.822, de 1961;
 DXCIV – Lei nº 2.824, de 1961;
 DXCV – Lei nº 2.826, de 1961;
 DXCVI – Lei nº 2.838, de 1961;
 DXCVII – Lei nº 2.843, de 1961;
 DXCVIII – Lei nº 2.846, de 1961;
 DXCIX – Lei nº 2.857, de 1961;
 DC – Lei nº 2.862, de 1961;
 DCI – Lei nº 2.863, de 1961;
 DCII – Lei nº 2.865, de 1961;
 DCIII – Lei nº 2.866, de 1961;
 DCIV – Lei nº 2.868, de 1961;
 DCV – Lei nº 2.870, de 1961;
 DCVI – Lei nº 2.871, de 1961;
 DCVII – Lei nº 2.874, de 1961;
 DCVIII – Lei nº 2.877, de 1961;
 DCIX – Lei nº 2.878, de 1961;
 DCX – Lei nº 2.892, de 1961;
 DCXI – Lei nº 2.895, de 1961;
 DCXII – Lei nº 2.896, de 1961;
 DCXIII – Lei nº 2.903, de 1961;
 DCXIV – Lei nº 2.917, de 1961;
 DCXV – Lei nº 2.940, de 1961;
 DCXVI – Lei nº 2.947, de 1961;
 DCXVII – Lei nº 2.959, de 1961;
 DCXVIII – Lei nº 2.962, de 1961;
 DCXIX – Lei nº 2.973, de 1961;
 DCXX – Lei nº 2.978, de 1961;
 DCXXI – Lei nº 3.054, de 1962;
 DCXXII – Lei nº 3.066, de 6 de junho de 1962;
 DCXXIII – Lei nº 3.068, de 6 de junho de 1962;
 DCXXIV – Lei nº 3.084, de 1962;
 DCXXV – Lei nº 3.088, de 1962;
 DCXXVI – Lei nº 3.107, de 12 de setembro de 1962;
 DCXXVII – Lei nº 3.108, de 12 de setembro de 1962;
 DCXXVIII – Lei nº 3.133, de 14 de novembro de 1962;
 DCXXIX – Lei nº 3.148, de 1962;
 DCXXX – Lei Promulgada nº 919, de 1963;
 DCXXXI – Lei nº 3.157, de 22 de janeiro de 1963;
 DCXXXII – Lei nº 3.159, de 22 de janeiro de 1963;
 DCXXXIII – Lei nº 3.184, de 5 de abril de 1963;
 DCXXXIV – Lei nº 3.185, de 16 de abril de 1963;
 DCXXXV – Lei nº 3.214, de 7 de junho de 1963;
 DCXXXVI – Lei nº 3.229, de 19 de junho de 1963;
 DCXXXVII – Lei nº 3.230, de 19 de junho de 1963;
 DCXXXVIII – Lei nº 3.232, de 19 de junho de 1963;
 DCXXXIX – Lei nº 3.233, de 19 de junho de 1963;
 DCXL – Lei nº 3.234, de 19 de junho de 1963;
 DCXLI – Lei nº 3.235, de 21 de junho de 1963;
 DCXLII – Lei nº 3.238, de 26 de junho de 1963;
 DCXLIII – Lei nº 3.248, de 5 de julho de 1963;
 DCXLIV – Lei nº 3.249, de 5 de julho de 1963;
 DCXLV – Lei nº 3.251, de 5 de julho de 1963;
 DCXLVI – Lei nº 3.252, de 5 de julho de 1963;
 DCXLVII – Lei nº 3.255, de 5 de julho de 1963;
 DCXLVIII – Lei nº 3.256, de 5 de julho de 1963;
 DCXLIX – Lei nº 3.257, de 5 de julho de 1963;
 DCL – Lei nº 3.258, de 5 de julho de 1963;
 DCLI – Lei nº 3.260, de 10 de julho de 1963;
 DCLII – Lei nº 3.264, de 17 de julho de 1963;
 DCLIII – Lei nº 3.273, de 24 de julho de 1963;
 DCLIV – Lei nº 3.293, de 23 de agosto de 1963;
 DCLV – Lei nº 3.409, de 10 de março de 1964;
 DCLVI – Lei nº 3.446, de 1964;
 DCLVII – Lei nº 3.476, de 2 de julho de 1964;
 DCLVIII – Lei nº 3.537, de 19 de outubro de 1964;
 DCLIX – Lei nº 3.559, de 18 de novembro de 1964;
 DCLX – Lei nº 3.601, de 22 de dezembro de 1964;

DCLXI – Lei nº 3.618, de 5 de abril de 1965;
 DCLXII – Lei nº 3.810, de 24 de fevereiro de 1966;
 DCLXIII – Lei nº 3.863, de 30 de junho de 1966;
 DCLXIV – Lei nº 3.877, de 30 de agosto de 1966;
 DCLXV – Lei nº 3.935, de 20 de dezembro de 1966;
 DCLXVI – Lei nº 3.945, de 26 de janeiro de 1967;
 DCLXVII – Lei nº 3.946, de 26 de janeiro de 1967;
 DCLXVIII – Lei nº 3.962, de 10 de maio de 1967;
 DCLXIX – Lei nº 3.971, de 12 de maio de 1967;
 DCLXX – Lei nº 3.981, de 17 de maio de 1967;
 DCLXXI – Lei nº 3.984, de 17 de maio de 1967;
 DCLXXII – Lei nº 3.992, de 13 de junho de 1967;
 DCLXXIII – Lei nº 4.019, de 18 de agosto de 1967;
 DCLXXIV – Lei nº 4.043, de 8 de setembro de 1967;
 DCLXXV – Lei nº 4.095, de 27 de novembro de 1967;
 DCLXXVI – Lei nº 4.116, de 21 de dezembro de 1967;
 DCLXXVII – Lei nº 4.118, de 29 de dezembro de 1967;
 DCLXXVIII – Lei nº 4.122, de 16 de janeiro de 1968;
 DCLXXIX – Lei nº 4.204, de 23 de julho de 1968;
 DCLXXX – Lei nº 4.307, de 14 de maio de 1969;
 DCLXXXI – Lei nº 4.353, de 27 de junho de 1969;
 DCLXXXII – Lei nº 4.432, de 7 de maio de 1970;
 DCLXXXIII – Lei nº 4.435, de 8 de maio de 1970;
 DCLXXXIV – Lei nº 4.481, de 10 de julho de 1970;
 DCLXXXV – Lei nº 4.511, de 25 de agosto de 1970;
 DCLXXXVI – Lei nº 4.550, de 30 de dezembro de 1970;
 DCLXXXVII – Lei nº 4.650, de 17 de novembro de 1971;
 DCLXXXVIII – Lei nº 4.686, de 23 de dezembro de 1971;
 DCLXXXIX – Lei nº 4.723, de 1º de junho de 1972;
 DCXC – Lei nº 4.760, de 30 de junho de 1972;
 DCXCI – Lei nº 4.787, de 13 de outubro de 1972;
 DCXCII – Lei nº 4.806, de 4 de dezembro de 1972;
 DCXCIII – Lei nº 4.906, de 2 de julho de 1973;
 DCXCIV – Lei nº 4.928, de 16 de outubro de 1973;
 DCXCV – Lei nº 5.015, de 27 de junho de 1974;
 DCXCVI – Lei nº 5.045, de 28 de junho de 1974;
 DCXCVII – Lei nº 5.188, de 28 de novembro de 1975;
 DCXCVIII – Lei nº 5.418, de 10 de maio de 1978; e
 DCXCIX – Lei Complementar nº 9, de 29 de junho de 1979.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
 Deputado Gelson Merisio - Presidente
 Deputado Aldo Schneider - Vice-Presidente
 Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
 Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

Lido no Expediente
 Sessão de 20/08/15

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Complementar visa revogar as Leis em face da inexistência de texto normativo respectivo constante do acervo jurídico do Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

O Projeto de Lei Complementar foi elaborado pela Comissão Parlamentar constituída por meio do Ato da Presidência nº 007-DL, de 26 de fevereiro de 2015, com o apoio técnico dos servidores da Assembleia Legislativa designados pelos Atos da Presidência nº 003, de 16 de março de 2015, e nº 006, de 14 de maio de 2015.

Durante a execução dos trabalhos as Leis catarinenses foram classificadas por temas conexos e afins, sendo que para sua revogação foram selecionadas aquelas que, apesar de constarem do acervo, não geraram qualquer efeito na esfera de direito.

A aprovação deste Projeto de Lei Complementar ensejará a revogação de 699 (Seiscentos e noventa e nove) Leis, a contar do ano de 1949 até o de 1979.

Cumpre salientar que a normas elencadas pela proposição foram definidas levando-se em consideração 05 (cinco) circunstâncias, conforme segue:

I. As Leis abaixo relacionadas, constantes do Quadro I, receberam numeração em face de veto total mantido. Porém, foram preservadas as numerações sem a existência de qualquer texto legislativo:

Quadro I

Leis inexistentes – veto total mantido	
1.	Lei nº 342, de 29 de novembro de 1949;
2.	Lei nº 418, de 8 de agosto de 1950;
3.	Lei nº 543, de 1951;
4.	Lei nº 544, de 1951;
5.	Lei nº 639, de 1951;
6.	Lei nº 691, de 14 de julho de 1952;

7.	Lei nº 692, de 14 de julho de 1952;
8.	Lei nº 696, de 14 de julho de 1952;
9.	Lei nº 697, de 14 de julho de 1952;
10.	Lei nº 703, de 24 de julho de 1952;
11.	Lei nº 730, de 18 de agosto de 1952;
12.	Lei nº 750, de 17 de setembro de 1952;
13.	Lei nº 753, de 22 de setembro de 1952;
14.	Lei nº 755, de 24 de setembro de 1952;
15.	Lei nº 756, de 22 de setembro de 1952;
16.	Lei nº 763, de 7 de outubro de 1952;
17.	Lei nº 764, de 7 de outubro de 1952;
18.	Lei nº 779, de 14 de outubro de 1952;
19.	Lei nº 856, de 8 de julho de 1953;
20.	Lei nº 951, de 9 de outubro de 1953;
21.	Lei nº 952, de 9 de outubro de 1953;
22.	Lei nº 953, de 9 de outubro de 1953;
23.	Lei nº 954, de 9 de outubro de 1953;
24.	Lei nº 955, de 9 de outubro de 1953;
25.	Lei nº 956, de 9 de outubro de 1953;
26.	Lei nº 979, de 6 de novembro de 1953;
27.	Lei nº 980, de 6 de novembro de 1953;
28.	Lei nº 1.004, de 3 de dezembro de 1953;
29.	Lei nº 1.013, de 11 de dezembro de 1953;
30.	Lei nº 1.039, de 22 de janeiro de 1954;
31.	Lei nº 1.067, de 8 de junho de 1954;
32.	Lei nº 1.106, de 29 de outubro de 1954;
33.	Lei nº 1.113, de 14 de outubro de 1954;
34.	Lei nº 1.172, de 24 de novembro de 1954;
35.	Lei nº 1.173, de 24 de novembro de 1954;
36.	Lei nº 1.174, de 24 de novembro de 1954;
37.	Lei nº 1.175, de 24 de novembro de 1954;
38.	Lei nº 1.176, de 24 de novembro de 1954;
39.	Lei nº 1.177, de 24 de novembro de 1954;
40.	Lei nº 1.182, de 2 de dezembro de 1954;
41.	Lei nº 1.198, de 9 de dezembro de 1954;
42.	Lei nº 1.201, de 9 de dezembro de 1954;
43.	Lei nº 1.202, de 9 de dezembro de 1954;
44.	Lei nº 1.203, de 9 de dezembro de 1954;
45.	Lei nº 1.204, de 9 de dezembro de 1954;
46.	Lei nº 1.205, de 9 de dezembro de 1954;
47.	Lei nº 1.209, de 10 de dezembro de 1954;
48.	Lei nº 1.210, de 10 de dezembro de 1954;
49.	Lei nº 1.211, de 10 de dezembro de 1954;
50.	Lei nº 1.212, de 10 de dezembro de 1954;
51.	Lei nº 1.213, de 10 de dezembro de 1954;
52.	Lei nº 1.214, de 10 de dezembro de 1954;
53.	Lei nº 1.215, de 10 de dezembro de 1954;
54.	Lei nº 1.216, de 10 de dezembro de 1954;
55.	Lei nº 1.217, de 10 de dezembro de 1954;
56.	Lei nº 1.218, de 10 de dezembro de 1954;
57.	Lei nº 1.219, de 10 de dezembro de 1954;
58.	Lei nº 1.222, de 13 de dezembro de 1954;
59.	Lei nº 1.223, de 13 de dezembro de 1954;
60.	Lei nº 1.224, de 13 de dezembro de 1954;
61.	Lei nº 1.225, de 13 de dezembro de 1954;
62.	Lei nº 1.227, de 13 de dezembro de 1954;
63.	Lei nº 1.229, de 10 de dezembro de 1954;
64.	Lei nº 1.230, de 10 de dezembro de 1954;
65.	Lei nº 1.231, de 10 de dezembro de 1954;
66.	Lei nº 1.232, de 10 de dezembro de 1954;
67.	Lei nº 1.233, de 10 de dezembro de 1954;
68.	Lei nº 1.234, de 10 de dezembro de 1954;
69.	Lei nº 1.235, de 10 de dezembro de 1954;
70.	Lei nº 1.241, de 22 de dezembro de 1954;
71.	Lei nº 1.243, de 10 de dezembro de 1954;
72.	Lei nº 1.244, de 10 de dezembro de 1954;
73.	Lei nº 1.245, de 10 de dezembro de 1954;
74.	Lei nº 1.246, de 10 de dezembro de 1954;
75.	Lei nº 1.247, de 10 de dezembro de 1954;
76.	Lei nº 1.248, de 10 de dezembro de 1954;
77.	Lei nº 1.249, de 10 de dezembro de 1954;
78.	Lei nº 1.251, de 10 de dezembro de 1954;
79.	Lei nº 1.252, de 10 de dezembro de 1954;
80.	Lei nº 1.253, de 10 de dezembro de 1954;
81.	Lei nº 1.254, de 10 de dezembro de 1954;

82.	Lei nº 1.255, de 10 de dezembro de 1954;
83.	Lei nº 1.256, de 10 de dezembro de 1954;
84.	Lei nº 1.259, de 10 de dezembro de 1954;
85.	Lei nº 1.261, de 10 de dezembro de 1954;
86.	Lei nº 1.262, de 10 de dezembro de 1954;
87.	Lei nº 1.263, de 10 de dezembro de 1954;
88.	Lei nº 1.264, de 10 de dezembro de 1954;
89.	Lei nº 1.334, de 1955;
90.	Lei nº 1.335, de 1955;
91.	Lei nº 1.338, de 1955;
92.	Lei nº 1.558, de 29 de outubro de 1956;
93.	Lei nº 1.612, de 29 de dezembro de 1956;
94.	Lei nº 1.614, de 29 de dezembro de 1956;
95.	Lei nº 1.615, de 20 de dezembro de 1956;
96.	Lei nº 1.616, de 20 de dezembro de 1956;
97.	Lei nº 1.617, de 20 de dezembro de 1956;
98.	Lei nº 1.637, de 28 de maio de 1957;
99.	Lei nº 1.710, de 20 de agosto de 1957;
100.	Lei nº 1.719, de 11 de setembro de 1957;
101.	Lei nº 1.727, de 20 de setembro de 1957;
102.	Lei nº 1.730, de 20 de setembro de 1957;
103.	Lei nº 1.740, de 7 de outubro de 1957;
104.	Lei nº 1.741, de 14 de outubro de 1957;
105.	Lei nº 1.743, de 14 de outubro de 1957;
106.	Lei nº 1.763, de 4 de novembro de 1957;
107.	Lei nº 1.765, de 4 de novembro de 1957;
108.	Lei nº 1.786, de 13 de novembro de 1957;
109.	Lei nº 1.787, de 14 de novembro de 1957;
110.	Lei nº 1.789, de 14 de novembro de 1957;
111.	Lei nº 1.790, de 14 de novembro de 1957;
112.	Lei nº 1.791, de 14 de novembro de 1957;
113.	Lei nº 1.792, de 14 de novembro de 1957;
114.	Lei nº 1.793, de 14 de novembro de 1957;
115.	Lei nº 1.801, de 4 de dezembro de 1957;
116.	Lei nº 1.809, de 4 de dezembro de 1957;
117.	Lei nº 1.810, de 4 de dezembro de 1957;
118.	Lei nº 1.813, de 8 de janeiro de 1958;
119.	Lei nº 1.814, de 8 de janeiro de 1958;
120.	Lei nº 1.815, de 8 de janeiro de 1958;
121.	Lei nº 1.821, de 8 de janeiro de 1958;
122.	Lei nº 1.822, de 8 de janeiro de 1958;
123.	Lei nº 1.830, de 1958;
124.	Lei nº 1.832, de 1958;
125.	Lei nº 1.833, de 1958;
126.	Lei nº 1.834, de 1958;
127.	Lei nº 1.846, de 1958;
128.	Lei nº 1.847, de 1958;
129.	Lei nº 1.851, de 1958;
130.	Lei nº 1.856, de 25 de junho de 1958;
131.	Lei nº 1.857, de 25 de junho de 1958;
132.	Lei nº 1.866, de 25 de junho de 1958;
133.	Lei nº 1.869, de 3 de julho de 1958;
134.	Lei nº 1.871, de 3 de julho de 1958;
135.	Lei nº 1.872, de 3 de julho de 1958;
136.	Lei nº 1.876, de 3 de julho de 1958;
137.	Lei nº 1.877, de 3 de julho de 1958;
138.	Lei nº 1.878, de 4 de julho de 1958;
139.	Lei nº 1.880, de 14 de julho de 1958;
140.	Lei nº 1.892, de 31 de outubro de 1958;
141.	Lei nº 1.927, de 14 de novembro de 1958;
142.	Lei nº 1.942, de 12 de dezembro de 1958;
143.	Lei nº 1.954, de 19 de dezembro de 1958;
144.	Lei nº 1.965, de 12 de janeiro de 1959;
145.	Lei nº 1.973, de 15 de janeiro de 1959;
146.	Lei nº 1.977, de 20 de janeiro de 1959;
147.	Lei nº 1.979, de 20 de janeiro de 1959;
148.	Lei nº 2.003, de 27 de abril de 1959;
149.	Lei nº 2.035, de 18 de junho de 1959;
150.	Lei nº 2.101, de 24 de setembro de 1959;
151.	Lei nº 2.107, de 6 de outubro de 1959;
152.	Lei nº 2.183, de 21 de novembro de 1959;
153.	Lei nº 2.220, de 14 de dezembro de 1959;
154.	Lei nº 2.233, de 10 de dezembro de 1959;
155.	Lei nº 2.247, de 17 de dezembro de 1959;
156.	Lei nº 2.248, de 18 de dezembro de 1959;

157.	Lei nº 2.251, de 18 de dezembro de 1959;
158.	Lei nº 2.284, de 3 de dezembro de 1960;
159.	Lei nº 2.292, de 8 de fevereiro de 1960;
160.	Lei nº 2.312, de 3 de maio de 1960;
161.	Lei nº 2.313, de 3 de maio de 1960;
162.	Lei nº 2.322, de 3 de maio de 1960;
163.	Lei nº 2.404, de 6 de julho de 1960;
164.	Lei nº 2.430, de 18 de outubro de 1960;
165.	Lei nº 2.453, de 27 de outubro de 1960;
166.	Lei nº 2.458, de 27 de outubro de 1960;
167.	Lei nº 2.487, de 27 de outubro de 1960;
168.	Lei nº 2.555, de 28 de novembro de 1960;
169.	Lei nº 2.568, de 14 de dezembro de 1960;
170.	Lei nº 2.630, de 19 de dezembro de 1960;
171.	Lei nº 2.631, de 19 de dezembro de 1960;
172.	Lei nº 2.642, de 19 de dezembro de 1960;
173.	Lei nº 2.669, de 15 de março de 1961;
174.	Lei nº 2.705, de 1961;
175.	Lei nº 2.724, de 1961;
176.	Lei nº 2.742, de 21 de janeiro de 1961;
177.	Lei nº 2.759, de 1961;
178.	Lei nº 2.760, de 1961;
179.	Lei nº 2.761, de 1961;
180.	Lei nº 2.764, de 1961;
181.	Lei nº 2.799, de 1961;
182.	Lei nº 2.804, de 1961;
183.	Lei nº 2.806, de 1961;
184.	Lei nº 2.811, de 1961;
185.	Lei nº 2.816, de 1961;
186.	Lei nº 2.821, de 1961;
187.	Lei nº 2.838, de 1961;
188.	Lei nº 2.846, de 1961;
189.	Lei nº 2.863, de 1961;
190.	Lei nº 2.868, de 1961;
191.	Lei nº 2.870, de 1961;
192.	Lei nº 2.871, de 1961;
193.	Lei nº 2.874, de 1961;
194.	Lei nº 2.877, de 1961;
195.	Lei nº 2.878, de 1961;
196.	Lei nº 2.895, de 1961;
197.	Lei nº 2.896, de 1961;
198.	Lei nº 2.903, de 1961;
199.	Lei nº 2.940, de 1961;
200.	Lei nº 2.973, de 1961;
201.	Lei nº 3.066, de 6 de junho de 1962;
202.	Lei nº 3.088, de 1962;
203.	Lei nº 3.133, de 14 de novembro de 1962;
204.	Lei nº 3.157, de 22 de janeiro de 1963;
205.	Lei nº 3.159, de 22 de janeiro de 1963;
206.	Lei nº 3.214, de 7 de junho de 1963;
207.	Lei nº 3.229, de 19 de junho de 1963;
208.	Lei nº 3.238, de 26 de junho de 1963;
209.	Lei nº 3.863, de 30 de junho de 1966;
210.	Lei nº 3.992, de 13 de junho de 1967;
211.	Lei nº 4.122, de 16 de janeiro de 1968;
212.	Lei nº 4.686, de 23 de dezembro de 1971;
213.	Lei nº 5.188, de 28 de novembro de 1975;
214.	Lei nº 5.418, de 10 de maio de 1978; e
215.	Lei Complementar nº 9, de 29 de junho de 1979.

II. As Leis abaixo relacionadas, constantes do Quadro II, receberam numeração de acordo com o *status* de promulgadas, conforme praxe da época, qual seja, até o ano de 1994, as Leis promulgadas pela Mesa recebiam numeração distinta das Leis sancionadas. Portanto, as numerações se concluíram alteradas em razão da posterior promulgação, não prevalecendo qualquer texto legislativo nos diplomas inicialmente numerados.

Quadro II

Leis inexistentes - Promulgadas

1.	Lei nº 256, de 9 de junho de 1949;
2.	Lei nº 489, de 1951;
3.	Lei nº 497, de 1951;
4.	Lei nº 525, de 1951;
5.	Lei nº 526, de 1951;
6.	Lei nº 529, de 1951;
7.	Lei nº 547, de 1951;

8.	Lei nº 549, de 1951;
9.	Lei nº 576, de 1951;
10.	Lei nº 636, de 1951;
11.	Lei nº 637, de 1951;
12.	Lei nº 638, de 1951;
13.	Lei nº 640, de 1951;
14.	Lei nº 642, de 1951;
15.	Lei nº 658, de 14 de janeiro de 1952;
16.	Lei nº 659, de 14 de janeiro de 1952;
17.	Lei nº 664, de 24 de janeiro de 1952;
18.	Lei nº 665, de 24 de janeiro de 1952;
19.	Lei nº 666, de 24 de janeiro de 1952;
20.	Lei nº 667, de 24 de janeiro de 1952;
21.	Lei nº 668, de 24 de janeiro de 1952;
22.	Lei nº 678, de 30 de maio de 1952;
23.	Lei nº 739, de 5 de setembro de 1952;
24.	Lei nº 740, de 5 de setembro de 1952;
25.	Lei nº 760, de 7 de outubro de 1952;
26.	Lei nº 762, de 7 de outubro de 1952;
27.	Lei nº 767, de 20 de outubro de 1952;
28.	Lei nº 769, de 20 de outubro de 1952;
29.	Lei nº 770, de 8 de outubro de 1952;
30.	Lei nº 771, de 8 de outubro de 1952;
31.	Lei nº 772, de 8 de outubro de 1952;
32.	Lei nº 773, de 8 de outubro de 1952;
33.	Lei nº 822, de 22 de maio de 1953;
34.	Lei nº 823, de 22 de maio de 1953;
35.	Lei nº 860, de 13 de julho de 1953;
36.	Lei nº 868, de 13 de julho de 1953;
37.	Lei nº 869, de 13 de julho de 1953;
38.	Lei nº 870, de 13 de julho de 1953;
39.	Lei nº 881, de 28 de julho de 1953;
40.	Lei nº 883, de 28 de julho de 1953;
41.	Lei nº 887, de 30 de julho de 1953;
42.	Lei nº 889, de 10 de agosto de 1953;
43.	Lei nº 897, de 10 de agosto de 1953;
44.	Lei nº 899, de 10 de agosto de 1953;
45.	Lei nº 905, de 31 de agosto de 1953;
46.	Lei nº 907, de 19 de agosto de 1953;
47.	Lei nº 923, de 14 de janeiro de 1954;
48.	Lei nº 927, de 15 de setembro de 1953;
49.	Lei nº 976, de 29 de outubro de 1953;
50.	Lei nº 986, de 16 de novembro de 1953;
51.	Lei nº 1.008, de 11 de dezembro de 1953;
52.	Lei nº 1.016, de 11 de dezembro de 1953;
53.	Lei Promulgada nº 206, de 23 de dezembro de 1954;
54.	Lei nº 1.021, de 8 de janeiro de 1954;
55.	Lei nº 1.025, de 22 de janeiro de 1954;
56.	Lei nº 1.029, de 22 de janeiro de 1954;
57.	Lei nº 1.037, de 1954;
58.	Lei nº 1.049, de 22 de janeiro de 1954;
59.	Lei nº 1.050, de 22 de janeiro de 1954;
60.	Lei nº 1.051, de 22 de janeiro de 1954;
61.	Lei nº 1.052, de 22 de janeiro de 1954;
62.	Lei nº 1.055, de 28 de janeiro de 1954;
63.	Lei nº 1.058, de 7 de maio de 1954;
64.	Lei nº 1.059, de 25 de maio de 1954;
65.	Lei nº 1.066, de 2 de junho de 1954;
66.	Lei nº 1.073, de 2 de junho de 1954;
67.	Lei nº 1.076, de 7 de junho de 1954;
68.	Lei nº 1.078, de 9 de junho de 1954;
69.	Lei nº 1.079, de 9 de junho de 1954;
70.	Lei nº 1.080, de 9 de junho de 1954;
71.	Lei nº 1.083, de 8 de junho de 1954;
72.	Lei nº 1.084, de 8 de junho de 1954;
73.	Lei nº 1.085, de 8 de junho de 1954;
74.	Lei nº 1.087, de 11 de junho de 1954;
75.	Lei nº 1.105, de 29 de outubro de 1954;
76.	Lei nº 1.107, de 29 de outubro de 1954;
77.	Lei nº 1.108, de 29 de outubro de 1954;
78.	Lei nº 1.109, de 29 de outubro de 1954;
79.	Lei nº 1.115, de 20 de outubro de 1954;
80.	Lei nº 1.117, de 20 de outubro de 1954;
81.	Lei nº 1.118, de 20 de outubro de 1954;
82.	Lei nº 1.136, de 6 de novembro de 1954;

83.	Lei nº 1.140, de 6 de novembro de 1954;
84.	Lei nº 1.141, de 6 de novembro de 1954;
85.	Lei nº 1.142, de 6 de novembro de 1954;
86.	Lei nº 1.145, de 6 de novembro de 1954;
87.	Lei nº 1.146, de 6 de novembro de 1954;
88.	Lei nº 1.147, de 6 de novembro de 1954;
89.	Lei nº 1.148, de 6 de novembro de 1954;
90.	Lei nº 1.149, de 6 de novembro de 1954;
91.	Lei nº 1.150, de 6 de novembro de 1954;
92.	Lei nº 1.151, de 6 de novembro de 1954;
93.	Lei nº 1.159, de 12 de novembro de 1954;
94.	Lei nº 1.160, de 12 de novembro de 1954;
95.	Lei nº 1.169, de 12 de novembro de 1954;
96.	Lei nº 1.206, de 9 de dezembro de 1954;
97.	Lei nº 1.250, de 10 de dezembro de 1954;
98.	Lei nº 1.257, de 10 de dezembro de 1954;
99.	Lei nº 1.258, de 10 de dezembro de 1954;
100.	Lei nº 1.260, de 10 de dezembro de 1954;
101.	Lei nº 1.265, de 10 de dezembro de 1954;
102.	Lei nº 1.266, de 10 de dezembro de 1954;
103.	Lei nº 1.285, de 1955;
104.	Lei nº 1.287, de 1955;
105.	Lei nº 1.293, de 1955;
106.	Lei nº 1.294, de 1955;
107.	Lei nº 1.295, de 1955;
108.	Lei nº 1.319, de 1955;
109.	Lei nº 1.336, de 1955;
110.	Lei nº 1.343, de 1955;
111.	Lei nº 1.344, de 1955;
112.	Lei nº 1.346, de 1955;
113.	Lei nº 1.356, de 1955;
114.	Lei nº 1.395, de 1955;
115.	Lei nº 1.518, de 1956;
116.	Lei nº 1.576, de 13 de novembro de 1956;
117.	Lei nº 1.588, de 3 de dezembro de 1956;
118.	Lei nº 1.660, de 24 de junho de 1957;
119.	Lei nº 1.670, de 15 de julho de 1957;
120.	Lei nº 1.671, de 15 de julho de 1957;
121.	Lei nº 1.675, de 22 de julho de 1957;
122.	Lei nº 1.683, de 29 de julho de 1957;
123.	Lei nº 1.688, de 7 de agosto de 1957;
124.	Lei nº 1.701, de 14 de agosto de 1957;
125.	Lei nº 1.725, de 20 de setembro de 1957;
126.	Lei nº 1.726, de 20 de setembro de 1957;
127.	Lei nº 1.729, de 20 de setembro de 1957;
128.	Lei nº 1.737, de 7 de outubro de 1957;
129.	Lei nº 1.738, de 7 de outubro de 1957;
130.	Lei nº 1.745, de 14 de outubro de 1957;
131.	Lei nº 1.748, de 17 de outubro de 1957;
132.	Lei nº 1.749, de 17 de outubro de 1957;
133.	Lei nº 1.755, de 23 de outubro de 1957;
134.	Lei nº 1.756, de 23 de outubro de 1957;
135.	Lei nº 1.757, de 23 de outubro de 1957;
136.	Lei nº 1.758, de 23 de outubro de 1957;
137.	Lei nº 1.759, de 23 de outubro de 1957;
138.	Lei nº 1.764, de 4 de novembro de 1957;
139.	Lei nº 1.766, de 18 de novembro de 1957;
140.	Lei nº 1.774, de 13 de novembro de 1957;
141.	Lei nº 1.779, de 13 de novembro de 1957;
142.	Lei nº 1.783, de 13 de novembro de 1957;
143.	Lei nº 1.784, de 13 de novembro de 1957;
144.	Lei nº 1.803, de 4 de dezembro de 1957;
145.	Lei nº 1.805, de 11 de dezembro de 1957;
146.	Lei nº 1.808, de 4 de dezembro de 1957;
147.	Lei nº 1.812, de 11 de dezembro de 1957;
148.	Lei nº 1.823, de 20 de janeiro de 1958;
149.	Lei nº 1.831, de 1958;
150.	Lei nº 1.836, de 20 de maio de 1958;
151.	Lei nº 1.837, de 20 de maio de 1958;
152.	Lei nº 1.841, de 19 de maio de 1958;
153.	Lei nº 1.845, de 7 de julho de 1958;
154.	Lei nº 1.870, de 3 de julho de 1958;
155.	Lei nº 1.873, de 3 de julho de 1958;
156.	Lei nº 1.874, de 3 de julho de 1958;
157.	Lei nº 1.886, de 29 de outubro de 1958;

158.	Lei nº 1.893, de 31 de outubro de 1958;
159.	Lei nº 1.894, de 5 de novembro de 1958;
160.	Lei nº 1.896, de 5 de novembro de 1958;
161.	Lei nº 1.898, de 5 de novembro de 1958;
162.	Lei nº 1.909, de 24 de novembro de 1958;
163.	Lei nº 1.910, de 24 de novembro de 1958;
164.	Lei nº 1.916, de 24 de novembro de 1958;
165.	Lei nº 1.940, de 12 de dezembro de 1958;
166.	Lei nº 1.944, de 12 de dezembro de 1958;
167.	Lei nº 1.946, de 12 de dezembro de 1958;
168.	Lei nº 1.978, de 20 de janeiro de 1959;
169.	Lei nº 1.985, de 10 de abril de 1959;
170.	Lei nº 2.004, de 30 de abril de 1959;
171.	Lei nº 2.006, de 6 de maio de 1959;
172.	Lei nº 2.007, de 6 de maio de 1959;
173.	Lei nº 2.030, de 5 de junho de 1959;
174.	Lei nº 2.036, de 18 de junho de 1959;
175.	Lei nº 2.048, de 5 de agosto de 1959;
176.	Lei nº 2.052, de 28 de julho de 1959;
177.	Lei nº 2.057, de 31 de julho de 1959;
178.	Lei nº 2.069, de 11 de agosto de 1959;
179.	Lei nº 2.075, de 12 de agosto de 1959;
180.	Lei nº 2.077, de 14 de agosto de 1959;
181.	Lei nº 2.078, de 14 de agosto de 1959;
182.	Lei nº 2.084, de 17 de agosto de 1959;
183.	Lei nº 2.089, de 3 de setembro de 1959;
184.	Lei nº 2.090, de 3 de setembro de 1959;
185.	Lei nº 2.094, de 4 de setembro de 1959;
186.	Lei nº 2.098, de 8 de setembro de 1959;
187.	Lei nº 2.102, de 29 de setembro de 1959;
188.	Lei nº 2.103, de 29 de setembro de 1959;
189.	Lei nº 2.106, de 6 de outubro de 1959;
190.	Lei nº 2.110, de 14 de outubro de 1959;
191.	Lei nº 2.113, de 14 de outubro de 1959;
192.	Lei nº 2.117, de 14 de outubro de 1959;
193.	Lei nº 2.120, de 14 de outubro de 1959;
194.	Lei nº 2.122, de 14 de outubro de 1959;
195.	Lei nº 2.128, de 21 de outubro de 1959;
196.	Lei nº 2.130, de 21 de outubro de 1959;
197.	Lei nº 2.133, de 22 de outubro de 1959;
198.	Lei nº 2.134, de 22 de outubro de 1959;
199.	Lei nº 2.146, de 29 de outubro de 1959;
200.	Lei nº 2.150, de 29 de outubro de 1959;
201.	Lei nº 2.151, de 29 de outubro de 1959;
202.	Lei nº 2.152, de 29 de outubro de 1959;
203.	Lei nº 2.158, de 9 de novembro de 1959;
204.	Lei nº 2.159, de 9 de novembro de 1959;
205.	Lei nº 2.161, de 9 de novembro de 1959;
206.	Lei nº 2.168, de 16 de novembro de 1959;
207.	Lei nº 2.169, de 16 de novembro de 1959;
208.	Lei nº 2.170, de 16 de novembro de 1959;
209.	Lei nº 2.171, de 16 de novembro de 1959;
210.	Lei nº 2.173, de 16 de novembro de 1959;
211.	Lei nº 2.174, de 16 de novembro de 1959;
212.	Lei nº 2.175, de 16 de novembro de 1959;
213.	Lei nº 2.178, de 16 de novembro de 1959;
214.	Lei nº 2.179, de 16 de novembro de 1959;
215.	Lei nº 2.182, de 18 de novembro de 1959;
216.	Lei nº 2.195, de 30 de novembro de 1959;
217.	Lei nº 2.196, de 30 de novembro de 1959;
218.	Lei nº 2.201, de 7 de dezembro de 1959;
219.	Lei nº 2.202, de 7 de dezembro de 1959;
220.	Lei nº 2.203, de 7 de dezembro de 1959;
221.	Lei nº 2.205, de 7 de dezembro de 1959;
222.	Lei nº 2.206, de 7 de dezembro de 1959;
223.	Lei nº 2.219, de 14 de dezembro de 1959;
224.	Lei nº 2.221, de 14 de dezembro de 1959;
225.	Lei nº 2.223, de 14 de dezembro de 1959;
226.	Lei nº 2.224, de 14 de dezembro de 1959;
227.	Lei nº 2.236, de 10 de dezembro de 1959;
228.	Lei nº 2.237, de 10 de dezembro de 1959;
229.	Lei nº 2.238, de 10 de dezembro de 1959;
230.	Lei nº 2.246, de 10 de dezembro de 1959;
231.	Lei nº 2.249, de 18 de dezembro de 1959;
232.	Lei nº 2.250, de 18 de dezembro de 1959;

233.	Lei nº 2.252, de 18 de dezembro de 1959;
234.	Lei nº 2.253, de 18 de dezembro de 1959;
235.	Lei nº 2.254, de 18 de dezembro de 1959;
236.	Lei nº 2.255, de 18 de dezembro de 1959;
237.	Lei nº 2.256, de 18 de dezembro de 1959;
238.	Lei nº 2.257, de 18 de dezembro de 1959;
239.	Lei nº 2.258, de 17 de dezembro de 1959;
240.	Lei nº 2.259, de 18 de dezembro de 1959;
241.	Lei nº 2.260, de 18 de dezembro de 1959;
242.	Lei nº 2.261, de 18 de dezembro de 1959;
243.	Lei nº 2.262, de 18 de dezembro de 1959;
244.	Lei nº 2.263, de 18 de dezembro de 1959;
245.	Lei nº 2.264, de 18 de dezembro de 1959;
246.	Lei nº 2.265, de 18 de dezembro de 1959;
247.	Lei nº 2.266, de 18 de dezembro de 1959;
248.	Lei nº 2.267, de 18 de dezembro de 1959;
249.	Lei nº 2.268, de 18 de dezembro de 1959;
250.	Lei nº 2.270, de 18 de dezembro de 1959;
251.	Lei nº 2.271, de 18 de dezembro de 1959;
252.	Lei nº 2.272, de 18 de dezembro de 1959;
253.	Lei nº 2.273, de 18 de dezembro de 1959;
254.	Lei nº 2.275, de 18 de dezembro de 1959;
255.	Lei nº 2.278, de 18 de dezembro de 1959;
256.	Lei nº 2.459, de 27 de outubro de 1960;
257.	Lei nº 2.282, de 3 de dezembro de 1960;
258.	Lei nº 2.286, de 3 de fevereiro de 1960;
259.	Lei nº 2.288, de 3 de fevereiro de 1960;
260.	Lei nº 2.289, de 4 de fevereiro de 1960;
261.	Lei nº 2.290, de 8 de fevereiro de 1960;
262.	Lei nº 2.294, de 8 de fevereiro de 1960;
263.	Lei nº 2.295, de 8 de fevereiro de 1960;
264.	Lei nº 2.296, de 8 de fevereiro de 1960;
265.	Lei nº 2.297, de 8 de fevereiro de 1960;
266.	Lei nº 2.298, de 8 de fevereiro de 1960;
267.	Lei nº 2.299, de 9 de fevereiro de 1960;
268.	Lei nº 2.300, de 9 de fevereiro de 1960;
269.	Lei nº 2.301, de 9 de fevereiro de 1960;
270.	Lei nº 2.310, de 3 de maio de 1960;
271.	Lei nº 2.324, de 3 de maio de 1960;
272.	Lei nº 2.369, de 9 de junho de 1960;
273.	Lei nº 2.371, de 9 de junho de 1960;
274.	Lei nº 2.372, de 9 de junho de 1960;
275.	Lei nº 2.377, de 23 de junho de 1960;
276.	Lei nº 2.379, de 27 de junho de 1960;
277.	Lei nº 2.380, de 27 de junho de 1960;
278.	Lei nº 2.386, de 27 de junho de 1960;
279.	Lei nº 2.387, de 27 de junho de 1960;
280.	Lei nº 2.388, de 27 de junho de 1960;
281.	Lei nº 2.389, de 27 de junho de 1960;
282.	Lei nº 2.399, de 6 de julho de 1960;
283.	Lei nº 2.400, de 6 de julho de 1960;
284.	Lei nº 2.402, de 6 de julho de 1960;
285.	Lei nº 2.407, de 6 de julho de 1960;
286.	Lei nº 2.409, de 6 de julho de 1960;
287.	Lei nº 2.431, de 18 de outubro de 1960;
288.	Lei nº 2.432, de 18 de outubro de 1960;
289.	Lei nº 2.433, de 18 de outubro de 1960;
290.	Lei nº 2.434, de 18 de outubro de 1960;
291.	Lei nº 2.438, de 26 de outubro de 1960;
292.	Lei nº 2.450, de 26 de outubro de 1960;
293.	Lei nº 2.454, de 27 de outubro de 1960;
294.	Lei nº 2.455, de 27 de outubro de 1960;
295.	Lei nº 2.456, de 27 de outubro de 1960;
296.	Lei nº 2.475, de 27 de outubro de 1960;
297.	Lei nº 2.476, de 27 de outubro de 1960;
298.	Lei nº 2.511, de 10 de novembro de 1960;
299.	Lei nº 2.513, de 10 de novembro de 1960;
300.	Lei nº 2.516, de 10 de novembro de 1960;
301.	Lei nº 2.517, de 10 de novembro de 1960;
302.	Lei nº 2.520, de 11 de novembro de 1960;
303.	Lei nº 2.528, de 11 de novembro de 1960;
304.	Lei nº 2.535, de 14 de novembro de 1960;
305.	Lei nº 2.536, de 14 de novembro de 1960;
306.	Lei nº 2.537, de 14 de novembro de 1960;
307.	Lei nº 2.539, de 14 de novembro de 1960;

308.	Lei nº 2.542, de 14 de novembro de 1960;
309.	Lei nº 2.554, de 28 de novembro de 1960;
310.	Lei nº 2.556, de 28 de novembro de 1960;
311.	Lei nº 2.559, de 2 de dezembro de 1960;
312.	Lei nº 2.560, de 2 de dezembro de 1960;
313.	Lei nº 2.561, de 2 de dezembro de 1960;
314.	Lei nº 2.562, de 2 de dezembro de 1960;
315.	Lei nº 2.563, de 2 de dezembro de 1960;
316.	Lei nº 2.564, de 2 de dezembro de 1960;
317.	Lei nº 2.565, de 13 de dezembro de 1960;
318.	Lei nº 2.566, de 13 de dezembro de 1960;
319.	Lei nº 2.567, de 13 de dezembro de 1960;
320.	Lei nº 2.569, de 15 de dezembro de 1960;
321.	Lei nº 2.570, de 15 de dezembro de 1960;
322.	Lei nº 2.571, de 15 de dezembro de 1960;
323.	Lei nº 2.572, de 15 de dezembro de 1960;
324.	Lei nº 2.583, de 16 de dezembro de 1960;
325.	Lei nº 2.585, de 16 de dezembro de 1960;
326.	Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 1960;
327.	Lei nº 2.621, de 19 de dezembro de 1960;
328.	Lei nº 2.622, de 19 de dezembro de 1960;
329.	Lei nº 2.624, de 19 de dezembro de 1960;
330.	Lei nº 2.628, de 19 de dezembro de 1960;
331.	Lei nº 2.635, de 19 de dezembro de 1960;
332.	Lei nº 2.636, de 19 de dezembro de 1960;
333.	Lei nº 2.637, de 19 de dezembro de 1960;
334.	Lei nº 2.638, de 19 de dezembro de 1960;
335.	Lei nº 2.639, de 19 de dezembro de 1960;
336.	Lei nº 2.640, de 19 de dezembro de 1960;
337.	Lei nº 2.641, de 19 de dezembro de 1960;
338.	Lei nº 2.645, de 19 de dezembro de 1960;
339.	Lei nº 2.646, de 19 de dezembro de 1960;
340.	Lei nº 2.647, de 19 de dezembro de 1960;
341.	Lei nº 2.648, de 19 de dezembro de 1960;
342.	Lei nº 2.649, de 19 de dezembro de 1960;
343.	Lei nº 2.650, de 19 de dezembro de 1960;
344.	Lei nº 2.653, de 23 de dezembro de 1960;
345.	Lei nº 2.654, de 23 de dezembro de 1960;
346.	Lei nº 2.655, de 23 de dezembro de 1960;
347.	Lei nº 2.656, de 23 de dezembro de 1960;
348.	Lei nº 2.657, de 23 de dezembro de 1960;
349.	Lei nº 2.658, de 23 de dezembro de 1960;
350.	Lei nº 2.659, de 23 de dezembro de 1960;
351.	Lei nº 2.660, de 23 de dezembro de 1960;
352.	Lei nº 2.661, de 23 de dezembro de 1960;
353.	Lei nº 2.662, de 23 de dezembro de 1960;
354.	Lei nº 2.663, de 23 de dezembro de 1960;
355.	Lei nº 2.665, de 1961;
356.	Lei nº 2.672, de 1961;
357.	Lei nº 2.673, de 1961;
358.	Lei nº 2.675, de 1961;
359.	Lei nº 2.676, de 1961;
360.	Lei nº 2.677, de 1961;
361.	Lei nº 2.678, de 1961;
362.	Lei nº 2.679, de 1961;
363.	Lei nº 2.683, de 1961;
364.	Lei nº 2.684, de 1961;
365.	Lei nº 2.685, de 1961;
366.	Lei nº 2.688, de 1961;
367.	Lei nº 2.689, de 1961;
368.	Lei nº 2.693, de 1961;
369.	Lei nº 2.696, de 1961;
370.	Lei nº 2.698, de 1961;
371.	Lei nº 2.699, de 1961;
372.	Lei nº 2.700, de 1961;
373.	Lei nº 2.702, de 1961;
374.	Lei nº 2.704, de 1961;
375.	Lei nº 2.706, de 1961;
376.	Lei nº 2.709, de 1961;
377.	Lei nº 2.711, de 1961;
378.	Lei nº 2.712, de 28 de maio de 1961;
379.	Lei nº 2.715, de 1961;
380.	Lei nº 2.716, de 1961;
381.	Lei nº 2.717, de 1961;
382.	Lei nº 2.720, de 1961;

383.	Lei nº 2.749, de 1961;
384.	Lei nº 2.755, de 1961;
385.	Lei nº 2.756, de 1961;
386.	Lei nº 2.757, de 1961;
387.	Lei nº 2.762, de 1961;
388.	Lei nº 2.765, de 1961;
389.	Lei nº 2.766, de 1961;
390.	Lei nº 2.781, de 1961;
391.	Lei nº 2.782, de 1961;
392.	Lei nº 2.789, de 1961;
393.	Lei nº 2.805, de 1961;
394.	Lei nº 2.809, de 1961;
395.	Lei nº 2.812, de 1961;
396.	Lei nº 2.815, de 1961;
397.	Lei nº 2.822, de 1961;
398.	Lei nº 2.824, de 1961;
399.	Lei nº 2.826, de 1961;
400.	Lei nº 2.843, de 1961;
401.	Lei nº 2.857, de 1961;
402.	Lei nº 2.862, de 1961;
403.	Lei nº 2.865, de 1961;
404.	Lei nº 2.866, de 1961;
405.	Lei nº 2.892, de 1961;
406.	Lei nº 2.917, de 1961;
407.	Lei nº 2.947, de 1961;
408.	Lei nº 2.959, de 1961;
409.	Lei nº 2.962, de 1961;
410.	Lei nº 2.978, de 1961;
411.	Lei nº 3.068, de 6 de junho de 1962;
412.	Lei nº 3.084, de 1962;
413.	Lei nº 3.107, de 12 de setembro de 1962;
414.	Lei nº 3.108, de 12 de setembro de 1962;
415.	Lei nº 3.184, de 5 de abril de 1963;
416.	Lei nº 3.185, de 16 de abril de 1963;
417.	Lei nº 3.230, de 19 de junho de 1963;
418.	Lei nº 3.232, de 19 de junho de 1963;
419.	Lei nº 3.233, de 19 de junho de 1963;
420.	Lei nº 3.234, de 19 de junho de 1963;
421.	Lei nº 3.235, de 21 de junho de 1963;
422.	Lei nº 3.248, de 5 de julho de 1963;
423.	Lei nº 3.249, de 5 de julho de 1963;
424.	Lei nº 3.251, de 5 de julho de 1963;
425.	Lei nº 3.252, de 5 de julho de 1963;
426.	Lei nº 3.255, de 5 de julho de 1963;
427.	Lei nº 3.256, de 5 de julho de 1963;
428.	Lei nº 3.257, de 5 de julho de 1963;
429.	Lei nº 3.258, de 5 de julho de 1963;
430.	Lei nº 3.273, de 24 de julho de 1963;
431.	Lei nº 3.293, de 23 de agosto de 1963;
432.	Lei nº 3.409, de 10 de março de 1964;
433.	Lei nº 3.446, de 1964;
434.	Lei nº 3.476, de 2 de julho de 1964;
435.	Lei nº 3.537, de 19 de outubro de 1964;
436.	Lei nº 3.559, de 18 de novembro de 1964;
437.	Lei nº 3.601, de 22 de dezembro de 1964;
438.	Lei nº 3.618, de 5 de abril de 1965;
439.	Lei nº 3.810, de 24 de fevereiro de 1966;
440.	Lei nº 3.877, de 30 de agosto de 1966;
441.	Lei nº 3.935, de 20 de dezembro de 1966;
442.	Lei nº 3.945, de 26 de janeiro de 1967;
443.	Lei nº 3.946, de 26 de janeiro de 1967;
444.	Lei nº 3.962, de 10 de maio de 1967;
445.	Lei nº 3.971, de 12 de maio de 1967;
446.	Lei nº 3.981, de 17 de maio de 1967;
447.	Lei nº 3.984, de 17 de maio de 1967;
448.	Lei nº 4.043, de 8 de setembro de 1967;
449.	Lei nº 4.095, de 27 de novembro de 1967;
450.	Lei nº 4.116, de 21 de dezembro de 1967;
451.	Lei nº 4.118, de 29 de dezembro de 1967;
452.	Lei nº 4.204, de 23 de julho de 1968;
453.	Lei nº 4.307, de 14 de maio de 1969;
454.	Lei nº 4.353, de 27 de junho de 1969;
455.	Lei nº 4.432, de 7 de maio de 1970;
456.	Lei nº 4.435, de 8 de maio de 1970;
457.	Lei nº 4.481, de 10 de julho de 1970;

458.	Lei nº 4.511, de 25 de agosto de 1970;
459.	Lei nº 4.550, de 30 de dezembro de 1970;
460.	Lei nº 4.650, de 17 de novembro de 1971;
461.	Lei nº 4.723, de 1º de junho de 1972;
462.	Lei nº 4.760, de 30 de junho de 1972;
463.	Lei nº 4.787, de 13 de outubro de 1972;
464.	Lei nº 4.806, de 4 de dezembro de 1972;
465.	Lei nº 4.906, de 2 de julho de 1973;
466.	Lei nº 4.928, de 16 de outubro de 1973;
467.	Lei nº 5.015, de 27 de junho de 1974; e
468.	Lei nº 5.045, de 28 de junho de 1974.

III. O Quadro III abaixo demonstra as Leis inexistentes em razão de não terem sido sancionadas. Estas, inclusive, não geraram processo legislativo e não consta registro de texto.

Quadro III

Leis inexistentes que não foram sancionadas	
1.	Lei nº 1.347, de 1955;
2.	Lei nº 3.260, de 10 de julho de 1963; e
3.	Lei nº 3.264, de 17 de julho de 1963.

IV. O Quadro IV, a seguir, demonstra as Leis inexistentes em razão de terem sido declaradas nulas por força da Lei nº 2.680, de 27 de abril de 1961:

Quadro IV

Leis inexistentes – declaradas nulas por Lei	
1.	Lei nº 2.427, de 29 de agosto de 1960;
2.	Lei nº 2.490, de 27 de outubro de 1960;
3.	Lei nº 2.538, de 14 de novembro de 1960;
4.	Lei nº 2.545, de 14 de novembro de 1960; e
5.	Lei nº 2.548, de 14 de novembro de 1960.

V. O Quadro V demonstra as Leis inexistentes sem registro de motivação. Difere do Quadro III, tendo em vista o fato de não constar do acervo da ALESC qualquer informação acerca da sua existência:

Quadro V

Leis inexistentes sem registro de motivação.	
1.	Lei nº 1.017, de 11 de dezembro de 1953;
2.	Lei nº 1.101, de 1º de julho de 1954;
3.	Lei nº 1.339, de 1955;
4.	Lei nº 1.842, de 21 de maio de 1958;
5.	Lei nº 3.054, de 1962;
6.	Lei nº 3.148, de 1962;
7.	Lei Promulgada nº 919, de 1963; e
8.	Lei nº 4.019, de 18 de agosto de 1967.

Finalizada esta etapa dos trabalhos da Comissão Parlamentar, a Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições constitucionais, tem a satisfação de encaminhar a presente matéria para análise dos senhores Deputados.

Justificativa

O presente Projeto de Lei Complementar visa revogar as Leis em face da inexistência de texto normativo respectivo constante do acervo jurídico do Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

O Projeto de Lei Complementar foi elaborado pela Comissão Parlamentar constituída por meio do Ato da Presidência nº 007-DL, de 26 de fevereiro de 2015, com o apoio técnico dos servidores da Assembleia Legislativa designados pelos Atos da Presidência nº 003, de 16 de março de 2015, e nº 006, de 14 de maio de 2015.

Durante a execução dos trabalhos as leis catarinenses foram classificadas por temas conexos e afins, sendo que para a consolidação deste conjunto de leis foram selecionadas aquelas que dispõem sobre a revogação das Leis estaduais em face da inexistência de texto normativo respectivo.

A aprovação deste Projeto de Lei Complementar ensejará a revogação de 699 (seiscentos e noventa e nove) Leis, a contar do ano de 1949 até o de 1979.

Finalizada esta etapa dos trabalhos da Comissão Parlamentar, a Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições constitucionais, tem a satisfação de encaminhar a presente matéria para análise dos senhores Deputados.

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Aldo Schneider - Vice-Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

*** X X X ***